UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CAROLINE CRISTINA SOUZA SILVA

**A prudência no trato das almas:
relações de poder, fiscalidade e ação pastoral no bispado de Mariana
(1777-1793)**

(Versão corrigida)

SÃO PAULO

2018

CAROLINE CRISTINA SOUZA SILVA

**A prudência no trato das almas:
relações de poder, fiscalidade e ação pastoral no bispado de Mariana
(1777-1793)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestra em História Social.

Agência financiadora: Capes
Orientador (a): Maria Lêda Oliveira Alves da Silva

De acordo.

Prof^a. Dr^a. Maria Lêda Oliveira Alves da Silva
Orientadora

Maria Lêda Oliveira Alves da Silva

(Versão corrigida)

SÃO PAULO

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

S586p Silva, Caroline Cristina Souza
A prudência no trato das almas: relações de poder, fiscalidade e ação pastoral no bispado de Mariana (1777-1793) / Caroline Cristina Souza Silva ; orientadora Maria Lêda Oliveira Alves da Silva. - São Paulo, 2018.
294 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. CH782 HISTÓRIA DO BRASIL. 2. CH782.2 - PERÍODO COLONIAL (1500-1822). 3. CH781.9 - HISTÓRIA MODERNA. 4. CH761.7.7.4 - IGREJA E ESTADO. 5. CH763.13.3.1.1.1.2.8 - IRMANDADES. I. Silva, Maria Lêda Oliveira Alves da , orient. II. Título.

Nome: SILVA, Caroline Cristina Souza

Título: A prudência no trato das almas: relações de poder, fiscalidade e ação pastoral no
bispado de Mariana (1777-1793)

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestra em História Social em:

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Maria Lêda Oliveira Alves da Silva (orientadora)

Instituição: FFLCH - USP

Prof^ª. Dr^ª. Íris Kantor

Instituição: FFLCH - USP

Prof. Dr. Bruno Guilherme Feitler

Instituição: UNIFESP

Prof. Dr. George Evergton Sales Souza

Instituição: UFBA

Para Severina, *in memoriam*, por uma vida de
dedicação, amor e carinho com todos a sua
volta.

Agradecimentos

O caminho percorrido por mim para a realização desse trabalho não teria sido possível sem a contribuição, a presença, o carinho e a amizade daqueles que me acompanharam até aqui. Não darei conta de agradecer a todos que de alguma forma estiveram comigo e colaboraram para que eu concluísse essa pesquisa. De toda forma, sou inteiramente grata aos que me acompanham de perto ou de longe. Esse trabalho carrega em si um pouquinho das pessoas que passaram pela minha vida e que contribuíram para a formação do que sou hoje e da minha história.

Já de início agradeço ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O apoio financeiro da CAPES permitiu que eu participasse de congressos pelo Brasil, contribuiu para a coleta de material para a pesquisa e possibilitou a realização do trabalho de pesquisa nos arquivos e bibliotecas de Minas Gerais e de Portugal. Esse suporte foi imprescindível para o andamento e conclusão da pesquisa.

Devo muito do que aprendi sobre ser historiadora e educadora à minha orientadora, a Prof.^a Dr.^a Maria Lêda Oliveira Alves da Silva. Sua dedicação, cuidado, paciência e confiança me deram forças para a realização desse trabalho. Suas aulas, tanto da graduação quanto da pós-graduação, me inspiraram e instigaram a saber cada vez mais e isso com certeza influenciou o meu desempenho na pesquisa que aqui se encontra. A sua orientação nos momentos de pesquisa, nas críticas sobre o material produzido e nas sugestões, fez desse trabalho o que ele é hoje. Sou-lhe inteiramente grata por isso.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Anita Waingort Novinsky, à Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida de Menezes Borrego e ao Prof. Dr. Miguel Soares Palmeira pelas disciplinas ministradas no departamento de pós-graduação em História Social. Suas aulas e observações sobre esse trabalho contribuíram, em grande medida, para a formulação dos muitos questionamentos que me ocorreram e para a orientação do olhar na análise dos vários tipos de objetos com os quais me deparei durante a pesquisa.

Agradeço ao Prof. Dr. Bruno Guilherme Feitler e à Prof.^a Dr.^a Íris Kantor pelas contribuições feitas a esse trabalho no exame de qualificação. Os apontamentos levantados foram muito importantes para a definição do eixo problemático da pesquisa, para o aprofundamento de algumas questões e para a estruturação da dissertação como um todo.

À Prof.^a Dr.^a Heloísa Liberalli Bellotto pelas orientações referentes à análise tipológica e diplomática da documentação dos arquivos, pelo material de estudo emprestado a mim e pela minha indicação para a realização da pesquisa em Portugal. Ao Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo pelas observações ao meu projeto de pesquisa e pela minha indicação para pesquisar em Portugal. À Prof.^a Dr.^a Ediana Ferreira Mendes, pela ótima companhia em Coimbra e em Lisboa, pelas conversas e orientações nos arquivos e bibliotecas. Ao Prof. Dr. José Pedro Paiva pela contribuição dada à pesquisa e pela orientação oferecida a mim enquanto estive pesquisando em Portugal. Ao Prof. Dr. Evergton Sales Souza, pelos questionamentos levantados sobre o tema das conhecenças. Ao Prof. Dr. Renato Franco, sou inteiramente grata por ter me apresentado o códice *Demonstração Apologética* do Pe. João Antunes de Noronha, documento que alicerçou algumas discussões apresentadas nesse trabalho.

Agradeço aos funcionários dos arquivos e bibliotecas por onde passei, a saber: o Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; o arquivo do LPH-ICHS em Mariana-MG; a Casa dos Contos em Ouro Preto; o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a Biblioteca Nacional de Portugal e a Biblioteca da Ajuda; o Arquivo da Univerdade de Coimbra. Ao Mons. Flávio Carneiro Rodrigues pela autorização concedida para pesquisar a documentação do bispo D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel.

Aos colegas da pós-graduação Angélica, Juan e Mariana, pela companhia, conversas e contribuições feitas à pesquisa. Aos colegas do LEIR-MA da USP, em especial à Prof^a Dr^a Camila Zanon, pelas manhãs de estudos de latim e pelos encontros.

A presença dos amigos também contribuiu para a realização desse trabalho, proporcionando leveza ao cotidiano da pesquisa. Por isso, agradeço especialmente aos amigos de Mariana-MG: da turma 09.1 de História da UFOP, à Jumara, à Maria Fernanda e ao Lucas. Às meninas da República Luluzinhas e da República Clube da Luta por terem me recebido de braços abertos durante a minha estadia em Mariana. Aos amigos de São Paulo e Santo André: Tamires, Nathalia, Luis, Ivan.

Agradeço de forma especial ao Pedro, meu companheiro, pela paciência e sensibilidade para compreender minhas ausências durante o período da pesquisa. Seu carinho e amor me confortaram por toda essa caminhada e fez mais doce o labor que foi, por vezes, fatigante. Sua contribuição à pesquisa também foi de suma importância, visto que, historiador como eu, me acompanhou em todas as etapas do trabalho, dando conselhos, fazendo críticas e questionamentos, debatendo textos e documentos. Agradeço também à Lurdinha e ao Paulinho por todo o aconchego que me proporcionam.

Por fim, agradeço aos meus pais, Rosely e Elias, por acreditarem nos meus sonhos. Seus ensinamentos, branduras, desvelo e amparos não só me permitiram a conclusão desse trabalho, mas são responsáveis pelo o que sou hoje. Serei eternamente grata por tudo que fizeram e fazem por mim.

“Nada menos de duas almas. Cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro.... Espantem-se à vontade, podem ficar de boca aberta, dar de ombros, tudo; não admito réplica. Se me replicarem, acabo o charuto e vou dormir. A alma exterior pode ser um espírito, um fluido, um homem, muitos homens, um objeto, uma operação. Há casos, por exemplo, em que um simples botão de camisa é a alma exterior de uma pessoa; - e assim também a polca, o voltarete, um livro, uma máquina, um par de botas, uma cavatina, um tambor, etc. Está claro que o ofício dessa segunda alma é transmitir a vida, como a primeira; as duas completam o homem, que é, metafisicamente falando, uma laranja. Quem perde uma das metades, perde naturalmente metade da existência; e casos há, não raros, em que a perda da alma exterior implica a da existência eterna. ”

(Machado de Assis, *O Espelho*)

Resumo

SILVA, Caroline C. S. *A prudência no trato das almas: relações de poder, fiscalidade e ação pastoral no bispado de Mariana (1777-1793)*. 2018. 296 p. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

Este estudo busca compreender as ações de D. Frei Domingos da Encarnação à frente do bispado de Mariana e as suas relações com o corpo de eclesiásticos, a população da capitania de Minas Gerais e os poderes locais e do reino. Com o objetivo de entender as relações existentes entre o Estado e Igreja portugueses em finais do século XVIII, essa pesquisa toma como ponto de partida os debates e aplicações do projeto pombalino. Para isso, são analisadas as noções de regalismo e episcopalismo e como elas estiveram presentes nas ações episcopais no bispado de Mariana. Essas ações tiveram influência direta na administração do bispado, na reforma pastoral e dos sacramentos e, sobretudo, na relação do quarto bispo de Mariana com as irmandades e ordens terceiras da capitania de Minas Gerais. A taxação das conhecenças (um tipo de dízimo eclesiástico) foi o pivô dessas interações sociais e relações de poder. Dela transpareceram os problemas de jurisdição em torno das *Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia* (1707); os problemas de estrutura e sustentação do bispado de Mariana; as contendas entre párocos e a população mineira; os debates em torno dos limites dos poderes do rei, do papa e do bispo; as contendas sobre a afirmação da hierarquia eclesiástica tridentina em contraposição às irmandades e ordens terceiras. Em todo esse estudo, o conceito de “interpenetração” é fundamental na análise das relações entre as funções civis e eclesiásticas no Antigo Regime português.

Palavras-chave: episcopalismo; fiscalidade; conhecenças; jurisdição; irmandades e ordens terceiras.

Abstract

SILVA, Caroline C. S. *The prudence in the management of souls: power relations, taxation and pastoral action in the bishopric of Mariana (1777-1793)*. 2018. 296 p. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

This study seeks to understand the actions of D. Frei Domingos da Encarnação Pontével at the bishopric of Mariana and his relations with the ecclesiastical body, the people of the Capitania de Minas Gerais and both the local and metropolitan powers. Aiming to comprehend the existent relations between the Portuguese State and Church in the end of the 18th century, this research takes as starting point the debates and applications of Pombal's Project. Thereunto, the notions of Episcopatism and Regalism and how they were presented at the episcopal actions in the bishopric of Mariana are the main points analysed in this study. These actions had direct influence at the bishopric's administration, the pastoral and sacramental reforms and, especially, the relations of the fourth Bishop of Mariana with the religious brotherhoods and third orders of the Capitania de Minas Gerais. The *conhecenças* taxation (a type of ecclesiastical tithe) were the center of these social interactions and power relations. They showed up the jurisdiction problem around the *First Constitutions of the Archbishopric of Bahia* (1707); the problems of structure and support of the bishopric of Mariana; the contentions between the priests and the people of Minas; the pleading around the power limits of the king, the pope and the bishop; the strifes about the affirmation of the Tridentine ecclesiastical hierarchy in contrast to the religious brotherhoods and third orders. In this entire study, the concept of "interpenetration" is fundamental for understanding the relations between the civil and ecclesiastical functions in Portuguese Absolutism.

Keywords: Portuguese Episcopatism; taxation; *conhecença*; jurisdiction; religious brotherhoods and third orders.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – A JUSTAPOSIÇÃO DOS PODERES TEMPORAL E ESPIRITUAL NO PROPÓSITO REFORMISTA PORTUGUÊS.....	23
1.1 – A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL E O LUGAR DA IGREJA	23
1.2 – REGALISMO E EPISCOPALISMO: UM PROJETO POLÍTICO-RELIGIOSO	34
1.3 – O BISPADO DE MARIANA	50
1.4 – DOM FREI DOMINGOS DA ENCARNAÇÃO PONTEVEL.....	60
1.4.1 – A biblioteca	73
1.4.1.1 – Livros Sacros e “técnicos”	77
1.4.1.2 – Livros relacionados à formação acadêmica.....	79
1.4.1.2 – Livros de política, história e geografia	83
CAPÍTULO 2: A ESTRUTURA DO BISPADO E A REAFIRMAÇÃO DO PROJETO REFORMISTA CATÓLICO	86
2.1 – A ESTRUTURA DO BISPADO	87
2.1.1 – Um mapeamento das freguesias.....	89
2.1.2 – Um bispo passivo? O trato das igrejas e a postura episcopal	99
2.1.3 – Um projeto de bispado: a formação do corpo de eclesiásticos	103
2.2 – O TRABALHO DE REFORMA PASTORAL	111
2.2.1 – A instrução do clero.....	114
2.2.2 – A regularidade dos Sacramentos.....	122
2.3 – O CABIDO	128
2.3.1 – A hierarquia rebelada: o caso do cônego José Luis de Souza Sayão	133
CAPÍTULO 3: A AÇÃO DO BISPO: PONTEVEL, OS PODERES LOCAIS E OS PODERES DO REINO	140
3.1 – A SUSTENTAÇÃO DO CORPO ECLESIÁSTICO: A QUESTÃO DAS CONHECENÇAS	143
3.2 – Os ARGUMENTOS DOS POVOS: CONDUTA, JURISDIÇÃO E DECADÊNCIA.....	156
3.2.1 – Da “cobiça dos Ecleziasticos”: a conduta	159
3.2.2 – As Constituições da Bahia e o direito de costume segundo os Povos de Minas.....	164

3.2.3 – A decadência das Minas	173
3.3 – Os ARGUMENTOS DOS PÁROCOS: CONDUTA/DECADÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA.....	182
3.3.1 – Do “ motivo da destroição e estrago dos povos de Minnas”: conduta e decadência.....	183
3.3.2 – As Constituições da Bahia e o direito de costume segundo os párocos	190
3.3.3 – A sustentação e o estado da malha paroquial	196
3.4 – A RESOLUÇÃO DA CONTENDA: A ESTRUTURAÇÃO DA MALHA PAROQUIAL E A COMODIDADE DOS POVOS	202
CAPÍTULO 4: O PODER EPISCOPAL E AS TENDÊNCIAS CENTRÍFUGAS	219
4.1 – IRMANDADES, ORDENS TERCEIRAS E ELITES LOCAIS	220
4.1.2 – A hierarquia eclesiástica e a unidade da Igreja como contraponto	232
4.2 – DE INERTE A EPISCOPALISTA: D. FREI DOMINGOS DA ENCARNAÇÃO PONTEVEL NA HISTORIOGRAFIA.	242
CONCLUSÕES GERAIS	247
ANEXOS	252
FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS.....	264
BIBLIOGRAFIA	285

Abreviaturas

AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APM – Arquivo Público Mineiro

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra

BA – Biblioteca da Ajuda (Lisboa)

BN – Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

CC – Casa dos Contos (Ouro Preto)

JCBL - John Carter Brown Library

Introdução

Nas *Cartas Chilenas* de Tomás Antônio Gonzaga, se olharmos bem, há um personagem tímido, mas que teve a sua prudência destacada por Critilo (personagem referente ao próprio Gonzaga) ao ser descrito como de “bom gênio” e “sábio”¹. Ele, o Bispo, quase que inerte aos acontecimentos narrados nas cartas cinco e onze, aparece com papel secundário e é o único personagem sem nomenclatura própria com algo que lhe destacasse do seu ofício. O Bispo, ao contrário de outros personagens com nomes próprios ou com alcunha como, por exemplo, o Chefe Antigo (se referindo ao governador D. Rodrigo José de Meneses), era apenas um bispo. Sem importância e sem ação, entrava em cena apenas para ceder aos caprichos do Fanfarrão Minésio (o governador Luís da Cunha Meneses). Esse que, comparado a Sancho Pança², não tinha virtudes, era oposto aos modos de corte e civilidade europeias e inutilizava as hierarquias já estabelecidas entre os poderes³:

Agora inquirirás, prezado Amigo,
Se é este sábio Bispo aquele mesmo,
Que o bruto Fanfarrão um certo dia
Meteu na sua sege do lado esquerdo,
É este, sim, senhor, o mesmo Bispo,
A quem o nosso Chefe desalmado,
Enquanto governou a nossa Chile (capitania de Minas Gerais),
Já dentro de Palácio, e já na rua
Tratou, como quem trata um vil podengo (cão de caça)⁴.

D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel é o Bispo retratado nas *Cartas Chilenas*. E talvez essa descrição tenha contribuído para a formação da historiografia sobre ele, a qual privilegiou a sua complacência com as políticas regalistas, dando prioridade a sua inação diante delas e das contendas no bispado de Mariana. No entanto, as questões que serão levantadas ao longo desse trabalho procurarão desconstruir esse perfil, partindo do bispo Pontevel como objeto principal de análise e estendendo os fios que o ligam a outros âmbitos da sociedade mineira.

Como toda pesquisa, o interesse pelo objeto a ser analisado se inicia a partir de um pequeno ponto e, com o passar do tempo, vai se estendendo, se abrindo e formulando outros

¹ GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas chilenas*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006, pp. 162-163.

² Personagem de ficção do livro *Dom Quixote de la Mancha* de Miguel de Cervantes (1605).

³ Ibidem, pp. 43-45 (carta 1)

⁴ Ibidem, p. 163.

novos questionamentos. No caso de D. Frei Domingos, esse processo teve início no catálogo da sua biblioteca e no meu interesse em pesquisar algo referente à história do livro e da circulação de ideias na América Portuguesa do século XVIII. No entanto, ao fazer um levantamento inicial dos poucos trabalhos já feitos sobre esse prelado, me deparei com várias lacunas sobre o seu governo que me chamaram bastante a atenção.

Ao mesmo tempo que tínhamos uma produção historiográfica que tendia a analisá-lo como “funcionário da Coroa”, sem voz e inerte (se aproximando do que foi descrito nas *Cartas Chilenas*), também nos deparamos com uma leitura mais desconfiada da fidelidade desse bispo com a Coroa e com a política regalista. Essa última leitura se amparou na contemporaneidade do governo de D. Frei Domingos aos acontecimentos da Inconfidência Mineira e no seu silêncio com relação aos eclesiásticos envolvidos. Em conjunto com essas análises, algumas questões foram propostas pela historiografia a fim de tentar entender o perfil desse prelado, analisando principalmente as suas cartas pastorais. Questionava-se, a partir daí, se ele possuía tendências “tridentinas” e/ou “ilustradas”, e foi partindo dessa questão que iniciei a pesquisa.

Em um primeiro momento, levantamos a documentação catalogada nos arquivos do Brasil e de Portugal que tratassem do governo episcopal de D. Frei Domingos e da sua relação com outros poderes da capitania de Minas Gerais e da Coroa Portuguesa. Encontramos um conjunto documental de cartas que, apesar de já ter sido citado pela historiografia sobre D. Frei Domingos, não havia sido analisado até então. Essa documentação tratava de um problema de fiscalidade em torno das *conhecenças*, um tipo de dízimo eclesiástico, o qual abarcava vários setores e poderes da sociedade mineira e do reino. A documentação sobre as *conhecenças* abriu o caminho para questionamentos voltados às relações dos párocos e seus paroquianos, envolvendo questões econômicas, de fiscalidade, relações de poder entre irmandades, ordens terceiras e matrizes. Também abriu o caminho para analisar os problemas estruturais e físicos do bispado de Mariana em conjunto com o trabalho pastoral dos párocos e de D. Frei Domingos.

No entanto, foram as perguntas envolvendo os limites jurisdicionais entre os poderes locais e do reino que ganharam contorno no decorrer da pesquisa. Evidenciou-se a problemática em torno das hierarquias de poder estabelecidas pelo Antigo Regime e pelo Concílio de Trento, assim como um protagonismo de D. Frei Domingos que ainda não havia sido realçado pela historiografia. Foram as contendas em torno das *conhecenças* que nos permitiram compreender a ação de Pontevel à frente do bispado de Mariana, trazendo para a cena as marcas de um projeto político-religioso português galgado nas discussões sobre o episcopalismo e o regalismo.

Esse trabalho, portanto, não pretende se ater apenas a um campo da História. Ele propõe, ao invés, dialogar com os campos que se mostraram úteis para responder as questões

demandadas pela documentação, a saber, as Histórias social, política, econômica, das ideias, cultural e da Igreja. O trabalho de pesquisa e os questionamentos feitos sobre o objeto aqui proposto (assim como os outros objetos que com ele vieram) guiaram o caminho sem se ater a um engessamento das delimitações dos campos de estudo. Em um texto sobre a História Social, Fernand Braudel definiu o seguinte sobre o trabalho do historiador:

Correndo o risco de ser tachado de liberalismo impertinente, direi, ao contrário, que todas as portas me parecem boas para transpor a soleira múltipla da história. Nenhum de nós, infelizmente, poderia conhecê-las todas. O historiador abre primeiro com respeito ao passado aquela que ele conhece melhor. Mas se procura ver tão longe quanto possível, obrigatoriamente baterá a uma outra porta, depois a uma outra.... À cada vez por-se-ia em discussão uma paisagem nova ou ligeiramente diferente, e, não há historiador digno desse nome que não saiba justapor um certo número destas paisagens: cultural e social, cultural e política, social e econômica, econômica e política, etc. Mas a história as reúne todas, ela é o conjunto dessas vizinhanças, dessas médias, dessas interações infinitas...⁵

Pois foi isso que se pretendeu fazer aqui. Além do mais, procurou-se olhar para os objetos de estudo a partir de determinados conceitos metodológicos, os quais contribuíram para a orientação do olhar. Começamos pelos conceitos de “interpenetração” e de “personalização” trabalhados pelo historiador José Pedro Paiva, os quais contribuíram para análise referente às relações entre Estado e Igreja no Império Português. A proposta desses conceitos procurou trazer um novo exercício de olhar sobre objetos de pesquisa que interligassem as duas instituições, levando em consideração as ações e interesses de cada uma delas. A ideia de “interpenetração”, portanto, propõe uma noção de inter-relação e de cruzamento de ambas as instituições, não deixando de destacar os interesses próprios de cada uma, o que envolve relações de poder. Já a ideia de “personalização” entra nesse escopo metodológico para realçar a humanização dessas relações estruturais e burocráticas, permitindo um olhar mais micro para grupos de pessoas e indivíduos e seus interesses em jogo⁶.

No auxílio desse último ponto, as leituras de Michel de Certeau contribuíram para a lapidação do objeto através da percepção dele isoladamente e das relações de força (por meio dos quereres e dos poderes próprios dele) presentes na sua interação com o meio⁷. Essa metodologia, concebida como “lógica de ação”, é o que o autor definiu como “estratégia”. Outra

⁵ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2014, pp. 175-176.

⁶ PAIVA, José P. A Igreja e o poder. In: GOUVEA, António C. e MARQUES, João F. (Org.) *História Religiosa de Portugal*, vol.2. Rio do Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp. 138-180.

⁷ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*, vol.1. Petrópolis: Ed, Vozes, 1998, pp. 46-47 e 100.

lógica de ação tratada pelo autor e que é, em simultâneo, uma complementaridade e uma oposição da anterior, é a que ele definiu como “tática” do objeto/sujeito estudado. Nesse segundo tipo de ação, deve-se pensar a interação do sujeito com o outro, levando em consideração as possíveis reações que esse outro pode ter com essa interação. Exige, portanto, do sujeito em ação um taticismo, uma percepção, uma prudência, um conhecimento do outro e das suas possíveis respostas à ação recebida. Nas palavras de Certeau:

Denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar as suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias⁸.

No caso do objeto principal aqui estudado (D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel) e dos objetos que o tangenciam, poder-se-á notar a utilização dessa metodologia para analisar os modos de ação presentes nas interações dos personagens. Enquanto que no segundo capítulo veremos uma ação de “estratégia” do quarto bispo de Mariana (uma ação mais concentrada nos seus projetos episcopais), nos terceiro e quarto capítulos (também em alguns pontos do segundo – o aparecimento dos dois tipos de ação é bastante fluido) notaremos a presença da ação “tática”. As atuações de Pontevel, diante das situações que aqui serão apresentadas, carregaram consigo esse taticismo com os outros agentes sociais.

A retórica se apresenta aqui como instrumento chave para se compreender os dois modelos de ação trabalhados por Certeau, partindo da relativização dela (modelos de retórica) de acordo com as ocasiões. Logo, se ela é utilizada para fazer o outro mudar o seu querer (a partir das linguagens de persuasão, sedução e etc.)⁹, a utilização desse método auxiliou a leitura dos documentos, os quais tiveram como centro os atritos entre o bispo, membros do cabido, párocos, paroquianos do bispado de Mariana e os poderes reinóis e locais. Com isso, a leitura das cartas e requerimentos teve esse princípio da retórica como ponto de partida.

O conceito de “elite” também será muito utilizado ao longo desse trabalho para tratar das relações de poder de D. Frei Domingos com os párocos e com os paroquianos. Logo, faz-se necessária a sua explanação, partindo da noção de “elite” trabalhada por António Manuel

⁸ Ibidem, p. 46

⁹ Ibidem, p. 48.

Hespanha, segundo o qual a ideia de poder pode ser fluida conforme mudamos a escala da observação. Essas, quando observadas a partir de uma micro-escala, desaparecem quando mudamos para uma visão macro da estrutura. O autor denominou essas elites como “formais” e “informais”. Elas se inter-relacionam em uma sociedade e podem variar o seu estado de “elite” de acordo com os círculos sociais (que podem variar em tipos e em planos/escalas) com os quais elas se relacionam. A modo de exemplo: enquanto que D. Frei Domingos como bispo de Mariana pode ser colocado como elite (pensando em uma escala de poderes formal) com relação aos párocos, os leigos/paroquianos do bispado de Mariana se posicionam em superioridade aos párocos das suas freguesias (numa escala informal de poder). Nesse sentido, usaremos o termo “elites” para tratar de alguns personagens da sociedade mineira, não esquecendo que as relações de poder podem modificar o lugar delas de acordo com a escala de observação. Nas palavras de Hespanha: “... todos, em algum sentido (em algum plano) são tendencialmente elites”¹⁰.

Vê-se como necessária também a explicação do conceito “alma” presente no título desse trabalho. A escolha por esse termo se deu pela ambiguidade carregada por essa palavra na época Moderna. No dicionário *Vocabulario portuguez & latino* (1728) de Raphael Bluteau nos deparamos com uma ampla definição para o termo “alma”. Ao mesmo tempo que essa palavra é definida como uma “substância espiritual”, que complementa o corpo humano em sua matéria e é separada dele, também é apresentada como “pessoa”. O sentido de “pessoa” estava referente ao significado quantitativo ou demográfico da palavra, por exemplo, ao denominar que tal freguesia possuía “x” almas¹¹. A ambiguidade do termo “alma”, portanto, foi o que norteou a sua escolha para o título desse trabalho, de modo a resumir a ambivalência presente no exercício episcopal. Este que, no século XVIII e com o fortalecimento das políticas regalias, deveria assumir tanto o papel de pastor quanto o de administrador e político. Deveria lidar com as questões do espírito e as questões mundanas, sendo elas de cunho eclesiástico ou não. Isso iria depender das demandas e projetos que a Coroa colocaria nas mãos desse prelado.

A ambivalência do termo “alma” também deixa transparecer a linha tênue existente nas relações entre o Estado e a Igreja, denotando o entrelaçamento de ambas as instâncias nas questões administrativas, jurídicas, políticas e, sobretudo, na vida cotidiana das comunidades, onde a presença do sagrado se encontrava em todas as suas instâncias. Embora esse termo, nos dias atuais, tenha um significado mais espiritual, a proposta de utilizá-lo como eixo explicativo no título se dá justamente como uma provocação a uma leitura contemporânea do termo que, de início, não compreenderia a ambiguidade do seu uso no período estudado. Ora, compreender

¹⁰ HESPANHA, António Manuel. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012, pp. 69-74.

¹¹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*, vol. 1. 1728, pp. 265-266.

a correlação entre as esferas mundana e espiritual nas minas setecentistas, da qual o sentido ambivalente do termo “alma” é uma expressão, é precisamente o objetivo desse trabalho.

*

A base material dessa pesquisa é formada por um conjunto documental de fontes manuscritas presente nos arquivos do Brasil e de Portugal, assim como de fontes impressas referentes ao período histórico nele abordado. Os principais arquivos em que foram encontrados documentos que puderam elucidar a atuação de D. Frei Domingos como bispo de Mariana foram: AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, AHU – Arquivo Histórico Ultramarino (referente à série Brasil: Minas Gerais) e ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Além desses arquivos, também foi possível encontrar documentos no Museu Casa dos Contos em Ouro Preto, na Biblioteca da Ajuda, na Biblioteca Nacional de Portugal (as duas últimas em Lisboa) e no Arquivo da Universidade de Coimbra. Destaco, no entanto, que essa pesquisa não tem a proposta de esgotar a documentação referente ao governo desse prelado. As dificuldades inerentes a toda pesquisa, como o tempo curto, a impossibilidade de ter acesso a determinada documentação e o fato dos materiais se perderem nos arquivos e nas suas catalogações, nos impedem de obter uma totalidade documental. De todo modo, o acervo levantado aqui já é satisfatório, tendo, inclusive, documentos inéditos na sua composição que tiveram grande importância para a obtenção das conclusões dessa pesquisa.

Com relação ao AEAM, utilizamos os fundos: Escrituração da Cúria, para ter acesso às cartas pastorais; ao Códice N°1 Generalidades – Governos episcopais (D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel), onde trabalhamos com pastorais, bulas, editais, cartas e inventário *post mortem*. Para todos eles procuramos permanecer no recorte temporal do mandato de D. Frei Domingos de 1777 até 1795, com um distanciamento de dois anos após o seu falecimento.

Nos arquivos e bibliotecas de Portugal, foram pesquisadas as seguintes séries documentais: na Biblioteca Nacional de Portugal tive acesso ao códice *Demonstração apologética sobre as conhecimentos* do Pe. Antonio de Noronha; os livros de matrícula no Arquivo da Universidade de Coimbra; cartas, requerimentos, exames, concursos e mercês na série Padroados do Brasil do ANTT; requerimentos, cartas (a grande maioria sobre as *conhecenças*), certidões, ofícios, ordens régias, pareceres e instrumentos de pública forma na série Brasil-Minas Gerais do AHU.

Fez-se uso também de fontes impressas como: os decretos do Concílio de Trento; as Cartas Chilenas de Tomás Antônio Gonzaga; as Constituições Primeiras do Arcebispado da

Bahia de D. Sebastião Monteyro da Vide; os volumes dos Autos da devassa da Inconfidência Mineira; a documentação do Cabido de Marina presente na coleção organizada por Caio César Boschi; algumas cartas do primeiro bispo de Mariana presentes na coleção impressa do Copiador de cartas do bispado de Mariana; alguns documentos presentes na coleção *Códice Costa Matoso*.

No primeiro capítulo será discutido o lugar da Igreja no Estado português, partindo de algumas concepções trabalhadas pelas historiografias brasileira e portuguesa. A discussão que será apresentada, no entanto, não tem a intenção de propor um esgotamento do debate em torno dessa temática, mas sim integrar o objeto de estudo ao contexto histórico. Nesse sentido, partir-se-á da discussão historiográfica para o desenvolvimento da conjuntura na qual D. Frei Domingos estava inserido e dos debates analíticos sobre as relações entre o Estado e a Igreja na América Portuguesa e no Império Português. Com isso, trabalharemos o desenvolvimento de um projeto político-religioso em Portugal, visando a sua aplicação no Reino e por todo o seu território colonial. Dar-se-á entrada aos conceitos de regalismo e episcopalismo discutidos durante o século XVIII. Em seguida, teremos a inserção desse debate na constituição e desenvolvimento do bispado de Mariana até a nomeação de D. Frei Domingos em 1777. E, por fim, será mostrado o processo de nomeação de Pontevel, o seu perfil episcopal (aqui está inclusa a análise da sua biblioteca) e suas primeiras ações como bispo de Mariana.

No segundo capítulo, serão apresentados os problemas de estruturação do bispado, o projeto reformador católico de D. Frei Domingos e as interações dele com o Cabido do bispado de Mariana. Nesse ponto do trabalho, objetivou-se mostrar o Pontevel com um perfil mais voltado para o pastoreio e para a administração física e estrutural do bispado de Mariana. Discutiremos, portanto, a existência de um perfil mais ativo desse bispo com relação à política de padroado, aos concursos para a formação do corpo de eclesiásticos, à reforma do trabalho pastoral e às interações diplomáticas com o corpo capitular. Já veremos aparecer, nesses pontos iniciais, a incidência das tendências regalistas e episcopalistas nas ações de D. Frei Domingos, um bispo ativo e motivado em fortalecer a hierarquia do corpo de eclesiásticos e em centralizar o poder do bispado nas suas mãos.

No terceiro capítulo serão trabalhadas as interações de D. Frei Domingos com os poderes locais da capitania de Minas Gerais e os poderes do Reino. É nessa parte que iniciaremos as questões referentes ao problema da taxa das *conhecenças*, e como esta deu abertura para outras problemáticas de cunho social, jurisdicional, político e econômico presentes nas Minas. Aqui analisaremos a recepção e utilização do corpo normativo das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de modo a responder algumas questões

referentes à autoridade do bispo e à aplicação do episcopalismo como projeto político-religioso no bispado de Mariana.

E, por fim, no quarto e último capítulo trataremos das relações do poder episcopal com as tendências centrífugas relutantes à centralização e hierarquização da Igreja no bispado de Mariana. As irmandades e ordens terceiras estarão no centro da discussão, se mostrando como forças de resistência não só a essa hierarquização e centralização, mas também como uma oposição às políticas de fiscalidade da Coroa e à perda de privilégios. Os problemas que serão discutidos nessa parte do trabalho possuem ligação direta com as questões do capítulo anterior, mas se aprofundando mais no tema da formação das elites locais e das tensões sociais desse período.

A ligação das questões apresentadas no capítulo 3 e 4 pode ser vista como um outro meio de se compreender a tensão social na qual estiveram inseridos também os acontecimentos da Inconfidência Mineira, ocorridos no final do século XVIII e contemporâneos ao governo de D. Frei Domingos. No entanto, a gama documental e os questionamentos já captados nesse recorte temático inviabilizaram a extensão da pesquisa para esse eixo de discussão. Isso demandaria uma ampliação desse recorte e seria um outro problema a ser pesquisado: o da relação do bispado de Mariana com a Inconfidência Mineira. No entanto, a conexão desses acontecimentos com a temática aqui trabalhada me parece evidente. Desse modo, olhar a Inconfidência Mineira a partir da perspectiva dos fatos relacionados à Igreja de Mariana pode ser não só claro, como instigante. Todavia, a intenção desse trabalho foi também a de olhar os eventos do final do setecentos mineiro sob uma outra ótica que não o da Inconfidência, se propondo analisar os outros fatores que evidenciaram a tensão existente nesse recorte histórico. Quem sabe para um próximo trabalho...

Capítulo 1 – A justaposição dos poderes temporal e espiritual no propósito reformista português

1.1 – A administração colonial e o lugar da Igreja

E nesta certeza também, Sua Majestade ordena que V. S. o declare assim no seu real nome, ao Bispo atual, para que ele faça cessar as referidas vexações com a inteira e geral reforma dos mencionados abusos, dando conta individual e circunstanciada a Sua Majestade por onde conste de assim o haver praticado, *confiando Sua Majestade nas virtudes e exemplar comportamento daquele prelado* que, na reforma de que presentemente se trata e em tudo o mais que lhe for concernente, obre ele sempre de acordo com V. S., *desterrando-se de uma e outra parte todas as contestações e conflitos de jurisdições, e estabelecendo-se entre o dito prelado e V. S. a melhor inteligência e a mais perfeita harmonia, porque este é o único e suavíssimo meio de poderem contribuir reciprocamente para o bem e prosperidade da Igreja e do Estado.*¹²

O trecho acima, do qual tomamos como partida para as matérias e indagações que serão discutidas daqui em diante, salienta o fato de quão imbricadas eram as instituições eclesiásticas e estatais do período moderno, fazendo dos revéses jurisdicionais algo corriqueiro. Ao tratar dos problemas relacionados à arrecadação de emolumentos e conhecimentos e da harmonia que havia de ser cultivada entre o então bispo de Mariana Dom Frei Domingos da Encarnação Pontevel e o recém nomeado governador Visconde de Barbacena, o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro revelou a interdependência que marcara as relações entre o Estado e a Igreja portugueses. A junção dessas duas instituições em prol de um bem comum e do alcance da felicidade do reino (ideais esses bem caros aos Estados Modernos europeus e que alcançou, durante o século XVIII¹³, a ambição de projetos de reforma político-religiosas) tivera envolvida em seus seios propósitos regalistas e episcopalistas.

O governo e a administração, partindo das contribuições conceituais de Pedro Cardim, apesar de terem significados adversos nos dias atuais, no recorte temporal do qual estamos tratando poderiam se confundir devido a ausência de separação entre as noções de público e privado. Dado esse ângulo, os termos “administração” e “governo” eram utilizados para se referir tanto às atribuições estatais e judiciais quanto às religiosas e domésticas. Administrava-

¹² Cf. LISBOA. Instrução de Martinho de Melo e Castro, Secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos, para Visconde de Barbacena, Governador e Capitão-General nomeado para a Capitania de Minas Gerais, 29/01/1788. Ref.: RIHGB 6:3; AMI 3:115. In.: *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 8. Brasília/Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1976. p. 51 (grifo meu).

¹³ HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa: Editorial Presença, 1974. pp. 32. TODOROV, Tzvetan. *O espírito das Luzes*. São Paulo: Barcarolla, 2008. p. 20.

se, então, um reino, uma casa, um sacramento; governava-se a “República”, a casa familiar e as almas (no seu duplo sentido)¹⁴. A imbricação de poderes, portanto, era algo característico do Antigo Regime, algo que transparecia, inclusive, no vocabulário empregado.

A temática da administração colonial na historiografia da América Portuguesa já foi alvo de muitas análises, sobretudo no que tange ao debate referente à aplicabilidade da norma metropolitana nos seus territórios coloniais¹⁵. Desse conglomerado de trabalhos que procuraram debater essa temática, temos como primeiro grupo (nos períodos da década de 30 até 60) aqueles que se atentaram ao entendimento da formação da sociedade brasileira como um todo. Fizeram dos seus trabalhos uma espécie de síntese, analisando as várias temáticas que comporiam essa formação. No que tange à temática da administração, que era um ponto dentre outros que formavam a sociedade brasileira, a Igreja foi abordada como parte desse setor da sociedade, ora sendo colocada como uma segunda instância ou departamento da administração, ora se camuflando e se confundindo com as várias instâncias administrativas da metrópole portuguesa. Segundo esses autores, essa característica da Igreja seria a mesma tanto na metrópole portuguesa quanto no âmbito das suas colônias, carregando consigo as mesmas características encontradas na estrutura administrativa.

Em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1935), Caio Prado Júnior especificou a administração da América Portuguesa como uma “máquina burocrática”, mas uma máquina sem uniformidade nem simetria. Comparando a administração colonial com a da sua contemporaneidade, (essa com funções bem discriminadas e competências bem definidas de acordo com cada setor administrativo) Caio Prado a apresenta como um emaranhado de competências que se entrecruzavam sem levar em consideração as especialidades de cada repartição administrativa. Essa estruturação não se mostrou única das regiões coloniais, mas sim própria da monarquia portuguesa que não tinha uma regulamentação que individualizasse as competências dos setores administrativos¹⁶. Desse modo, a administração “será na colônia um símile perfeito da do Reino”, já que a metrópole portuguesa não procurou adequar as características administrativas existentes às peculiaridades próprias do extenso território tropical que era a colônia da América Portuguesa. Somava-se a isso o fato de as leis não serem

¹⁴ CARDIM, Pedro. “Administração” e “governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: BICALHO, Maria F., FERLINI, Vera L. A. (Org.). *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 51-57.

¹⁵ Os debates que serão apresentados daqui em diante visam, em primeiro lugar, situar o objeto de estudo dentro da temática a ser discutida e de propor possíveis análises. No entanto, não se pretende esgotar o debate historiográfico sobre a temática da administração na América Portuguesa e, muito menos, sobre as relações entre o Estado e a Igreja.

¹⁶ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2007 p. 299.

uniformemente aplicadas em todo o reino. Sendo assim, no território colonial, a prática geralmente não coincidia com a norma, já que as adaptações ao cotidiano eram forçadas pelas circunstâncias locais de cada região da colônia que se mostravam completamente diversas das particularidades da metrópole¹⁷. Em resumo, para Caio Prado, diante de tanta confusão de funções e competências, a falta de método e de clareza das leis conjuntamente com o excesso de burocracia voltado para os órgãos centrais, (onde Lisboa era a cabeça que regia todo o corpo imperial português) “não poderia resultar noutra coisa senão naquela monstruosa, emperrada e ineficiente máquina burocrática que é a administração colonial”¹⁸.

Diante dessa noção da cabeça que rege o corpo, Caio Prado caracteriza o Estado português como uma “unidade inteiriça”, colocando todos os indivíduos como regidos pelo Estado em todas as suas manifestações. Por isso, mesmo com a estruturação administrativa da monarquia portuguesa sendo dividida em vários setores que se entrelaçavam diante da confusão de normas e ações, com funcionários reais que gerenciavam os vários setores regulamentadores, a expressão integral do poder apenas se mostrava na figura do rei¹⁹.

Em *Os donos do poder* (1975), o poder centralizador do rei também é trabalhado por Raymundo Faoro, sendo colocado como um espectro, uma sombra, simbolizada pelos seus funcionários reais pertencentes ao estamento burocrático. Da mesma maneira que Caio Prado, Faoro colocou o poder do rei como subdividido em vários representantes, os quais eram responsáveis pela administração pública colonial. Apresentando um esquema simplificado de uma “hierarquia vertical descendente”²⁰, Faoro ressalta que a simplicidade no esquema poderia esconder o que havia de mais complexo na configuração dos poderes administrativos da metrópole, a designação de inúmeros cargos que chegavam a sufocar o rei. Essa designação de cargos transferidos que configurou a organização administrativa portuguesa com base numa hierarquia definida, mas frouxa e instável, se alarga ainda mais ao se deparar com a dimensão continental do território da América Portuguesa caracterizado pelo autor como “geograficamente caótico”²¹.

Para Faoro, agora com uma visão essencialmente oposta da de Caio Prado, a geografia caótica pôde até ter dificultado a assimilação e organização da colônia pelo Estado português, mas essa assimilação seria feita através da completa transplantação da administração

¹⁷ Ibidem, pp. 301 e 302.

¹⁸ Ibidem, p. 333.

¹⁹ Ibidem, p. 299.

²⁰ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001 p. 203 “UM ESQUEMA VERTICAL na administração pública colonial pode ser traçado, na ordem descendente: o rei, governador-geral (vice-rei), os capitães (capitanias) e as autoridades municipais. ”

²¹ Ibidem, p. 197.

portuguesa para o território colonial através dos seus tentáculos que abraçariam todas as vias da sociedade colonial. A “carapaça imposta ao corpo sem que as medidas deste a reclamem”²² foi a expressão utilizada por Faoro para caracterizar a completa adaptação da colônia às normas da metrópole. Portanto, as vilas e a organização administrativa precediam a chegada da população, sendo a sociedade e a economia moldadas aos costumes e leis já pré-determinados pelo Estado português. Desse modo, a pretensão do Estado português, para o autor, nunca foi o de criar um novo mundo, mas sim o de moldá-lo às necessidades econômicas ultramarinas, um mundo colonial totalmente moldado pelas leis metropolitanas²³.

Do mesmo modo que a administração da metrópole fora transplantada para a colônia em sua completude, a Igreja também o teria sido. Caracterizando o papel da Igreja como parte da administração civil, Faoro destacou a sua integração na rede burocrática do Estado, exercendo ordenações administrativas que contribuía para manter uma rede de controle e informações sobre os súditos. Os registros de nascimento, matrimônio, morte e assistência social eram algumas das funções da Igreja que reforçavam o controle do Estado, além do cumprimento de ordens régias de cunho religioso e civil enviadas pelo rei. Essa tese do autor pode ser verificada na instrução de D. João V ao comissário Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, orientando-o no recolhimento de informações sobre o número de escravos na missão de implantar a cobrança do quinto na capitania de Minas Gerais:

A primeira diligência que nas Minas deveis fazer é informar-vos miudamente do número de escravos que nelas pode haver, tanto pela opinião das pessoas mais práticas e verdadeiras como pelos róis do donativo que se mandarão procurar, encarregando-se aos ministros da justiça e oficiais da câmara que informem do número de todos e também daqueles que, por algum privilégio ou outro motivo, não foram inclusos nestes róis, e procurareis saber, pouco mais ou menos, os empregos dos escravos, se são mineiros, se roceiros, em que sítios e por que espaço de tempo costumam estes minerar.
*E para poderdes usar para este fim dos róis dos confessados, buscareis de caminho ao bispo do Rio de Janeiro e falareis com os comissários do Santo Ofício, párocos e religiosos que forem convenientes, encarregando-lhes, da minha parte, a verdade ao segredo nas matérias que o pedirem.*²⁴

A supremacia da esfera civil sobre a religiosa foi, para Faoro, o que mais comprometeu a influência da Igreja como uma instituição no império português, pois, segundo ele, “o padre

²² Ibidem, p. 192.

²³ Ibidem, pp. 143 e 203.

²⁴ Cf. Instrução ou regimento do rei para o comissário Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. Lisboa, 30/10/1733 [fl. 102v.] APM, Sc 02, 137-140. In.: FIGUEIREDO, Luciano R. de A., CAMPOS, Maria V. (Org.). Códice Costa Matoso, vol. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, pp. 296-297. (grifo meu)

cedeu à prisão do padroado e à dependência econômica”. Com isso, para o autor, o que persistiu no Brasil foi apenas “uma moldura religiosa da sociedade” por causa das ordens religiosas e, em especial, dos jesuítas. Ou seja, o autor defende que a estrutura hierárquica da Igreja não teve autonomia em Portugal e seus domínios, pois esteve sempre sob o jugo do Estado e imbricada à sua administração. As ordens religiosas, por sua vez, e sobretudo a Companhia de Jesus, tiveram maior sucesso ao embrenhar-se na vida social da população e por conta da sua ligação mais direta com o papado²⁵.

Nesse ponto, pode-se dizer que Raymundo Faoro seguiu os mesmos princípios analíticos de Caio Prado (com exceção do argumento referente às ordens regulares), já que esse também pensou a Igreja como uma segunda esfera administrativa do Estado português, sendo difícil distingui-la da administração civil devido ao seu aparelhamento pela mesma. Contudo, sem independência e autonomia, por causa da política de Padroado, Caio Prado caracterizou a Igreja da América Portuguesa como um “simples departamento da administração portuguesa, e o clero secular e regular seu funcionalismo”. Esse engessamento do poder eclesiástico e da Igreja na sociedade portuguesa não teria, segundo o autor, sido recebido com passividade durante os vários séculos da aplicação da política de padroado. No mais, apesar da existência de algumas relações conflituosas, no geral, o que permanecia na relação das duas instâncias (Estado e Igreja) era a colaboração, visando os mesmos propósitos²⁶.

Nesse ponto, destaca-se a visão de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936), de que essa contribuição da Igreja (como corporação) com os propósitos da política estatal não deixou de ser criticada, de modo individual, por membros do clero enquanto esteve vigente a política de padroado até meados do século XIX. Interpretada por ele como “braço secular” ou “departamento de administração leiga”, a Igreja portuguesa na metrópole e nos seus territórios coloniais poderia ser denominada como um *instrumentum regni* (instrumento do rei). Instrumento esse que era utilizado segundo interesses e conveniências desde o recebimento de dízimos e fundação de templos até a nomeação de membros para a hierarquia da Igreja, ou até de membros da Igreja para cargos da administração civil. Essa designação do corpo eclesiástico aos mesmos poderes aos quais civis eram designados, ou seja, ao poder estatal, teria sido a maior causa para a relaxação dos costumes de cristãos leigos e clérigos, independente da sua posição na hierarquia da Igreja.

²⁵ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001, pp. 229-235.

²⁶ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2007, pp. 287, 331-332.

De fato, a interferência do Estado na formação de clérigos e educação cristã dos leigos teria o poder de inibir a influência da Igreja no que tange o ensinamento das virtudes cristãs. Impedimento esse que ingeria diretamente na formação da sociedade brasileira²⁷. Nesse ponto, encaixa-se também a interpretação do historiador Américo Jacobina Lacombe de que a Igreja portuguesa não poderia ser vista como uma instituição autônoma, já que estava envolvida em demasiado nas malhas administrativas do governo²⁸. Já Riolando Azzi concluiu que essa dependência do clero do poder do Estado fora tão forte que o projeto tridentino de dar central importância ao clericalismo não teve sucesso na América Portuguesa durante todo o período colonial²⁹.

Em sua análise, Sérgio Buarque se aproxima bastante daquela proposta pelo historiador português Fortunato de Almeida, em *História da Igreja em Portugal* (1910). O autor observou que a política regalista, aplicada pelo Marquês de Pombal no reinado josefino e que persistiu no reinado mariano, e a política de padroado foram os principais fatores responsáveis pela decadência política e social do clero português. Mas diferente dos autores já apresentados acima, Fortunato de Almeida tendeu para uma análise mais radical das relações entre o Estado e a Igreja. Para esse historiador, a posição do Estado, sobretudo a partir do reinado josefino, foi de um anticlericalismo tão forte que “se procurava levar ao espírito público a convicção de que a classe eclesiástica era o maior inimigo do Estado, e de que uma das primeiras obrigações do imperante era precaver-se contra o clero e contra a Santa Sé”³⁰.

Os bispos, nessa relação entre instituições, seriam o ponto oscilante em que ora pendia para a cooperação com o governante, ora se oporia a ele. Como, por exemplo, foi o caso do bispo de Pernambuco Dom Frei Luís de Santa Tereza, que, segundo o primeiro bispo de Mariana Frei Manuel da Cruz, “entrou em ardentes discórdias com o Governador”. O prelado ressaltou que “nestas partes (América Portuguesa) para os Bispos promoverem a honra e o serviço de Deos e bem espiritual das almas he preciso entre elles e os Governadores boa harmonia e para esta se conservar he necessária grande prudência e muita paciência”³¹. De todo modo, Almeida também sustentou a ideia de uma completa submissão da Igreja portuguesa ao

²⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp. 118-119.

²⁸ LACOMBE, Américo Jacobina. A Igreja no Brasil colonial. In: Sérgio Buarque de Holanda (dir.). *História Geral da civilização brasileira*, vol. 2. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1968, p. 57.

²⁹ AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, pp. 156-158.

³⁰ ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Vol. 3. Nova ed. preparada e corrigida por Damião Peres. Porto: Portucalense Editora, [1967-1971], pp. 255-256.

³¹ Cf. Carta para Monsenhor Grojão Henriques, 1745 [fl.69v]. In.: RODRIGUES, Mons. Flávio Carneiro, SOUZA, Maria José Ferro (Org.). *O copiadador de Dom Frei Manoel da Cruz*, vol. 5. Mariana, MG: Editora Dom Viçoso, 2008, p. 163.

poder temporal do Estado, fator esse que contribuiu em demasiado para que essa instituição se desviasse das suas virtudes desde os principais cargos da hierarquia eclesiástica até a formação inicial dos clérigos nos seminários.

Segundo Arlindo Rubert e Charles Boxer, o poder do rei nessa relação seria passível de comparação com um vigário apostólico, prelado, ou pastor espiritual, pois a liberdade e autonomia da Igreja portuguesa foi diminuída tanto com o passar do tempo, que consequentemente a autoridade papal diminuía. E isso, segundo Rubert, se constituiu numa ambiguidade da política de padroado, já que tal política (em seu início pelo menos) fora benéfica para a constituição e fortalecimento da Igreja portuguesa, sobretudo nos territórios coloniais com o sustento do clero e a fundação e manutenção dos templos religiosos³². Essa parece também ter sido a visão compactuada por Diogo de Vasconcelos, em que a política de padroado e a subordinação da Igreja ao rei português não tiveram um efeito tão prejudicial quanto a da política regalista de meados do século XVIII em diante³³.

Numa visão oposta (em partes) sobre a política de padroado, em que a interpretação da ambiguidade não cabe, Eduardo Hornaert classificou-a desde seu início como uma “catalizadora de recursos” para inflar os cofres da nobreza de Portugal e também um significante para o direito de conquista. Assim, chegou na conclusão de que existiam dois tipos de padroado: o padroado português ou europeu e o padroado colonial. Para ambos os tipos de padroado, a instrumentalização da Igreja teria sido a sua principal característica, a qual o autor dividiu em alguns aspectos centrais: 1) os eclesiásticos eram sustentados pela fazenda real através do pagamento pela folha eclesiástica (côngruas); 2) a fundação de conventos, missões e paróquias em lugares de fronteira para garantir a sua expansão e manutenção territorial; 3) o controle no número de religiosos a serem admitidos; 4) o rei como chefe da Igreja portuguesa; 5) a influência cultural do padroado, colocando uma visão paternalista sobre o rei³⁴. O que, na visão do autor, caracterizaria uma diferença básica entre a política de padroado da metrópole e da colônia seria justamente essa relação metrópole/colônia. O recebimento do dízimo da colônia e o seu retorno através de côngruas e manutenção dos templos (redizimas), foi concluído pelo pesquisador como um processo diferente do que ocorria na metrópole.

³²BOXER, Charles R. *O império marítimo português* (1415-1825). Trad. Anna Olga de Barros Barreto. Companhia das Letras: São Paulo, 2002, p. 244; RUBERT, Arlindo. *Historia de la Iglesia en Brasil*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, pp. 42-43.

³³VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira*: Bispado de Mariana. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 40.

³⁴HORNAERT, Eduardo. A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial. In: *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, pp. 36-39.

Notemos, portanto, que, nos estudos apresentados acima, permaneceram correntes interpretativas que colocaram a Igreja portuguesa, e o seu papel na sociedade portuguesa, como estática e inteiramente dependente de políticas estatais. O imbricamento dessa instituição nas funções relativas do Estado e vice e versa significou, para parte desses pesquisadores, não só a sua inteira submissão, como também a sua decadência no que diz respeito à aplicação dos dogmas tridentinos. No mais, essas interpretações tenderam a colocar as relações entre o Estado e a Igreja como sendo de oposição (em especial quando se diz respeito ao período do reinado de D. José I e adiante e das políticas regalistas instituídas pelo Marquês de Pombal), ou de inteira submissão e falta de ação. No entanto, essa relação foi interpretada por alguns pesquisadores como cheia de entroncamentos dos dois lados, formando uma rede de ligações que se sustentaria a partir das relações conflituosas e de interesses entre ambas instituições. Entroncamentos esses que fariam da Igreja uma corporação bem ativa. Esse é o caso, por exemplo, do pesquisador Antônio Camões de Gouvea, o qual defendeu que, apesar de existir uma tendência de submissão da Igreja à política pombalina regalista, esta não havia engessado o poder eclesiástico³⁵. Essa também foi a análise compartilhada por Tales de Azevedo, o qual definiu as relações entre Estado e Igreja como um “jogo de tensões e reações” que procurou sempre um equilíbrio, um meio termo entre essas duas forças³⁶.

Podemos tomar como exemplo desse jogo de tensões e reações uma questão envolvendo problemas de jurisdição entre os rendeiros de dízimos do arcebispado da Bahia e do bispado de Mariana, mais especificamente a região de Minas Novas, em fins do século XVIII. Tal questão resultou na criação de uma carta de excomunhão feita pelo arcebispo da Bahia, D. Frei Antônio Corrêa, a pedido do suplicante rendeiro da Bahia, G. Mor. Antonio Jozé Esteves, para todos os moradores das freguesias de São Pedro, Santa Cruz da Chapada e de Nossa Senhora da Conceição que pagassem ou contratassem o dizimeiro³⁷ de outro bispado. Então, sob pena de *excomunhão ipso facto incorrienda*, o arcebispo orientou os moradores das sobreditas freguesias e distritos das capelas que “não fação [...] compras, vendas, commutaçoens, e outro

³⁵ GOUVEA, Antônio Camões. O enquadramento pós-tridentino e as vivências de religião. In: Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal*, vol. 4. Lisboa: Estampa, 1993, p. 298.

³⁶ AZEVEDO, Tales. *Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia*. São Paulo: Ática, 1978, p. 14.

³⁷ Os dizimeiros ou rendeiros eram os cobradores do dízimo para a Real Fazenda, tanto nas colônias quanto em Portugal. A quantia do dízimo pré-fixado pela Coroa (em gêneros agrícolas) era cobrada da população diretamente pelos rendeiros, o que permitia uma série de abusos de cobrança e desvios por parte deles. Para obter o título de rendeiro/dizimeiro, o proponente deveria comprá-lo do governo e o seu lucro dependia do quanto se adquiria em tributo da população. LIMA, Lana Lage da G. O padroado e a sustentação do clero no Brasil colonial. *SÆculum – Revista de História*, nº 30, João Pessoa, jan./jun. 2014, p. 48.

quaisquer negócios de Dízimos com os Dizimeiros do Bispado de Marianna, e quando o contrário fação os hei por públicos excomungados e malditos de Deos Pae Todo poderoso”³⁸.

Em resposta a essa carta de excomunhão, houve a reação do então governador da capitania de Minas Gerais, Rodrigo Jose de Meneses, admoestando o arcebispo. Como se pode notar abaixo:

Não he esta a primeira vez, que os Ministros da Igreja, cujas acçoens devem todas ser dirigidas pelo espírito da mansidão, paz, e concordia, abusando indignamente das respectivas armas que para fins santos, e lícitos lhe foram concedidas, (...) que se intitula Doutor, e que pelo seu Estado o [...] ser em Direito Canônico conhecer a história Ecclesiastica, e saber quaes são os limites que dividem a Coroa, da Mitra, ou he muito ignorante, ou [...] atrevido, em ter feito publicar semelhante carta, em circunstancia alguma de mera temporalidade, e muito menos na prezente (...) [...] *para imitar a moderação de que a minha Augusta Soberana dá hum incomparável exemplo a todos os seus Vassallos, a convencê-lo do erro grave que fez no seu officio da manifesta usurpação a Regia authoridade com que obrou, a do crime de leza Magestade que tem incorrido com uma cegueira incompreensível*.³⁹

Notemos que, na argumentação do governador da capitania de Minas Gerais, é evidente o posicionamento de autoridade do poder do Estado sobre as ações da Igreja portuguesa, mas também é possível notar o posicionamento enérgico do arcebispo baiano. Esses documentos estão aí para exemplificar essa relação entre instituições que, ao contrário do que foi defendido por alguns autores, se mostrou muito mais conflituosa e ativa. Essa relação de conflitualidade foi bem trabalhada pelo historiador José Pedro Paiva, o qual classificou as relações entre o Estado e a Igreja como fundamentadas pela “interpenetração”⁴⁰, fazendo com que ambas instituições se interligassem profundamente e houvesse uma extensa rede de interdependência. Com competências de cargos e jurisdições que se sobrepunham, entravam em jogo nesse cenário fluxos de interesses intra-institucionais e individuais, tornando as análises e as visões sobre as duas instituições e seus agentes muito mais complexas do que de imediato aparentam. Desse modo, podemos olhar a instituição Igreja como um “corpo pluricelular” dotado de vários grupos e indivíduos que, nas suas particularidades e individualidades tem formações, interesses e ambições diversas. Temos como exemplos dessa rede de relações ora conflituosas, ora

³⁸ AHU - Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino. Carta monitória e de excomunhão (cópia) de Minas Novas do vigário geral Luis Almeida sobre a informação do rendeiro de dízimos da Bahia Antonio Jose Esteves, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 117, doc. 88. Carta de Vila Rica 28/02/1781.

³⁹ AHU - Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino. Resposta à carta monitória e de excomunhão (cópia) do arcebispo da Bahia sobre a informação do rendeiro de dízimos da Bahia Antonio Jose Esteves, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 117, doc. 88. Carta de Vila Rica 22/10/1781 (grifo meu).

⁴⁰ PAIVA, José P. A Igreja e o poder. In: GOUVEA, António C. e MARQUES, João F. (Org.) *História Religiosa de Portugal* vol.2. Rio do Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 138.

cooperativas, os vários acontecimentos envolvendo os cabidos de dioceses portuguesas e ultramarinas e também as ordens regulares, irmandades e confrarias.

Por outro lado, ao tratar dessas relações e dos acontecimentos referentes à expansão do império português, Paiva ressalta que não haveria existido império sem a cooperação da Igreja e não haveria evangelização dos súditos e missionação nas conquistas se não fosse o apoio e a proteção do Estado⁴¹. As relações entre Estado e Igreja faziam-se tão profundas e complexas que poder-se-ia falar em *clericalismo régio*⁴², pois o imbricamento das duas instituições permitia não só que, através da política de padroado, o rei interferisse nas questões temporais da Igreja, como também que alguns eclesiásticos conseguissem alcançar posições de destaque na administração do governo e na justiça. Temos como alguns exemplos, Frei Gaspar da Encarnação e Cardeal João da Mota e Silva (personagens importantíssimas como conselheiros e participantes de concursos eclesiásticos no reinado de D. João V)⁴³, António Pereira de Figueiredo (utilizado assiduamente na composição do pensamento eclesiástico pombalino) e todos os quarentas reitores da Universidade de Coimbra entre 1537 e 1770 que foram eclesiásticos⁴⁴; e como exemplo máximo o cardeal e rei Dom Henrique.

Em suma, as relações entre a Igreja e o Estado se configuravam de várias maneiras de acordo com determinadas conjunturas e propósitos. Alianças eram estabelecidas “entre o rei e a Igreja portuguesa face ao poder do papa, ou entre o monarca e o papado contra certos interesses de sectores da Igreja portuguesa, ou entre o clero nacional e o papado contra o rei”⁴⁵.

No caso de Portugal a partir do reinado josefino, seguindo-se também para o mariano, novas orientações reformatórias impulsionaram um projeto político-religioso proposto pelo primeiro ministro Marquês de Pombal. Esse projeto, segundo Evergton Sales Souza, só teria sido possível devido à campanha antijesuíta, fator fundamental para fomentar as novas orientações teológicas, eclesiológicas e morais do império português, tomando como base a junção de ideias como o regalismo e o episcopalismo. Alterar-se-ia, nesse ponto, a teologia escolástica pela positiva, as concepções ultramontanas pelas concepções eclesiológicas

⁴¹ Ibidem, p. 142.

⁴² Ibidem, pp. 139-149.

⁴³ PAIVA, José P. D. Sebastião Monteiro da Vide e o episcopado no Brasil em tempo de renovação (1702-1750). In: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton Sales (Org.) *A Igreja no Brasil: Normas e Práticas durante a vigência das Constituições do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, p. 41.

⁴⁴ OLIVERIA, António de. A universidade e os poderes. In.: *História da Universidade de Portugal*, vol. 1 tomo II (1537-1771). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 901.

⁴⁵ PAIVA, José P. A Igreja e o poder. In: GOUVEA, António C. e MARQUES, João F. (Org.) *História Religiosa de Portugal* vol.2. Rio do Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 143.

regalistas e episcopalistas, a moral relaxada dos probabilistas pelo rigorismo pautado apenas por dois pilares: a Sagrada Escritura e a Tradição⁴⁶.

As interpretações apresentadas acima carregam consigo um teor desmitificado sobre a visão anticlerical do governo josefino e de seu primeiro ministro. Mostram a existência de alianças e de um projeto político-religioso carregado de intenções e objetivos de poder que envolviam questões a tempo delicadas sobre a discussão dos poderes dos reis em relação ao poder do papado e vice-versa. Questões essas que se arrastaram ao longo do século XVIII com o objetivo de fomentar um projeto político de monarquia pura; nesse projeto, a junção do Estado com a Igreja (nesse caso a Igreja portuguesa em especial) seria algo fundamental. Não se trata, nesse sentido, de falarmos de um total rompimento com Roma e o papado pois, apesar de sua ocorrência durante parte do reinado josefino, no reinado mariano as relações se estabilizaram, mas o projeto político idealizado pelo primeiro ministro Marquês de Pombal persistiu mesmo após a sua retirada do cargo.

Ressalto, no entanto, que o pesquisador José Pedro Paiva apresenta uma visão diferente e contra argumentativa com relação às interpretações historiográficas tendentes a analisar o reinado de D. José I e o projeto pombalino como jansenista, febroniano, galicano ou episcopalista. Na visão do mesmo autor essas interpretações não caberiam para o contexto português, pois “o Estado católico, entendido numa nova perspectiva é certo, não foi nunca posto em causa por Pombal”⁴⁷. De certo, vemos no projeto reformista aplicado no reinado josefino um posicionamento antijesuíta, mas não como anticlerical. Projeto esse que foi formulado com base em preceitos político-religiosos. Nesse contexto, os bispos (o seu papel, autoridade e importância na hierarquia da Igreja católica) seriam peças-chave no fomento desses debates. No entanto, apesar de uma tendência cada vez mais dependente e coadjuvadora do poder real, não podemos deixar de tomar também como possibilidade o movimento inverso, o da intervenção das ações dessa Igreja dentro do Estado.

⁴⁶ “Ces nouvelles orientations allaient, *grosso modo*, dans le sens d’un passage de la théologie scolastique à la théologie positive, des conceptions ultramontaines aux conceptions ecclésiologiques régaliiste et épiscopalistes, de la morale relâchée issue dans l’Écriture et la Tradition, ‘les deux pivots fixes & inébranlables sur lesquels le vrai Christianisme se soutiendra toujours’.” SOUZA, Evergton Sales. *Jansénisme, et réforme de l’Église dans l’Epire Portugais*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 454. “Essas novas orientações vão, grosso modo, no sentido de uma passagem da teologia escolástica para a teologia positiva, de concepções ultramontanas para concepções eclesiológicas regalistas e episcopalistas, da moral relaxada na Escritura e na Tradição, ‘os dois pivôs fixos e firmes sobre os quais o verdadeiro Cristianismo se sustenta até os dias de hoje’.” (tradução minha)

⁴⁷ PAIVA, José P. A Igreja e o poder. In: GOUVEA, António C. e MARQUES, João F. (Org.) *História Religiosa de Portugal* vol.2. Rio do Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 174.

1.2 – Regalismo e episcopalismo: um projeto político-religioso

Disse D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel a seus fiéis na pastoral da Bula da Cruzada (1784) “que não queirais em vão que a graça de Deos malogreis a paternal, e generosa liberdade do *Supremo Pacto da Igreja* e as piíssimas intenoens de *nossa Fidelissima Rainha Soberana*⁴⁸”. Sob a intenção de impulsionar os fiéis para o cumprimento de uma vida exemplar nos costumes, estivessem eles ligados as ações do espírito ou temporais, o prelado procurou também, a partir de um texto pastoral de característica centralizadora e rigorosa, realçar o compromisso existente entre os poderes temporal e espiritual. Esse “Supremo Pacto”, o qual se referiu o bispo marianense, nos dá o ensejo para discutirmos as vinculações existentes entre os poderes civil/secular e espiritual no âmbito do Império português. O projeto político regalista que pautou a ambição governativa de Portugal nos setecentos, nos reinados de D. José I e D. Maria I, fiou-se na união com o poder espiritual situado na figura dos bispos. O episcopalismo como parte desse projeto, agora não apenas político, mas sim político-religioso, esteve presente nas discussões internas da Universidade de Coimbra e configurou-se como um dos alicerces da proposta que visava a manutenção, fortificação e centralização do poder monárquico. Para tanto, esse propósito, assim como todo processo histórico de longa duração, foi se construindo a partir de vários outros processos menores.

As relações entre o Estado e a Igreja em Portugal do século XVIII foram banhadas por discussões voltadas aos limites de poder e ação relativos a cada uma dessas instâncias. Discussões essas que não foram exclusivas dessa época, mas que germinaram e foram fruto de tensões e questões diplomáticas envolvendo Portugal e a cúria romana desde antes do período da Restauração. Do reinado de D. Manuel, enfraquecido perante Roma, até o reinado de D. Maria I, onde é possível verificar maior estabilidade e prudência nessas relações, notamos um movimento do Estado português que, com o tempo, fomentou o amadurecimento de uma posição mais autônoma face à Sé de Roma. Apesar de, segundo Paiva, não podermos falar de uma política regalista (nos termos de um debate doutrinal/ideológico) antes do século XVIII e, mais especificamente, antes do reinado josefino⁴⁹, a afirmação da esfera secular sobre a Igreja já se fazia presente no âmbito político e intelectual português. Esse movimento demonstrou a existência de regalismos em Portugal. Não necessariamente essa afirmação se dava diante da

⁴⁸ AEAM - Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Escrituração da Cúria, armário VI, pastorais (1783-1830). Pastoral de D. Frei Domingos Pontevel para prover a Bulla da Cruzada. 31/09/1784. (grifo meu)

⁴⁹ PAIVA, José P. A Igreja e o poder. In: GOUVEA, António C. e MARQUES, João F. (Org.) *História Religiosa de Portugal* vol.2. Rio do Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 179.

negação ou diminuição do poder do pontífice, mas poderia ocorrer, sobretudo, pelas alianças feitas entre Portugal e Roma, visando manter o controle e a lealdade do clero português diante do rei. Foi isso o que ocorreu, por exemplo, no reinado de Felipe I com o objetivo de reprimir clérigos regulares e seculares que abordassem assuntos de cunho político em seus ofícios. Diante disso, poderíamos tratar de regalismo, se partirmos do pressuposto das particularidades da atuação do poder do Estado sobre a Igreja nos reinados portugueses.

Encontramos, no entanto, uma atuação oposta no reinado de Felipe II, onde essa afirmação da esfera secular sobre a Igreja se mostrou mais direta na busca de uma maior autonomia face às intervenções de Roma nos assuntos temporais. O maior símbolo e teorizador desse esforço do poder secular foi a obra de Gabriel Pereira de Castro, *De manu regia tractatus* (1622), onde se abordou de forma jurídico-política a defesa dos interesses do Estado sobre os da Igreja de Roma⁵⁰. Foi também no reinado de Felipe II que houve uma tendência a limitar o poder da Igreja e seus privilégios, fatores esses que foram expostos nas *Ordenações Filipinas*. Houveram limites às posses de bens, restrição às liberdades de jurisdição e a imposição de tributos fiscais. Limites esses que tensionaram as relações entre os dois Estados e que arrastaram essas perturbações nas relações diplomáticas entre Portugal e Roma por todo o reinado de D. João IV.

Mas é no reinado de D. João V que temos o maior exemplo de investida do poder da Coroa sobre a Igreja nacional portuguesa e uma política de intensificação do poder régio e sua soberania face ao poder pontifício. De acordo com o historiador José Pedro Paiva, as medidas tomadas no reinado de D. João V alicerçaram os propósitos empregados, à *posteriori*, no reinado josefino. Vide o exemplo das tensões existentes em torno do beneplácito régio, as quais estimularam a promulgação de um decreto em 1728 onde fazia-se proibida a validação de bulas, breves e graças do papa sem primeiro serem aprovadas pelos oficiais régios. Ou seja, em paralelo ao esforço de reconquistar um lugar no cenário romano para promover o poder real, as políticas do governo de D. João V também intensificaram as medidas afirmativas do poder soberano português sobre o do pontífice, mas com a diferença de uma postura mais diplomática

⁵⁰ No que tange a limitação dos poderes espiritual e temporal, a teorização de Gabriel Pereira de Castro se sustentou nos argumentos que limitavam o poder do papa nos assuntos temporais dos Estados cristãos, como também a intervenção desse Estado em questões de matéria civil que envolvessem a Igreja portuguesa. Por outro lado, confere ao papa o poder espiritual como superior ao temporal, sendo possível depor um rei caso ele seja considerado herege. Outros textos que também foram exemplares desse debate foram: a *Arte de reinar* (1644) de António Carvalho de Parada e a *Arte de furar* (1652) de um anônimo. Enquanto que no primeiro trabalho existe a defesa de uma ideia da não sobreposição dos dois poderes e a defesa das imunidades e privilégios da Igreja, o segundo defende a jurisdição secular sobrepondo a eclesiástica e que a jurisdição temporal do papa seria válida apenas nos limites do seu território. TORGAL, Luís Reis. *Ideologia Política e Teoria de Estado na Restauração*. V. 2. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1982, pp. 57-66.

ou de um “taticismo de actuação”, como definiu o autor, o que permitiu a recuperação de prestígio e influência com Roma nesse período⁵¹. A aceitação da bula *Unigenitus* (onde o Papa Clemente XI condenou as teses jansenistas) em 1723 pelo governo português e pela Universidade de Coimbra, contrariando toda onda de contestações que permeou a Europa, pode ser tida como uma máxima representativa das relações ponderadas que ocorriam entre Portugal e o papado nesse período⁵².

Ademais, foi sobretudo no reinado de D. José I, com as políticas reformistas objetivadas pelo Marquês de Pombal, seu secretário de Estado do Reino, que questões referentes aos limites do poder temporal e espiritual ganharam cada vez mais força, dando abertura para a fomentação da ideia de monarquia pura. Nesse ponto de vista, um poder que se pretendia absoluto e independente não podia mais não deixar de intervir nos privilégios e imunidades eclesiásticas que colocava toda a classe clerical sob jurisdição do Estado e, acima de tudo, não poderia mais depender do poder papal que tencionava se mostrar em *pari passu* ao poder real. Isto é, na medida em que o poder espiritual foi perdendo espaço, juntamente com a diminuição da influência do papa através de discussões contrárias às ideias ultramontanas em Portugal, o poder temporal (representado agora só pela figura do rei, não se coadunando mais com a classe da nobreza como na ideia de monarquia mista) passou a ter na sua concepção a origem divina do poder resultante do direito natural disposto por Deus⁵³.

Esse movimento de cariz absolutista da concepção dos Estados modernos se tornou uma tendência na Europa nos séculos XVII e XVIII. Essa tendência que se fundamentou em concepções reformistas não só no âmbito da política e das relações entre os poderes civis e espirituais, mas sobretudo no plano de reforma religiosa encabeçada por personagens de dentro do corpo eclesiástico. Autores, em sua maioria eclesiásticos e canonistas originários de vários países da Europa como Bossuet, Febronius, Luis-Ellies Du Pin, Van Espen, Quesnel e outros, trabalharam em suas obras argumentos que fundamentavam a concepção, construção e justificação dos sistemas regalistas de poder em conjunto com propostas que contribuíam para a fundamentação das igrejas nacionais⁵⁴. Temos, portanto, o galicanismo defendido pelos franceses Bossuet e Du Pin; o episcopalismo de Febronius (pseudônimo utilizado pelo alemão

⁵¹PAIVA, José P. A Igreja e o poder. In: GOUVEA, António C. e MARQUES, João F. (Org.) *História Religiosa de Portugal* vol.2. Rio do Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 164.

⁵²FONSECA, Fernando Taveira. A teologia na Universidade de Coimbra. In.: *História da Universidade de Portugal*, vol. 1 tomo II (1537-1771). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 784.

⁵³PEREIRA, José Esteves. *O pensamento Político em Portugal no Século XVIII*: António Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005, p. 139.

⁵⁴SOUZA, Evergton S. *Jansenisme, et reforme de l'Église dans l'Empire Portugais*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 429.

Johann Nikolaus von Hontheim); e os posicionamentos jansenistas de François Jean Baptiste de Quesnel e Zeger Bernhard Van Espen. Para além dos debates voltados às relações entre o sacerdócio e o império muito presentes nessas obras, outro ponto de igual importância, e que teria andado em conjunto com essas discussões políticas, foi o das questões ligadas à teologia, à moral e à espiritualidade. No mais, veremos mais à frente que tais concepções de cunho temporal (envolvendo as discussões de poder, hierarquia e autoridade) e espiritual se completavam, fundamentando ideais político-religiosos como o regalismo e o episcopalismo.

As obras de todos esses autores se fizeram presentes em terras ibéricas, inspirando canonistas portugueses e contribuindo para o florescimento de um debate político-religioso que perdurou por todo o século XVIII. Em vista disso, vê-se em Portugal o fomento de um programa de fundamentação teórico-doutrinal no reinado de D. José I encabeçado pelas políticas reformistas do seu primeiro ministro Sebastião José Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Com o intuito de centralizar o poder do rei, as teorias que fundamentavam a monarquia absolutista ou monarquia pura ganharam espaço, objetivando delimitar as esferas de poder internas no reino e fora dele, no que diz respeito às relações de Portugal com a Santa Sé. É nesse ponto que elementos de episcopalismo adentrariam no corpus teórico das reformas político-religiosas.

Três eram os pontos discursivos que alicerçaram esse projeto absolutista ou de monarquia pura e que foram apresentados por José de Seabra da Silva na obra intitulada *Dedução Cronológica e Analítica* (1768): O primeiro ponto argumentativo foi o histórico-juridicista, onde o policentrismo e os resquícios da monarquia mista eram desfundamentados a favor da monarquia pura; o segundo ponto se pautou no discurso jusnaturalista da igualdade de todos os vassallos perante o rei, com o objetivo de “desfeudalizar as estruturas econômicas e sociais”⁵⁵, colocando o rei como soberano face à comunidade civil e frisando que esse poder não adveio de um pacto social; e o terceiro e último argumento, e que nos interessa mais, consistiu no teológico-canônico, o qual tinha como fundamento a autonomia e supremacia do Império em tudo da Igreja que se colocava no âmbito do temporal, sendo o poder do rei soberano e independente advindo diretamente e naturalmente de Deus. Essa argumentação fazia cair por terra toda e qualquer teoria calcada na ideia de tiranicídio (defendidas pelos jesuítas Francisco Suárez e João de Mariana) ou de deposição do rei, e inibia a influência do poder papal em nivelamento com a do monarca. Essas ideias de caráter escolástico eram compartilhadas

⁵⁵ DIAS, José Sebastião da Silva. Pombalismo e teoria política. *Revista Cultura – História e filosofia*. Instituto Nacional de investigação científica. Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, vol. 1, 1982, p. 46.

pelos curialistas e teóricos da Companhia de Jesus, que viam o poder dos monarcas como advindo de um contrato social entre o soberano e o seu povo⁵⁶, possibilitando aí a aplicação do discurso de intervenção papal (no poder temporal) e da deposição do rei⁵⁷. Esse seria, portanto, um dos pontos onde se chocaram o governo de José I e a Companhia de Jesus, acarretando à expulsão da Ordem das terras lusas em 1759 e o corte de relações diplomáticas com Roma nesse período. Como podemos ver abaixo, a ideia de monarquia pura se fundamentou, em resumo, nos seguintes argumentos:

Nem ainda precedendo o mesmo régio beneplácito podia nenhum monarca deste reino abdicar ou permitir que se lhe usurpasse a independência temporal da sua coroa e a defesa e proteção da autoridade da sua soberania e do sossego público dos seus vassalos, por serem cousas inerentes à majestade, que é a mesma em todos os soberanos, emanada imediatamente de Deus Todo Poderoso, livre, absoluta e sem admitir sujeição temporal a pessoa alguma criada⁵⁸.

Os escritos do canonista português António Ribeiro dos Santos, assim como o autor apresentado acima, também defenderam a teoria do absolutismo do poder do monarca com base nas noções de direito natural. Aliás, essa pauta esteve presente em vários outros escritos de peso na vida acadêmica e política portuguesas como: *De Suprema Regum* (1765), de António Pereira de Figueiredo, no *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra* (1771), nos *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772) e no *De Sacerdotio et Imperio* (1770), de António Ribeiro dos Santos. Mas foi, sobretudo, sobre a discussão das ideias regalistas e das relações entre o Estado português e a Igreja que a sua obra intitulada *De Sacerdotio et Imperio* tratou, tornando-se referencial para estudiosos portugueses da época e, inclusive, para as ideias reformistas do Marquês de Pombal.

Para Ribeiro dos Santos, o único poder que a Igreja poderia exercer era por meio da punição dos vícios e não dos homens, delimitando, desse modo, o poder espiritual. Essa delimitação, segundo José Esteves Pereira, não se mostrou em um sentido prejudicial do poder espiritual pois este não tinha prejuízo quanto a sua própria competência. Logo, o pensamento

⁵⁶ MERÊA, Paulo. *Estudos de filosofia jurídica e de história das doutrinas políticas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, pp. 92-169. Esses argumentos foram defendidos pelo jurista espanhol e jesuíta Francisco Suárez nas obras intituladas *Defensio Fidei* (1613) e *De Legibus tractatus* (1601-1603) e o do lente em cânones Francisco Vaz de Gouveia na obra intitulada *Justa Acclamação do Serenissimo Rei de Portugal D. João IV*.

⁵⁷ CALAFATE, Pedro (Org.) *História do pensamento filosófico português*. Vol. III: As Luzes. Editora Caminho. Lisboa, 2001, p. 47.

⁵⁸ Cf. *Dedução cronológica*, parte 1ª vol. I, pp. 280 In.: DIAS, José Sebastião da Silva. Pombalismo e teoria política. *Revista Cultura – História e filosofia*. Instituto Nacional de investigação científica. Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, vol. 1, 1982, p. 55.

ribeiriano se constituiu na ideia de colaboração entre as instâncias espiritual e temporal. Enquanto o primeiro se colocava como escudeiro do segundo, ou seja, uma salvaguarda ideológica do catolicismo, com o intuito de manter uma harmonia e uma estabilidade social, o segundo fazia as vezes de protetor do primeiro (apesar de limitar a atuação do poder da Igreja na esfera civil e estadual), mas com restrições de poder para impedir a formação de um Estado dentro do Estado. Esse entendimento de Ribeiro dos Santos tomou a religião como algo necessário e útil ao governo, na medida em que modera os costumes e as paixões e assegura a “felicidade das nações”⁵⁹.

No entanto, essa definição de limites não é clara quando se trata a Igreja como simultaneamente um corpo místico e político. Isso fazia com que o limite existente na intervenção do poder temporal nas questões espirituais permanecesse tênue quando o Estado interferia em matérias doutrinárias através do beneplácito régio. Tal era o caso, por exemplo, da validação de Mandados, Decretos, Constituições, Bulas, Breves e determinações conciliares⁶⁰. Essa linha tênue é, inclusive, inteligível quando nos deparamos com as reflexões apresentadas pelo Ouvidor dos Defuntos e Ausentes da comarca de Vila Rica Tomás António Gonzaga em seu *Tratado de Direito Natural* (1773-1778), como podemos notar:

13. Que diremos do poder do soberano sobre a igreja? Havemos de fazer diferença da igreja, tomada como corpo místico, da igreja tomada como corpo político. Se a tomarmos como corpo místico, é independente totalmente das disposições dos soberanos. Donde vem que tudo quanto respeitar já às decisões de fé, já a sacramentos, já a cerimônias eclesiásticas, já enfim sobre tudo quanto for do poder das chaves, é livre de jurisdição do império; se a tomarmos como corpo político, as disposições que como tal fizerem são sujeitas e dependentes da autoridade do soberano. *Do que se segue que nenhuma bula, nenhuns breves nenhuma constituições ou decretos, já dos romanos Pontífices, já dos Concílios, terão vigor, enquanto não tiverem o beneplácito do rei.*

14. *Dissemos que a Igreja é independente do rei nas suas decisões de fé e em tudo o que é do poder das chaves, mas sempre devemos advertir que a fé e a religião não se poderá ensinar publicamente e pregar em qualquer reino sem o consentimento do soberano.* Da introdução de uma lei se podem seguir desordens e danos graves à sociedade, e ao príncipe incumbe tudo o que pode ser incômodo do seu reino, e por isso tem poder para proibir que nos seus estados se ensine lei alguma sem o seu consentimento.

15. Admitido pois que a Igreja é livre nas suas decisões e doutrinas, havemos admitir que a ela é que toca o declarar quais são as heréticas e nocivas, mas nem por isso havemos de dizer que ela pode proibir os livros que as contém com proibição externa, qual é de os mandar queimar, pôr penas

⁵⁹ PEREIRA, José Esteves. O pensamento Político em Portugal no Século XVIII: António Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005, p. 214.

⁶⁰ Ibidem, pp. 157, 161-163.

pecuniárias a quem os vender, e outras semelhantes. *Esta proibição externa é somente da jurisdição do soberano*⁶¹.

Outro exemplo é o do oratoriano António Pereira de Figueiredo, autor também muito lido por estudiosos no período, e que não só afirmou em seus trabalhos a recusa de qualquer interferência do poder espiritual sobre o temporal, como também defendeu a subordinação temporal da Igreja portuguesa ao Estado, com a sujeição aos tribunais civis, o pagamento de tributos à Coroa e a administração do patrimônio eclesial e do corpo eclesiástico. A ideia de manter a harmonia e proteger a felicidade temporal dos súditos também esteve presente nos seus argumentos para fundamentar a concepção do Estado como protetor da religião. Desse modo, nas palavras de Figueiredo, para conservar a nação e a religião faz-se “tudo o necessário tanto à proteção e execução dos sagrados cânones, como à extirpação e punição dos abusos dos próprios eclesiásticos”⁶².

Esse projeto reformista de propósitos regalistas e antiultramontano proposto pelo governo de D. José I passou pela resistência de alguns setores da sociedade portuguesa, como as casas da nobreza e o Tribunal da Inquisição, que defendiam as teses escolásticas a favor da cúria romana. Em vista disso, segundo o historiador Evergton Sales Souza, as teses defendidas pelo oratoriano Pereira de Figueiredo só puderam ser publicadas e sustentadas publicamente pelo projeto regalista pombalino quando o governo josefino passou a ter controle absoluto sobre a Inquisição⁶³.

Em conjunto com a ascensão de um projeto de política regalista que, com o passar dos setecentos, foi ganhando cada vez mais estabilidade, a ideia de um episcopalismo também se coadunou com o projeto autonomista do Estado Português. Como no período do reinado de D. José I, as relações com Roma estavam instáveis (só foram reatadas na década de 70 através de um decreto régio), o episcopalismo, em conjunto com o regalismo, resultaria no projeto de constituição de uma Igreja nacional portuguesa, fazendo com que a jurisdição (absoluta e ilimitada) de cada diocese coubesse à administração de seus respectivos bispos.

⁶¹ GONZAGA, Tomás António. *Tratado de Direito Natural*. Martins Fontes: São Paulo, 2004, pp. 166-167 (grifo meu). A semelhança de discurso entre o trabalho do ouvidor e dos autores já citados, e os que ainda serão, diz muito sobre o projeto de formação empregado nos cursos na Universidade de Coimbra e a pujança com que essas ideias circulavam.

⁶² DIAS, José Sebastião da Silva. Pombalismo e teoria política. *Revista Cultura – História e filosofia*. Instituto Nacional de investigação científica. Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, vol. 1, 1982, pp. 47-50. CASTRO, Zília Osório. Emergência do temporal no sagrado: a análise da profissão da fé no santo padre Pio IV, de Pereira de Figueiredo. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 18, 2006 p. 353-372, pp. 355, 366-368.

⁶³ SOUZA, Evergton S. *Jansenisme, et reforme de l'Église dans l'Épire Portugais*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, pp. 275-276.

As máximas do episcopalismo foram explanadas pelo oratoriano já citado acima, Pereira de Figueiredo. Além do seu trabalho citado anteriormente, o *De Suprema Regum* (1765), que focou mais nas questões relacionadas aos limites do poder temporal do monarca, outros trabalhos intitulados *Tentativa Teológica* (1766) e *Demonstração Teológica, Canónica e Histórica* (1769) procuraram discutir pontos de jurisdição, poder e hierarquia internos da Igreja.

Ou seja, partindo da ideia de que o ministério episcopal emanou diretamente dos apóstolos (primeiros bispos ordenados por Deus) aos bispos que os sucederam, Figueiredo delimitou alguns pontos sobre a extensão do poder dos bispos com relação ao Sumo Pontífice. Apresentado como “um prelado superior a todos os prelados”, um “chefe”, um “primeiro presidente de todos os bispos”, a “cabeça visível”, o papa teria como principal função no corpo da Igreja o ato de vigiar os seus membros para que cumprissem seus ministérios. No entanto, ele não teria em si o poder absoluto sobre os membros da Igreja. Para Pereira de Figueiredo, o principal ofício do Romano Pontífice se constituía em manter a união de todos os membros, inspirando-os em seus ofícios a tomarem como primeiro modelo o direito divino e os cânones. No mais, a jurisdição episcopal era considerada, pelo oratoriano, “em si mesma, isto é, na sua instituição feita por Cristo e prescindindo de lei, uso, ou reservação em contrário, é uma jurisdição absoluta e ilimitada a respeito de cada diocese”. Essa jurisdição ilimitada e absoluta era relevada quando o poder real se apresentava sobre alguns casos. Nesse ponto, caberia ao bispo apenas obedecer às determinações régias, mas, de todo modo, essa interferência não excluía a possibilidade de uma liberdade de ação em determinados momentos. O pacto entre o regalismo e o episcopalismo se mostra mais explícito na declaração de Figueiredo sobre a cooperação das duas instâncias: “os bispos como zeladores dos cânones, os reis como protectores dos cânones e dos bispos”⁶⁴.

Em grande parte, essas máximas referentes ao episcopalismo podem ser colocadas como fruto das influências advindas das obras de Febrônio. Seus escritos formaram o cerne da argumentação sobre o episcopalismo apresentada pelos estudiosos portugueses, fundamentando, inclusive, essas questões apresentadas no *Compêndio Histórico* (1771) e nos *Estatutos* (1772) da Universidade de Coimbra. Em *De Sacerdotio et Imperio*, António Ribeiro dos Santos mostrou a sua inclinação aos escritos de Febrônio, pois, ao tratar da hierarquia da Igreja, coloca limites à cabeça que a rege. Nesse ponto, toda a supremacia da condução de uma

⁶⁴ Cf. Antonio Pereira de Figueiredo, *Tentativa Teológica*, carta dedicatória e pp. 1, 53, 98, 189, 195; *Demonstração Teológica, Canónica e Histórica*, p. 238. In.: DIAS, José Sebastião da Silva. Pombalismo e teoria política. *Revista Cultura – História e filosofia*. Instituto Nacional de investigação científica. Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, vol. 1, 1982, pp. 50-52.

Igreja universal passa para as mãos do concílio ecumênico, onde é regida e representada por todo o episcopado⁶⁵. Vejamos um trecho do prólogo da versão portuguesa do livro de Justino Febrônio, *Do estado da igreja e poder legitimo do Pontífice Romano* (1770):

... mostra-se que Jesus Cristo não fundou um estado monárquico; que a igreja deve reconhecer uma cabeça, mas que o poder desta cabeça tem limites; que o concílio universal é o seu tribunal supremo; que o episcopado tem direitos imprescritíveis; que se a igreja perdeu a sua liberdade primitiva, ainda lhe sobejam razões e meios para a restaurar; que é tempo de revogar a disciplina enervada pela ignorância...⁶⁶

A emergência de teorias conciliaristas⁶⁷, como a defendida acima por Febrônio e por estudiosos adeptos do episcopalismo, tinha como pressuposto afirmar que os concílios ecumênicos representavam a Igreja universal. No entanto, essa não foi uma discussão nova do século XVIII. O espectro dessa teoria e as tensões internas que ela causava esteve presente, inclusive, no período das sessões do Concílio de Trento (1545-1563). A existência de partidos prócúria e anticúria no próprio seio da Igreja fazia transparecer a questão da liberdade dos concílios diante do papado e, inclusive, do debate existente em torno do limite dos poderes concedidos ao Sumo Pontífice. Um exemplo bem perceptível desses embates internos à Igreja, por delimitações de hierarquia e poder, foi a discussão a respeito da residência dos bispos. Os prelados que se colocavam contrários à cúria romana argumentavam que, como o poder ministerial dos bispos era de direito divino ninguém, nem o papa, tinha o poder de dispensá-los da sua residência no bispado⁶⁸. Esse ponto contra argumentava diretamente a posição da cúria de que a residência do bispo poderia ser dispensada pelo papa, seguindo os preceitos do direito canônico⁶⁹. O último ponto foi o que prevaleceu nos decretos do concílio, reforçando, inclusive, a autoridade do papado no texto.

⁶⁵ PEREIRA, José Esteves. *O pensamento Político em Portugal no Século XVIII*: António Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005, p. 126.

⁶⁶ Cf. *Do estado da igreja e poder legitimo do Pontífice Romano* – resumo da excelente obra de Justino Febrônio, que da língua franceza traduzio na vulgar Miguel Tiberio Pedegache Brandão Ivo. In.: DIAS, José Sebastião da Silva. *Pombalismo e teoria política. Revista Cultura – História e filosofia*. Instituto Nacional de investigação científica. Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, vol. 1, 1982, p. 62.

⁶⁷ DIAS, José Sebastião da Silva. *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal* (séculos XVI a XVIII). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960, p. 416.

⁶⁸ PO-CHIA HSA, R. *The World of catholic renewal: 1540-1770*. Cambridge: University Press, 2010, pp. 190-20. VERNARD, Marc. *O Concílio Lateranense V e o Tridenino*. In.: Giuseppe Alberigo (org.). *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995. pp. 332,334,338. TÓTH, Istvan Gyorgy. *A forgotten weapon of the Trento reform: the apostolic visitation*. In.: PAIVA, José Pedro (Org.) *Religious Ceremonials and Images: Power and social meaning (1400-1750)*. Coimbra: Palimage, 2002, p. 231.

⁶⁹ “... it admonishes all who under whatever name or title are set over patriarchal, primatial, metropolitan and cathedral churches, and hereby wishes that they be considered admonished, that *taking heed to themselves and to*

No entanto, apesar da autoridade da cúria romana ser citada algumas vezes nos decretos (como Sé Apostólica⁷⁰), o que prevalece é a inexistência de um decreto tratando da autoridade do papado. Essa ausência é perceptível quando nos deparamos com a sessão relacionada ao sacramento da ordem, onde o quarto capítulo, que trata da hierarquia eclesiástica e ordenações, não define claramente o lugar do Sumo Pontífice, resumindo a hierarquia da Igreja em: bispos > padres > ministros⁷¹. Segundo John W. O'Malley, os bispos de Trento nunca desacreditaram a primazia do poder papal, mas discordavam das prerrogativas práticas dessa primazia com relação ao episcopado e ao concílio em si. Em vista disso, alguns prelados presentes no concílio queriam discutir os limites da autoridade papal e da sua superioridade nos concílios ecumênicos. Discussão essa que nunca foi posta em prática por conta das investidas papais em evitar que esse assunto fosse realmente debatido⁷². A autoridade da Sé Apostólica apenas recebeu um capítulo (capítulo XXI sessão 25), com apenas um parágrafo, na última sessão do concílio

the whole flock, wherein the Holy Ghost hath placed them to rule the Church of God which he hath purchased with his own blood, that they be vigilante, as the Apostle commands, labor in all things and ful fill their ministry "If anyone, by whatever dignity, rank and pre-eminence distinguished, shall, by remaining outside of his diocese for a continuous period of six months without lawful impediment or just and reasonable causes, be absent from a patriarchal, primatial, metropolitan or cathedral church, under whatever title cause, name or right committed to him, he shall incur *ipso jure* the forfeiture of a fourth part of the year's revenues, to be applied by the ecclesiastical superior to the church treasury and the poor of the locality (...) to denounce the absent metropolitan to the Roman pontiff by letter or Messenger within three months, that he, by the authority of his supreme see, may take action against the non-resident prelates..." *The Canon and Decrees of the Council of Trent*. Trad. Reverend H. J. Schroeder. Charlotte, North Carolina: TAN Books, 2011. 6ª sessão: Reforma, capítulo I, pp. 47-48 "... essas advertências são para todos independente de nome ou título sobrepõem igrejas patriarcais, primacial, metropolitanas e catedrais, e por isso anseias que eles sejam considerados advertidos, que tenham atenção para eles mesmos e para todo o rebanho, onde o Espírito Santo os colocou para governar a Igreja de Deus a qual ele obteve com o seu próprio sangue, que eles sejam vigilantes, como o Apóstolo ordena, labore em todas as coisas e preencha por completo o seu ministério no período de seis meses sem impedimento legal ou por causas justas e sensatas, estar ausente de uma igreja patriarcal, primacial, metropolitana ou catedrais, debaixo de qualquer causa, nome ou direito cometido a ele, ele deve incorrer *ipso jure* ao confisco da quarta parte da receita anual, ser aplicado ao tesouro da igreja e aos pobres locais pelo superior eclesiástico (...) denunciar a ausência do metropolitano aos Pontífice Romano por carta ou mensageiro dentro de três meses, que ele pela autoridade do seu olhar supremo, pode agir contra os bispos não residentes..." (tradução minha)

⁷⁰ "Apostolic See". Pode ser traduzido como: "Olhar Apostólico" (no sentido mais literal), "Papa" ou "Sé Apostólica".

⁷¹ "Wherefore, the holy council declares that, besides the other ecclesiastical grades, the bishops, who have succeeded the Apostles, principally belong to this hierarchical order, and have been placed, as the same Apostles say, by the Holy Ghost to rule the Church of God; that they are superior to priests, administer the sacrament of confirmation, ordain ministers of the Church, and can perform many other functions over which those of an inferior order have no power." "Canon 6. If anyone says that in the Catholic Church there is not instituted a hierarchy by divine ordinance, which consists of bishops, priests and ministers, let him be anathema". Ibidem. 23ª seção, capítulo IV, pp. 163-166. "Portanto, o santo concílio declara que, além dos outros graus eclesiásticos, os bispos, os quais sucederam dos Apóstolos, pertencem principalmente a essa ordem hierárquica, e foram colocados, como os mesmos Apóstolos dizem, pelo Espírito Santo para governar a Igreja de Deus: que eles são superiores aos padres, administradores do sacramento da confirmação, ordenam ministros para a Igreja e podem realizar muitas outras funções sobre o qual aqueles de uma ordem inferior não têm poder." "Cânone 6. Se alguém disser que na Igreja Católica não está instituída a hierarquia pela ordenação divina, a qual consiste de bispos, padres e ministros, deixe-o ser anátema." (tradução minha)

⁷² O'MALLEY, John W. *Trent: what happened at the Concil*. London, England: The Belknap press of Harvard University press, 2013, p. 19-20, 270-271.

intitulado: “Em todas as coisas, a autoridade da Sé Apostólica permanecerá intacta”⁷³. Capítulo esse que foi acompanhado de outros dois que definiam as imunidades e os direitos dos eclesiásticos contra a intervenção de seculares, a proteção do príncipe sobre esses direitos e o perfil desejado dos bispos como servos dignos para seus príncipes⁷⁴. No mais, as reformas colocadas pelo concílio tridentino tinham como pressuposto maior fortalecer a autoridade episcopal, focando nos bispos, cernes da reforma da Igreja, e nos párocos como uma afirmação da Igreja como uma instituição estreitamente hierarquizada. O poder do papa terminou aparentemente fortalecido, mas a ausência de maiores debates sobre seu poder nos decretos do concílio deixou uma lacuna que, de certo modo, fortaleceu as discussões em torno do episcopismo nos séculos seguintes.

Como podemos notar, os debates em torno da hierarquia eclesiástica, e principalmente da liberdade de poderes de jurisdição, já se faziam presentes no seio da Igreja, mas persistiram, sobretudo, no debate que fundamentou o projeto político-religioso abraçado pelo reinado josefino. A interferência do poder papal foi amplamente discutida pelos teóricos já apresentados, tomando como cerne da discussão a matéria do limite do poder papal sobre o temporal e também o seu poder de jurisdição sobre as igrejas nacionais. Ambos os debates estiveram presentes no *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra ao Tempo da Invasão dos Denominados Jesuítas (1771)* – utilizado como fundamento teórico para a elaboração dos *Estatutos* no ano seguinte⁷⁵ – e nos *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*. Nesse segundo ponto, a discussão tomou o rumo daquela ideia explicitada por Febrônio de que a Igreja não era em si um Estado monárquico. Diante disso, reconhecia-se o papa como cabeça da Igreja, mas, ao invés de uma cabeça absoluta, essa deveria fazer vezes de administradora, governando a Igreja em conjunto com todos os outros bispos. O papa não deveria governar “como senhor e monarca com livre poder”, mas sim como “*presidente, administrador e dispensador prudente de tudo*”⁷⁶, o que conferia maior poder de ação para os bispos nas suas dioceses.

Se pegarmos as definições de “monarca” e “presidente” apresentadas por Raphael Bluteau em seu *Vocabulario portuguez e latino (1728)*, notaremos que, para o primeiro termo, se confere um poder “despótico, absoluto, soberano senhor de grande Reyno, ou Imperio”;

⁷³ (tradução minha). “In all things the authority of the Apostolic See shall remain intact”.

⁷⁴ *The Canon and Decrees of the Council of Trent*, Op. cit., 25ª sessão, capítulos XVII, XX, XXI, pp. 253, 255, 256.

⁷⁵ TEIXEIRA, Antônio Bras. A filosofia jurídica. In.: CALAFATE, Pedro (Org.) *História do pensamento filosófico português*. Vol. III: As Luzes. Editora Caminho. Lisboa, 2001, pp. 73-74.

⁷⁶ Cf. *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, livro II, p. 408. In.: Calafate, Op. cit., pp. 61-62 (grifo meu).

enquanto que o segundo termo define o poder do presidente como aquele que “preside em algum Tribunal, Cabeça de Conselho, o primeiro dos conselheiros, ou juízes”⁷⁷. A diferença das duas definições se estende para a questão da nivelação de cargos. Ou seja, enquanto que não há outro poder que se iguale ao do monarca (por exemplo, um grupo de monarcas que elegem um monarca para os representar), o poder do papa, na sua condição de primeiro bispo, é posto como aquele que foi eleito pelo colégio de cardeais para representar todo o corpo da Igreja, mas sobretudo os bispos.

Em resposta às correntes febronianas que ganhavam peso na Europa do século XVIII, o Papa Pio VI, em 28 de novembro de 1786, publicou o Breve *Super solidate petrae*, onde apontou os erros do febronianismo a respeito do poder do Sumo Pontífice. Dentre os pontos apresentados, aborda a recusa da Igreja como uma República limitada em seu território de jurisdição e a ideia de que todos os bispos recebem o seu poder diretamente de Deus, sendo eles advindos dos Apóstolos. Vejamos abaixo:

... e tenha insinuado por meio de muitos equívocos:

Que qualquer bispo é chamado por Deus para o governo da Igreja não menos que o Papa e investido de não menor poder; que Cristo mesmo de sua parte deu a todos os Apóstolos o poder; que tudo o que alguns creem seja obtido e concedido somente pelo Pontífice, o mesmo, dependendo quer da consagração, quer da jurisdição eclesiástica pode igualmente ser obtido por qualquer bispo; que Cristo quis que a Igreja fosse governada segundo o uso de uma república; e esta forma de governo precisa, para o bem da unidade, de um chefe, que porém não ouse intrometer-se nas atividades dos outros que juntamente governam, mas tenha o privilégio de exortar os negligentes a executarem suas obrigações, que a força do primado é constituída dessa única prerrogativa: suprir a negligência dos outros e providenciar a conservação da unidade com exortações e exemplo; que os Pontífices não tem nenhum poder em outra diocese a não ser em algum caso extraordinário; que o Pontífice é um chefe que recebe a sua solidez da Igreja; que os Pontífices legitimaram para si mesmos o violar os direitos dos bispos...⁷⁸

Essa é basicamente a diferença que se sustentou entre os poderes do monarca e do papa no projeto político-religioso português, fundamentando tanto as teorias de cunho regalista (que definiam a interferência do Estado na Igreja dentro do seu território) quanto de cunho episcopalista. Seria importante, nesse caso, ressaltar a diferença interpretativa existente no conceito episcopalismo/episcopalista que pode se configurar por dois modos de definição.

⁷⁷ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. Vol. 5 e 6. 1728, pp. 554, 713.

⁷⁸ Cf. Breve *Super solidate petrae*, 28/11/1786, in.: DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. Trad. José Marino Luz e Johan Konings. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2007, pp. 562-563.

Diferentemente do episcopalismo defendido em países como a Inglaterra (anglicanismo), por exemplo, que assumia um posicionamento separatista com relação à cúria romana, o episcopalismo português esteve mais próximo das ideias galicanistas. Ideias essas que se constituíram na limitação do poder do papa no que concerne à sua interferência direta nas igrejas nacionais e suas dioceses, dando mais ênfase no poder e autoridade depositados na figura bispo diocesano e na política de padroado.

Essa política, por sinal, não fora privilégio apenas de países como Portugal e Espanha (ainda com os reinos de Castela, Aragão e Navarra), mas também foi concedido nos seiscentos para outros países e regiões da Europa como: a França, Milão, Florença e a Polônia. No caso português, o diferencial das outras sucessões é que o papado não chegou a confirmar qualquer direito de padroado sobre as dioceses antigas do reino, fato esse que, na prática, não teve a menor diferença pois, os bispos propostos pelos reis nunca foram negados pelo papado (com a exceção da nomeação do infante D. Henrique para o bispado de Viseu, mas que posteriormente conseguiu ser bispo de Braga, Évora e de Lisboa). O fato é que o assunto da nomeação dos bispos pelo monarca português enfrentou alguns embates diplomáticos com Roma, nos seiscentos e setecentos, para garantir ao rei a questão formal de apresentar o bispo à Roma e não de suplicar ao papa para que esse autorizasse a nomeação. Com isso, até meados de 1740 os bispos eram suplicados ao Sumo Pontífice através da cláusula *humiliter supplicavit* e depois passaram a nomear e apresentar os bispos sob a cláusula *ad nominationem seu praesentationem* do rei⁷⁹. Esse movimento desenvolvido através da política de padroado pode ser visto como um significante da afirmação da soberania portuguesa face ao poder pontifício, fato esse que não era inédito na história portuguesa, mas que em fins do século XVII e durante o XVIII materializou-se através de ações e projetos políticos.

Vejamos abaixo o raciocínio discorrido pelo magistrado Tomás António Gonzaga, que utilizou o argumento que fundamentou o discurso episcopalista em Portugal em seu *Tratado do Direito Natural*. Discurso esse, como já vimos, muito corrido nos âmbitos intelectuais e oficiais portugueses, da segunda metade do século XVIII do qual o ouvidor ouro-pretano se mostrou bem atento:

2. (...) A sociedade entre dois sumos imperantes não pode deixar de ser uma perpétua confusão; porque, mandando um alguma coisa oposta às disposições do outro, nem saberão os súditos a quem devem obedecer. Logo, não podemos deixar de dizer que *na Igreja não pode haver mais do que um só*

⁷⁹ PAIVA, José Pedro. *Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 44-78.

poder supremo; o que se prova bem da unidade que deve ter, pois que ela não pode ser mais que um só corpo e um só espírito (...).

4. A opinião que o Papa é superior ao Concílio, não deixa de ser firmada em razões gravíssimas e abraçada de quase todos os espanhóis e italianos; e, contudo, eu me inclino mais à oposta, que *põe ao Concílio Universal por superior ao Papa* (...)

5. Os fundamentos em que se funda a nossa opinião são os seguintes: Primeiro, a igreja universal é mãe de todos e consequentemente do mesmo Papa; e seria absurdo o pormos a mãe inferior ao filho. O segundo é que a Igreja é um corpo, de que são membros todos os fiéis; e não havemos pôr uma só parte, aquela é o Romano Pontífice, superior ao todo.

8. *Mas ainda assim que digamos que o Concílio Universal é superior ao Papa, nem por isso havemos negar a primazia deste*, pois ainda que as palavras de Cristo ‘apascenta os meus cordeiros... tu és pedra e sobre esta pedra fundarei a minha igreja’ e outras se entendam ditas também aos mais Apóstolos, elas, contudo no expresse com que foram ditas a Pedro nos estão dando claramente a entender a sua primazia. *Os mesmos Apóstolos o reconheceram e por isso trataram sempre a Pedro como primeiro do Apostolado. A mesma razão nos está mostrando que devia haver na Igreja de Deus um prelado com primazia a todos, pois não podendo estar sempre o Concílio junto e universal, devendo os bispos estar divididos pelo mundo para cumprirem com as obrigações do seu ofício, estaria toda a Igreja arriscada a continuado cisma e a perpétua confusão, a não haver um a cujo cargo estivesse incumbida a vigilância e cuidado dela*⁸⁰.

O trabalho de Tomás António Gonzaga foi publicado somente em 1842 por sua própria iniciativa⁸¹, mas se mostra como um exemplo de como as ideias regalistas e episcopalistas fizeram parte do cerne das questões político-religiosas presentes no projeto de Estado português; que tinha como concepção não só uma reforma política, mas também um modelo de Igreja própria do mundo lusitano. Com fundamentos na Patrística e no cristianismo primitivo como modelo de renovação espiritual, tendo o bispo como alicerce das ações políticas (através da retomada do tema da expansão dos apóstolos para afirmar a primazia das igrejas ibéricas)⁸², as teses episcopalistas também fizeram uso da antiga doutrina da Igreja sobre o poder supremo dos reis. Esses pontos também foram abordados, segundo Evergton Sales, na *Doctrina Veteris Ecclesiae*, tese de Antonio Pereira de Figueiredo, a qual se fundamentou nos Santos Padres, nos monumentos da Tradição dos dois primeiros séculos da Igreja, nos testemunhos de teólogos modernos e no exemplo de príncipes cristãos⁸³.

⁸⁰ GONZAGA, Tomás António. *Tratado de Direito Natural*. Martins Fontes: São Paulo, 2004, pp. 109-118 (grifo meu).

⁸¹ MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira* vol. 1: das origens ao romantismo. São Paulo: Cultrix, 2012, pp. 289.

⁸² KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. Hucitec. São Paulo-Salvador, 2004, pp. 69, 83-84.

⁸³ SOUZA, Evergton Sales. Igreja e Estado no período pombalino. *Lusitania Sacra*. 23 (Janeiro-junho 2011) 207-230, p. 214.

Esse foi o modelo de Estado que persistiu no reinado de D. Maria I. O regalismo em conjunto com o episcopalismo formavam a política de Estado ideal para garantir a autonomia do Estado português diante de Roma e, principalmente, diante da nobreza. Portanto, a junção dessas duas prerrogativas fortalecia e centralizava o poder do rei/rainha portugueses. A diferença que marcou o episcopalismo nos dois reinados esteve essencialmente na forma como se deram as relações com o papado. Enquanto que no reinado de D. José I as relações com Roma haviam sido cortadas (com a reaproximação apenas na década de 70), no reinado de D. Maria I manteve-se as políticas de um episcopalismo e de um regalismo moderados à medida que ocorriam as negociações diplomáticas⁸⁴.

Essas tensões foram, inclusive percebidas no processo de nomeação do quarto bispo de Mariana, D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel, onde conseguimos verificar posicionamentos de proteção e afirmação do poder secular da rainha D. Maria I ao ressaltar a Bula de juramento de posse do bispo:

A todos os sobreditos breves há Sua Majestade por bem acordar o seu real beneplácito régio auxílio para que se possa dar a sua devida execução, com declaração que, *a respeito da Bula do juramento, deve Vossa Excelência ficar na inteligência de que, sendo ela muito justa e necessária para tudo o que respeita aos direitos do primado do Sumo Pontífice, não seja nunca visto fazer o menor prejuízo aos da temporalidade da Coroa* e ficar pela degradação delas inabilitado para possuir no mesmos reinos os benefícios que somente são permitidos aos naturais como vassalos da mesma Senhora⁸⁵.

Em vista disso, pode-se dizer que a estrutura reformadora arquitetada por Pombal se manteve intacta, com a conservação de homens-chave da sua administração no poder, como foi o caso de Martinho de Melo e Castro, Frei Manuel do Cenáculo e Francisco de Lemos (reformador da universidade de Coimbra). As instituições ligadas diretamente à Igreja, como a Inquisição e a Mesa de Consciência e Ordens, instituição esta já considerada ambígua desde a sua fundação⁸⁶, também continuaram sob a administração do braço secular.

⁸⁴ DIAS, José Sebastião da Silva. Pombalismo e teoria política. *Revista Cultura* – História e filosofia. Instituto Nacional de investigação científica. Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, vol. 1, 1982, pp. 106 e 107. RAMOS, Luís de Oliveira. *D. Maria I*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2007, pp. 139-140.

⁸⁵ Cf. Carta da rainha D. Maria I para o bispo de Mariana D. Fr. Domingos da Encarnação Pontevel. Paço, 26/03/1779. In: BOSCHI, Caio C. *O Cabido da Sé de Mariana* (1745-1820): documentos básicos. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011, pp. 435 (grifo meu).

⁸⁶ A ambiguidade da Mesa de Consciência e Ordens se constituía na amplitude das suas competências pois, conjuntamente com um perfil vigilante sobre as atribuições da Igreja, também trabalhava para manter uma coesão de ação para defender a disciplina e o credo no reino e nas conquistas. PAIVA, José P. A Igreja e o poder. In: GOUVEA, António C. e MARQUES, João F. (Org.) *História Religiosa de Portugal* vol.2. Rio do Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 152.

Contudo, as relações entre a Igreja e o Estado em Portugal e, em consequência, na América Portuguesa, possuíram um misto de subordinação do primeiro para com o segundo, com a proteção do segundo para com o primeiro. Como afirmou Pereira de Figueiredo, “*non Respublica in Ecclesia, sed Ecclesia sit in Respublica*”⁸⁷. A Igreja estava dentro da República, portanto, subordinada a ela. E o monarca, como representante máximo do Estado português, deveria fazer uso da sua autoridade para manter conservada a República, e protegida a Igreja. Essas relações entre as duas instituições foram fortalecidas em Portugal através da concepção jusnaturalista da política, atribuindo um direito próprio do Estado de proteger a Igreja. Isso, objetivava-se, traria a tranquilidade pública e o alcance da felicidade. Desse modo, essa política visava a cooperação entre os poderes espiritual e temporal, visando a harmonia social. Nas palavras do historiador José Esteves Pereira, ao se referir à subordinação do poder espiritual ao temporal:

Mas não o condicionava menos enquanto criava condições favoráveis – a paz, a tranquilidade pública, a harmonia social, de que o Império era ‘fiador’ e agenciador – ao desempenho do múnus institucional da Igreja. Era aqui que nascia a necessidade de coordenação e colaboração das duas instâncias – embora com a sujeição do sacerdócio à lei comum do império e, portanto, com a aceitação de um certo direito deste a intervir nas ações do espiritual, reflexamente temporais.⁸⁸

A *interpenetração*⁸⁹ da Igreja e do Estado, com jurisdições que se sobrepunham, criando fluxos de interesses e relações entre si, era o que mantinha a sustentação do Estado português: a religião sempre esteve presente nos assuntos do Estado. Contudo, quando falamos em *interpenetração* das duas instituições, isso não significa que houve uma relação de coesão, mas, sobretudo, uma relação que resultava num equilíbrio entre as partes. Equilíbrio esse que, junto com as tensões, sempre dependia dos interesses relacionados à busca de ambos os lados pela manutenção e expansão de interesses e poder, e isso se mostrou de várias formas dependendo dos setores civis e eclesiásticos e do caráter das ambições, que poderiam ser de cunho mais pessoal ou institucional. Veremos adiante essas questões imbricadas nas relações de Dom Frei

⁸⁷ DIAS, José Sebastião da Silva. Pombalismo e teoria política. *Revista Cultura* – História e filosofia. Instituto Nacional de investigação científica. Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, vol. 1, 1982, pp. 47-48.

⁸⁸ PEREIRA, José Esteves. O pensamento Político em Portugal no Século XVIII: António Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005, pp. 157.

⁸⁹ PAIVA, José P. A Igreja e o poder. In: GOUVEA, António C. e MARQUES, João F. (Org.) *História Religiosa de Portugal* vol.2. Rio do Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp. 138-143.

Domingos da Encarnação Pontevel, quarto bispo de Mariana, com setores internos da Igreja, com os poderes civis da capitania de Minas Gerais e também com a metrópole portuguesa.

1.3 – O bispado de Mariana

Fundada em 1745 pelo Papa Bento XIV através da bula *Candor Lucis aeternae*, junto com a diocese de São Paulo e as prelazias de Goiás e Cuiabá, a diocese de Mariana pode ser tida como uma resposta a dois problemas imbricados à região da capitania de Minas Gerais: a situação precária do clero mineiro e a consolidação das fronteiras geopolíticas. Em resposta à relaxação dos costumes tanto de fieis quanto do corpo eclesiástico, via-se, na divisão do território do bispado do Rio de Janeiro, uma saída para as dificuldades em administrar tamanha imensidão territorial e de número de almas espalhadas pelo sertão. Esse problema foi explicitado pelo Papa Bento XIV no *Motu próprio* da divisão do território do episcopado do Rio de Janeiro:

Movido certamente por este espírito, o citado D. João fixou o foco da sua atenção nas regiões da América sujeitas ao seu domínio no governo dos assuntos temporais, e deparando no território brasileiro a diocese do Rio de Janeiro, que com a benção do Senhor e pelo empenho dos que anuncia o seu Santo Nome desde a fundação do seu bispado, alongou-se com extensão tamanha que as súplicas e queixas dos mais afastados daquela região somente sobem à consideração do bispo a não ser no ano já vencido, e a fim de que aqueles que foram antes trevas e agora são luz no Senhor andem vigilantes como filhos da luz, e pelas boas obras tornem efetiva sua vocação e eleição, mas temendo possam ser novamente sujeitos a desordens e tornar-se depreciados, conforme aquele dito do Profeta: “Vagueiam como um rebanho e sofrem, porque lhes falta o Pastor... que não se preocupará com a ovelha extraviada, não buscará a perdida, nem curará a ferida e não alimentará a que está sadia” (Zach.X,2;XI,16)⁹⁰.

Objetivava-se com essas divisões e fundações promover a educação religiosa dos fiéis e, sobretudo, fomentar um perfil mais moralizante e disciplinador do corpo eclesiástico, visto que, diante dos relatos feitos por visitantes do bispado do Rio de Janeiro, o perfil dos clérigos mineiros assemelhava-se ao dos leigos. Com isso, as práticas e ritos religiosos reformadores e de ideais tridentinos passavam para o segundo plano, dificultando uma centralização da vida

⁹⁰ Cf. *Motus proprius* do Nosso Santíssimo Senhor Papa Bento XIV, Roma, 06/12/1745. In: BOSCHI, Caio C. *O Cabido da Sé de Mariana (1745-1820): documentos básicos*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011, p. 381.

religiosa. A aplicação dos ideais tridentinos na América Portuguesa teve o seu rápido investimento, mas a influência do clero regular se mostrava tão forte que teria dificultado a estruturação paroquial e a autoridade dos bispos, levando ainda em consideração a dificuldade diante da grande extensão das paróquias do ultramar⁹¹. Pesavam sobre esse corpo eclesiástico acusações voltadas às práticas que eram consideradas incompatíveis com as suas funções como, por exemplo, a mineração. Em vista disso, acusava-se esse clero de ser revoltoso, simoníaco, ambicioso e contrário ao pagamento de impostos.

Atitudes como essas, segundo funcionários da Coroa, influenciavam a população, e, devido a esse fator, investiu-se, durante toda a primeira metade do século XVIII, na limitação de religiosos na capitania mineira e na expulsão daqueles que eram considerados sublevadores da ordem⁹². Desse modo, a criação de um bispado na capitania de Minas Gerais seria um fator remediador contra a indisciplina do clero e traria, segundo o governador Conde de Assumar, “a grande dissolução e destraimento dos eclesiásticos”⁹³. Essas investiduras, ao que tudo indica, não surtiram efeito, já que muitos clérigos desvinculados de qualquer atividade eclesiástica e de uso de ordens foram encontrados pelo primeiro bispo nomeado para a diocese de Mariana, D. Fr. Manuel da Cruz.

O segundo ponto mencionado como motivo para as criações destas dioceses foi o referente à consolidação das fronteiras geopolíticas. Na mesma bula de criação das dioceses e prelazias, encontramos algumas especificações relacionadas às cinco divisões do território do bispado do Rio de Janeiro. No entanto, com relação ao bispado de Mariana, não encontramos muita clareza nessa divisão. Especificava-se que “da mencionada cachoeira (do rio Paraíba) fica confinada com a infra mencionada de Mariana pelos espigões dos mesmos montes até que chegue ao território do arcebispado de São Salvador”⁹⁴. Fica claro, nesse trecho, que as limitações do bispado de Mariana foram consolidadas no documento apenas no âmbito territorial norte/sul, sendo este uma incógnita. Tal divisão apenas chegou a ser melhor detalhada

⁹¹ FEITLER, Bruno. Quando chegou Trento ao Brasil? In: GOUVEA, António C. BARBOSA, David S. e PAIVA, José P. (Org.). *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas*. Olhares novos: Lisboa, CEHR, UCP, 2014, pp. 157-173, pp. 164-165.

⁹² BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986, pp. 81, 85. Cf. Cópia da ordem régia ao governador e capitão-general de Minas ordenando que avisasse aos ouvidores para prenderem clérigos e frades que estivessem na capitania sem licença, 21/02/1738 [fl. 167], Cópia de ordem régia ao governador e capitão-general de Minas reiterando ordem de expulsão dos clérigos sem licença e recomendando que o bispo arbitrasse o número de clérigos necessários, 16/02/1732 [fl. 166]. In.: FIGUEIREDO, Luciano R. de A., CAMPOS, Maria V. (Org.). *Código Costa Matoso*, vol. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, pp. 389-391.

⁹³ VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira*: bispado de Mariana. Francisco Andrade e Mariza Andrade (coord.). Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 55.

⁹⁴ Cf. *Motus proprius*.... In: Boschi, Op. cit., p. 382.

pelo primeiro bispo de Mariana em carta a D. João V, onde procurou descrever as divisões com base nas barreiras naturais (rios, chapadas, serras). O motivo, segundo o bispo, se constituiu em “evitar as diferenças que há e pode haver entre os Parochos confinados de hum e de outro Bispado sobre o qual delles há de desobrigar e parochiar os taes moradores”⁹⁵.

Essas estratégias de limitação da fronteira territorial foram muito utilizadas na América Portuguesa não só para delimitar as divisas entre as capitanias, mas sobretudo para dividi-las internamente. As barreiras naturais, desse modo, foram essenciais para manter a visibilidade dos limites e dificultar problemas de jurisdição. Os eclesiásticos, nesse sentido, tiveram papel central na demarcação do território colonial⁹⁶. Além disso, evitar problemas de jurisdição territorial entre bispados era algo com que se preocupar. Esses problemas chegaram a provocar muitos conflitos durante o governo do primeiro bispo, já que o território da diocese era bem menor que o da capitania e se chocava com o arcebispado da Bahia, o de Pernambuco e o de São Paulo⁹⁷. Outro fator da descrição territorial do bispo, no entanto, nos faz aludir para um motivo maior relacionado às fundações desses bispados: os interesses de natureza geopolítica advindos da Coroa Portuguesa:

He certo que os limites dos Bispados no *sertão do Brasil e Maranhão se não podem fazer senão pellas balizas naturaes de montes ou rios e suas vertentes pella grande extensão de terras e muitas ainda incultas, ficando sendo moralmente impossíveis por este respeito as divisoens por marcos, linhas ou rumos*, o que suposto, está este Bispado dividido dos Bispados de Pernambuco e Pará com quem confina pellos limites de que já está de posse sem ser necessário acrescentar nem diminuir cousa alguma⁹⁸.

Através do *uti possidetis* religioso⁹⁹, com a ereção de novos bispados e prelazias nos territórios da América Portuguesa, objetivava-se, sobretudo, a expansão territorial, posse e instalação do poder régio na região oeste do continente. Unia-se, com isso, os interesses de grande importância diplomática dos portugueses com o papado, à medida que se viabilizou um

⁹⁵ Cf. Carta para El Rey pello Conselho Ultramarino, 1745 [fl.66v]. In.: *O copiadador de Dom Frei Manoel da Cruz...* Op. cit., pp. 155-156

⁹⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas D'El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 320-333.

⁹⁷ KANTOR, Íris. *Pacto festivo em Minas Colonial: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*. São Paulo, 1996. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade de São Paulo, 1996, p. 35.

⁹⁸ Cf. Carta para El Rey pello Conselho Ultramarino, 1745 [fl.66v]. In.: *O copiadador de Dom Frei Manoel da Cruz...* Op. cit., pp. 155-156 (grifo meu).

⁹⁹ CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Vol. 1. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, p. 75

deslocamento na linha do Tratado de Tordesilhas (1594) por uma região ainda inexplorada – onde se encontravam as prelações de Goiás e Cuiabá – de modo a preparar o terreno para as definições dos limites das colônias sul-americanas entre Portugal e a Espanha com o Tratado de Madrid (1750)¹⁰⁰. Foram essas questões de fronteira, junto com a movimentação do eixo econômico da América Portuguesa da região do Nordeste para o Sudeste (devido ao investimento nos novos campos auríferos, não significando o abandono das outras produções), que influenciaram a modificação da estratégia política e econômica da Coroa¹⁰¹. Visava-se a proteção dos domínios ultramarinos no contexto do início dos setecentos, aliando-se à Inglaterra contra uma investida espanhola/francesa de tentativa de recomposição da unidade ibérica. Em conjunto, incentivou-se a exploração das minas e a imposição de rotas exclusivas de escoamento do metal para diminuir o contrabando. A América Portuguesa, ao longo do século XVIII, tornou-se vital para a sustentação da metrópole em meio ao contexto econômico mundial onde Portugal se mostrava defasado¹⁰². No entanto, a diminuição da produção aurífera e do preço do açúcar, na segunda metade do século XVIII, resultou na diminuição do poder comercial de Portugal com potências mundiais como a Inglaterra¹⁰³.

A fundação do bispado de Mariana esteve em *pari passu* com as investidas da Coroa portuguesa na instalação do aparato administrativo e judiciário na capitania mineira, sendo, inclusive, importante nos exercícios de controle populacional tanto no âmbito comportamental quanto no quantitativo. A intenção desse projeto constituía-se em fortalecer e centralizar a autoridade régia na região com o objetivo de não só estender os domínios, mas, sobretudo, conservar aqueles que já se encontravam em posse do Estado. Os acontecimentos belicosos do início do século XVIII na região da capitania mineira, como foram a guerra dos emboabas (1707-1709), as insurreições de 1720 e 1735 (para os criadores de gado não pagarem o direito do quinto por cada escravo possuído), por exemplo, foram sintomáticos desse problema de fixação da administração que foi se arranjando no decorrer do setecentos. Cabe lembrar, no

¹⁰⁰ FONSECA, Cláudia Damasceno. Freguesias e capelas: instituição e provimento de igrejas em Minas Gerais. In.: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton S. (Org.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, p. 119; KANTOR, Íris. A academia Real de História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino. In.: BICALHO, Maria F., FERLINI, Vera L. A. (Org.). *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 266-267.

¹⁰¹ IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do estado no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, v. 50, n. 100, 1974, p. 257-273, pp. 270-273; BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2000, pp. 80-81.

¹⁰² NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2001, pp. 193, 199, 234

¹⁰³ MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira Brasil e Portugal (1750-1808)*. Trad. João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 1973, pp. 85-89.

entanto, que esses problemas na fixação e adequação da administração na capitania derrocaram no comportamento abusivo de autoridades legais que adquiriam rendimentos excessivos da população, prejudicando aí não só a mesma população como também os rendimentos da Coroa. Esses casos foram, inclusive, um dos motivos da sedição de 1720 em Vila Rica, em que, além da contrariedade à ereção das Casas de Fundição para a cobrança do quinto, exigiu-se a moderação desses rendimentos dos oficiais e dos custos judiciais¹⁰⁴. E, assim como os clérigos de Minas, os funcionários de justiça também eram vistos como despreparados para a função.

A desconfiança com relação à população não era algo exclusivo da região da capitania mineira, mas sim de toda a “gente da terra braziliense”. Fato esse resultado das conjunturas insurgentes por toda a América Portuguesa nas primeiras décadas do século XVIII devido às políticas de centralização do poder do Estado, de carga fiscal e de redução da representação política das câmaras e, conseqüentemente, da população. Os agentes metropolitanos e do Conselho Ultramarino não raro deixaram transparecer em seus relatórios a inquietude das gentes do ultramar e a sua “deficiência” em manter as regras do bom governo e dos bons costumes¹⁰⁵. Em Minas, por outro lado, temos a caracterização da população em comparação com o clima da região e com o terreno acidentado dos mares de morros. A carta do governador interino Martinho de Mendonça, em 1737, dizendo que “não havia em Minas quem administrasse justiça aos povos”, e de que essa falta de justiça e poder colocaria as Minas “a uma total desordem”¹⁰⁶, é um bom exemplo dessa representação da população mineira. Do mesmo modo tem-se a correspondência do Conde de Assumar, onde dizia que a população mineira tendia para “aquela infidelidade que parece depende da influência desse clima”¹⁰⁷. Essas caracterizações permaneceram na ponta da pena de memorialistas e funcionários da Coroa até, pelo menos, os meados do século XIX como, por exemplo, os escritos de José Joaquim da Rocha, Teixeira Coelho e o governador de Minas Dom Rodrigo José de Meneses.

¹⁰⁴ ANTUNES, Álvaro de Araújo. Administração da Justiça nas Minas Setecentistas. In.: LAGE, Maria E. de R., VILLALTA, Luis C. (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*, vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, pp. 170,171,173; Cf. Cópia do que o povo das Minas, amotinado, pediu ao senhor general dom Pedro de Almeida Portugal, conde de Assumar, 28/06/1720, [fl.157v, fl.163]. In.: FIGUEIREDO, Luciano R. de A., CAMPOS, Maria V. (Org.). *Código Costa Matoso*, vol. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, pp. 370-384.

¹⁰⁵ FIGUEIREDO, Luciano. Tradições radicais: aspectos da cultura política mineira setecentista. In.: LAGE, Maria E. de R., VILLALTA, Luis C. (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*, vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 265.

¹⁰⁶ “Motins do sertão” (Carta de Martinho de Mendonça ao secretário Antônio Guedes de 24 de dezembro de 1737). Apud. SILVEIRA, Marco Antonio. *O Universo do indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas* (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997, p. 64.

¹⁰⁷ Correspondência do Conde de Assumar depois da revolta de 1720, 28 de janeiro de 1721. Apud. Ibidem, p. 66.

A escolha de Mariana como sede do bispado mineiro também foi resultado das questões apresentadas acima e provocou uma série de tensões jurisdicionais relacionadas às autoridades civis de Ribeirão do Carmo (posteriormente elevada à cidade de Mariana) e de Vila Rica. Para sediar o bispado, a região deveria alcançar o estatuto de cidade, fato esse que implicava à mesma uma importância política e econômica, ao mesmo tempo que deveria estar ligada à defesa de regiões estratégicas. Além disso, as elevações de freguesias para vilas e de vilas para cidades provocavam um escalonamento nas regiões circunvizinhas, e esse foi o caso de Vila Rica e de Ribeirão do Carmo. Para obter essa elevação, no entanto, era necessário que a região possuísse alguns requisitos elencados pela Coroa que se constituíam na nobreza da população, a riqueza do solo e da economia e a comodidade da região. Essas elevações eram ambicionadas pela população do local por maiores oportunidades de obtenção de privilégios e mercês régias, assim como pela ascensão dos potentados¹⁰⁸.

Era nesse sentido que se situava a disputa entre Vila Rica e Ribeirão do Carmo para sediar o bispado de Mariana, onde ambas as vilas estavam empenhadas em demonstrar a sua capacidade de riqueza e de construir a cidade episcopal, arrecadando da população contribuições financeiras e prestando contas às autoridades da capitania. No entanto, um fator essencial teria, de certo modo, pesado na decisão de D. João V na escolha de Ribeirão do Carmo ao invés de Vila Rica: a sedição de 1720¹⁰⁹. Havia grandes oposições de Gomes Freire de Andrade à escolha de Ribeirão do Carmo devido aos vários casos de enchentes ocorridos na vila, onde “é necessário saber que a matriz ameaça ruína”¹¹⁰. No entanto, a sua posição geográfica e a proteção concedida pela câmara da mesma vila ao governador da capitania teriam contribuído em peso para a escolha de Ribeirão do Carmo¹¹¹. Com isso, Vila Rica sediaria o poder civil e militar com a elevação do palácio dos governadores, enquanto que Ribeirão do Carmo seria promovida à cidade de Mariana e teria um plano urbanístico das ruas para evitar futuras enchentes¹¹².

O primeiro bispo de Mariana foi o cisterciense D. Frei Manuel da Cruz, formado em teologia e direito canônico pela Universidade de Coimbra. Antes de ser nomeado bispo de

¹⁰⁸ Ibidem, pp. 334-340.

¹⁰⁹ KANTOR, Íris. *Pacto festivo em Minas Colonial: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*. São Paulo, 1996. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade de São Paulo, 1996, p. 45.

¹¹⁰ VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira: Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, pp. 56-57.

¹¹¹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas D'El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 340-346.

¹¹² SANTOS, Patrícia. *Poder e palavra: discursos, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764)*. São Paulo: Hucitec, 2010, pp. 75-78.

Mariana, esteve à frente do bispado do Maranhão por sete anos, onde demonstrou todo o zelo com relação à disciplina eclesiástica, a fundação de um seminário e as várias visitas pastorais realizadas nas freguesias da diocese¹¹³. Também enfrentou contestações advindas de membros do corpo eclesiástico e dos poderes civis locais¹¹⁴. A transição da diocese do Maranhão para a de Mariana foi marcada por uma “prolongada viagem e dilatados sertões que experimentou”, onde D. Fr. Manuel da Cruz demorou meses até se instalar na nova diocese. A sua entrada foi realizada com grande pompa e festividade, como mandava a tradição barroca dos ritos e festividades solenes. O panegírico *Áureo Throno Episcopali* teve exaltado o poder episcopal nas minas setecentistas, descrevendo todas as comemorações em torno da Entrada Triunfal de D. Fr. Manuel da Cruz e a presença da população mineira em todos os seus patamares sociais. Um anônimo também descreveu resumidamente essas festividades em 1748:

...donde veio a dar sua entrada em 28 de novembro do dito ano, e se fez esta função com grande solenidade e assistência de todo o principal destas Minas, fazendo-se-lhe uma aparatosa procissão triunfal, que se compunha de dois famosos carros triunfantes, cheios de música, cantando várias letras, repetindo muitos vivas insígnias na mão, tudo dedicado ao prelado, três danças gravemente ornadas ao próprio do seu sentido. Na noite antecedente se lhe deitou um grave fogo, além das muitas línguas dele que tinham aparecido de noite pelas janelas três dias mais no dia que tomou posse da sua catedral, havendo de noite em seu palácio vários divertimentos que lhes davam os moradores daquela cidade, que constaram de bailes, óperas academias, parnasos, comédias, sonatas e vários saraus, tudo modesto e com gravidade e asseio feito, e duraram estes gratuitos divertimentos oito dias sucessivos, que se findou esta solenidade com a nova eleição e posse do ilustre cabido, que em obséquio fizeram trino, pregando neles os melhores oradores que se puderam excogitar...¹¹⁵

O governo de D. Fr. Manuel da Cruz à frente do bispado de Mariana pode ser caracterizado como estruturador à medida que foi ele, o primeiro bispo, que deu os passos iniciais no aparelhamento administrativo desse bispado. Fundou o seminário de Nossa Senhora da Boa Morte em Mariana, constituiu o cabido, a câmara episcopal (onde se cuidava de jurisdições de foro contencioso do juízo eclesiástico e se delimitava o campo da jurisdição

¹¹³ TRINDADE, Cônego R. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua História*, vol. 1. Mariana: Imprensa Oficial, 1929, pp. 132; VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira*: Bispado de Mariana. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, pp. 56-57.

¹¹⁴ OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante. *A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana: mudanças e permanências (1748-1793)*. Dissertação (mestrado). Campinas: IFCH/Unicamp, 2001, pp. 48-50.

¹¹⁵ Cf. Descrição das festividades da entrada do bispo de Mariana. Mariana, 1748 [fl. 359v.]. In.: FIGUEIREDO, Luciano R. de A., CAMPOS, Maria V. (Org.). *Código Costa Matoso*, vol. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, pp. 663-664.

episcopal) e escreveu os *Estatutos da Catedral de Mariana* por ordem de D. José I, o qual depois foi substituído pelo arcebispo da Bahia, José Botelho de Matos em 1759.

O ponto forte do governo de D. Fr. Manuel da Cruz foi a sua investida na ação pastoral que objetivava regular as obrigações pastorais, a doutrinação da comunidade, os elementos de culto e a situação material das igrejas. A preocupação com a formação do clero secular e regular teve bastante relevo nas suas considerações, pois era esse o principal ponto de apoio para obter sucesso com o projeto reformador da vida religiosa e moral do Reino. Desse modo, o primeiro bispo de Mariana se apoiara nas matrizes místicas e reformadoras da jacobea propagadas por Fr. Gaspar da Encarnação. Objetivava-se, desse modo, promover uma adequação dos costumes da população e do corpo eclesiástico à ética cristã, à piedade, à frequência dos sacramentos, à mortificação dos vícios, à oração mental, ao exame individual da consciência, aos jejuns, ao desprezo pelo mundo e à pobreza no vestir¹¹⁶.

Além desses pontos assinalados acima, o governo de D. Fr. Manuel da Cruz também enfrentou algumas querelas envolvendo o corpo de eclesiásticos e os fregueses (problemas ligados aos emolumentos e às divisões de párocos encomendados e colados), as fronteiras de jurisdição e autoridade com relação a outros bispados (como, por exemplo, as disputas de jurisdição e de rendimentos paroquiais com o bispo do Rio de Janeiro, D. Fr. Antonio do Desterro) e problemas referentes ao cabido¹¹⁷. Esse último ponto, inclusive, corroborou em uma série de conflitos do bispo com o corpo capitular por motivos da não contribuição desse corpo com a hierarquia da Igreja, opondo-se ao ideal de obediência devida à figura do bispo estipulado pelos decretos tridentinos e pelos estatutos da catedral. Os conflitos de D. Fr. Manuel da Cruz teriam sido, segundo Trindade, um dos maiores problemas enfrentados pelo bispo na vigência do seu governo¹¹⁸. Mas nunca deixou de transparecer o seu exemplo de humildade e bondade, assim como o os santos mártires pintados nas abóbadas da catedral à sua encomenda¹¹⁹, quiçá para servir de exemplo para o corpo capitular comandado por ele.

Após o falecimento de D. Fr. Manuel da Cruz, o bispado de Mariana permaneceu em Sé vacante por sete anos até a nomeação do segundo e terceiro bispos, respectivamente Dom Joaquim Borges de Figueiroa entre 1771 e 1772 (o qual foi depois nomeado para o arcebispado

¹¹⁶ SANTOS, Patrícia Ferreira dos. *Carentes de justiça*: juízes seculares e eclesiásticos na “confusão de latrocínios” em Minas Gerais (1748-1793). Tese de doutorado em História Social apresentada na FFLCH-USP, 2013, p. 166.

¹¹⁷ SANTOS, Patrícia Ferreira dos. *Poder e palavra*: discursos, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764). São Paulo: Hucitec, 2010, pp. 173-1788, 188-196, 207-221.

¹¹⁸ TRINDADE, Cônego R. *Arquidiocese de Mariana*: subsídios para sua História, vol. 1 e 2. Mariana: Imprensa Oficial, 1929, pp. 319-321.

¹¹⁹ MOTT, Luiz. Modelos de Santidade para um clero devasso: a propósito das pinturas do Cabido de Mariana, 1760. In.: *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, nº 9, 1989, p. 99.

da Bahia) e Dom Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis entre 1772 e 1777. O período de gestão desses dois bispos ficou conhecido pela historiografia como o “período dos procuradores” (1772-1779), pois nenhum dos dois prelados chegou a assumir fisicamente a diocese de Mariana. Diante disso, membros do cabido foram designados por eles para o cargo de procurador do bispado. Eram eles: o Doutor Francisco Xavier da Rua e, no mandato de D. Bartolomeu, o Doutor José Justino de Oliveira Gondim.

Esse período do bispado de Mariana é tido pela historiografia como um período de estagnação dos projetos reformadores iniciados pelo primeiro bispo diocesano, ao passo que havia uma falta de comprometimento com relação ao recrutamento do clero, com o seminário da Nossa Senhora da Boa Morte e com a disciplina. O desembargador Teixeira Coelho em sua *Instrução para o Governo de Minas* (1780) criticou os procuradores nomeados pelos dois bispos e também pelo quarto bispo de Mariana, do qual trataremos mais à frente. Em suas *Instruções*, relatou que esses procuradores nomeavam “um grande número de sujeitos sem necessidade e sem escolha”, eram trabalhadores mecânicos e soldados, sem ligação com o ofício de sacerdote. Apesar de haver uma discordância da historiografia com relação a esse documento e da veracidade dos seus relatos (partindo do pressuposto de que essas informações foram obtidas por terceiros e enviadas a Teixeira Coelho em Portugal), veremos, mais à frente, a existência de outro relato muito parecido com o das *Instruções*¹²⁰. Os pontos apresentados acima teriam, segundo Carrato, resultado em um perfil arbitrário referente às punições do tribunal eclesiástico¹²¹. No entanto, temos o estudo de Maria do Carmo Pires que defende que, apesar da persistência da precariedade do comportamento do clero nesse período, não se poderia falar em uma falta de comprometimento do Juízo Eclesiástico em fiscalizar o clero. Cumpru-se a legislação vigente na época, suprimindo a ausência dos bispos nomeados¹²².

Na segunda metade do século XVIII, sobretudo no período dos procuradores já no último quartel, a capitania de Minas Gerais sofria com o declínio da produção aurífera, fator esse que já havia demonstrado os seus sintomas a partir da década de 60. Com isso, a preocupação da Coroa com a região se intensificou, fazendo com que a política reformadora do período josefino/pombalino e mariano, em consonância com a repressão metropolitana em

¹²⁰ VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira: Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, pp. 52-53.

¹²¹ CARRATO, J. F. *As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça*. São Paulo: Nacional, 1963, pp. 117-21. CARRATO, J. F. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras coloniais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 90

¹²² Com um total de 792 processos no Juízo Eclesiástico no período dos procuradores em comparação com 733 processos no governo de D. Fr. Manuel da Cruz. PIRES, Maria do Carmo. *Juízes e Infratores: o tribunal eclesiástico do bispado de Mariana (1748-1800)*. Belo Horizonte: Annablume, 2008, pp. 68-86.

forma de fiscalidade, estimulasse os ânimos da população. A autossuficiência da capitania, em termos de produção interna na agropecuária e manufaturas (água-ardente, queijo e outros) também era algo que afligia a metrópole. Pois, ao mesmo tempo que a entrada de produtos do Reino na capitania diminuía, os produtos advindos de outras capitanias também decaíam. Esta autossuficiência da capitania era antítese daquilo que significava a política mercantilista da Coroa. Investiu-se, portanto, em políticas econômicas que visavam o retorno dessa interdependência com as outras capitanias e com o Reino¹²³.

Para além dessas conjunturas, os problemas em torno do contrabando e das fraudes nas arrecadações dos impostos da Coroa também incitaram grande preocupação das autoridades que ambicionavam a reforma desses abusos. A importância econômica que a capitania mineira tinha para Portugal era algo indiscutível. Esse ponto foi afirmado pelo secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Martinho de Melo e Castro, segundo o qual a capitania de Minas Gerais “é pela sua situação e pelas suas produções, uma das mais importantes de todas as outras capitanias de que se compõe os domínios do Brasil e America portugueza”¹²⁴. E a situação de decadência esboçada pelos habitantes da capitania era, segundo o mesmo secretário, vista como fraude, resultado da relaxação no cumprimento das leis reais, e, sobretudo, a imagem de um povo insubmisso e rebelde¹²⁵. Essa caracterização de conotação bárbara das gentes de Minas em contraposição à civilização das do Reino foi o que guiou os projetos de governo de D. Rodrigo José de Meneses no início da década de 1780. “Vivificar as Minas cadavéricas” através do apego à terra era o principal objetivo do governador influenciado pelas ideias fisiocráticas da segunda metade do século XVIII, possibilitando, desse modo, a constituição de uma sociedade estável, estruturada, constante e comprometida com as ordenanças da Coroa¹²⁶.

Ao que tudo indica, o perfil dos povos de Minas compartilhado pelas autoridades reais teria sido um dos motivos pelos quais D. Bartolomeu Mendes dos Reis, o terceiro prelado nomeado para o bispado de Mariana, não teria assumido fisicamente o seu governo¹²⁷, como relatou em uma pastoral em 29 de maio de 1776:

¹²³MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira Brasil e Portugal (1750-1808)*. Trad. João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 1973, p. 161; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas D’El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 209; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2001, pp. 233-235.

¹²⁴ Maxwell, Ibidem.

¹²⁵VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a Administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. São Paulo: Hucitec, 2006, pp. 102-103; Maxwell, Op. cit., pp. 170-171.

¹²⁶SILVEIRA, Marco Antonio. *O Universo do indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 69.

¹²⁷ Esse prelado também não cumpriu toda a sua residência no bispado para o qual havia sido designado anteriormente, em Macau.

Se não temos o gosto de nos acharmos aí entre as nossas ovelhas, é pelas notícias que os chegam *que dos maus costumes inveterados e da falta de disposição para se receber a palavra de Deus*, não nos julgando, consultada a nossa consciência, sem forças nem ânimo, já idoso e cansado, de irmos arcar com abusos e tomar sobre nossos ombros a responsabilidade de *tão melindroso serviço*¹²⁸.

A situação da capitania mineira em termos econômicos não andou em separado daquilo que se via nas gentes de Minas. Os comentários de memorialistas e oficiais do reino, quando não se debruçavam sobre a fertilidade da região, como bem explicitara José Joaquim da Rocha¹²⁹, se preocuparam com os problemas referentes às fraudes nos pagamentos dos impostos, analisando esse comportamento como sintomático do perfil das gentes de Minas. Essas questões estiveram imbricadas com as de cunho religioso pois, como podemos notar, o discurso de devassidão esteve presente ao tratar do corpo eclesiástico e dos fiéis de Minas, além da existência de um cabido distante dos padrões de conduta eclesiásticos¹³⁰. Pese a situação delicada, diante do arrocho dos impostos e das possibilidades de insurreição que cercavam a capitania, não restava à Coroa outra escolha que a de tomar providências não só de cunho político, com reformas, ordens régias e políticas públicas, mas, sobretudo, no que tange o trato das almas. A Igreja era um artifício estatal de peso para conter os ânimos da população. Diante desse contexto desordenado e em ebulição, restou à rainha ordenar a renúncia do terceiro bispo de Mariana, D. Bartolomeu Mendes dos Reis¹³¹, para investir na nomeação de outro nome mais disposto a cumprir suas funções de prelado em residência na diocese e com perfil desejado para cuidar do cultivo das almas mineiras. Diante disso, em novembro de 1777, D. Maria I nomeou D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel quarto bispo de Mariana.

1.4 – Dom Frei Domingos da Encarnação Pontevel

Nascido em São Nicolau, freguesia de Santarém, patriarcado de Lisboa, em novembro de 1722, Dom Frei Domingos da Encarnação Pontevel, filho de “pais católicos e honestos na diocese de Lisboa” e descendente de um “legítimo matrimônio”, foi ordenado diácono pela

¹²⁸ Apud. VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira*: Bispado de Mariana. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 107. (grifo meu).

¹²⁹ Ver o capítulo 2, seção 2.1.1.

¹³⁰ TRINDADE, Cônego R. *Arquidiocese de Mariana*: subsídios para sua História, vol. 1 e 2. Mariana: Imprensa Oficial, 1929, p. 313.

¹³¹ RUBERT, Arlindo. *Historia de la Iglesia en Brasil*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, p. 313.

Ordem dos Pregadores de São Domingos em 19 de dezembro de 1744 aos 22 anos de idade e no ano seguinte foi ordenado presbítero em 10 de outubro por Dom José Dantas Barreto¹³². Ao que tudo indica, Pontevel cursou teologia na Universidade de Coimbra entre os anos de 1745 e 1748¹³³ e por quinze anos exerceu “douta e prudentemente” os cargos de lente de Filosofia e Teologia na mesma universidade. Foi, também, diretor da Ordem Terceira de São Domingos.

D. Fr. Domingos da Encarnação Pontevel é uma personagem da qual não possuímos muitas informações na historiografia. Além da sua ordenação na ordem dos dominicanos e do seu cargo de lente em Filosofia e Teologia, informações essas encontradas na sua Bula de benção do Papa Pio VI para a sua nomeação ao bispado de Mariana, não temos mais informações nem na historiografia e nem na documentação encontrada nos arquivos brasileiros referentes à sua formação, restando apenas alguns resquícios do seu governo à frente do bispado de Mariana. Desse modo, as informações obtidas sobre o seu ingresso na Universidade de Coimbra foram fruto de informações encontradas nos livros de matrícula da mesma universidade. Em vista disso, foram encontrados, no Arquivo da Universidade de Coimbra, três matrículas referentes a um religioso da ordem de São Domingos chamado Frei Domingos da Encarnação datadas em (1745-1746), (1746-1747) e (1747-1748). Todas essas matrículas foram devidamente assinadas pelo graduando e todas elas continham a sua denominação como membro da ordem dos dominicanos. Salvo as informações referentes aos dias em que as matrículas foram realizadas na universidade (5 de novembro de 1745, 5 de fevereiro de 1746, outubro de 1747), temos, na ocasião da primeira matrícula, o dado de que o ingressante no curso de teologia possuía uma certidão de três anos no curso de Filosofia realizado pelo secretário dos Estudos do Convento de São Domingos de Lisboa, o padre Frei Francisco da [ilegível].

¹³²TRINDADE, Côneo R. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua História*, vol. 1. Mariana: Imprensa Oficial, 1929, p. 151. Disponível em: <http://www.catholic-hierarchy.org/bishop/bpontevel.html> e <http://www.gcatholic.org/dioceses/diocese/mari0.htm#13876>

¹³³Arquivo da Universidade de Coimbra. Livro de matrículas. Vol. 63 – AUC 1ºD-1-4-16 (1745-1746). P 6, Arquivo da Universidade de Coimbra. Livro de matrículas. Vol. 64 – AUC 1ºD-1-4-17 (1746-1747). P 6, Arquivo da Universidade de Coimbra. Livro de matrículas. Vol. 65 – AUC 1ºD-1-4-18 (1747-1748). P 7 Esses indícios nos levam a cogitar que esse aluno de teologia poderia ser o quarto bispo de Mariana, em vista de que, além desse nome, foi encontrado apenas mais outro Fr. Domingos da Encarnação que também se graduou em teologia, mas em 22 de fevereiro de 1742, (Não é possível cogitar esse segundo nome pois, Pontevel teria que ter ingressado no curso de teologia com quatorze anos) quando entrou com uma representação para o rei através da Mesa de Consciência e Ordens dizendo que “*que elle tinha residido na Universidade estudando Theologia seis annos nos quais, nos quais senão matriculara por não fazer tenção de se graduar e porque agora o obrigava o seu Collegio a que tomasse o grao do Magisterio. Pedio a Vossa Magestade lhe concedesse Provisão para que se pudesse matricular nos dittos seis annos que residira na Universidade*”. Mas ao contrário da primeira documentação, não encontramos indícios relacionados ao curso de filosofia, o que fortaleceu a escolha pela primeira opção. ANTT - Matrícula de Fr. Domingos da Encarnação na Universidade de Coimbra IAN/TT – Mesa de Consciência e Ordens, Secretaria da mesa e Comum das Ordens Universidade de Coimbra, maço 12, doc de 1-104, caixa 134. Doc. n. 44

Esses indícios se mostram muito fortes para pensarmos ser esse Frei Domingos da Encarnação o bispo de Mariana Pontevel. Tirando o fato de que o nome de São Domingos era com frequência utilizado por membros da sua ordem quando mudavam o nome do século para o eclesiástico, temos outros dois fatores mais consistentes que nos permitem fomentar o raciocínio apresentado acima. O primeiro ponto está relacionado à idade de Pontevel (23 anos na época da matrícula), a data da sua ordenação (1745) e a data de matrícula (1745). As datas coincidem e se conformam com o fato de o matriculado já ser ordenado na ordem de São Domingos, fato esse confirmado pela nomenclatura Frei à frente do nome. O segundo ponto, ainda mais contundente, diz respeito aos três anos de curso de Filosofia realizados pelo matriculado no Convento de São Domingos de Lisboa. Perfil esse que também se encaixa com as descrições encontradas na Bula de benção e confirmação do Papa Pio VI referente aos conhecimentos de teologia e filosofia de Pontevel.

Apesar de não ser possível definir os traços familiares e a carreira profissional de D. Pontevel (com toda a sua rede de ligações e contatos), sem ter acesso ao menos ao seu processo consistorial¹³⁴, é possível, ademais e apesar das lacunas, analisar o seu perfil como bispo ideal a partir dessas poucas informações que possuímos. Ora, sabemos já da sua formação universitária e do seu professorado nas cadeiras de Filosofia e Teologia na mesma universidade da sua formação. Segundo Fernando Taveira da Fonseca, as cadeiras do curso de teologia da Universidade de Coimbra foram ocupadas por várias ordens religiosas e dentre elas, as mais representadas no professorado foram os Eremitas de Santo Agostinho (22 lentes), os Cistercienses (17 lentes) e os Dominicanos (15 lentes)¹³⁵. Não obstante a baixa de dominicanos em Coimbra a partir de meados do século XVII, devido a divergências com franciscanos relacionadas à doutrina da Imaculada Conceição, o futuro bispo de Mariana teve acesso ao corpo do professorado e, assim como grande parte do professorado objetivava, obteve cargos mais importantes.

O cargo de lente da Universidade de Coimbra poderia ser visto como um trampolim para aqueles que ambicionavam posições em outras instituições e cargos de peso como: a Inquisição, o Desembargo do Paço, a Mesa de Consciência e Ordens e uma diocese¹³⁶. Não podemos, no entanto, afirmar as ambições de D. Frei Domingos como sendo essas (devido à

¹³⁴ Não foi possível ter acesso ao processo consistorial de D. Frei Domingos que possivelmente está localizado no Arquivo do Vaticano.

¹³⁵ FONSECA, Fernando Taveira da. A Teologia na Universidade de Coimbra. In.: *História da Universidade de Portugal*, vol. 1 tomo II (1537-1771). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 785-786.

¹³⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero. A Universidade e a Inquisição. In.: *História da Universidade de Portugal*, vol. 1 tomo II (1537-1771). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 973-973.

impossibilidade de traçar as influências informais dessa nomeação, ou seja, a sua teia de ligações sociais, políticas, familiares e religiosas), mas podemos declarar que foi o seu perfil acadêmico e profissional um dos fatores relevantes para que fosse impulsionada a sua escolha pela rainha D. Maria I para assumir o bispado de Mariana. Segundo Raimundo Trindade, Frei Gualter de Santo Tomaz, Prior e Vigário Provincial da Ordem de São Domingos, depôs no processo de habilitação de D. Frei Pontevel para o bispado de Mariana. Gualter ressaltou em seu depoimento que Pontevel era um dos membros mais dignos da Ordem dos Pregadores, ressaltou a sua experiência profissional como professor de Teologia e Filosofia e seu cargo de diretor na Ordem Terceira da Penitência, assim como o seu perfil de “visitador da Província”¹³⁷.

A escolha de bispos para as regiões ultramarinas do Império Português era sugerida por pareceres do Conselho Ultramarino e enviados aos membros do Conselho de Estado do rei. Pode-se falar, no entanto, na existência de modelos de bispos que correspondiam às necessidades políticas visadas pelo governo português. Procurou-se manter um equilíbrio na nomeação de seculares e regulares nas dioceses do reino e do ultramar para evitar conflitos internos na Igreja e situações de domínio e privilégio que pudessem prejudicar a Coroa. Os bispos deveriam ter boa formação acadêmica e cultural, ser mais velhos e ter, sobretudo, experiência de gestão. Segundo Paiva, a partir da segunda metade do setecentos, o número de bispos nomeados que haviam exercido o magistério na Universidade de Coimbra aumentou. Havia, de todo modo, uma preferência por bispos seculares e canonistas para as dioceses do reino, enquanto que os regulares e teólogos assumiam as dioceses do ultramar. Os primeiros, segundo Paiva, “teriam maior preparação para a elaboração de Constituições, convocação de sínodos, fiscalização de comportamentos através da realização de visitas pastorais”, enquanto que os segundos eram mais recomendados para lugares de missão onde se necessitava um trabalho maior com evangelização¹³⁸.

No entanto, o fato de possuir experiência administrativa era um ponto de peso para se especular um candidato tanto para dioceses do reino quanto para as do Ultramar. D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel é um exemplo disso. Quando fora apresentado pela Rainha D. Maria I ao papa, em conjunto com os depoimentos do seu processo consistorial¹³⁹ que

¹³⁷ TRINDADE, Cônego R. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua História*, vol. 1 e 2. Mariana: Imprensa Oficial, 1929, p. 151.

¹³⁸ PAIVA, José Pedro. Os mentores. In.: GOUVEA, António C. e MARQUES, João F (Org.) *História Religiosa de Portugal*. Círculo de Leitores, vol. 2. Rio do Mouro, 2000, pp. 228-231. _____. D. Sebastião Monteiro da Vide e o episcopado no Brasil em tempo de renovação (1702-1750). In: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton Sales (Org.) *A Igreja no Brasil: Normas e Práticas durante a vigência das Constituições do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, pp. 30-45.

¹³⁹ O processo consistorial (aplicado a partir da bula do Papa Gregório XIV em 1591) envolvia treze perguntas sobre o candidato à diocese, que eram respondidas por testemunhas que tiveram algum tipo de ligação com ele. O

chegaram à Sé romana, se destacaram, segundo o papa em sua benção, o seu “zelo de religião, modéstia de vida, honestidade em hábitos espirituais, *prudência* e louvável consideração das coisas temporais”¹⁴⁰. E, após ressaltar a sua experiência como lente em Teologia e Filosofia e como diretor da Ordem Terceira de São Domingos, as qualidades desse bispo no que tange à sua experiência administrativa e à sua prudência de governo foram explicitadas pelo papa Pio VI. Como podemos verificar abaixo:

...colocamos a tua Pessoa como Pastor e Bispo à frente dela, recomendando àquele que dá graças e distribui favores o pleno cuidado, *governo e administração da mesma Igreja de Marianna* em assuntos espirituais e temporais, certos de que, abençoando o Senhor os teus atos, a mencionada Igreja de Marianna, *sob a tua feliz orientação, será regida de forma eficiente e próspera e governada com prudência e perceberá ganhos na esfera espiritual e temporal*. Aceitando, portanto, com pronta devoção o jugo do Senhor imposto em teus ombros, exercendo assim de tal modo solícito, feliz e prudente os aludidos cuidados e governo, então possa a mesma Igreja de Marianna alegrar-se de ter sido confiada a um *competente Governador e operoso Administrador*¹⁴¹.

A carreira episcopal de D. Frei Domingos iniciou-se a partir da sua nomeação pela Rainha D. Maria I, em novembro de 1777, para o bispado de Mariana. A benção apostólica realizada pelo Papa Pio VI se concluiu em março de 1778 e a sua consagração como bispo em 18 de abril de 1779. Essa consagração, denominada *Cerimoniale episcoporum*, realizada na igreja de São Francisco da Convalescência, foi presidida pelo oficial do Santo Ofício de Lisboa e bacharel em direito canônico António José da Rosa, e efetuada pelo Exmo. Rmo. D. D. Antonio Bonifácio Coelho, Arcebispo da Lacedemônia, pelo Exmo. Rmo. Bartolomeu Manoel Mendes dos Reis, bispo anterior de Mariana, e o Exmo. Rmo. Miguel António Barreto de Menezes, bispo de Miranda¹⁴². Uma ode, um poema lírico entusiástico e glorificador, descreveu a sagração de Pontevel como bispo de Mariana, narrando o momento da sua entrada e da tomada das vestes episcopais: a Mitra e o báculo.

conteúdo dessas perguntas estava relacionado à vida pessoal, familiar e profissional do candidato, assim como os costumes praticados por ele. PAIVA, José Pedro. *Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 86-87.

¹⁴⁰ Cf. Bullae Exmi. necnon Rmi. Dmni. D. Fr. Dominici ab Incarnatione Pontevel Episcopi Mariannensis, Regiae Majestatis a Consiliis ETC., Roma, 03/1778. In.: BOSCHI, Caio C. *O Cabido da Sé de Mariana (1745-1820): documentos básicos*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011, pp. 429 (grifo meu).

¹⁴¹ Ibidem.

¹⁴² Cf. Certidão de Consagração de Frei Domingos da Encarnação Pontevel, Lisboa, 23/04/1779. In.: BOSCHI, Caio C. *O Cabido da Sé de Mariana (1745-1820): documentos básicos*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011, p. 435. (tradução minha).

Fogem da vista os serros levantados
 De Thracia nebulosa: eis entro absorto
 No magnífico Templo
 Da próniba Lucida

Cingir a testa d'hum Heroe insigne
 Ali se via a Deoza onnipotente
 C'o a Mitra Episcopal
 De pedras marchetada.

Qual de outro lado com risonho aspecto
 A que sem Mais nasceo facunda Virgem,
 Aurífero cajado
 Na mão lhe assegurava¹⁴³.

Também foram narradas nessa mesma ode as expectativas lançadas em torno dessa sacração e do futuro próspero do governo de Pontevel onde este, com objetivo missionário, reformador e pastoral, iria fertilizar as almas com os dogmas e com a fé da Igreja Católica. Iria se expandir a “climas diferentes” (América Portuguesa e, mais especificamente, a capitania de Minas Gerais) que não a sua “Pátria” (Portugal). Desse modo, com sua enorme virtude e exemplo, lutaria contra os “ventos”, ou seja, os vícios, os maus costumes, as paixões, os desvios de religião que caracterizavam o “vaidoso fausto do século”, como afirmou, em 1788, o governador e capitão-general de Minas Gerais Visconde de Barbacena¹⁴⁴:

O arredado futuro desencerra
 Sagrado Vate, a urna revolvendo:
 Que prósperos agouros

¹⁴³ Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, Impressor da Real Meza Censoria. Anno 1779. Com licença da mesma Real Meza. Disponível em: <https://archive.org/details/aoillmoexmosenh00lisb>. É um arquivo digital chamado Internet Archive, uma organização responsável por digitalizar documentos desde 1996 em San Francisco – CA, EUA. O documento está localizado na coleção: John Carter Brown Library – Portugal and Brazil Collection.

¹⁴⁴ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 136, doc. 70. Certidão (cópia feita pelo senado da Câmara de Mariana) para o Procurador dos povos D. Francisco de Sales e Moraes. Trata-se de uma representação da Câmara de Mariana ao Visconde de Barbacena sobre o problema das conhecenças. 09/12/1788.

Benigno lhe promete?

Qual o rio allongado da nascente,
Daqui dallo as aguas engrossando,
Ao longe se intumece,
E os agros fertiliza:

Tal de Pontevel a impávida virtude
Na Patria não cabendo, se remonta
A climas diferentes,
Aonde a Paz o chama.

(...)

Sim: cortará as espaduas cristalinas
Do cerúleo Nereo a não curvada
C'o pezo da virtude,
Dos ventos desdenhando¹⁴⁵.

Em maio de 1779, Pontevel recebeu a mercê da rainha para titular do seu Conselho por considerar as suas “virtudes e letras” e por confiar “dele *que* em tudo o de forem carregar me servirá muito a minha satisfação e contentamento” e “me dará conselho fiel e tal como deve quando eu lhe mandar”. Com essa mercê, o bispo de Mariana gozaria de privilégios que todos os membros do Conselho da rainha recebiam. Eram eles: honras, prerrogativas, isenções e “franquesas”¹⁴⁶.

Em 8 de junho de 1779, no Real Convento de São Domingos, em Lisboa, D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel passou alvará de procuração, nomeando Inácio Corrêa de Sá, cônego doutoral da Sé de Mariana. Sá assumiu o bispado “e sua administração, assim pelo que pertence ao governo espiritual, como temporal, judicial e forense em nosso nome e como

¹⁴⁵ Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, Impressor da Real Meza Censoria. Anno 1779. Com licença da mesma Real Meza. Disponível em: <https://archive.org/details/aoillmoeexmosenh00lisb>. É um arquivo digital chamado Internet Archive, uma organização responsável por digitalizar documentos desde 1996 em San Francisco – CA, EUA. O documento está localizado na coleção: John Carter Brown Library – Portugal and Brazil Collection.

¹⁴⁶ ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Chancelaria da rainha D. Maria I. livro 12, p 189.

se fôssemos presentes ao ato da dita posse tomada real, atual e corporal”¹⁴⁷. Essa ação era muito comum entre os bispos portugueses tanto do reino quanto do ultramar, fato esse que fica explícito quando nos deparamos com os dois governos episcopais de Mariana, antes de D. Frei Domingos, que foram regidos efetivamente por procuradoria (lembrando que esse não era o ideal tridentino de bispo; como já foi expresso, requeria-se que o antístite assumisse em residência o seu governo episcopal)¹⁴⁸. Dá sede vacante até a entrada episcopal do bispo nomeado poderia demorar cerca de um ano para os do reino e mais de um ano para aqueles que assumiam as dioceses do ultramar¹⁴⁹. No caso de D. Fr. Pontevel, o espaço de tempo da sua posse por procuração para a sua entrada episcopal no bispado de Mariana foi de apenas alguns meses, seis meses para ser mais exata.

Como então nomeado procurador do bispado, Inácio Corrêa de Sá tomou posse também de todas as “regalias, jurisdições e direitos pertencentes à nossa mitra, igreja Catedral e bispado e ainda pelo que respeita às igrejas inferiores do nosso bispado, salvo sempre o direito de Padroado da rainha nossa senhora”¹⁵⁰. E na ocorrência da falta deste procurador, nomeou em primeiro lugar o reverendo Vicente Gonçalves Jorge de Almeida, cônego prebendado, e em segundo ao Reverendo douto Francisco Pereira de Santa Apolônia, também cônego, para assumirem a administração da diocese.

Feito isso, o procurador Inácio Corrêa de Sá realizou a sua protestaço de fé e juramento de posse do bispado de Mariana em vinte e nove de agosto de 1779 diante do cabido e *in testimonium fidei* de Bernadino José de Sena Freitas, Manuel Joaquim Pedrosa e do notário apostólico Tomás José de Oliveira¹⁵¹. A posse do procurador em nome de D. Fr. Domingos da Encarnação Pontevel ocorreu no dia da protestaço de fé na Catedral da cidade de Mariana. A cerimônia ocorreu diante do cabido marianense e de outras testemunhas onde o cônego doutoral apresentou as bulas do Papa Pio VI “ora presidente na Universal Igreja”, que confirmavam D. Fr. Pontevel como bispo de Mariana, junto com a procuraço desse bispo a qual deputou Corrêa

¹⁴⁷ Cf. Alvará de procuraço de Frei Domingos da Encarnação Pontevel para o cônego Inácio Corrêa de Sá, Lisboa, 08/06/1779. In.: BOSCHI, Caio C. *O Cabido da Sé de Mariana* (1745-1820): documentos básicos. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011, p. 436.

¹⁴⁸ TORRES-LONDOÑO, Fernando (Org.). *Paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 113.

¹⁴⁹ PAIVA, José P. *Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 106-110.

¹⁵⁰ Cf. Alvará de procuraço de Frei Domingos da Encarnação Pontevel para o cônego Inácio Corrêa de Sá, Lisboa, 08/06/1779. In.: BOSCHI, Caio C. *O Cabido da Sé de Mariana* (1745-1820): documentos básicos. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011, p. 436.

¹⁵¹ Cf. Protestação de Fé e juramento do cônego doutoral Inácio Corrêa de Sá como procurador do bispado de Mariana, Mariana, 29/07/1779. In.: BOSCHI, Caio C. *O Cabido da Sé de Mariana* (1745-1820): documentos básicos. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011, p. 437.

de Sá como procurador. As bulas e a procuração foram lidas em “voz alta e inteligível ao povo que presentemente se achava na presença do cabido e duas testemunhas (Bernardino José de Sena Freitas e Manuel Joaquim Pedroso)”. Depois de lidos os documentos, Inácio Corrêa e Sá subiu ao altar-mor e “osculou três vezes no meio da pedra de ara no lado da Epístola e Evangelho”. Em seguida subiu ao trono episcopal acompanhado de dois capitulares, onde se sentou. A cerimônia de posse prosseguiu quando o dito procurador se encaminhou à mesa capitular acompanhado, sempre e novamente, do cabido e das testemunhas e se assentou na cadeira episcopal. Em seguida o cabido se dirigiu a ele em voz alta, reconhecendo a sua posse como procurador do bispado em nome do quarto bispo de Mariana D. Fr. Domingos Pontével, do mesmo modo como se procedeu com a posse por procuração do bispo anterior, D. Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis. O notário apostólico Tomás José de Oliveira assinou o documento da cerimônia de posse confirmando-a¹⁵².

As narrativas sobre as cerimônias de posse e as entradas episcopais já foram alvo de muitos estudos analíticos na historiografia. Essas cerimônias possuíam em si três funções práticas: a descritiva (uma vez que permite manter à posteridade os fatos ocorridos em determinadas ocasiões); a normativa (com objetivo de manter um padrão de ações no desenrolar do ato); a de impor modelos e uma etiqueta de conduta (ponto esse importantíssimo para se compreender os estratos sociais presentes em uma determinada comunidade). Esses ritos carregavam consigo um “simbolismo plurissignificante” à medida em que a sua construção por meio de um ritual velava a existência de jogos sociais e políticos e hierarquias sociais que atribuíam lugares predispostos aos indivíduos e até às instituições¹⁵³. Ou seja, o lugar atribuído a uma pessoa ou a um grupo de pessoas em um cerimonial equivalia à sua posição hierárquica no âmbito daquele corpo social. Isso não valia apenas para as cerimônias de cunho religioso, como também as de cunho nobiliárquico e, sobretudo, as entradas solenes régias que, por todo o período medieval e moderno, estiveram presentes como arma discursiva da manutenção e centralização do poder real diante de outros membros da corte, como a primeira nobreza e ministros¹⁵⁴.

¹⁵² Cf. Auto de posse do cônego doutoral Inácio Corrêa de Sá como procurador do bispado de Mariana, Mariana, 29/07/1779. In.: BOSCHI, Caio C. *O Cabido da Sé de Mariana (1745-1820): documentos básicos*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011, pp. 437-438.

¹⁵³ PAIVA, José Pedro. Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII). In: JANCSÓ, I. e KANTOR, I. (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, vol. 1. São Paulo: Hucitec, 2001, pp. 80-85.

¹⁵⁴ CARDIM, Pedro. Entradas solenes, rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, séculos XVI e XVII. In: JANCSÓ, I. e KANTOR, I. (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, vol. 1. São Paulo: Hucitec, 2001, pp. 97-124.

Essas três características apresentadas acima estão compreendidas na cerimônia de posse do procurador Ignácio Corrêa de Sá. O cerimonial, dividido em cinco momentos: a protestação e o juramento; a apresentação das bulas papais; a subida ao altar mor; o sentar-se no trono episcopal; e o sentar-se na cadeira episcopal da mesa capitular, carrega consigo uma simbologia tanto normativa (de procurar manter um padrão para esse tipo de cerimônia) quanto de hierarquia e poder. As ações de subir ao altar mor e de sentar-se nas cadeiras pertencentes ao poder episcopal carregam consigo uma noção de afirmação desse poder e da pessoa que está a assumi-lo, como também, corrobora uma hierarquização existente entre os presentes naquele ritual. E essa hierarquização nos aparece aí, com mais tonalidade, nas interações do cabido com o procurador nomeado, onde este se portou sempre a segui-lo.

Sobre as festas e cerimônias de posse na América Portuguesa, temos o trabalho de Íris Kantor, que procurou analisar esse processo de transplantação dos ideais cerimonialísticos para as peculiaridades do ambiente colonial. O *Áureo Throno Episcopal*, panegírico que descreveu a entrada do primeiro bispo de Mariana D. Fr. Manuel da Cruz, exemplo máximo das entradas episcopais na América Portuguesa, foi exemplo preciso da versão portuguesa do regimento do *Cerimonial dos Bispos* (1671) do século XVII, colocando em prática todas as etapas cerimoniais estipuladas por ele. As honras prelatícias eram prescritas pelas leis reinóis e toda a comunidade e autoridades deveriam trabalhar pela sua execução¹⁵⁵. No caso da entrada do quarto bispo de Mariana, não encontramos a documentação necessária que possibilitasse a análise de toda a solenidade envolvendo a sua chegada no bispado de Mariana. O que encontramos foi apenas a notícia de uma carta de boas-vindas ao dito bispo¹⁵⁶ e um ofício de D. Fr. Domingos à Rainha tratando da sua chegada ao bispado e dissertando um relatório sobre o estado do mesmo.

Com relação ao governo da procuradoria, logo de início, alguns fatores indicam que Pontevel provocou intrigas com o governo local devido à nomeação de Inácio Corrêa de Sá, o qual parece não ter sido bem quisto pelo governador da capitania de Minas Gerais António de Noronha, mas também, como já vimos, não foi algo próprio da procuradoria de Pontevel. Segundo este governador, havia um excesso nas ordenações eclesiásticas feitas por Inácio Corrêa de Sá, pois, afirmava ele: “se continuar a fazer-se com o mesmo rigor em que persiste

¹⁵⁵ KANTOR, Íris. *Pacto festivo em Minas Colonial: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*. São Paulo, 1996. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade de São Paulo, 1996, pp. 71-101. Idem. Entradas episcopais na capitania de Minas Gerais (1743-1748). In: JANCSÓ, I. e KANTOR, I. (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, vol. 1. São Paulo: Hucitec, 2001, pp. 172-175, 179.

¹⁵⁶ Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Códice nº 1 – Generalidades. Série: Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 6, Agradecimentos por votos recebidos, 09/06/1780.

fica o General sem ter a quem governe, porque se extinguirão de huma vez os seculares, e bastará nesta Capitania somente a assistência do Bispo para regime dela”¹⁵⁷.

Ao que parece, os problemas relacionados ao procurador Corrêa de Sá e a nomeação de eclesiásticos já advinham da antiga administração. Como dito acima, esse procurador tomou posse da Câmara Eclesiástica do bispado para o prelado anterior a Pontével, D. Manuel Mendes dos Reis, onde este colocou como seu procurador o Dr. Francisco Xavier da Rua. Direcionou junto ao cabido, sob críticas dos sacerdotes encomendados do bispado de Mariana, uma representação à rainha para tratar da “escolha de bons e exemplares sacerdotes”. Para o Cabido, do mesmo modo que haviam sacerdotes beneméritos das suas obrigações paroquiais, haviam outros que alcançavam lugares dignos que:

...por valimentos poderosos, que tirão a liberdade não só de se conferirem aos mais dignos, mas também de se conhecer por virtude de hum ordinário exame da suficiência dos seus Patrocinados vindo por este princípio haver alguns Encomendados que nunca aspirariam à semelhantes Provimentos¹⁵⁸.

Por outro lado, problemas referentes à administração do bispado por Corrêa de Sá foram ressaltados em um relatório, pedido pela rainha, sobre as vagas de eclesiásticos existentes no bispado. Segundo o relator¹⁵⁹, haviam algumas irregularidades nas ações do procurador referentes às concessões de reverendas para que sacerdotes de Mariana se ordenassem em outros bispados da América Portuguesa:

[...] constando aqui que o Bispo antecessor do actual mandava para a cidade de Mariana o seu sobrinho Ignacio Correa com o logar de escrivão da Câmara Eclesiástica, dando-lhe taes poderes que elle governava o Bispado, e entre as desordens que praticou foi huma a de contribuir, para que se dessem reverendas a todos os que as pedião para se Ordenar fora do Bispado, por conta de aumentar o Rendimento do seu officio; por cujo motivo o Bispo actual mandou ordem, para que se não dessem as ditas Reverendas a Pessoa alguma antes da sua chegada, nem se pode compreender [...] o que [...] [permítio] o dito Bispo, que se [...] tivesse este procedimento em Mariana; nem com que faculdade esta ordenando em *Lixboa* como virem a quantidade de gente: Ao

¹⁵⁷ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, ofício de Antonio de Noronha a Martinho de Melo e Castro, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 114, doc. 1. Ofício de 03/01/1779.

¹⁵⁸ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Representação do cabido do bispado de Mariana sobre informações relativas às igrejas e párocos do bispado, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 122, doc. 8. Representação de 23/01/1778.

¹⁵⁹ Não foi possível identificar as assinaturas do documento e a data específica da sua redação devido a ilegibilidade dele, dificultando a sua transcrição em algumas partes.

actual bispo se deve igualmente recumendar o Exame do que vir o Cabido sobre as Confrarias¹⁶⁰.

Um dos primeiros atos de Ignácio Corrêa de Sá à frente do bispado de Mariana foi o de registrar um edital e mandar passar a todos os párocos do bispado, no mesmo dia da sua posse, extinguindo todas as provisões, licenças, despachos passados em nome do bispo anterior D. Batholomeu Manoel Mendes dos Reis. Também retirou o vigor e as jurisdições de todos os vigários encomendados das freguesias, sacerdotes, confessores, pregadores, vigários gerais e da vara, promotores, escrivães, sacristães e capelães, com exceção apenas daqueles que haviam obtido licença naquele ano de 1779¹⁶¹. Esse gesto, que também fazia parte do ritual de posse episcopal, era comum em todas as cerimônias e tinha na sua execução a intenção de afirmar a nova autoridade sobre o trono episcopal. Essa transição só terminaria com a chegada do bispo em Mariana, assumindo o trono episcopal com residência fixa.

Logo na sua chegada, em 25 de fevereiro de 1780, aos 57 anos de idade, D. Fr. Domingos Pontevel se mostrou ativo em executar as ordens da Rainha para que soubesse da situação em que se encontrava o bispado. No mês seguinte enviou um relatório onde se preocupou em descrever alguns problemas referentes às freguesias, suas estruturas, demandas de fiéis e fiscalidade religiosa (onde o caso das conhecenças, que será tratado no capítulo 3, já lhe havia chamado a atenção); a nomeação de ministros do Juízo Eclesiástico e para reitor do seminário de Nossa Senhora da Boa Morte; e a retirada de Ignácio Corrêa de Sá de seus lugares de provisor, vigário geral e tesoureiro-mor devido à sua “debilidade e fraqueza a que o reduzirão as continuadas moléstias e os passados trabalhos”¹⁶². E, em resposta à arguição do governador António de Noronha, sobre o problema das excessivas habilitações de sacerdotes, declarou que:

Ignacio Correa de Sá desculpa-se desta multidão de habilitados com a força irresistível dos empenhos, os mayores desta Capitania, a quem elle de próximo tinha sido devedor nos seus trabalhos, e com a necessidade e que se persuadia haver nesta Igreja de mayor número de Menistros seculares, suposto não haver aqui Regulares, e serem tantas as Capelas, que há que prover de Sacerdotes na grande extensão destas Freguesias¹⁶³.

¹⁶⁰ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Relatório com informações relativas às ordenações do bispado e dos lugares vagos no cabido, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 122, doc. 8. s/d.

¹⁶¹ AEAM - Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, código nº 1 – generalidades. Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 4. Edital de jurisdição registrado por Ignácio Corrêa de Sá, cônego doutoral do bispado de Mariana. 29/08/1779.

¹⁶² Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 116, doc. 16. Ofício de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, informando-lhe sobre a sua chegada e a situação do referido bispado, 29/03/1780.

¹⁶³ Ibidem.

Em uma primeira vista, já conseguimos reparar um perfil diplomático em D. Fr. Domingos. As duas características apresentadas na bula do Papa Pio VI, a prudência e o administrador, foram os dois pontos que pautaram as ações de D. Fr. Domingos à frente do bispado de Mariana, como iremos ver nos próximos capítulos. Ser nomeado para uma diocese de contexto delicado, como a diocese de Mariana, exigia do seu chefe uma capacidade maior de persuasão para conseguir conter os ânimos em ebulição de uma população prestes a se rebelar. A qualidade da prudência, nesse sentido, era interessante tanto para a Igreja quanto para o Estado, na medida em que visava um equilíbrio e estabilidade sociais. Como podemos ver na definição de Bluteau, prudência significava:

Virtude intelectual, que ensina ao homem o recto modo de obrar, e o que he moralmente bom, ou mau, para abraçallo... He a primeyra das virtudes Cardeaes, e se divide em Política, Economia e Monástica. A prudência Política tem por objeto o bem público por meyo da observância das leys humanas, e divinas. A prudência Economica atende ao bem da família, e a prudência Monástica ao bem do indivíduo, buscando huma, e outra vias justas, uteis, e honestas, e fugindo dos seus contrários. (...) *A prudência mais se conhece em impedir o dano, que em reparar.*¹⁶⁴

Depois da ausência de dois bispos e de uma Sé vacante por dezesseis anos, a diocese de Mariana, como vimos antes, passava não só por problemas estruturais e de conduta do clero e dos fiéis, como também enfrentava momentos de tensão político-econômicas relacionados às taxas fiscais feitas pela Coroa. Diante disso, apresento as seguintes indagações: Teria sido a escolha de D. Fr. Domingos da Encarnação Pontevel pela Rainha D. Maria I algo relacionado diretamente com os problemas político-econômicos da capitania de Minas Gerais, sendo ele um dos pontos de apoio para conter possíveis tentativas de levante? O que a “prudência” de D. Fr. Domingos pode nos dizer sobre a ideia, posta na historiografia, de que os bispos, por serem funcionários da Coroa (e levando-se em conta a influência das políticas regalistas), teriam diminuída a sua influência política e autonomia? E, levando em consideração a última questão, como podemos analisar o perfil passivo e obediente de Pontevel traçado pela historiografia até então?

¹⁶⁴Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino...* vol. 6. Op. cit., p. 811. (grifo meu).

1.4.1 – A biblioteca

A biblioteca de D. Fr. Domingos da Encarnação Pontevel é considerada uma das maiores da capitania de Minas Gerais no século XVIII. Constituída por um total de 412 títulos e 1066 volumes, tanto de livros de ciências sacras quanto de livros de ciências profanas,¹⁶⁵ as informações sobre a biblioteca nos possibilitarão compreender o quarto bispo de Mariana através de uma outra ótica analítica e de outro arquétipo documental que, nesse caso, é o seu inventário *post mortem*, datado de junho de 1793¹⁶⁶. Antes de nos aprofundarmos em qualquer problemática relacionada à biblioteca, é necessário fazer uma introdução sobre o universo dos livros e os métodos utilizados pela historiografia para analisar esse tipo de fonte histórica.

Segundo Robert Darnton, a existência de um “circuito de comunicação” faz com que o livro se apresente com um ciclo de vida constituído pelos seguintes estágios: o autor; o editor; o impressor; o distribuidor; o vendedor; o leitor¹⁶⁷. Cada um desses estágios faz com que o livro perpassa por um longo alcance territorial, o que faria com que cada etapa do ciclo de vida deste sofra intervenções de imbricações externas referente à conjuntura na qual ele estava inserido. É necessário levar em consideração que, para a fabricação de um livro, sua criação e distribuição, existem agentes históricos cujas ações e experiências estão relacionadas com as estruturas culturais em que estes estão inseridos. Logo, é necessário olhar para o livro como um objeto, que é presente na vida cotidiana de muitas pessoas, e que carrega consigo uma história, capaz de interferir como mediador de relações sociais, e que possui, no seu desenvolvimento, vestígios dos contextos pelos quais ele passou. A historiadora Leila Mezan Algranti chama a atenção para as particularidades existentes na confecção das várias categorias de livros, já que é necessário tomar como preocupação com as análises, não só os hábitos de leitura, que se modificam de acordo com as funções dos livros e também com o tempo e espaço em que ele é utilizado, mas também o público destinado e as vivências diversificadas que esse público pode possuir¹⁶⁸. Todos esses detalhes podem influenciar tanto a produção do livro como objeto, como

¹⁶⁵ Faço uso da classificação dos livros das bibliotecas do período colonial utilizado por Carlos Villalta. VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua instrução e letra. In.: SOUZA, Laura de M., NOVAIS, Fernando A. N. (Org.) *História da Vida Privada*, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 364.

¹⁶⁶ Grande parte da catalogação possui muitas lacunas e erros de grafia que dificultam, em alguns momentos, a identificação das obras catalogadas. Alguns títulos não possuem autores, outros possuem autores, mas não possuem título. AEAM - Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, códice nº 1 – generalidades. Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arquivo 1, gaveta 4, livro. Inventário de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana. 21/06/1793.

¹⁶⁷ DARNTON, Robert. O que é a história dos livros? In.: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.125.

¹⁶⁸ ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios da História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004, p. 179.

também aquele indivíduo que se interessaria pelo tipo de livro. Para tanto, dever-se-ia levar em consideração o modo de vida de tais indivíduos, seus costumes e suas circunstâncias sociais para possibilitar uma melhor compreensão das escolhas feitas por ele com relação as categorias de livros possuídas.

A biblioteca de Frei Domingos da Encarnação Pontével faz parte do último estágio desse “circuito de comunicação” desenvolvido por Darnton. Analisar a composição de uma biblioteca nos apresenta um grande desafio, pois além de ali estar presente os livros nas suas individualidades e trajetórias, ela também nos diz muito sobre quem a constituiu e como a constituiu. Mas afinal, o que essa biblioteca pode nos dizer sobre Pontével? Suas ações como bispo, ou como agente na comunidade mineira podem ter sido inspiradas pelas leituras dos livros da sua biblioteca? Existe a possibilidade de traçar um seguimento teológico e político do bispo, não apenas através das suas ações, mas também com os livros que ele possuiu?

Diante da grandeza que é o inventário da biblioteca de Pontével, não será possível analisar a sua formação, ou seja, o modo como ele adquiriu os livros da biblioteca, pois não se sabe ao certo quando e nem como Pontével os adquiriu. Essas ações poderiam ser realizadas de várias formas como, por exemplo, compra, troca e até pelo pedido de posse feito à Real Mesa Censória¹⁶⁹. Dessa forma, a biblioteca de Pontével será tratada a partir de toda a sua gama de variações temáticas, mas tendo sempre em mente a ideia de que a posse de livros não significa necessariamente a sua leitura, e muito menos a sua adesão ou não pelo leitor¹⁷⁰. Partindo dessa problemática, apresento a seguinte pergunta: o que uma biblioteca tão importante e singular (para o seu contexto) como a de D. Frei Domingos, e os significados imbricados nela, poderiam nos dizer sobre o bispado de Mariana e sobre o seu governo?

Para compreender um pouco dessa biblioteca, penso ser necessário esboçar o arquétipo das bibliotecas na América Portuguesa, e mais especificamente na capitania de Minas Gerais. A princípio, o ponto significativo de ser explicitado é o fato de a Coroa portuguesa não permitir qualquer formação de prensas em suas colônias¹⁷¹. Logo, os livros que chegavam à América Portuguesa deveriam ser trazidos diretamente de Portugal para serem comercializados. Segundo Algranti, apesar das dificuldades para obtenção de livros, o comércio livreiro na colônia teve

¹⁶⁹ VILLALTA, Luis Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese (doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999, pp. 226-274. Ver especialmente os processos de licença de posse de livros tratados no capítulo 6 intitulado “As licenças para posse e leitura de livros proibidos”.

¹⁷⁰ CHARTIER, Roger. *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora Unesp, 2004, p. 174.

¹⁷¹ Segundo Laurence Hallewell, existiram algumas prensas na América Portuguesa antes da criação da Imprensa Régia após a chegada da família real, mas estas não conseguiram licença e foram fechadas. Um exemplo disso é o Impressor Isidoro da Fonseca, que se instalou no Rio de Janeiro, mas teve a sua prensa fechada após três anos da sua chegada ao Rio em 1747. HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. Edusp. São Paulo, 2012, p. 93.

muita expressão, sobretudo do século XVIII em diante¹⁷². A partir desse comércio “volumoso e firme”¹⁷³ é que muitas bibliotecas privadas puderam ser constituídas na colônia, levando ainda em consideração aqueles livros que já eram trazidos de Portugal devido aos deslocamentos de novos moradores e de estudantes os quais saíam da colônia para estudar na Universidade de Coimbra.

Apesar da existência de livros entre as camadas mais humildes da sociedade colonial, sobretudo entre negros e mulatos, já ser trabalhada pela historiografia, esse fator nos é apresentado apenas como uma exceção, já que, segundo historiadores como Luiz Carlos Villalta e Júnia Ferreira Furtado, a concentração de posse de livros na colônia estava predominantemente associada às camadas mais privilegiadas da sociedade, como detentores de terras e escravos, que, por sua vez, formavam familiares no direito, na medicina e no sacerdócio¹⁷⁴. No entanto, apesar de haver uma associação direta da posse de livros com pessoas pertencentes às camadas mais abastadas da sociedade colonial, o uso e a posse de livros podem estar muito mais ligados às ocupações profissionais de seu proprietário do que propriamente à sua condição financeira. Ou seja, a maior quantidade de livros nas bibliotecas privadas estava associada a indivíduos com ocupações que exigiam o trabalho com a escrita e a leitura¹⁷⁵.

As bibliotecas privadas da colônia tinham como característica geral a sua constituição com base em dois pontos referentes à vida cotidiana das pessoas: a vida religiosa e a vida profissional. À vista disso, era comum essas bibliotecas serem constituídas de livros religiosos e técnicos¹⁷⁶, os quais estariam imbuídos de uma característica utilitária, investindo-se na vida espiritual e aprimorando-se os saberes relacionados à vida profissional¹⁷⁷. Mas nem só de livros utilitários eram constituídas as bibliotecas privadas da colônia. A presença da literatura na forma de romances, romances filosóficos, filosofia, história natural, história, geografia, geometria, e outros, nos mostra que, além do interesse no saber ligado à vida cotidiana e aos

¹⁷² ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios da História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004, p. 167.

¹⁷³ Francisco de Gama Caeiro *apud* citado por Algranti, *ibidem*, p. 167.

¹⁷⁴ ANTUNES, Álvaro de A. Os ânimos e a posse de livros em Minas Gerais (1750-1808). In: ALGRANTI, Leila M., MEGIANI, Ana P. (Org.). *O Império por Escrito: Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 258-263.

¹⁷⁵ VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese (doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999, pp. 311-318; Algranti, *Op. cit.*, p. 189; Antunes, *Ibidem*, p. 263.

¹⁷⁶ Quando me refiro aos livros técnicos, coloco na mesma classificação os livros de direito e cânones, livros sobre agricultura, mineração, medicina, teologia. Nesse caso, os livros de filosofia, história natural e geografia podem também ser colocados como utilitários dependendo das características profissionais do seu possuidor.

¹⁷⁷ VILLALTA, Luiz Carlos. *Bibliotecas Privadas e práticas de leitura no Brasil Colonial*. 1997. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/bibliotecas-br.pdf>, pp. 5.

costumes, os leitores da colônia possuíam também interesses próprios ligados às suas vontades, curiosidades e estudos feitos nos cursos da universidade.

A historiadora Leila Mezan Algranti discute a presença de tais temáticas no comércio livreiro, em especial no Rio de Janeiro, e faz uso de listagens de livros adquiridos em fins do século XVIII e XIX pelos comerciantes de livros. Ao analisar as temáticas mais procuradas pela população colonial do período, a historiadora consegue vincular a ocorrência de uma maior demanda por livros de literatura e história, ao invés de livros voltados à temática religiosa, como um sintoma das mudanças ligadas à cultura religiosa na virada dos séculos XVIII e XIX. Logo, esses interesses poderiam não só estar necessariamente ligados ao fator utilitário do livro como manual ou como norteador da vida religiosa, mas também nos apresentam uma série de outros atributos associados ao livro como, por exemplo, o lazer, ou até uma modificação cultural relacionada às maneiras de pensar determinados assuntos. De acordo com Algranti, o fato da temática religiosa dos livros ter sido colocada em terceiro plano na predominância de assuntos mais interessados aos leitores na colônia poderia ter sido um resultado desse período, no qual o acesso à leitura e a livros de assuntos variados como, por exemplo, os científicos, teria contribuído para uma maior laicização da sociedade colonial¹⁷⁸. Logo, a partir da análise da autora, podemos chegar à conclusão de que investigar a pertença de livros por um grupo social, ou por um indivíduo em determinada época, pode contribuir para análises mais abrangentes que abarcam os costumes, culturas e relações sociais existentes em uma determinada sociedade e período.

Diante disso, podemos voltar o nosso olhar para as bibliotecas particulares. De acordo com Álvaro Antunes, para se entender a formação de uma biblioteca, primeiramente é necessário pensar na obtenção de livros não como uma acumulação mecânica, mas sim como um resultado de vontades, interesses, relações sociais, modo de vida e também como um espelho das políticas culturais conduzidas como, por exemplo, a censura no caso da produção impressa em Portugal¹⁷⁹.

Feita essa introdução, algumas possibilidades são abertas para pensar a biblioteca de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel como uma representante do conjunto de responsabilidades e interesses pessoais que poderiam ter estado presentes na sua vida cotidiana. De acordo com Álvaro Antunes, as maiores bibliotecas particulares da região da capitania de

¹⁷⁸ ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios da História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004, pp. 162-164.

¹⁷⁹ ANTUNES, Álvaro de A. Os ânimos e a posse de livros em Minas Gerais (1750-1808). In: ALGRANTI, Leila M., MEGIANI, Ana P. (Org.). *O Império por Escrito: Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 257.

Minas Gerais pertenciam não necessariamente àqueles que possuíam maiores posses, mas sim àqueles que desenvolviam alguma atividade ou profissão que demandava a utilização de muitos livros específicos para seus afazeres¹⁸⁰. Com o trabalho mais voltado para a análise de bibliotecas particulares de advogados em Minas colonial, os estudos de Antunes nos servem como parâmetro para analisarmos alguns pontos da constituição da biblioteca de D. Frei Domingos à medida em que tomaremos como pressuposto o seu cargo de bispo, assim como a sua formação acadêmica. Por outro lado, alguns títulos serão mais difíceis de serem incluídos nessas categorias profissionais/acadêmicas, o que poderiam indicar, em certa medida, alguns interesses da parte de Pontevel sobre determinados assuntos. Chegaremos nesse ponto mais à frente.

1.4.1.1 – Livros Sacros e “técnicos”

Destarte, o fato da biblioteca de Pontevel possuir livros sacros em sua maior quantidade já seria um fator primário possível para caracterizar tais livros como “técnicos”, além de sacros, à medida em que o bispo faria uso destes como parâmetro para a realização de seu trabalho pastoral e administrativo do bispado de Mariana. Levando em consideração as classificações apresentadas por Carlos Villalta e Álvaro Antunes, onde se divide a biblioteca pelas temáticas de livros sacros e não sacros ou livros religiosos e técnicos/profissionais, faço uma junção de ambas categorizações para tratar de D. Frei Pontevel. Pois, não só no caso dele, mas de eclesiásticos no geral, não há uma divisão tão nítida com relação à vida profissional e religiosa, à medida em que muitos dos livros utilizados para a cultura do espírito poderiam também interferir em decisões de cunho pastoral, disciplinar e administrativo.

Encontra-se presente no inventário de D. Frei Domingos livros como: sermões, livros de teologia e moral, o breviário, o ofício e o processional da ordem dos dominicanos; livros de disciplina, manuais de confissão e catecismos. A maioria destes carregavam consigo uma dupla funcionalidade, ou seja, poderiam ser utilizados tanto para a sua vida pessoal de cuidado espiritual, quanto para cuidar daquilo que lhe era cabido como bispo. Por exemplo: 10 livros de autoria do jesuíta português Agostinho Barbosa (autor muito utilizado na elaboração das primeiras Constituições do Arcebispo da Bahia e nas Constituições de Lisboa)¹⁸¹; os sermões, as cartas e a *Arte da justiça* de Antônio Vieira; os 7 volumes da *Salmaticensis Theologia*

¹⁸⁰ Ibidem, pp. 263.

¹⁸¹ FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales (Org.). Estudo introdutório e edição. In.: VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia*. São Paulo: Edusp, 2010, p. 86.

Moralis (livros esses que discutiam as ideias de afluência do livre arbítrio com a providência, mais conhecida como molinismo)¹⁸²; o livro *Pontificalle Romanum* do Papa Bento XIV; São Basílio; São Jerônimo; São João Crisóstomo; São Bernardo; *Introduzion* (sic) *a la vie devote* (obra mística de São Francisco de Sales), as obras do dominicano português pietista Fr. Luis de Granada (onde discorreu largamente sobre a oração mental¹⁸³), um livro intitulado *Il Religieuse Claustal*, onde provavelmente se tratava do livro *A Religiosa* de Diderot. Esse último livro criticou o sistema de conventos religiosos e a sua administração por membros da Igreja, mais conhecido como freiratismo, além de tecer críticas aos jansenistas e às formas místicas de devoção pelo seu caráter de relaxação dos costumes¹⁸⁴.

Foram encontradas também algumas hagiografias, literatura utilizada por religiosos para manter um regramento da vida espiritual, assim como para tomar como exemplo para si a vida dos santos. Esse tipo de literatura também foi muito utilizado por bispos como exemplo de boa conduta, costumes e vida espiritual. No inventário de D. Fr. Pontevel, encontramos, ao todo, seis hagiografias: a mais famosa delas o *Flos Sanctorum*; a *Estoria de São Domingos*; a *Vita de São Vincenzo Ferres* (sic); a *Vida de São Francisco de Paula*; a *Victa Santor*; e a *Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires* (um dos maiores nomes da Restauração católica).

Outros títulos tinham uma funcionalidade mais prática voltada para a administração dos ritos (*Instruções sobre as Ceremonias das Missas*, *Cerimoniale Episcopi*, *Missale Romanum*, e o *Auro Throno Episcopali* – onde se descreveu o cerimonial de entrada do primeiro bispo de Mariana D. Fr. Manuel da Cruz), para a instrução dos eclesiásticos (*Práxis Ecclesiastica*, *Disciplina Ecclesia*, *De Officio Sacerdotis*) e também questões de cunho jurídico que envolviam ou poderiam envolver o poder episcopal (*Ordenações do Reino*, as *Constituições do bispado do Porto, Lisboa, Guarda e da Bahia*, *Bullum Unigeniti* – A Bula Papal *Unigenitus Dei Filius* (1713) onde se apontou os 101 erros do jansenismo, condenando e apontando como herético¹⁸⁵, *Corpus Juris Canonici*, *Secretário da Corte* e do *Secretário do Gabinete, prosperis de territorio* – essa nomenclatura do documento se refere ao título *Tractatus de territorio separato* de Josepho de Prosperis que trata da jurisdição dos poderes eclesiásticos (arcebispo, bispo,

¹⁸² VILLALTA, Luís Carlos. *O Diabo na Livraria dos Inconfidentes*. In.: NOVAES, Adalto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 375.

¹⁸³ DIAS, José Sebastião da Silva. *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal* (séculos XVI a XVIII). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960, p. 311.

¹⁸⁴ MONCADA, Cabral de. *Mística e racionalismo em Portugal no século XVIII*. In.: *Boletim da Faculdade de Direito*. Vol. XXVIII. Coimbra: Coimbra editora, 1953, pp. 22-24. Diderot. *A Religiosa*. Trad. de J Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2009, pp. 192-200.

¹⁸⁵ Cf. Constituição “Unigenitus Dei Filius”, 08/08/1713. In.: DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. Trad. José Marino Luz e Johan Konings. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2007, pp. 532-541.

prelados) com relação à jurisdição local e espiritual, e causas dirigidas ao foro eclesiástico contencioso.

Com relação aos catecismos, encontramos ao todo quatro nessa lista de livros, sendo eles: o *Il Pastor Apostolico che ammaestra li fideli com istruzioni familiar in forma di catechismo* (1692) do dominicano Jean Charles Ducos; o *Catechismus de granadê*; o *Catechismus histórico-theologico-dogmaticus* (1769) de Ludovici Lipsin; e o *Catechismus ex Decreto Concili Tridentini ad Parochos* (1590), o catecismo do Concílio Tridentino mais conhecido como *Catecismo Romano*. Nota-se, porém, a ausência de um catecismo importantíssimo para o projeto político-religioso do reinado josefino e mariano que foi o *Catecismo de Montpellier*. Com argumentações e ideias semelhantes às do jansenismo, o *Catecismo de Montpellier* é uma obra doutrinal moral contrária às ideias do probabilismo jesuíta, assim como, o seu pensamento eclesiológico, moral e teológico. Foca-se bastante no ensino da importância dos sacramentos da Igreja e o seu aspecto doutrinário estava inteiramente apoiado na doutrina de Santo Agostinho. Segundo Evergton Sales, a influência desse catecismo nas dioceses do império português foi muito forte, sendo utilizado em muitas dioceses como as de: Évora, Coimbra, Lamego, Viseu, Beja, Penafiel e Miranda. Na América Portuguesa ele teria sido utilizado nas dioceses do Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e, tomando como base a grande difusão desse catecismo, aventou a sua utilização nas dioceses do Maranhão, Mariana e na arquidiocese da Bahia¹⁸⁶. Veremos, no entanto, (no capítulo 2) que além da ausência desse catecismo na biblioteca de D. Fr. Domingos notaremos também a sua não utilização, pelo prelado, nas pastorais de intuito disciplinador do corpo eclesiástico do bispado de Mariana.

1.4.1.2 – Livros relacionados à formação acadêmica¹⁸⁷

Como já se é sabido, D. Fr. Pontevel formou-se em Teologia na Universidade de Coimbra e, posteriormente, lecionou nesse curso e no de Filosofia da mesma universidade. Partindo desse ponto, podemos encontrar no seu inventário alguns exemplos dessa formação acadêmica e daquilo que poderia ser também o seu material utilitário na profissão de lente.

¹⁸⁶ SOUZA, Evergton S. *Jansénisme, et réforme de l'Église dans l'Épire Portugais*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, pp. 253, 266.

¹⁸⁷ Ao fazer uso da classificação acadêmica não me refiro ao sentido de academias do século XVIII, assim como a Academia do Esquecido e Renascidos, mas sim faço uso do sentido atual da palavra. Me refiro, portanto aos livros que estiveram ligados à formação de D. Frei Domingos na Universidade de Coimbra.

Como acadêmico da universidade de Coimbra, Pontevel se mostrou com um perfil bastante preparado para leituras de vários idiomas. Encontramos, portanto, uma grande gama de livros em latim, italiano, francês, espanhol e português. Além disso, em seu inventário podemos identificar uma grande quantidade de dicionários (em especial os de francês) e livros de gramática. Para além dos dicionários de línguas, também encontramos um dicionário geográfico, um histórico, um de direito e cinco eclesiásticos, totalizando vinte e oito. A partir disso, podemos levar em consideração a formação acadêmica em Cânones, Teologia e/ou Filosofia que os bispos deveriam obter para alcançar tal cargo. Logo, a existência de livros para o estudo de línguas poderia ser tida como algo básico para a constituição das suas bibliotecas, já que o apreço pela educação e formação acadêmicas dos eclesiásticos era algo que tinha passado a ser primordial para a Igreja desde o Concílio de Trento¹⁸⁸. Segundo a pesquisadora Algranti, a existência de livros voltados para a temática do aprendizado de línguas ganhou espaço no século XVIII em diante na América Portuguesa, demonstrando-se como mais uma característica da mudança cultural de mentalidade que ocorria nesse período. Desse modo, podemos notar que a presença de livros de línguas não era só prioridade para os eclesiásticos, como determinava a Igreja, mas também algo que passou a estar presente em outros segmentos da sociedade, demonstrando um melhor cuidado com a formação educacional, inclusive com a criação de novas escolas nesse período¹⁸⁹.

Voltando para a literatura acadêmica presente na biblioteca de D. Fr. Domingos, encontramos uma grande quantidade de livros sobre moral e sobre “Theologia”, fator bem sintomático da sua vida acadêmica de aluno e lente. Isso explicaria, por exemplo, os vinte e oito volumes de São Tomás de Aquino, incluindo aí a *Suma Theologica* (obra de uso obrigatório nas cadeiras de Escritura do curso de teologia da universidade de Coimbra¹⁹⁰), as obras de Daniello Concina (12 títulos), as de Francisco Larraga (2 títulos)¹⁹¹ e outras obras (não identificadas pelo escrivão do inventário). Já os livros de lógica, filosofia, aritmética, geometria e “rethorica” estariam mais ligados ao curso de Filosofia. No inventário de Pontevel foram encontrados ao todo nove títulos referentes à temática listada: o *Instrução sobre a lógica*, o

¹⁸⁸ PAIVA, José P. A Igreja e o poder. In: *História Religiosa de Portugal*. Org. GOUVEA, António C. e MARQUES, João F. Círculo de Leitores, vol. 2. Rio do Mouro, 2000, pp. 138-139.

¹⁸⁹ ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios da História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004, p. 196.

¹⁹⁰ FONSECA, Fernando Taveira. A teologia na Universidade de Coimbra. In.: *História da Universidade de Portugal*, vol. 1 tomo II (1537-1771). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 788.

¹⁹¹ Teologia moral baseada no casuísmo e no probabilismo defendida entre os jesuítas e dominicanos. SOUZA, Everton S. *Jansenisme, et réforme de l'Église dans l'Épire Portugais*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 223; MONCADA, Cabral de. Mística e racionalismo em Portugal no século XVIII. In.: *Boletim da Faculdade de Direito*. Vol. XXVIII. Coimbra: Coimbra editora, 1953, p. 54. Não foi possível encontrar as informações referentes às edições desses títulos.

Elementos de arithmetica de Etienne Bézout, o *Elemens de Geometria*, o *Elemens de mathematique*, o *Aritmetica* de Pereira, o *Rethorique* de Lansi e os livros *Logica Metafísica*; *Elementos de Logica*; *Elementos de Metafísica* de Antonio Genovesi ou Genouese (nomenclatura do documento utilizada na época).

De acordo com José Esteves Pereira, as três obras de Antonio Genovesi foram fundamentais e inspiradoras para os argumentos esboçados por Ribeiro do Santos em seu livro (que já discutimos na parte 1.2 desse capítulo) *De Sacerdotio et Imperio*. Essa influência de Genovesi espalhou-se pelos meios acadêmicos portugueses, uma vez que ele era tido como leitura oficial escolar pelo compêndio da Universidade de Coimbra (1772) com a reforma pombalina, para o ensino da Lógica e da Metafísica, até meados do século XIX. Um dos principais pontos discutidos por Genovesi estava relacionado à complementaridade da razão com a fé, no sentido de que a Revelação é superior à razão humana, mas não é contrária a ela¹⁹².

Podemos colocar na mesma classificação de temática compactuada com as ideias de Antonio Genovesi outro livro presente na biblioteca de Pontevel, intitulado *Alma Racional* de Mancini (sic). Esse título era de autoria do dominicano e naturalista Fr. José Mayne, datado de 1778. Do mesmo modo que a discussão apresentada acima, sobre a complementaridade da fé com a razão, como também explicitamente sugere o título do livro de Fr. José Mayne, também se defendia aqui os laços entre a ciência e a religião e se configurava o conhecimento e as faculdade racionais como “naturais” de Deus. Esse pensamento, como também apresentado no caso de Genovesi, negava a religião natural a favor da ideia da Revelação em conjunto com a razão¹⁹³. Essas ideias que circulavam nos âmbitos acadêmicos portugueses na segunda metade do século XVIII possuíam cunho ilustrado que, em oposição às discussões referentes à religião natural debatidas por autores franceses como Voltaire, objetivavam uma integração entre a ciência e a religião.

O projeto político-religioso que se iniciou no reinado josefino e perpetuou-se no reinado mariano caracterizou-se, em suma, pela sua ilustração católica. Ao mesmo tempo em que havia um controle institucional sobre o enciclopedismo político e moral dos franceses, no quesito científico houve abertura. Cultivou-se o estudo das ciências naturais práticas em conjunto com

¹⁹² PEREIRA, José Esteves. *O pensamento Político em Portugal no Século XVIII*: António Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005, pp. 89, 208-209, 230; CALAFATE, Pedro. *História do pensamento filosófico português*, vol. III: As Luzes. Editora Caminho: Lisboa, 2001, p. 309. Idem. *A ideia de natureza no século XVIII em Portugal*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa, 1994, p. 35; REALE, Giovanni, ANTISERI, Dario. *História da filosofia: do humanismo a Kant*, vol. 2. São Paulo: Paulus, 1990, pp. 848-850.

¹⁹³ Pedro Calafate... *A ideia de natureza...* Op. cit. pp. 46. Pedro Calafate. *História do Pensamento...* Op. cit. pp. 315-316. José Esteves Pereira. *O Pensamento político...* Op. cit. pp. 65, 80.

a ideia de que o estudo da natureza e o seu descobrimento revelavam a perfeição do Criador. Isso se deu conjuntamente com projetos fisiocráticos, com estudos do filósofo italiano e agrarista da Academia das Ciências Antonio Genovesi, e com a criação dos jardins botânicos. Inserido nesse contexto de estímulo à ciência e ao estudo da natureza, D. Fr. Pontevel também possuía em sua biblioteca um exemplar da *Estoria natural do Brasil* e a *Recreação Filosófica* de Teodoro de Almeida (uma das obras mais significativas da ilustração católica portuguesa)¹⁹⁴ o qual também se discutiu a aliança entre a ciência e a religião, e a natureza como o meio onde Deus exerce a sua Providência¹⁹⁵.

Durante o seu governo no bispado de Mariana, D. Fr. Domingos encomendou a concepção de um jardim de característica paisagística própria dos jardins europeus. Nesse projeto, pensava-se na constituição de pomares com ruas ajardinadas com jabuticabeiras e cafezais, além de uma fonte. Esse jardim apenas foi concluído no governo seguinte ao de Pontevel, o de D. Fr. Cipriano de São José. Outro ponto bem curioso sobre as encomendas de D. Pontevel foi a ampliação do palácio eclesiástico de Mariana, no local do jardim, localizado no seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, onde se construiu um *pavilhão artístico*. Não sabemos ao certo o motivo da construção desse pavilhão, mas segundo Ângela Brandão, existe a possibilidade de ele ter sido utilizado para a prática de colecionismo, já que no inventário de D. Fr. Domingos também encontramos artes decorativas, pratarias, mapas, retratos e uma câmara ótica¹⁹⁶.

Vemos a partir do que foi esboçado acima que, além de possuir livros que diziam respeito à sua formação acadêmica e a sua profissão de lente em Filosofia e Teologia, D. Fr. Pontevel se mostrou atualizado com o debate acadêmico do seu tempo, se levarmos em consideração a posse de um livro de 1778. Além disso, se mostrou interessado pela temática da ilustração católica portuguesa e das ciências naturais. No entanto, veremos a seguir indícios maiores de aquisições de livros que não se encaixam nas duas categorias expostas acima, e é esse conjunto livresco que nos possibilitará compreender ainda melhor o perfil do quarto bispo de Mariana.

¹⁹⁴ Pereira, Op. cit., p. 98.

¹⁹⁵ Calafate, Op. cit., pp. 55-68.

¹⁹⁶ BRANDÃO, Ângela. O bispo de Mariana e a afirmação de um aparato simbólico decorativo. *Anais do XXXII Colóquio CBHA: Direções do sentido da História da arte*, 2012, pp. 1564-1567; _____. Dom Frei Domingos da Encarnação Pontevel: um exemplo de mecenato diocesano. *Revista eletrônica de História do Brasil*. ISSN: 15195759. Universidade Federal de Juiz de Fora. Vol. 09 nº 02 jul.-dez. de 2007, pp. 8-11.

1.4.1.2 – Livros de política, história e geografia

Como já dito, estas subdivisões das temáticas de livros encontrados na biblioteca de D. Fr. Domingos podem nos elucidar, em certa medida, sobre alguns fatores referentes aos seus interesses que não estejam diretamente ligados à sua formação acadêmica e sua carreira como lente, diretor e bispo. Seguindo as concepções teóricas apresentadas na introdução dessa subparte, tomarei dois pontos como pressuposto para a análise dessas categorias: Primeiro, partindo da proposta analítica de Chartier, não analisarei a posse desses livros pelo bispo como afirmativa para as suas possíveis leituras. Segundo, adotarei como base interpretativa o argumento de Antunes referente à posse de livros pelo quesito do interesse pessoal/intelectual. Isso não significa que os livros dessas categorias não teriam sido usados pelo bispo para as suas atividades profissionais, pois eles oferecem largo campo de utilização. O que se pretende, portanto, a partir da explanação dos livros dessa categoria, é procurar identificar um perfil mais politizado do quarto bispo de Mariana, levando em consideração a sua possível escolha na aquisição desses livros. Isso caberá, sobretudo, aos títulos de categoria filosófica e político-religiosa que apresentamos na seção 1.2 desse mesmo capítulo e que também estão presentes na biblioteca de Pontevel.

Com relação à categoria de livros de história, foram encontrados ao todo cinco livros. Destes cinco livros, três são de temática religiosa. Portanto, também poderiam ser encaixados nas duas categorias anteriores de livros religiosos e “técnicos” e de livros acadêmicos. O primeiro título é o *Abregé de la Stoire Eccleziastique* (uma coletânea de vários volumes), o segundo é o *Orsi Storia Eccleziastica*, título do cardeal dominicano Giuseppe Agostino Orsi de 1742-1761, e o terceiro é o *Historia Ecclesiastica* de Natalis Alexandri. Os outros dois livros de história eram, respectivamente, o *Estoria de Portugal* e o *Storia America*. Este último, ao que parece, poderia ser o *História da América Portuguesa* (1730) de Sebastião da Rocha Pitta.

Dentre os títulos relacionados à geografia, além do dicionário que apresentamos mais acima, foram encontrados mais sete títulos: *Novo Atlas*, *Geografia de Grozet*, *Geografia de Bofier*, *Mappas de Portugal*, *Portugal Sacro* (que correspondia a um catálogo das freguesias de Portugal de 1768), e o *Geografia de Lacroix*, que poderia ser o título *Geografia Moderna* do abade Nicolle de Lacroix. Nessa mesma categoria podemos incluir também outro título que, na descrição do inventário, está denominado *Voiaje de Kook*, que poderia ser algum diário de viagem do capitão James Cook, navegador e cartógrafo inglês do século XVIII.

Na categoria de livros sobre política, encontramos alguns livros cujos títulos poderiam indicar tal temática, mas, devido à falta de informação presente no inventário, não foi possível

identificar seus autores. De todo modo, a existência desses livros na biblioteca do quarto bispo de Mariana pode indicar o seu interesse pessoal por questões políticas, o que também poderia influenciar, de certa forma, as suas ações no governo do bispado de Mariana. São os títulos: *Crisis America*, *Guerras civis de França*¹⁹⁷, *Conquetes Portugaizes* e *Discursus politicus*.

É através da presença desses livros de política e jurídica que nos é possível perceber o quão a par estava D. Fr. Domingos (ao menos no que diz respeito à posse dos livros referentes a ele) do debate sobre regalismo e episcopalismo que apresentamos na parte 1.2 desse capítulo. Em sua biblioteca, encontramos alguns dos títulos do século XVII que discutiram de forma jurídico-política as relações entre o Estado e a Igreja de forma a propenderem para uma defesa maior do Estado. Temos, portanto, os títulos: *Tractatus de manu regia* (1622) de Gabriel Pereira de Castro, o maior teorizador dessa política no reinado de Felipe II, o *Tractatus de regia protectione* (1654) e o *Tractatus de supplicatione* (1664) de Francisco Salgado de Somoza (o primeiro dos dois foi, inclusive, utilizado como bibliografia para as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*¹⁹⁸). E também encontramos uma gama de títulos e autores que serviram de influência para o debate do projeto político-religioso do reinado de D. José I e de D. Maria I, além daqueles que foram responsáveis pela aplicação desse projeto político. Diante disso, temos: um livro chamado *Thelemaquê* que nos leva a crer que seja *As aventuras de Telêmaco* (1699) de Fénelon, os dezessete volumes das *ouvers de Bosieut* (sic) que podem se referir ao teólogo e bispo Jacques-Bénigne Bossuet (uma das bases do debate português para a defesa da monarquia pura); os cinco volumes de *Vanispen* (sic) que pode se referir ao também canonista belga jansenista Zeger Bernhard Van Espen (um dos autores mais lidos pelos eclesiásticos reformadores portugueses à partir de 1760 e também pelas autoridades portuguesas, além de também ser o autor mais utilizado no *Tratado sobre o poder dos Bispos* de 1766¹⁹⁹); o *Resumum de Fabronio* (sic) que se refere à versão portuguesa da obra de Justino Febronius (o alemão Johann Nikolaus von Hontheim) intitulada *Do estado da igreja e poder legítimo do Pontífice Romano – resumo da excelente obra de Justino Febronio* (Obra essa que esteve presente no Index, em 1764, por compartilhar de ideias regalistas e episcopalistas, mas que, como já visto,

¹⁹⁷ Sobre o conceito de guerra civil: segundo Reinhart Koselleck, ele foi central nos séculos XVI e XVII para definir as “paixões e as experiências das fanáticas guerras religiosas”. No entanto, no século XVIII esse conceito ganhou uma definição mais abrangente, podendo significar a organização social de determinados estamentos da sociedade que procuravam resistir a alguma questão que lhes fosse contrária. Ao invés de uma revolução (me refiro ao conceito do século XVIII adiante e não o de movimento circular do período medieval) as guerras civis não modificavam a ordem social. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, pp. 65-69.

¹⁹⁸ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales. Estudo introdutório e edição. São Paulo: Edusp, 2010, p. 99.

¹⁹⁹ SOUZA, Evergton S. *Jansénisme, et réforme de l'Église dans l'Épire Portugais*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, pp. 344-350.

foi utilizada em demasia em Portugal, sendo empregue na constituição das duas obras seguintes²⁰⁰); os *Estatutos da Universidade* (1772) e o *Compendio Histórico* (1771) também presentes na biblioteca de Pontevel.

Dentre as temáticas e títulos apresentados acima, poderíamos concluir dois pontos: o primeiro é que a existência desses livros de cunho político-religioso, presentes na biblioteca de Pontevel, poderiam objetivar questões de carreira acadêmica (com relação a isso, me refiro especificamente aos *Estatutos* e ao *Compêndio* da Universidade de Coimbra), já que não sabemos ao certo até quando ele lecionou na universidade (apenas sabemos que foram quinze anos). De sua parte, isso justificaria, ao menos em partes, a posse desses títulos. O segundo ponto de conclusão seria o de partirmos do pressuposto do interesse de Pontevel por essas questões de cunho político, se levarmos em consideração que ele também possuía outros títulos de caráter político e geográfico. De todo modo, as três categorias apresentadas acima não devem ser vistas como estáticas pois, como podemos ver, as temáticas e os títulos encontrados podem se entrecruzar, no sentido de terem um significado tanto utilitário, quanto acadêmico ou de um interesse específico.

O fato é que, a partir do que encontramos nessa biblioteca, poderíamos chegar a uma conclusão maior sobre o perfil do quarto bispo de Mariana. Ao mesmo tempo que encontramos um perfil de pastoral e de administrador do corpo eclesiástico e de fiéis, também encontramos um perfil interessado nas ciências e em assuntos políticos (com questões mais diretas e relacionadas ao seu cargo na igreja e também com assuntos voltados a questões de domínio territorial e de entendimento sobre sublevações e inquietações populares). Levando em consideração, portanto, o perfil desse bispo e a situação em que se encontravam a capitania de Minas Gerais e o bispado de Mariana no final do século XVIII, faço a seguinte questão: teria esse perfil de bispo, mais interessado em questões políticas, influenciado a sua nomeação pela rainha para reger o bispado de Mariana? Já vimos que as características *Prudente* e *Administrador* foram citadas no seu processo de nomeação e veremos, nos próximos capítulos, o seu exercício tanto nas questões internas e externas do bispado, quanto nas suas relações com os poderes civis locais, do reino e com a comunidade de fregueses.

²⁰⁰ Ibidem, p. 273.

Capítulo 2: A estrutura do bispado e a reafirmação do projeto reformista católico

O modelo de bispo requerido para gerir as dioceses após o Concílio de Trento transformou-se, deixando aquela referência própria do período medieval o qual fomentava costumes e ações mais ligadas com as coisas mundanas. Os presbíteros de antes de Trento confundiam-se com cavaleiros de postura principesca. A mudança desse padrão para o do pastor, aquele que se preocuparia a fundo com o estado da sua diocese, dos eclesiásticos que trabalhavam nela e das suas ovelhas, foi um dos pontos centrais trabalhados no projeto de “igreja episcopal” tridentina. Nesse sentido, o bispo pastor deveria gerir a sua diocese, demonstrando, ao mesmo tempo, uma postura severa e paternal. Num primeiro momento, a imagem desse prelado era tida como fundamental para a gestão do bispado, sendo ela o exemplo central a ser seguido por toda a comunidade.

O bispo, portanto, deveria ser um exemplo de vida cristã. Isso deveria ser demonstrado nas suas mais variadas ações as quais, a humildade, a forma de vestir, os hábitos alimentares e o local de residência deveriam ser o espelho daquilo que ele refletia para os fiéis e eclesiásticos. Segundo José Pedro Paiva, o bispo pastor, no que tange ao seu regimento da diocese deveria se ater aos seguintes elementos: a) o empenho pessoal no governo; b) a residência na diocese; c) a tenção para com o comportamento e formação do clero; d) o estímulo das atividades legislativas, como constituições e sínodos; e) a administração; f) a vigilância e emenda dos párocos e fiéis por meio das visitas pastorais; g) pregar e redigir cartas pastorais para difundir a mensagem cristã²⁰¹.

Essas características eram fundamentais para a ofensiva reformista da Igreja que tivera na disciplina e na centralização do poder do bispo e da Cúria Romana (através do fortalecimento da cadeia hierárquica interna da igreja) as suas principais ferramentas de controle e consolidação. O reforço da autoridade episcopal ganhou maior importância com o passar dos séculos após o Concílio de Trento, dando destaque para bispos com perfis mais políticos, prudentes e diplomáticos, não excluindo, de todo modo, o perfil de pastor. Ambos se completavam²⁰². Veremos essas características nas ações realizadas por D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel na gestão da diocese de Mariana.

Da preocupação voltada para o mapeamento das paróquias, apontando suas condições, necessidades e características de acordo com as regiões onde elas se encontravam, até algo mais

²⁰¹ PAIVA, José Pedro. *Os bispos de Portugal e do Império, 1495-1777*. Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra, 2006, pp. 132-133.

²⁰² Ibidem, pp. 147-154.

externo referente à estrutura do bispado, o que dizia respeito ao âmbito do poder da palavra (com o trabalho pastoral). Com relação à administração interna, as relações com o cabido se sobressaíram no jogo de tensões e reações que configuravam as relações de poder entre a Igreja e o Estado. Veremos a seguir a confluência desse projeto reformador, uniformizador e centralizador da Igreja de Trento em consonância com as políticas regalistas e episcopalistas da Coroa nas ações desse prelado.

2.1 – A estrutura do bispado

A paróquia/freguesia era o lugar onde se realizavam as práticas religiosas, como cultos e festas dedicadas aos santos. Ademais, poder-se-ia dizer que o conjunto de paróquias se constituía em um sistema responsável por estruturar a vida religiosa e civil de uma determinada comunidade, dando-lhe um suporte religioso, normatizador e de convergência social. Fatores esses que eram regidos pela presença do pároco, pela realização de visitas pastorais e pela realização dos sacramentos²⁰³. O sistema de paróquias, no entanto, estava inserido em uma disposição hierárquica da Igreja fomentada, como podemos ver no primeiro capítulo, a partir dos preceitos estipulados no Concílio tridentino. O reforço dessa hierarquia, que tinha o bispo como a cabeça que rege o corpo, sustentava-se pelos demais cargos que iam desde o tribunal eclesiástico e cabido (se tratando da parte mais central da administração e justiça episcopal, também constituída por hierarquias internas) até a capilarização da diocese em freguesias/paróquias. Os párocos, responsáveis pela gestão das paróquias/freguesias, eram a última instância da hierarquia paroquial, que era formada por coadjutores e capelães²⁰⁴, seus subordinados (veremos, no entanto, no capítulo 4, que a subordinação dos capelães à centralidade da hierarquia nem sempre foi respeitada). Esses que faziam parte dessa hierarquia

²⁰³TORRES-LONDOÑO, Fernando (Org.). *Paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 12-13. RODRIGUES, Isis Menezes de. Visitações eclesiásticas em Mariana – século XVIII. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, v. 9 n. 2, Jul.-Dez. 2007, pp.78-93.

²⁰⁴ O coadjutor era um adjunto ligado ao prelado responsável por ajudar nas demais funções administrativas. Eram oficiais religiosos que possuíam direito a benefícios, ou seja, uma renda eclesiástica. Esses oficiais poderiam também estar junto de párocos para lhes auxiliar nas demais tarefas paroquiais. O capelão, por sua vez, era um sacerdote auxiliar do pároco no trabalho pastoral da paróquia. Responsável por cuidar das capelas ou até hospitais, cárceres e quartéis, o capelão não possuía benefício eclesiástico oficial, podendo a sua remuneração variar de acordo com o rendimento da freguesia. Veremos nos próximos capítulos os problemas em torno dessas diferenciações remuneratórias e os problemas que elas acarretavam para o bom andamento administrativo das paróquias. Sobre as definições de coadjutor, benefício e capelão ver: FIGUEIREDO, Luciano R. de A., CAMPOS, Maria V. (Org.). *Código Costa Matoso*, vol. 2. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, pp. 79, 82, 86.

paroquial faziam vezes de baixo clero, sendo os primeiros a terem contato direto com a comunidade de fiéis.

A importância da paróquia na constituição da rede hierárquica da Igreja Católica já era destacada antes do Concílio Tridentino. Essa relevância aumentou depois do Concílio e do seu projeto reformador, transformando o sistema de paroquial em algo extremamente crucial para alcançar a malha de fiéis e discipliná-los conforme as práticas religiosas do culto tridentino. Além de um objetivo puramente espiritual, reformador e comportamental no quesito religioso, a extensão da malha eclesiástica, por convergir com a vida social das comunidades mineiras, complementou, dessa forma, as ações de controle implantadas pela administração civil local²⁰⁵. Como já dito, a malha paroquial do bispado de Mariana era bem extensa e formada não só por paróquias nos centros urbanizados, mas inclusive por aquelas mais distantes deles, sendo denominadas paróquias rurais. Raimundo Trindade ressaltou as grandes extensões que formavam o bispado de Mariana, dificultando não apenas a administração das freguesias pelos párocos, mas inclusive as comunicações dessas paróquias com o bispo de Mariana (ver tabela 1 e anexo 2).

Tabela 1

Distância de algumas freguesias da Sé de Mariana – alguns exemplos (1 légua = 4,8 Km)	
São Gonçalo do Rio Preto	58 léguas
Senhor dos Matosinhos	26 léguas
Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral del Rey	22 léguas
Nossa Senhora do Pilar da Vila de Pitangui	40 léguas
Nossa Senhora da Conceição de Ayuruoca	52 léguas
Santo Antônio da Vila da Campanha da Princesa	56 léguas
Nossa Senhora do Livramento do Piauí	59 léguas

Fonte: TRINDADE, Cônego R. Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua História. 2 Vols. Mariana: Imprensa Oficial, 1929, pp. 85-86.

²⁰⁵ BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986, p. 89.

A extensão territorial da capitania mineira e o espaçamento de uma freguesia para a outra era uma característica própria dessa região. Se levarmos em consideração que, na Europa, a malha paroquial se constituiu em um longo espaço de tempo, formando uma rede de interligação bastante densa, na América Portuguesa, essa malha se constituiu em números bem menores e bem mais esparsos territorialmente. Um exemplo disso é que enquanto, na primeira metade do setecentos, Portugal era composto por 3.987 freguesias, a capitania de Mina Gerais possuía apenas 50, isso levando em consideração o fato de o território português ser seis vezes menor que o desta capitania. Todavia, além de ter que lidar com um vasto território para administrar, o pároco ainda deveria gerir um número bem variável de capelas²⁰⁶. Diante disso, Claudia Damasceno Fonseca concluiu que tal extensão territorial, com um número desproporcional de paróquias, poderia ter sido implicada por três fatores: o demográfico, o geográfico e o econômico, este último devido à crise que se instalou na capitania e no reino português na segunda metade do setecentos.

No período do governo de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel, já no final do século XVIII, essa situação não se mostrou nem um pouco diferente, já que essa malha paroquial praticamente se estabilizou no número de 54 freguesias. Esse prelado teria como seu primeiro projeto entender o seu funcionamento e estrutura diante de todas as adversidades encontradas no território mineiro. A começar pelo estado das paróquias e das igrejas, veremos nas ações e descrições de Pontevel um misto de subordinação aos mandos do poder civil local e reinol na mesma medida em que notamos uma certa apreensão com os problemas encontrados.

2.1.1 – Um mapeamento das freguesias

Um mês após a sua entrada episcopal na diocese de Mariana, D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel redigiu um relatório ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, tratando de matérias que o mesmo secretário “particularmente” havia lhe recomendado. Preocupado com a veracidade dos fatos que lhe haviam sido discorridos, onde algumas notícias lhe vinham “com tal vanidade e confusão que eu não posso informar a *Vossa Exellencia* de tudo com aquela sã clareza e inteireza de verdade *que* devo e sinceramente desejo”, o quarto bispo de Mariana se determinou a sair em visita pelo bispado de Mariana assim que “cessarem as *muitas agoas*”. Com o objetivo de examinar a diocese e suas

²⁰⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas D’El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 86.

notícias “ocularmente”, Pontevel teria de assegurar os assuntos que lhe haviam informado quando deu entrada em Mariana em fevereiro de 1780. Um dos fatores de relevância apontados por ele foi a questão da estruturação da malha eclesiástica e das suas condições materiais²⁰⁷.

A condição dessa estrutura foi uma das primeiras impressões tidas pelo prelado. A extensão territorial, em contraposição com a pequenez das freguesias no que tange ao número de almas e do seu rendimento de emolumentos, foi considerada por ele como uma incógnita para o bom andamento administrativo dessa malha eclesiástica. As freguesias menores teriam uma extensão em torno de “nove, e onze legoas”, o que dificultava o sustento e a administração não só dos párocos como também dos capelães, como ele mesmo questionou a Melo e Castro: “mas quando possam sustentar-se (referindo-se aos párocos) como será possível sustentarem os Capelães, que devião por nas suas Capelanias?”²⁰⁸.

Relatou como exemplo o caso da freguesia de Nossa Senhora da Glória do Caminho Novo, onde esteve de passagem quando estava a caminho de sua entrada no bispado de Mariana. A extensão dessa freguesia se fundava ao longo de “nove legoas de extensão” da estrada por onde passara e estava formada por um total de três fazendas que serviam de forma igual “aos passageiros de estalagens”. Cada uma dessas fazendas possuía uma capela, além da existência de uma matriz. O número de paroquianos se estendia em torno de 430 pessoas (apenas pessoas de comunhão) e havia só um pároco encarregado para todos. Os problemas enfrentados pelo pároco foram relatados pelo quarto prelado, dizendo que ele “satisfaz as três Capelas dizendo missa cada Domingo em huma, não sendo possível que todos os Freguezes accudão à Matriz pela distância de mais de quatro legoas”. Para esse pároco era impossível a sustentação de capelães devido à baixa dos rendimentos que possuía. Na mesma viagem de entrada, passou pela freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Engenho, onde relatou as mesmas características vistas na primeira descrição, chegando à conclusão de que deveriam existir mais freguesias como essas no bispado²⁰⁹.

De fato, a maioria das freguesias do bispado de Mariana se encaixavam na descrição apresentada pelo bispo. Por outro lado, também existiam outras muito importantes do ponto de vista demográfico e econômico que, apesar de serem formadas por territórios mais extensos, eram constituídas por uma população com muitos recursos para si e para investir na remuneração de eclesiásticos e na ornamentação de templos. Eram as freguesias de: Antônio

²⁰⁷Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 116, doc. 16. Ofício de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, informando-lhe sobre a sua chegada e a situação do referido bispado, 29/03/1780.

²⁰⁸ Ibidem.

²⁰⁹ Ibidem.

Dias, Pilar do Ouro Preto, Nossa Senhora do Carmo, Furquim, Ouro Branco, São Sebastião, São Bartolomeu, Guarapiranga, Cachoeira do Campo, São José, São João del Rei (Rio das Mortes), Sabará, Raposos, Caeté, Santa Bárbara, Catas Altas, Pitangui, Roça Grande, Rio das Pedras e Vila do Príncipe²¹⁰.

Não se sabe ao certo se as visitas objetivadas pelo quarto bispo de Mariana foram realizadas com êxito em todo o território do bispado. Segundo Raimundo Trindade, Pontevel investiu, em seu governo, no fomento de visitas pastorais por toda a diocese, mas, para Alcilene Cavalcante, apenas uma dessas visitas foi encontrada nos arquivos: a visita à freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo em 1781²¹¹. No entanto, podemos acrescentar que não é possível afirmar nenhum dos dois resultados apresentados acima. O primeiro por falta de comprovação documental, que poderia advir da perda e desaparecimento dos manuscritos nos arquivos, como também da não realização efetiva dessas visitas. Da mesma forma, o segundo resultado proposto por Cavalcante não poderia ser tomado como efetivo uma vez que, diante da documentação pesquisada, encontramos relatos em documentos esparsos que nos apresentam a possibilidade de traçar um possível caminho realizado pelo bispo em suas visitas.

Temos o caso da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral de El Rey onde Pontevel afirmou em carta para a rainha D. Maria I, em 1787, sobre a penúria dos ornamentos da dita matriz que “eu mesmo examinei visitando aquella Igreja”²¹². Outro relato que nos auxilia na afirmação de uma visita de Pontevel é o do pároco Manuel Acusio Nunan Serqueira, da freguesia de Santo Antonio de Itaverava. Ele esboçou, em uma carta a D. Frei Domingos, que ele, o bispo, “nam achou nessa Cidade Paço, onde se recolhesse nem hum leito, em que se reclinasse”²¹³. Em outra carta do mesmo período, temos o relato do pároco Inácio Jose de Almeida, da freguesia de São Bartolomeu, onde afirma a Pontevel as dificuldades encontradas pelos párocos com relação ao terreno da capitania mineira. Dizia ele que “toda a administração das Igrejas Roraes, ou para melhor dizer das Montanhas deste País, e árdua pelas asperezas de caminhos e longitudes consideráveis: como Vossa Excellencia tem pisado e Pessoalmente

²¹⁰ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas D’El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 102-103.

²¹¹ TRINDADE, Cônego R. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua História*, vol. 1. Mariana: Imprensa Oficial, 1929, pp. 151-152; OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante. *A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana: mudanças e permanências (1748-1793)*. Dissertação (mestrado). Universidade de Campinas. 2001, pp. 222-224.

²¹² ANTT. Ordem de Cristo, Padroado do Brasil, maço 5 (bispado de Mariana). Requerimento do vigário Luis Nogueira para reformar a capela mor da sua igreja. 10/08/1787.

²¹³ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx.130, doc.31. Carta de Manuel Acusio Nunan Serqueira, vigário colado da freguesia de Santo Antonio de Itaverava, para o bispo de Mariana, Frei Domingos da Encarnação Pontevel, informando sobre o que os párocos cobravam de conhecimentos. 16/11/1788

Observado a dureza deles não necessito outro testemunho”²¹⁴. Por último, temos o relato de D. Frei Domingos sobre o perfil do pároco José da Costa Oliveira, da freguesia de São João de El Rey, candidato para o concurso da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Carrancas, no qual afirma que havia retirado informações sobre este eclesiástico na “vezita que acabava de fazer aquella ditta freguesia de São João de El Rey”²¹⁵. Foram, portanto, ao todo sete visitas em freguesias feitas por Pontevel que podemos comprovar, sendo que apenas temos a carta pastoral de uma delas.

Reparemos, no entanto, que todas essas sete paróquias visitadas estavam localizadas umas próximas das outras, concentrando as viagens em uma região bem central da capitania que se constituía nas comarcas do Rio das Mortes (as freguesias de São João del Rei, Itaverava, N. Sra. Da Glória do Caminho Novo e Barbacena – onde fica a igreja de N. Sra. Da Piedade da Borda do Campo e Nossa Senhora da Assunção do Engenho do Mato Caminho Novo), de Vila Rica (a freguesia de São Bartolomeu) e a do Rio das Velhas (freguesia de Curral del Rei). Foi nessa região que se manteve concentrada a maior parte da população da capitania, assim como a sua produção econômica referente à extração de ouro e à agropecuária, e por onde ocorria o maior escoamento de produção e de entradas das capitanias Rio/Minas através do Caminho Novo (anexo 3).

Ressalta-se, entretanto, que a comarca do Rio das Velhas e, sobretudo, a comarca do Rio das Mortes possuíam ampla extensão territorial constituída de freguesias bem afastadas umas das outras. O fato de não se ter encontrado nenhum relato de visita para as regiões mais sertanejas da capitania²¹⁶ poderia significar o indício de uma certa dificuldade do bispo em visitar regiões mais afastadas do centro de grande número populacional, o que era agravada com os problemas de locomoção que faziam parte do cotidiano da população colonial, sobretudo nas Minas²¹⁷. Ademais, existiam casos de confrontos e resistências das populações locais com relação à realização dessas visitas pastorais, onde a questão do isolamento tornava-se elemento de preocupação à integridade dos membros da Igreja e, principalmente, dos bispos.

²¹⁴ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011_cx. 130, doc. 23. Carta de Inácio Jose de Almeida, vigário colado da freguesia de São Bartolomeu, para o bispo de Mariana, Frei Domingos da Encarnação Pontevel, informando sobre o que os párocos cobravam de conhecimentos. 04/11/1788.

²¹⁵ ANTT. Ordem de Cristo, Padroado do Brasil, maço 5 (bispado de Mariana). Concurso para a igreja de Nossa Senhora da Conceição das Carrancas de Santa Anna das Lavras do Funil. 20/04/1782.

²¹⁶ Como é o caso da Comarca do Serro Frio, da Comarca do Rio das Velhas (no sentido mais oeste) e comarca do Rio das Mortes (no sentido do sul), onde havia grandes concentrações de fazendas, mas não de arraiais. Ver: Fonseca, Op. cit., p. 242.

²¹⁷ Sobre as condições difíceis de locomoção na América Portuguesa ver: SOUZA, Laura de Mello. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In.: NOVAIS, Fernando A., SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da vida privada no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Esse foi o caso de D. Frei João da Cruz, bispo do Rio de Janeiro, que entrou em conflito com a população da Vila do Carmo entre 1740 e 1745²¹⁸. Claro que não devemos excluir a possibilidade de as visitas terem sido feitas por enviados do bispo (os visitantes), mas, diante da escassez de documentos, fica inviável chegar a uma conclusão mais certa.

Os resultados que obtive sobre as visitas de D. Frei Domingos estão em consonância com os apresentados por Luciano Figueiredo na sua pesquisa sobre as pequenas inquisições. Nela, elaborou uma análise quantitativa sobre o número médio de visitas episcopais ocorridas no bispado de Mariana durante o século XVIII, sendo que, no período do governo de Pontevel, localizou-se um total de seis visitas. Essa quantidade de visitas destaca-se dos outros recortes temporais (na primeira metade do século XVIII até o final do governo do primeiro bispo de Mariana, D. Frei Manuel da Cruz, alcançava-se picos de até 13 localidades visitadas em um quinquênio) do bispado de Mariana pelo fato de ter sido o período no qual menos se realizaram visitas pastorais. O motivo para tamanha queda numérica, segundo o mesmo autor, caminhou em conjunto com as mudanças econômicas e a instabilidade populacional que pautaram o cenário mineiro da segunda metade do século XVIII²¹⁹. Temos como exemplo desse movimento populacional o caso da freguesia de Nossa Senhora de Nazaré da Cachoeira do Campo (anexo 4), a qual, em 1740, possuía um total de 2.650 almas e que diminuiu para 1.500 até o final da década de 1780.

Esse movimento de migração populacional no interior da capitania de Minas Gerais foi recorrente na segunda metade dos setecentos. Constituída por cinco comarcas, respectivamente Serro Frio, Vila Rica, Rio das Mortes, Paracatu e Rio das Velhas, no final da década de 1780, possuía 54 freguesias que preenchiam essas divisões. Tinha-se quatro freguesias para a comarca do Serro Frio, 22 para a de Vila Rica, 18 na comarca do Rio das Mortes e 13 na do Rio das Velhas.

A região fronteira de três comarcas (Rio das Velhas, Rio das Mortes e Vila Rica) era onde estava localizado o maior número de freguesias e também era aquela extensão onde a mineração constituía-se como o eixo de circulação econômica até meados do XVIII (isso vale tanto para a produção aurífera quanto para a agricultura). Em vista disso, eram mais urbanizadas e com uma ampla concentração populacional bem diversificada social e culturalmente. Na sua contrapartida, temos as divisões Serro Frio e Paracatu bem isoladas, mais conhecidas como o

²¹⁸FIGUEIREDO, Luciano. *Peccata mundi*: a ‘pequena inquisição’ mineira e as devassas episcopais. In.: RESENDE, Maria E. L. de. VILLALTA, Luiz C. (Org.). *História de Minas Gerais*: as Minas setecentistas, vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica. 2007. pp. 127.

²¹⁹ FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas famílias*: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997. Pp. _____. Ibidem, p. 113.

sertão²²⁰ mineiro, o oeste e norte do Rio das Velhas, como a região curraleira, e a do Rio das Mortes, como a região dos campos ou fazendas²²¹.

Como concluiu Ângelo Carrara, as flutuações econômicas que ocorreram na região mineradora foram cruciais para modificar toda a configuração espacial e populacional da capitania mineira, assim como os investimentos na produção agropastoril próprios das regiões de fronteira, curraleira (comarca do Rio das Pedras)²²² e de fazendas (comarca do Rio das Mortes) da capitania que tiveram crescimento acentuado na segunda metade do XVIII. Em sua obra *Descrição Geografica Typografica, e Historica e Politica da Capitania de Minas Gerais* (1781), José Joaquim da Rocha nos descreveu algumas dessas características encontradas, levando em consideração as diferenças existentes em cada uma das comarcas da capitania.

Vila Rica, como se há de saber, destacou-se pelos seus “serviços Minaeres”, os quais deram os nomes de seus morros como, por exemplo, o “morro do Ouro podre, morro do ouro fino”. A comarca de Vila Rica, por sua vez, em consonância com sua pequena extensão, teria falta de víveres, dependendo os seus habitantes de “concorrerem das mais comarcas todos os dias imensidades de tropas carregadas de mantimentos como são toucinho, queijos, farinha, aros, milho e feijão”²²³. Já as comarcas de Mariana e do Rio das Mortes, em contrapartida, possuíam uma situação econômica e de abastecimento mais cômoda por conta da abundância de terras e da produção agrária:

Todos os viveres por serem bastantemente abundantes de mattos, os quaes fazem rossas, e que plantão toda a qualidade de sementes, e por essa razão, e a grande produção que experiemntão os lavradores ordinariamente não passam os preços de farinha, de milho, ou de mandioca 500 reis, feijão 450

²²⁰ O conceito “sertão” era utilizado na América Portuguesa para se referir às regiões desconhecidas da colônia. Eram classificadas como regiões sertanejas as extensões interioranas das capitanias de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Ceará e Maranhão. No quesito geográfico, essas localidades possuíam características de excessos de temperatura, clima e com vegetação densa, o que dificultava o acesso. Em vista da dificuldade no controle desses locais, os administradores coloniais, não raro, as associavam à desordem e à instabilidade. A civilidade dava lugar à barbárie e, por isso, os seus moradores eram vistos como imorais, de costume e cultura relaxados e faltos da ortodoxia religiosa. RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. In.: *Revista Brasileira de História*, 1998, vol. 18, nº 36, pp. 187-250, pp. 14-15.

²²¹ Faço uso dos resultados das pesquisas feitas por Ângelo Carrara, Alexandre Cunha e Marcelo Godoy para classificar as divisões das comarcas da capitania de Minas Gerais com base nas suas especificidades econômicas e de isolamento. CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007. CUNHA, Alexandre M. e GODOY, Marcelo M. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. Trabalho apresentado no V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6 Conferência internacional de História de Empresas, 2003.

²²² São José del Rei, Curvelo, Pitangui, Bambuí, Tamanduá, Rio Pomba, Cuieté, Itaverava, São Miguel de Piracicaba, Aiuruoca, Baependi, Campanha, Pouso Alto, Santana do Sapucaí, Itajubá e Rio Vermelho. Ibidem. pp. 241.

²²³ ROCHA, José Joaquim da Rocha. *Descrição Geografica Typografica, Historica e Politica da Capitania de Minas Gerais seu descobrimento, Estado Sivel e Politico e das Rendas Reaes*. 1781. Biblioteca da Ajuda, cota: 51 - V - 40, pp. 25-28.

reis, arroz 900 reis o alqueire, toucinho a 1.800 reis a arroba, queijo a 1.200 reis a dúzia, os quaes se fabricão na comarca do Rio das Mortes²²⁴.

As demais comarcas da Vila do Príncipe e do Serro Frio também se destacaram pela sua produção agropastoril, onde a primeira caracterizou-se pela sua abundância de víveres e de terras férteis com “excelente produção” de milho, feijão e cana-de-açúcar. A comarca do Serro Frio tinha relevo pela sua fertilidade nas “cassas e gados”, onde “por serem os seus pastos, cheios de barreiros onde se demorão os mesmos gados a comer, e todos os animaes daquelles certoens se aproveitão daquelle barro por lhe ser útil para a nutrição”²²⁵.

Essas características teriam configurado a região da capitania de Minas Gerais, para Carrara, como um “modelo de sociedade agrária” de tipo escravista e camponês (dependendo do tamanho das propriedades e se elas eram do tipo familiar ou do tipo fábrica)²²⁶. Em vista disso, algumas mudanças teriam interferido na relevância de certas freguesias, influenciando o estado das paróquias e o seu grau de importância para o bispado mineiro nos quesitos demográfico e econômico²²⁷.

Esse é o caso das freguesias localizadas na região sul da capitania, na Comarca do Rio das Mortes²²⁸, a qual teve a sua rede de lavradores ampliada e a sua base econômica voltada para a exportação para a capitania do Rio de Janeiro; não dependendo, assim, das circunstâncias de decréscimo das regiões mineradoras. Em contrapartida, freguesias centrais da região mineradora sofreram com a diminuição da produção agrária por falta de demanda nesse núcleo e por conta da crise aurífera presente nos termos de Mariana, Ouro Preto, Sabará, Caeté, Paracatu, Serro e outros²²⁹. Podemos verificar essas diferenças separando apenas as regiões que eram freguesias (coladas ou não) e que foram listadas por D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel em relatório à rainha D. Maria I em 1790. Reparemos que pouco mais da metade

²²⁴Ibidem, pp. 27-29.

²²⁵Ibidem, pp. 42,46.

²²⁶ CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais 1674-1807*. Juíz de Fora: Editora UFJF, 2007, pp. 220, 258.

²²⁷ Para saber mais sobre o aumento e a distribuição da população na capitania de Minas Gerais com base territorial e proporcional ver: MORAES, Fernanda Borges. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria E. L. de. VILLALTA, Luiz C. (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*, vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica. 2007. Cunha e Godoi, Op. cit. Ver também a *Carta Topográfica e Hidrográfica da Capitania de Minas Gerais* (Doc. BNRJ) que demarca os arraiais e fazendas em Minas Gerais no final do século XVIII. in.: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas D'El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 242.

²²⁸ Prados, Santa Bárbara, São João del Rei, Barra Longa, Piranga e Curral del Rei (Essas regiões possuíam uma produção agrária estável durante todo o século XVIII). Carrara, Op. cit., p. 243.

²²⁹ Cachoeira do Campo, Casa Branca, Ouro Preto, Ouro Branco, Itatiaia, São Bartolomeu, Itabira do Campo, Congonhas do Sabará, Raposos, Rio Acima, Rio das Pedras, Roça Grande, Sabará, Caeté, Morro Grande, Paracatu, Serro, Conceição do Mato Dentro, Caminho Novo, Carijós, Congonhas do Campo, Inficionado. Ibidem. pp. 242.

(53,70%) dessas freguesias estavam localizadas em regiões que passavam por dificuldades econômicas relacionadas à crise aurífera da segunda metade dos setecentos. Regiões essas, em sua maioria, pertencentes aos termos de Mariana, Vila Rica e Sabará e onde estava a maior quantidade de freguesias (35 ao todo). Também podemos verificar que essas mesmas freguesias as quais apresentaram características de crise eram as que possuíam o maior número de matrizes coladas, se compararmos com as outras regiões da capitania que estavam em situação econômica estável ou em crescimento.

Tabela 2

Freguesias listadas por Pontevel em 1790²³⁰

Total de Freguesias	Crescimento	Decrescimento	Estável	Sem informação
54	12	29	5	8*
100%	20,22 %	53,70%	9,2 %	14,81

*Guarapiranga, Antônio Dias, Nazaré, Lavras do Funil, Borda do Campo, Assunção do Engenho, Santa Luzia, Vila do Príncipe, Pena e Passanha.

A diferença entre matrizes coladas/colativas e encomendadas/amovíveis²³¹ consistia no fato de as primeiras serem geridas por párocos nomeados pelo rei e que recebiam um benefício (a cômputo anual) proveniente da Real Fazenda. Já as freguesias encomendadas eram administradas por párocos nomeados pelo bispo e dependiam inteiramente do sustento advindo da sua freguesia através de emolumentos, pés de altar e conhecenças²³². Essa diferença hierárquica existente na estrutura da malha paroquial, que também era constituída pelas capelas, acabava gerando concorrência entre aqueles que a adentravam, e que nela ambicionavam a nomeação para freguesias de maior importância e com maiores benefícios. O fato de o pároco colado não ser privado de receber emolumentos de seus fregueses já se mostrava com um bom indicativo de uma vida mais confortável em freguesias coladas, isso ao menos em um primeiro momento. Não podemos excluir, de todo modo, que a ambição por tais freguesias não dizia

²³⁰ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 135, doc. 66. Parecer de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, para a rainha D. Maria I sobre o requerimento do Procurador dos Povos D. Francisco de Sales e Moraes 17/12/1790.

²³¹ O termo amovível é utilizado por D. Fr. Domingos Pontevel para caracterizar as freguesias de característica encomendada.

²³² FONSECA, Cláudia Damasceno. Freguesias e capelas: instituição e provimento de igrejas em Minas Gerais. In.: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton S. (Org.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, p. 99.

respeito apenas às questões de melhores padrões de vida e de melhores possibilidades para realizar o ofício pastoral, já que os casos de dificuldades de sustento desses párocos também eram corriqueiros. Indicava, outrossim, maiores chances de alcançar cargos mais importantes dentro da hierarquia eclesiástica²³³.

Tabela 3

Freguesias coladas e encomendadas divididas pelo caráter econômico (1790)²³⁴

Freguesias	Crescimento	Decrescimento	Estável	Sem informação	Total
Colada	5	22	5	5	37
Encomendada	3	4	0	3	10
Vaga*	4	3	0	0	7

*Não foi possível identificar se a matriz era colativa ou não pelo fato de apenas conter a informação de que ela estava vaga.

Em vista disso, retomemos a tabela das freguesias coladas e encomendadas. É possível encontrarmos semelhanças com o relato feito por D. Fr. Domingos da Encarnação Pontével quando este passou pela estrada do caminho novo para a sua entrada no bispado de Mariana. Reparou ele na extensão das freguesias rodeadas de fazendas com grande número populacional para a administração de um só pároco. Essa era uma característica muito comum das freguesias rurais e principalmente daquelas localizadas na comarca do Rio das Mortes onde houve amplo crescimento demográfico na segunda metade do setecentos. Em contrapartida, se repararmos na quantidade de freguesias encomendadas em comparação com as coladas, podemos chegar à conclusão de que apenas 18,51% delas não haviam sido promovidas para a natureza colativa.

A colação de paróquias na capitania de Minas Gerais era muito mais observada do que em outras regiões da América Portuguesa. Temos como exemplo o caso da capitania de São Paulo, que tinha apenas 13 freguesias coladas de um total de 29. Na metade do século, segundo Damasceno, evidenciou-se a colação de quase a totalidade das freguesias da capitania mineira (de 48 paróquias, 44 eram coladas). Essas colações foram, em sua maioria, promovidas na região mais central da capitania (onde se evidenciou o decrescimento no fim do século), o que conseguimos verificar na tabela acima. Em contrapartida, segundo a mesma pesquisadora,

²³³ RODRIGUES, Aldair Carlos. *Igreja, Inquisição no Brasil: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social – século XVIII*. São Paulo: Alameda, 2014, pp. 101-106.

²³⁴ Ibidem.

evidencia-se a ereção de novas freguesias nas regiões mais sertanejas da capitania, acompanhando a expansão do povoamento (o que não significa necessariamente que as regiões mineradoras não tivessem preservado a aglutinação territorial e a concentração de riqueza), a busca por investimento na agropecuária e o desenvolvimento de arraiais e vizinhanças rurais. A promoção de freguesias do *status* de encomendada para colada diminuía consideravelmente no final do século devido a dois fatores: as mudanças econômicas que a capitania e o reino enfrentavam e a política “voluntarista” de colonização do território mineiro, fomentada pelas autoridades da capitania. Investir-se-ia, então, na criação de um grande número de capelas fora das regiões mineradoras (115 na segunda metade do século contra apenas 20 nas zonas mineradoras)²³⁵, as quais eram erigidas por fregueses que se tornavam seus padroeiros²³⁶. As freguesias de Tamanduá, Lavras do Funil e São João del Rei, por exemplo, possuíam juntas um número aproximado de trinta capelas, enquanto que a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Mato Dentro possuía sozinha menos da metade desse número. A diferença das duas regiões estaria no fato de as três primeiras estarem inseridas no contexto de crescimento econômico/demográfico e da segunda estar no caminho inverso, o da queda da produção agrícola (anexo 4).

Os dados apresentados acima nos permitem perceber a multiplicidade de características que as freguesias poderiam possuir. Essa multiplicidade, além de contribuir para a sustentação de hierarquias de importância entre as freguesias, trazia diferenças de questões práticas voltadas para a manutenção e administração dessas paróquias no que tange a cura de almas. As freguesias das regiões rurais, em especial aquelas mais afastadas da região central da capitania, traziam dificuldades aos párocos responsáveis à medida que estes se viam impotentes em realizar seus ofícios por conta dos caminhos perigosos. A pobreza das freguesias também era outro ponto de relevância. Uma freguesia poderia possuir muitas almas e não conseguir se sustentar²³⁷. Os pontos econômicos, demográficos e territoriais tinham muita influência no resultado do trabalho pastoral, mas existia o problema referente à sustentação e manutenção das igrejas de acordo com a política de padroado da Coroa portuguesa. A falha ao repassar as côngruas aos párocos e a sua quantia, considerada irrisória pelo corpo eclesiástico, não garantiam a

²³⁵ FONSECA, Cláudia Damasceno. Freguesias e capelas: instituição e provimento de igrejas em Minas Gerais. In.: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton S. (Org.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, pp. 104-110.

²³⁶ Para aprofundamento nesse tema, ver o capítulo 4.

²³⁷ RUBERT, Arlindo. *Historia de la Iglesia en Brasil*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, pp. 318-323.

construção, manutenção e muito menos a sustentação necessária²³⁸. O cuidado com o estado das igrejas seria, portanto, mais outro ponto de preocupação do quarto bispo de Mariana.

2.1.2 – Um bispo passivo? O trato das igrejas e a postura episcopal

O trato das igrejas foi uma das preocupações de D. Frei Domingos para a reforma e estruturação do bispado de Mariana. A igreja e os seus arredores eram o espaço central de um arraial/freguesia/vila, o seu eixo simbólico. Era nesse local que ocorria a maioria das interações sociais de uma comunidade: as festas, as missas, a obtenção dos sacramentos. Tendo em vista isso, os locais de culto deveriam ser cultivados e mantidos com todo o cuidado e atenção que demandava a “casa de Deus”²³⁹. E, para isso, haviam normas rígidas para a orientação dos párocos e bispos na conservação dos templos²⁴⁰. Foi com esse intuito que o quarto prelado de Mariana enviou uma carta à rainha D. Maria I com informações sobre a igreja da Boa Viagem do Curral de El Rey, paroquiada pelo vigário Luiz Nogueira da Costa. Ressaltou a penúria na qual se encontrava a igreja matriz dessa freguesia, o que dificultava a realização de festas e ritos. Afirmou que a dita matriz “não tem ornamentos para os dias de Festas, nem prettos para os dias fúnebres; e os mais paramentos que ahí há, e esse já com bastante uso cabem todos sobre huma banca de hum arco de capella que não tem altar por não haver sacristia”. A capela mor da igreja não possuía sequer “retábulo, e aonde cayão os ornamentos serve huma barca sobre que se depositão”.

Características como essas encontradas por D. Frei Domingos eram comuns não só nas freguesias pertencentes ao bispado de Mariana como também em outras localizadas fora dele. Cabia ao bispo, assim como ao corpo eclesiástico de párocos por ele administrado, tomar providências para manter as boas condições físicas internas e externas dos locais de culto, pois

²³⁸ VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira: Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 59. HORNAERT, Eduardo. A cristandade durante a primeira época colonial. In.: *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, pp. 295-298.

²³⁹ MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil* (séculos XVIII-XIX). Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, 2002, pp. 150-152.

²⁴⁰ “707. Para os altares e celebração do santo sacrificio da missa: cruces, frontais, toalhas, cortinas, pedra de ara, sacras, panos para as mãos, estantes ou almofadas, castiçais, alvas, amictos, cordões, manípulos, estolas, planetas, corporais com guardas e bolsas, cálices, patenas, palas, sanguinhos, panos e véus dos cálices, missais, galhetas, caixas de hóstias e campainhas. E para os outros officios divinos e procissões haverão cruces com mangas e capas pluviais. E nas igrejas onde estiver o Santíssimo Sacramento, haverá turíbulo, naveta, pália, custódia, âmbula para a comunhão, lanternas, sacrário e lâmpada que diante do Senhor esteja sempre acesa. E falando dos livros, haverá Ritual dos Sacramentos e Catecismo. O que tudo, na quantidade e qualidade, será conforme à possibilidade de cada uma das igrejas, mas haverá muito cuidado que tudo seja limpo, são e decente, e que se não celebre senão em cálices ao menos de prata com patenas do mesmo.” VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia*. FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales. Estudo introdutório e edição. São Paulo: Edusp, 2010, p. 401.

havia exigências específicas quanto à ambientação e estruturação arquitetônica desses locais estipuladas pelo direito canônico. Essas questões foram salientadas no corpo normativo do arcebispado da Bahia, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), de Monsenhor Monteiro da Vide. Presar-se-ia por uma postura cuidadosa quanto ao padrão, a organização e a limpeza dos ornamentos pertencentes à igreja, assim como a construção e reforma de partes internas e externas dos prédios que necessitassem das mesmas. Ou seja: “que tudo, na quantidade e qualidade, será conforme à possibilidade de cada uma das igrejas, mas haverá muito cuidado que tudo seja limpo, são e decente”²⁴¹. Ademais, as reformas, ereções e obtenção/manutenção de ornamentos das paróquias, como também apresentado nas mesmas *Constituições*, eram da alçada da Real Fazenda (quando se tratava de igrejas coladas apenas), por ser o monarca português o administrador perpétuo da Ordem e Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, da qual o arcebispado da Bahia também fazia parte. Como podemos ver:

689. E não tratamos aqui do dote que é preciso tenha cada uma das igrejas paroquiais, porque, como todas as deste arcebispado, pertencem à Ordem e Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, de que Sua Majestade é perpétuo administrador, tem o mesmo Senhor com muito católica providência mandado pagar pontualmente, e vão na folha os dotes das igrejas, que é seis mil réis a cada igreja, e oito para as que estão em vilas, assim como muito liberal mão como tão zeloso e católico rei mandar dar grossas esmolas, assim para a edificação como para a reedificação das ditas igrejas²⁴².

A resolução dos problemas em torno da manutenção dos locais de culto, dessa forma, envolvia não só aqueles que estavam mais de perto e eram responsáveis pela sua administração, como os párocos, mas dependia, inclusive, do poder do estado para dar andamento a tais projetos. Na maioria das vezes, os pedidos de intercessão à rainha D. Maria I para obter financiamento para as igrejas foram falhos: ora ignorados, ora cancelados pelo poder público. Temos o exemplo do período do governo de Pontevel, onde todos os casos encontrados que envolveram fatores relacionados à reforma e manutenção de ornamentos das igrejas obtiveram resultado negativo da parte da Coroa.

Ao que tudo indica, o requerimento do pároco da igreja de Boa Viagem feito à rainha em 1781 (com confirmação do quarto bispo de Mariana sobre a “incomodidade com que ali se podem celebrar as funções e officios da igreja”), para que ela mandasse a reedificação da

²⁴¹ Ibidem. Ver os títulos: XXIV *Como se guardarão os ornamentos e móveis das igrejas, e que se não emprestem nem sirvam em outros usos* – pp. 402-403 e XXVII *Dos ornamentos das igrejas e móveis dela* pp. 400-401

²⁴² Ibidem. Ver: Tít. XVII *Da edificação e reparação das igrejas paroquiais* pp. 395.

igreja, não fora acatado pela monarca, já que é de 1787 o seu outro requerimento e confirmação do bispo para resolver o problema²⁴³. A falta de compromisso do poder do Estado com relação ao financiamento das ereções de igrejas ficou explícito em uma carta de Pontevel para o governador da capitania, Luiz da Cunha Menezes, o qual mandou suspender a obra do pavimento da igreja matriz de São João. O prelado, apesar de se colocar como obediente às ordens do governador, não deixou de apresentar a sua posição de concordância com a obra requerida pelo pároco da matriz, atentando para “a satisfação com que o vigário justificou aquella obra que me parece plena, e que athe mostra necessidade de se continuar”²⁴⁴.

Os problemas de repasse dos dízimos da Coroa para a sustentação da malha eclesiástica na América Portuguesa já são algo de amplo conhecimento da historiografia. Ao deixar de lado a obrigação com o sustento das igrejas, investia-se boa parte da arrecadação na sustentação da administração civil. Pese ainda, de toda maneira, a situação de crise econômica na qual Portugal estava inserido no final dos setecentos, o que contribuía para dificultar ainda mais o apoio financeiro da Real Fazenda na sustentação dessa malha eclesiástica²⁴⁵. Diante desses problemas, restava à população de fregueses a ereção, a manutenção e o sustento das paróquias e capelas, ficando essas atividades a cargo do empenho das irmandades religiosas, em especial as do Santíssimo Sacramento, as ordens terceiras do Carmo e da Penitência (que eram formadas pela elite local)²⁴⁶. Ponto esse que foi destacado por Pontevel.

Em sua carta pastoral sobre a visita à igreja de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, na freguesia de Barbacena, Pontevel admoestou o pároco pela sua falta de asseio com relação aos ornamentos da sacristia da matriz, encontrada em “deplorável estado” e ressaltou os detalhes negativos encontrados:

Principalmente hum ornamento branco, huma capa de asperges branca, hum ornamento vermelho que tudo carece de conserto: o que mandamos que no termo de três mezes se faça como tão bem huma Alva, duas toalhas, sacras novas para o altar de *Nossa Senhora* da Conceição, outras para o altar de São José, Pedra de Ara, Sacras no Santo Antônio, Sacras, huma toalha, e na

²⁴³ ANTT. Ordem de Cristo, Padroado do Brasil, maço 5 (bispado de Mariana). Requerimento do vigário Luis Nogueira para a reforma da capela mor. 10/09/1781 e 10/09/1787.

²⁴⁴ CC – Casa dos Contos. Cx.146 – 21380. Rolo: 544. Carta de Domingos da Encarnação Pontevel a Luis da Cunha Menezes sobre a suspensão das obras do pavimento da Igreja matriz da Vila de São João. 11/07/1780.

²⁴⁵ AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em tensão e crise*. São Paulo: Ática, 1978, pp. 85-86; VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira: Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 59. HORNAERT, Eduardo. A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial. In.: *História da Igreja no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2008, pp. 38-39.

²⁴⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno. Freguesias e capelas: instituição e provimento de igrejas em Minas Gerais. In.: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton S. (Org.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, p. 449.

Sachristia fará por duas tabellas huma em que se descrevão os casos reservados do Bispado, e na outra o Edital da Inquisição do Santo Ofício...²⁴⁷

Seria da responsabilidade dos párocos e dos fregueses a recuperação dos estragos existentes na igreja, ordenando o bispo que “se faça de novo e se assoalhe até a porta da igreja”. Era também da sua total responsabilidade reparar as perdas e os prejuízos de ornamentos e estrutura da igreja, uma vez que ela estava sob sua administração: “a indecência com que se acha a Igreja he escândalo de todos os que entrão nella, e argumento de pouco zelo, e piedade que tem os moradores desta freguesia da Casa do Senhor, sendo certo que o Corpo da Igreja deve ser Reparado a inspeção do povo”²⁴⁸.

Em estudo comparativo sobre os governos do primeiro e quarto bispo de Mariana, Alcilene Cavalcante, ao analisar o trecho acima retirado de uma carta pastoral de Dom Frei Domingos da Encarnação Pontevel, chegou à conclusão de que, diferente de D. Frei Manuel da Cruz, o quarto prelado de Mariana teria ignorado a responsabilidade da Coroa em reparar a igreja. A partir disso, concluiu que tal ação, ou inação, do dito prelado seria uma característica que apontava a sua maior submissão ao regalismo português se comparado ao primeiro bispo de Mariana²⁴⁹. No entanto, como podemos verificar no caso apresentado acima sobre a igreja de Boa Viagem, percebemos que D. Frei Domingos não só procurou dialogar com os poderes da Coroa como também com os poderes civis locais da capitania, o que tende a colocá-lo em uma posição mais diplomática do que submissa.

Em suma, o apelo de D. Frei Domingos para que os fregueses contribuíssem para a sustentação dos templos nos mostra, em primeiro lugar, que as determinações sobre o sustento desses locais de culto, estipuladas pelo conjunto das *Constituições*, não eram cumpridas senão raramente. Isso não significaria, no entanto, que o prelado estivesse em consonância com as discrepâncias do sustento por parte da Coroa ou que denotasse a sua maior submissão a ela. Os primeiros relatos feitos pelos relatórios de Pontevel à rainha, acerca da matriz de Curral del Rei, por exemplo, demonstram que a postura dele na pastoral estaria muito mais ligada à falta de zelo da comunidade e do pároco para com a “casa de Deus” do que uma possível indiferença

²⁴⁷ AEAM - Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, códice nº 1 – generalidades. Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 1. Visita pastoral feita por D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel. 28/10/1781.

²⁴⁸ Ibidem.

²⁴⁹ OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante. *A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana: mudanças e permanências (1748-1793)*. Dissertação (mestrado). Campinas: IFCH/Unicamp, 2001, p. 158.

da sua parte com relação à falta de compromisso da Coroa com o sustento da malha eclesiástica de caráter colativo.

No mais, não faltaram apelos do bispo ao poder régio para a manutenção dos templos religiosos, tanto nos quesitos materiais quanto de sustento do corpo eclesiástico, como podemos notar em alguns exemplos apresentados acima e outros que veremos mais à frente. O que poderíamos afirmar, todavia, seria a confirmação de um perfil prudente, onde a diplomacia e a negociação foram apresentadas com frequência nas interações desse prelado com outros poderes. No mais, o cuidado com os templos e com o cultivo do pasto espiritual puderam ser notados em alguns pontos da administração do bispado de Mariana feita por D. Frei Domingos. Isto posto, ressaltamos que Pontevel, apesar de se mostrar condizente com o projeto político-religioso regalista, não deixou de se posicionar diante de questões que poderiam atrapalhar o andamento do projeto de reforma católico. Logo, esse posicionamento ativo do bispo carregou consigo as especificidades próprias de um projeto episcopalista, onde a autoridade episcopal se colocava a altura de debater com as outras autoridades civis. Outro ponto foi a formação do corpo eclesiástico a qual poderia, de todo modo, nos fornecer alguns vestígios do projeto de bispado ambicionado pelo quarto prelado.

2.1.3 – Um projeto de bispado: a formação do corpo de eclesiásticos

Em abril de 1781, D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel recebeu um alvará de Martinho de Melo e Castro em nome da rainha D. Maria I, permitindo-o realizar concursos para o preenchimento de cargos eclesiásticos, como havia sido feito nos outros bispados da América Portuguesa. Ao destacar a “muita confiança” tida por Pontevel e pelo seu “individual e exacto conhecimento” que havia adquirido do corpo de eclesiásticos do bispado de Mariana e da sua diocese como um todo, foram-lhe concedidas as faculdades de propor à Real mesa clérigos para Dignidades, Conezias, Vigairarias, benefícios curados e sem cura e demais cargos. A exceção da nomeação pelas mãos do prelado estava negada apenas para o cargo de Arceidiago (o mais alto da hierarquia do cabido), o qual estava reservado apenas para a “imediata apresentação” da rainha.

Ressalta-se, no entanto, que o prelado deveria se ater a algumas características dos candidatos que eram consideradas mais dignas para assumir os cargos citados acima. Dever-se-ia considerar: a naturalidade do nascimento, a suficiência em letras, a vida, os costumes e os serviços feitos à igreja. Com a realização de um exame de oposição, onde seriam avaliadas tais

características, o prelado deveria escolher três candidatos em ordem de relevância para enviar ao Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens²⁵⁰. A oposição deveria ser realizada em trinta dias após a abertura do edital, onde se faziam três exames na presença de três examinadores: o literário, o das qualidades do candidato e o dos seus serviços prestados e atributos²⁵¹.

Ademais, era ressaltado pela rainha a preferência que se devia atribuir àqueles que pertencessem à “antiga Nobreza dessa Capitania”, “por procederem dos primeiros Descobridores, que à custa do seu sangue, concorrerão para essas Regioens, para se plantar a nossa Santa Fé e se propagar a luz do Evangelho”²⁵². Na preferência por candidatos “naturais da terra” ao invés dos do reino, haveria uma preocupação em atribuir-lhes ocupação em lugares de poder, honra e prestígio. A ocupação de cargos em lugares da administração e da justiça, a obtenção de patentes militares e a entrada na hierarquia eclesiástica carregavam consigo os interesses intrínsecos a essa elite de perpetuar o seu lugar social. Desse modo, a atribuição de benesses e cargos pela rainha aos naturais da terra condizia com uma troca de interesses de ambos os lados a partir do discurso da retribuição pelos esforços realizados para garantir a expansão e fixação territorial da administração do Estado português. Essas relações de atribuição de cargos e benesses, também conhecida como “economia de mercês” se mostravam mais diretas, por exemplo, nas nomeações da rainha para cargos do cabido e para os cargos de comissário do Santo Ofício²⁵³. Cargos esses que significavam o pertencimento à elite eclesiástica e que eram ambicionados por todos aqueles que adentravam nessa carreira.

Poderiam existir, no entanto, casos em que o bispo estaria impedido de exercer a ação da escolha dos eclesiásticos nos concursos. Isso se daria quando ocorressem as seguintes faltas:

²⁵⁰ Essas determinações apresentadas pela rainha seguiam aquelas determinadas pelos decretos do Concílio Tridentino e também estavam presentes nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Com destaque especial para o modo de vida e costumes dos eclesiásticos: os clérigos deveriam ser o exemplo de imitação, um espelho para os fiéis, sendo que eles deveriam inspirar através das suas ações e comportamentos. A restauração dessas ações, costumes e virtudes era um dos principais preceitos reformadores tridentinos e deveria ser inteiramente observado pelos ordinários. *Os decretos sobre a vida e a conduta dos clérigos são renovados The Canon and Decrees of the Council of Trent*. Trad. Reverend H. J. Schroeder. Charlotte, North Carolina: TAN Books, 2011. 22ª sessão: capítulo I, pp. 154-155. Ver o Livro III, Tít. XXIII: *Dos requisitos que hão de ter os que houverem de ser propostos para igrejas curadas das Constituições Primeiras da Bahia*. VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales. Estudo introdutório e edição. São Paulo: Edusp, 2010, pp. 340-341.

²⁵¹ RODRIGUES, Aldair Carlos. *Igreja e Inquisição no Brasil: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social, século XVIII*. São Paulo: Alameda, 2014, pp. 84, 91.

²⁵² Portugal, Lisboa, AHU_CU_011, cx. 117, doc. 12. Alvará de lei da rainha D. Maria I, autorizando o bispo de Mariana a fazer concursos para o preenchimento de cargos eclesiásticos. 14/04/1781.

²⁵³ OLIVAL, Fernanda e RODRIGUES, Aldair Carlos. Reinóis versus naturais nas disputas pelos lugares eclesiásticos do atlântico português: aspectos sociais e políticos (século XVIII). In: *Revista de História* (São Paulo), n. 175, p. 25-67, jul.dez. 2016, pp. 60-63; OLIVAL, Fernanda. La economía de la merced en la cultura política del Portugal moderno. In: PÉREZ, Francisco José Aranda & RODRIGUES, José Damião (Org.) *De Re Publica Hispaniae: Uma vindicação de la cultura política em los Reinos ibéricos em la primera modernidade*. Sílex, Madrid, 2008, pp. 403-407.

se houvesse algo que anulasse as escolhas feitas pelo bispo; a não observância na forma dos concursos; a ausência do bispo da sua residência episcopal. Esse último ponto, aliás, rendeu alguns atritos entre Pontevel e a Mesa de Consciência e Ordens em 1778, quando este já havia sido ordenado bispo de Mariana, mas ainda não havia realizado a sua entrada episcopal (fato que só ocorreu em fevereiro de 1780). Com a execução de uma petição para que pudesse realizar concursos no bispado de Mariana, D. Fr. Domingos requereu a mesma faculdade que havia sido concedida ao primeiro bispo de Mariana, D. Fr. Manuel da Cruz. Faculdade essa de característica “pessoal, e que Vossa Magestade concedia a cada hum dos Prelados Ultramarinos”. O fato de Pontevel não ter recebido a graça que era de costume se deu pelo mesmo motivo de também não a ter recebido o bispo anterior, D. Bartolomeu Manoel Mendes dos Reis, uma vez que o ele não estava cumprindo um dos requisitos básicos do ofício episcopal: a residência. Nesse sentido, Pontevel obteve a seguinte resposta da Mesa:

Parece a Meza que o [...] Bispo individamente se queixa de não ter a faculdade que tiveram seus antecessores, por quanto elle ainda a não poderia ser a porem justo que Vossa Magestade lho concida na conformidade do último alvará de trinta annos de agosto de mil setecentos e sessenta e seis, bem entendido, que na conformidade do que se lhes possão não pode executar esta faculdade enquanto não estiver residente no mesmo Bispado, o que o supplicante deveria ter satisfeito inviolavelmente por ser indiscutível, a Missão que a este requisito tem tido, a [...] de que enquanto se conserva nesta Corte, não pode conhecer o merecimento dos concorrentes, ao que satisfaz completamente este Tribunal pellos concursos a que manda proceder exactas informações que tira, que todos sabem a Real Presença de Vossa Magestade, que ordenara o que for Servida²⁵⁴.

A faculdade de nomear eclesiásticos em concurso era uma liberdade concedida pela Coroa que, com o tardar da segunda metade dos setecentos, modificou-se em vista do reforço das políticas regalistas aplicadas nos reinados de D. José I e D. Maria I. Houve, com isso, uma diminuição do poder dos bispos nesse quesito, mas, de maneira geral, o processo de concurso se constituía basicamente na nomeação feita pela Coroa e na colação feita pelo ordinário²⁵⁵. O fato de se negar tal faculdade aos prelados pelo motivo da sua não residência no bispado (algo muito comum no período, principalmente nas dioceses ultramarinas), para além de ser uma afirmação de poder da Coroa sobre o bispo, também retoma a discussão da importância do

²⁵⁴ Portugal, Lisboa, AHU_CU_011, cx. 113, doc. 33. Consulta de Manoel [...] à rainha D. Maria I, informando sobre a petição de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel para o consentimento de faculdade para a realização de concursos no Bispado de Mariana. 15/08/1778.

²⁵⁵ RODRIGUES, Aldair Carlos. *Igreja e Inquisição no Brasil: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social*, século XVIII. São Paulo: Alameda, 2014, p. 79.

cumprimento dessa residência tratada no capítulo 1 para o projeto de reforma da Igreja, com o seu esteio na figura do bispo e na sua autoridade de pastor e administrador. Isso, inclusive, se fazia no interesse do Estado, como já fora dito.

Encontramos, ao todo, quinze concursos realizados no governo de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel. Sabemos, no entanto, que esse número foi maior quando nos deparamos com a lista de nomeação desse bispo apresentada no trabalho de Raimundo Trindade, totalizando 126²⁵⁶. Para além dos concursos realizados pelo prelado, também encontramos nove ordenações feitas por decreto da rainha D. Maria I. Cinco dessas relações estiveram direcionadas aos cargos de pároco colado e o restante para nomeações da mais alta hierarquia do bispado, localizada no cabido. Esses provimentos por decreto, em sua maioria, não seguiam os ditames tridentinos na recomendação dos concursos para cargos eclesiásticos. Carregavam consigo, ao invés, um significado de regalia, privilégio ou benefício, dos quais a Coroa fazia largo uso como uma ferramenta, na intenção de aprofundar o seu poder e influência em vários âmbitos da sociedade. Em vista disso, súplicas individuais chegaram à Real Mesa para serem analisados nos quesitos de relevância dos serviços prestados à Coroa, pelas próprias pessoas e por seus ascendentes, e dos cuidados com a família²⁵⁷. Esse foi o caso do Dr. Quintiliano Teixeira (personagem de destaque nos capítulos seguintes), o qual requereu mercê à rainha da vigararia da igreja de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas do Campo, em 1777, onde permaneceu até finais do século. O argumento utilizado pelo suplicante, além da sua naturalidade, formação em ciências e bons costumes, foi o fato de ele ser “filho de huma viúva com quatro irmãs donzellas, a quem deve amparar, qualidades estas que o fazem digno da Real proteção e piedade de Vossa Magestade”. O pedido fora atendido mesmo com o fato de ele não ter sido ordenado, mas obteve o tempo de um ano, dado pela rainha, para que ele cumprisse com essa obrigação²⁵⁸.

Um primeiro ponto notado nessa relação de concursos é que conseguimos realçar a existência de trajetórias de carreira no âmbito da hierarquia do bispado de Mariana, onde a busca por freguesias mais bem cotadas na hierarquia eclesiástica transformava-se em um trampolim para cargos maiores, como o de vigário da vara e, quiçá, dentro da Sé e do cabido²⁵⁹.

²⁵⁶ TRINDADE, Cônego R. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua História*. Vol. 1. Mariana: Imprensa Oficial, 1929, pp. 154-158.

²⁵⁷ RODRIGUES, Aldair Carlos. *Igreja e Inquisição no Brasil: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social, século XVIII*. São Paulo: Alameda, 2014, pp. 57, 76.

²⁵⁸ ANTT - Ordem de Cristo, Padroados do Brasil, maço 5 (bispado de Mariana). Carta da rainha para D. Fr. Domingos Pontevel, nomeando Quintiliano Teixeira para a igreja de Congonhas, 18/10/1777; Consulta e nomeação de Quintiliano Teixeira, s/d.

²⁵⁹ FADEL, Bárbara. *Clero e sociedade: Minas Gerais, 1745-1817*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994, p. 80.

Essa era uma realidade presente na carreira eclesiástica em si. Iniciava-se com a ordenação e, a partir daí um leque de oportunidades de carreira se abria, partindo do simples cargo de capelão até o de bispo. Essa abertura era mais nítida no âmbito das dioceses portuguesas, mas era perceptível, em alguns pontos, a existência de “planos de carreira” para ascender nessa hierarquia nas dioceses ultramarinas. Todavia, devemos deixar claro que o ingresso em cargos de maior prestígio dependia, além de características meritocráticas, também de muitas outras estratégias de ascensão²⁶⁰.

Na diocese de Mariana, encontramos alguns exemplos de trajetórias onde prevaleceram casos de tentativa de párocos encomendados subirem na hierarquia, tomando para si a administração de freguesias coladas. Temos alguns exemplos: o do Pe. Estanislau da Silveira Ebano que, em 1780, foi nomeado por Pontevel, e aceito pela rainha, pároco da igreja de São Sebastião e, no ano seguinte, foi nomeado pároco da igreja de São Caetano, ambas localizadas no termo de Mariana²⁶¹; o do Pe. Fortunado Gomes Carneiro que, no mesmo ano de 1788, realizou concurso para duas igrejas, a de Santo Antonio do Vale da Piedade da Campanha do Rio Verde e a de Nossa Senhora da Conceição do Carijós, permanecendo em primeiro nessa última²⁶²; e a trajetória do Pe. João de Souza Carvalho, que realizou o seu primeiro concurso em 1786 para a igreja de Nossa Senhora da Conceição das Carrancas de Santa Ana, depois em 1790 para a igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Rica e, em 1792, para a igreja de Santa Luzia do Sabará, onde conseguiu o benefício²⁶³.

Ademais, apesar do crivo regalista presente na constituição dos concursos, esses não deixariam de revelar as possíveis orientações ideológicas daquele que governava a diocese. Partindo do pressuposto da existência de uma certa autonomia do bispo que ia da escolha dos examinadores até a avaliação dos candidatos escolhidos, poderíamos identificar alguns pontos referentes ao seu projeto de bispado. Esse momento do concurso era o único onde o bispo possuía controle sobre as decisões e essas poderiam ser autônomas e não interferidas pela Coroa, reservando um amplo espaço de ação desse agente²⁶⁴.

²⁶⁰ PAIVA, José Pedro. Os mentores. In.: *História Religiosa de Portugal*. Org. GOUVEA, António C. e MARQUES, João F. Círculo de Leitores. V. 2. Rio do Mouro, 2000, pp. 220-223.

²⁶¹ Cota: Ordem de Cristo, Padroados do Brasil, maço 5 (bispado de Mariana) concurso para a igreja de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Pereira. 22/12/1787 e Nossa Senhora da Conceição de Vila Rica 02/11/1788.

²⁶² AHU_CU_011_cx. 129 doc. 24. Concursos para as igrejas de Santo Antonio do Vale da Piedade da Campanha do Rio Verde 01/08/1787 e Nossa Senhora da Conceição dos Carijós 06/08/1788.

²⁶³ ANTT - Ordem de Cristo, Padroados do Brasil, maço 5 (bispado de Mariana) concurso para a igreja de Nossa Senhora das Carrancas de Santa Ana 24/11/1786, Nossa Senhora da Conceição de Vila Rica 02/11/1788, Santa Luzia do Sabará 28/08/1789.

²⁶⁴ RODRIGUES, Aldair Carlos. *Igreja e Inquisição no Brasil: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social*, século XVIII. São Paulo: Alameda, 2014, p. 96.

No concurso do Pe. João de Souza Carvalho, conseguimos captar algumas das preferências de D. Frei Domingos para os concursados às igrejas do seu bispado. Ao repararmos na trajetória do padre João de Carvalho, onde permaneceu em segundo lugar nos dois primeiros concursos e passou no terceiro, notamos que, em sua primeira tentativa, já havia alcançado a estima do prelado marianense, onde, na sua função de capelão da freguesia de Santa Luzia, já possuía bom e promissor perfil eclesiástico. Nas palavras de D. Frei Domingos, o Pe. João de Souza Carvalho, com seus pouco mais de 24 anos:

Hé bem morigerado como me consta não só pela atestação do seu Parocho, e folhas corridas pelas quais se mostra sem culpa, mas também por que assistindo nesta Cidade, me he a mim e a todos notória a regularidade e modéstia com que vive. *Tem frequentado as aulas de Philosophia e Theologia e Moral com conhecido aproveitamento, que eu mesmo observei assistindo a concluzoens que elle defendeo e a outras conferencias de Moral a que assisti, e da esperança de ser hum bom Ecclesiastico e útil à Igreja*²⁶⁵.

Segundo José Ferreira Carrato, o seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, destacara-se nos tempos de D. Frei Domingos pela formação de bons sacerdotes em cura de almas e pregadores destacados pelas suas qualidades intelectuais²⁶⁶. No período de vacância, no qual procuradores do cabido exerceram o governo do bispado, o seminário de Mariana entrou em via de parar suas atividades. As aulas foram reestabelecidas por Pontevel, com o curso de Filosofia sendo ministrado pelo cônego e futuro inconfidente Luiz Vieira da Silva²⁶⁷. No mais, o caso do Pe. João Carvalho nos sugere que D. Frei Domingos carregava grande interesse naqueles que davam atenção à uma boa formação intelectual, assim como também acompanhava de perto o andamento do seminário. De todo modo, o que prevalece aqui são as boas ligações com o bispo. Elas contribuíram em muito para a ascensão do Pe. João Carvalho dentro da hierarquia eclesiástica.

Uma vida regular e com bons costumes foi o perfil bastante acentuado por D. Frei Domingos em seus concursos, estando essa importante característica presente no perfil do Pe. José da Costa Oliveira, pároco encomendado da igreja do Monte do Furquim e que passou no concurso para a igreja de Carrancas. Teve destacada pelo prelado a sua “boa morigeração e

²⁶⁵ ANTT - Ordem de Cristo, Padroados do Brasil, maço 5 (bispado de Mariana) concurso para a igreja de Nossa Senhora das Carrancas de Santa Ana. 24/11/1786. Grifo meu.

²⁶⁶ CARRATO, J. F. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras coloniais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 111.

²⁶⁷ VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira: Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, pp. 111.

regularidade de vida” de que o bispo fazia “bom conceito”²⁶⁸. Características essas muito requeridas no perfil ideal de um eclesiástico, como já foi apresentado.

Outro atributo de destaque para o perfil dos eclesiásticos em concorrência era o seu trabalho para a igreja. Dois pontos chamaram a atenção de Pontevel e fizeram com que os candidatos conseguissem a vaga desejada: a catequização dos índios e a defesa contra rebeldes. O Pe. João Ferreira de Souza, opositor para a igreja de Santo Antonio do Ribeirão de Santa Bárbara, foi ordenado em 1786 e, além do realce da sua “grande satisfação e aceitação” em realizar sua missão, teve o seu maior destaque ao “arriscar a sua vida” quando fora “desobrigar e catequizar os Índios aldeados nos sertões da Casca, Abre Campos e Arrepiados”²⁶⁹. Esse tipo de missão era, inclusive, muito visto nos discursos peticionários para conseguir benefícios do padroado, assim como foi o caso do Dr. Quintiliano Teixeira. Geralmente esses pedidos eram aceitos pela Coroa, no caso de provimentos por decreto, e, não diferente, eram de interesse da Igreja e do quarto prelado de Mariana²⁷⁰.

Com relação à defesa contra os “rebeldes”, o ordenado para a igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Rica, o Pe. Bernard Jose da Encarnação, teve a sua carreira eclesiástica destacada por D. Frei Domingos. Na freguesia de Antonio Dias, o padre teria exercido o Ministério de coadjutor por doze anos seguidos com grande aceitação da população e do pároco responsável até tornar-se pároco encomendado da mesma freguesia (devido ao afastamento, prisão e morte do então pároco). Ademais, Pontevel destacou nele a sua capacidade em dialogar em conflitos existentes com os “rebeldes” das confrarias e capelas como algo útil para a igreja da Conceição de Vila Rica à qual ele estava concorrendo. Manter a unidade do bispado mostrava-se como uma prioridade. Destacou-se então:

O seu incansável zelo com que o presente procura defender as regalias e direitos da sua igreja contra a opposição e Rebeldes de alguma Confraria e suas Capellas que *pertendem sacudir o jugo da obediência ou sujeição que devem ao seu Parocho* de que só achará alguns que o caluniosamente tudo isto e todos estes serviços feitos em especial a mesma igreja de que he oppositor...²⁷¹

²⁶⁸ Ibidem.

²⁶⁹ ANTT - Ordem de Cristo, Padroados do Brasil, maço 5 (bispado de Mariana) concurso para a igreja de Santo Antonio do Ribeirão de Santa Barbara, 22/07/1786 grifo meu.

²⁷⁰ RODRIGUES, Aldair Carlos. *Igreja e Inquisição no Brasil*: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social, século XVIII. São Paulo: Alameda, 2014, pp. 62-64.

²⁷¹ ANTT - Ordem de Cristo, Padroados do Brasil, maço 5 (bispado de Mariana) concurso para a igreja de Nossa Senhora da Conceição de Villa Rica. 02/11/1788. Grifo meu.

Em via oposta do que tratamos até agora, temos o caso do candidato proposto em primeiro lugar pelos examinadores²⁷² do concurso de São Sebastião e que foram eleitos por D. Frei Domingos. O candidato Pe. Albano da Silva Castro foi, ao fim, recusado pelo prelado por problemas ocorridos na sua “vida e costumes” onde “os Parochianos da Freguesia vaga de São Sebastião vivião desgostosos no receio de que elle saísse provido na igreja, e isto me consta por conta das inimizades que adquiriu, feito sócios de algumas paixoens do seu irmão defunto”. Destacou para além desse problema a “inferioridade dos seus serviços”, podendo apenas indicá-lo à rainha senão na forma de último lugar²⁷³.

Diante desses exemplos, foi possível perceber uma certa autonomia de D. Frei Domingos na escolha dos eclesiásticos que comporiam o corpo da Igreja de Minas Gerais. Assim, ao passo que encontramos focos de preferência do bispo, que em dois casos podem ser vistos como comuns, como foram o do catequizador de índios e o do seminarista, também encontramos a sua recusa em seguir as normas de concurso, negando a colocação apresentada pela banca examinadora. Ademais, os casos dos padres João de Souza Carvalho e Bernard Jose da Encarnação podem nos aludir dois pontos de relevância para o caráter reformador do qual Pontevel fazia parte e objetivava praticar.

No primeiro, vemos uma preocupação e cuidado tidos pelo prelado na formação desse corpo eclesiástico, ao saber que ele acompanhava as aulas de Filosofia e Moral que ocorriam no seminário. A formação intelectual do corpo eclesiástico, nesse sentido, era tida como de grande importância para remediar os problemas inerentes aos eclesiásticos de Minas e que foram encontrados por ele em suas visitas diocesanas. De todo modo, o investimento na formação dos eclesiásticos fez parte do projeto tridentino de melhorar a qualidade do ofício daqueles que estavam mais perto das comunidades de fiéis. O segundo ponto a ser destacado é a importância dada por Pontevel ao pároco que conseguia manter o diálogo com os “rebeldes” das confrarias e capelas. Esse problema esteve muito presente no cotidiano das freguesias do bispado de Mariana. As contendas envolvendo párocos e capelães, assim como membros de ordem terceiras, confrarias e irmandades foram, inclusive, o centro de problemas referentes à hierarquia eclesiástica e a recusa de segui-la. Outros fatores também influenciaram essas contendas, como foram os casos dos tributos religiosos e de questões voltadas ao culto e aos sacramentos. No mais, a preocupação de Pontevel em colocar um pároco com características

²⁷² Os examinadores eram: Vicente Gonçalves Jorge de Almeida, chantre da Sé de Mariana, Antonio Correa, pároco colado da freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Vila Rica, e Antonio Jorge Coelho, mestre de Moral do seminário da Nossa Senhora da Boa Morte em Mariana.

²⁷³ ANTT - Ordem de Cristo, Padroados do Brasil, maço 5 (bispado de Mariana) concurso para a igreja de São Sebastião. 23/06/1780.

diplomáticas em uma freguesia com perfil sublevador denota-nos as intenções desse ordinário em trabalhar para manter a unidade da Igreja e, principalmente, a unidade no bispado de Mariana, aquele que estava mais ao seu alcance.

2.2 – O trabalho de reforma pastoral

O trabalho de reforma pastoral esteve no cerne das discussões realizadas no Concílio de Trento. Em conjunto com o reforço da hierarquia eclesiástica, o trabalho pastoral mostrava-se como o segundo pilar da reforma católica. Era através dele que a Igreja conseguia alcançar as almas, tendo os párocos como mediadores e seus representantes diretos com a comunidade de fiéis. A preocupação com relação à eficácia do trabalho pastoral na vida dos fiéis e a obtenção de um maior controle de seus costumes e crenças fez com que o discurso das cartas pastorais sofresse alterações a partir do Concílio de Trento. Com uma retórica mais carregada, vemos o endurecimento da linguagem pastoral que, para Jean Delumeau, poderia caracterizar uma preocupação com a sua eficácia em uma época marcada pelo crescimento da descrença, pela libertinagem e por uma devoção de cunho deveras místico²⁷⁴. A “pastoral do medo” seria, então, a principal ferramenta de persuasão da Igreja na tentativa de centralizar e uniformizar a devoção do culto católico.

As cartas pastorais, por sua vez, eram o maior instrumento desse trabalho. Apoiando-se na autoridade da Tradição sancionada na sessão IV do Concílio Tridentino, a qual definia a pregação oral como o principal modo de propagar a fé católica, as cartas pastorais carregavam consigo o discurso pastoral do arrependimento em conjunto com o seu cunho jurisdicista, denotando uma dupla conotação: a da repreensão e a da exortação. Dever-se-ia persuadir os fiéis e o corpo eclesiástico da necessidade de se seguir o caminho apontado pela Igreja através dos sermões e instruções apoiados em textos legais, como os cânones, a doutrina, o Concílio Tridentino e constituições diocesanas, como era o caso das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* na América Portuguesa²⁷⁵. Ou seja, da mesma maneira em que se trabalhava a ideia de esperança da salvação, também apresentava o discurso oposto com referências à punição, fosse ela temporal ou espiritual, no que tange ao além morrer.

²⁷⁴ DELUMEAU, Jean. *O pecado e o Medo: a culpabilização no Ocidente* (séculos 13-18). Vol. 2. São Paulo: EDUSC, 2003, pp. 39-43.

²⁷⁵ SANTOS, Patrícia Ferreira dos. *Poder e Palavra: discursos, contendas e direito de padroado em Mariana* (1748-1764). São Paulo: Hucitec, 2010, pp. 127-134.

O medo da morte e do fim dos tempos eram estimulados pela retórica apresentada nessas cartas, em especial quando se tratavam de cartas pastorais de indulgências. Dever-se-ia, nesse sentido, trabalhar atos de penitência, jejum e caridade para evitar a condenação ao inferno. O purgatório, por sua vez, era visto como uma opção intermediária àqueles que não haviam se afastado das leis divinas e haviam se arrependido²⁷⁶. Remeter-se à “geografia do além” configurada nas ideias de paraíso, inferno e purgatório foi algo muito difundido no discurso tridentino, o qual trabalhava a ideia de que as almas deveriam seguir ao encontro de Deus ora aproximando os fiéis dele, ora afastando-os. Definiam-se, a partir daí as ideias de pecado, castigo, penitência e salvação²⁷⁷. A publicação da Bula da Santa Cruzada por Dom Frei Domingos, a pedido da sua propagação pela rainha D. Maria I, tinha esse efeito remediador e de caráter libertador da alma ao mesmo tempo que procurou trabalhar o discurso do medo:

Com esta abundancia de graças amados filhos meus, e graças são copiosas que vos oferece a Bulla da Sancta Cruzada que bem há que espiritual interesse, que não só quereis para vós abrir mais ainda os caminhos e multiplicaes os meios para a Santificação da vossa [...], e expulsão dos vossos delictos por mais graves, e enormes que elles fossem, facilitaes o remédio da culpa no *Tribunal da Penitencia* pella ampla jurisdição que a favor vosso se condesse aos seus Ministros. Tentais por benefício das dispensasoens, ou comutasoens aquella fidelidade, de que sois incombinável com a própria indigência, ou enfermidade. Prevenir, expiada já com tantos socorros a vossa culpa muita parte daquella satisfação temporal, de que em pena da mesma culpa ficastes devedores da Divina justiça. Pagasse em fim ainda cá neste século huma dívida, que pella vossa pobreza, [...] *satisfazer no futuro a [acerbidade] dos tormentos do Purgatório* quando bem-amados filhos, quantas graças, [...], e interesse vos segurão estes preciosos indultos da Bulla da Sancta Cruzada? E naqui o importante fim o grande juiz, e interesse a que com todo o impulso, e affecto de nosso coração e da nossa alma vos alertamos agora rogando-vos a mesma [...], que não queirais em vão a graça de Deos malogreis a *paternal, e generosa liberdade do Supremo Pacto da Igreja e as piissimas intensoens de nossa Fidelissima Rainha Soberana*. Aproveitai hum fundo, que vos pode ser fecundo de huma riqueza infinita a troco da tênue esmola, que se vos pede para *arrancar a vossos irmãos das prizoens da tirania, ou ainda mesmo das trevas da infidelidade* único fim, a que se dirige, e que ainda só pello merecimento da caridade podia bem interessar-vos aos maiores dispêndios *porque para vós mesmos o desprender-vos dos vínculos da culpa e da pena para que por virtude da Bulla tanto se vos facilitão os meios e os remédios?* Que se vos pede para vos limpar as não como a [...] do corpo, mas da lepra, e enfermidade da alma mais que huma pequena [...] *apagar [...] o pecado assim como a água o fogo*, pode bem por virtude das Indulgências da Bulla athe *preservar-vos dos incêndios dos Purgatório*²⁷⁸.

²⁷⁶ Ibidem, p. 130.

²⁷⁷ OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante. *A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana: mudanças e permanências (1748-1793)*. Dissertação (mestrado). Campinas: IFCH/Unicamp, 2001, p. 75.

²⁷⁸ AEAM - Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Escrituração da Cúria, armário VI, pastorais (1783-1830). Pastoral de D. Frei Domingos Pontével para prover a Bulla da Cruzada. 31/09/1784. (grifo meu)

De caráter público, essas cartas possuíam um alto grau de circulação na medida que deveriam passar por todas as freguesias. Deveriam ser fixadas nas portas das igrejas e lidas pelos párocos na estação da missa, no primeiro domingo após o seu recebimento ou no “Dia Santo”, para que estas fossem do conhecimento de todos os que frequentavam a missa. Os assuntos abordados poderiam variar da exposição de questões canônicas sobre a pregação, a obtenção dos sacramentos, administração das igrejas, festas religiosas, fixação de dias de santos, casamentos e enterros da família real como também de questões políticas, fiscais e administrativas sobre a sociedade em si como, por exemplo, o contrabando de ouro e diamantes e a arrecadação do dízimo da Coroa. Fernando Torres Londoño, ao analisar as temáticas abordadas pelas pastorais tridentinas, chegou a um total de sete subdivisões. São elas: a) administração religiosa; b) controle do clero; c) doutrina (do catolicismo e a catequese); d) normativo do sacramento (as normas que pautavam a sua administração); e) sentir com a Igreja; f) sentir com o reino; g) vida espiritual e moral dos fiéis²⁷⁹.

O reforço da autoridade do bispo também estava implícito na redação e distribuição dessas cartas, onde a retórica do reforço da hierarquia eclesiástica centralizada na figura do ordinário se fazia bastante presente. Diante da dupla função do bispo por conta da política de padroado, esse fazia vezes de pastor e funcionário da Coroa, fazendo com que essas relações entre instituições e poderes se mostrassem, por muitas vezes, conflituosa. Na perda de parte do seu controle sobre a administração eclesiástica e até de devoção, se levarmos em consideração os casos de aplicação do culto de santos no período mariano²⁸⁰ e as contendas em torno do

²⁷⁹ TORRES-LONDOÑO, Fernando. Sob a autoridade do pastor e a sujeição da escrita: os bispos do sudeste do Brasil do século XVIII na documentação pastoral. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 161-188, 2002. Editora UFPR, p. 164.

²⁸⁰ Foram encontradas ao todo cinco pastorais referentes ao culto de santo. Um ponto importante de se ressaltar é que quatro delas, com exceção apenas da pastoral de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, foram executadas sob a ordem de aplicação feita pela rainha D. Maria I, exercendo aí os seus direitos na política de padroado. Os cultos estimulados pela rainha foram respectivamente: a prática do terço do Santíssimo do Rozário, que deveria ser executado todos os domingos e dias santos; o culto do Santíssimo Coração de Jesus de “rito duples mayor”; As santas Sancha e Tereza, em cujos cultos deveriam ser ressaltados os nomes dos soberanos portugueses: “que o Oitaviario de Santíssimo Corpo de Christo prevelegiado e que hajão de acrescentar depois em diante no Canon depois das palavras Antistite nostro nos nomes da Soberana, ou Soberano que Reinam o que tudo nestes participar Sua Magestade”; a santa Rita de Cássia no dia 22 de maio; o santo Beato Gonçalo de Lagos Confessor em 16 de novembro; o culto do Santíssimo Sacramento no dia 24 de março, festejo esse muito entoado pela rainha. AEAM – Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana Arq. 1 – Gav. 4 – Pasta 1 – Carta Pastoral (1780). AEAM - Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, códice nº 1 – generalidades. Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Escrituração da Cúria – Armário VI – Pastorais (1783-1830). Edital de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel sobre o culto do Santíssimo Coração de Jesus. 13/12/1790. AEAM - Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, códice nº 1 – generalidades. Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arq. 1 – Gav. 4 – Pasta 1 – Carta Pastoral sobre o culto dos santos Rita de Cássia e Beato Gonçalo (1780) 12/05/1782. AEAM - Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, códice nº 1 – generalidades. Governos Episcopais – Dom Domingos

cabido da Sé de Mariana, a figura do bispo se revelou, por vezes, necessitada da sua afirmação perante a comunidade de fiéis, do corpo eclesiástico sob a sua direção e das autoridades civis. Nesse sentido, as cartas pastorais tinham em si esse poder de autoafirmação e de reconhecimento de um poder que havia tido sua importância hierárquica ressaltada desde Trento e que, por meio da escrita e da cópia em livros de tombo das matrizes, demarcava a aparência da sua presença nas dioceses²⁸¹. Diante desses parâmetros, e de acordo com Alcilene Cavalcante²⁸², D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel teria se configurado um exemplo de bispo do século XVIII, o qual trabalhou para executar os preceitos pastorais tridentinos com o reforço da sua autoridade em consonância com os trabalhos de reforma dos costumes, da disciplina, uniformização e controle do corpo de eclesiásticos e dos fiéis, como veremos adiante.

2.2.1 – A instrução do clero

A instrução do corpo eclesiástico também foi outro ponto objetivado por D. Frei Domingos para fazer cumprir o trabalho de reforma da igreja proposto pelos decretos do Concílio Tridentino. Tendo em vista o reforço da hierarquia eclesiástica com o intuito de fortalecer a centralização da instituição na figura do bispo, um dos pontos mais apontados pelo prelado foi a questão da subordinação dos capelães e coadjutores aos párocos das suas respectivas freguesias. Esses argumentos de reforço dessa hierarquia ficam claros na carta pastoral feita para a freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, onde, por vezes, notamos as referências a esse ponto. Sempre que citado os párocos, estes são seguidos das expressões: “de seus respectivos capellaens e coadjutores” ou apenas “de seus capelães”. Essa estrutura argumentativa se repete por toda a pastoral, dando importância à figura dos párocos como agentes centrais da freguesia e colocando capelães e coadjutores como inteiramente subordinados a eles.

O reforço da hierarquia eclesiástica se repete com mais afinco quando diz respeito à centralização do poder do ordinário, ressaltando o trabalho pastoral dos bispos D. Frei Antonio

Pontevel. Arquivo 1 gaveta 4 pasta 2 - Pastorais – Mandamentos (1780) – Carta pastoral sobre o culto do Santíssimo Sacramento. 05/1787.

²⁸¹ TORRES-LONDOÑO, Fernando. Sob a autoridade do pastor e a sujeição da escrita: os bispos do sudeste do Brasil do século XVIII na documentação pastoral. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 161-188, 2002. Editora UFPR, pp. 162-163.

²⁸² OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante. *A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana: mudanças e permanências (1748-1793)*. Dissertação (mestrado). Campinas: IFCH/Unicamp, 200.

de Guadalupe e D. Frei Manuel da Cruz, antecessores a ele, isso mesmo antes da criação do bispado de Mariana. Toma-os como exemplo para todo o corpo eclesiástico, assim como os seus trabalhos de visitação e de seus visitantes, fazendo com que o trabalho de visita pastoral adquirisse um caráter acumulativo, de reforço daquilo que se havia dito (e que provavelmente não havia sido cumprido pelos párocos) e de adição de novos pontos diversos e específicos que foram percebidos na freguesia no tempo da visita, onde as:

Determinações, assim como as minhas, que se procederão, e se seguirão depois, nessa matéria, de novo renovamos, e avivamos, como se fossem de nós imediatamente emanadas, e aqui expressamente declaradas tudo de baixo das mesmas penas mencionadas nas sobreditas Leis, Pastoraes, e Capítulos de Vezita, e as mais que Rezervamos a nosso arbítrio²⁸³.

Notemos, outra vez, que há o reforço da hierarquia, mas nesse trecho com maior completude:

O Referido Parocho, Capellaens, Coadjutores, Sacerdotes e mais clero desta Freguezia observem, internamente os Capítulos de nossa visita e os que tem emanado de nossos Exellentissimos Predecessores principalmente do Senhor D. F. Antonio de Guadalupe, do Senhor D. Fr. Manoel da Cruz, e de seus Respectivos Vezitadores que por comissão sua Ordenarão vários Capítulos em diferentes Vezitas, o que estão trasladados nos Livros das Pastorais, *o que nada falta mais do que a sua observância*²⁸⁴.

A reafirmação de preceitos de pastorais anteriores, além de implicar essa conotação centralizadora ao poder do bispo, carregava consigo questões relacionadas a possíveis falhas desse corpo eclesiástico em seguir as ordenações de comportamento, culto e vestimenta muito caros à Igreja e a sua ambição de padronização desses pontos. A não-observância de pastorais anteriores pela freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo poderia significar que tais atitudes fossem corriqueiras em outras freguesias do bispado. Existia um modelo de paróquia esboçado nas *Constituições* que deveria ser encabeçado pelos párocos, os principais agentes do bispo no projeto reformador. O fato de existirem tantas admoestações do prelado referentes às questões de administração do culto, sacramento, do espaço religioso e do

²⁸³ AEAM - Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, código nº 1 – generalidades. Governos Episcopais – Dom Domingos Pontével. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 1. Visita pastoral feita por D. Frei Domingos da Encarnação Pontével. 28/10/1781.

²⁸⁴ Ibidem. (grifo meu)

comportamento dos párocos, denota o quão desafiador foi o problema enfrentado pelos bispos reformadores do século XVIII.

A partir disso, ressaltava-se na carta pastoral a postura que os eclesiásticos deveriam ter quando estivessem dentro da igreja, mesmo em lugares reservados como a sacristia. Deveriam preservar “todo o respeito, modéstia, e silêncio, que se deve a estas cazas do Senhor” onde se poderia abrir exceção apenas a “algumas disputas, ou Conferencia de Moral”. As Conferências de Moral deveriam ser realizadas ao menos três dias por semana, ficando expostos às penas todos os párocos e demais eclesiásticos que não as promovessem ou assistissem. Pontevel ressaltou os problemas na inobservância da prática dessas Conferências de Moral para que os confessores fossem bem instruídos e competentes nas tomadas de decisões sobre o foro das consciências. Em vista disso, o prelado apontou a pena de suspensão *ipso facto* ao pároco e demais sacerdotes da dita freguesia que não cumprissem com a pastoral onde ressaltou que “o adiantamento que tem tido e o descuido que tem havido para Louvarmos, ou estranharmos a quem o merecer”²⁸⁵.

A preocupação com o formato e andamento das missas também foi reforçada pelo quarto prelado, que exigiu relatórios anuais sobre o modo como elas eram realizadas. A prática de leituras exageradas da Doutrina e dos Evangelhos, que dificultava o entendimento dos ensinamentos pelos fiéis, foi inteiramente criticada pelo bispo, que frisou uma postura de simplicidade, humildade e clareza na pregação daqueles responsáveis pela cura de almas. Diante disso, Pontevel afirmou a sua relutância com as pregações que pudessem acarretar a manifestação errônea da fé conforme os preceitos tridentinos ou até mesmo deixar de angariar o compromisso dos fiéis com a Igreja, por conta da distância simbólica do discurso feito pelo pároco. Esse posicionamento se aproxima de uma das definições atribuídas ao iluminismo católico, o qual tinha como preceito purgar e clarear o entendimento da liturgia²⁸⁶. Como podemos ver:

Que todos os Sacerdotes, que são Pregadores/ Officio que não poderão exercitar sem especial aprovação, e Licença, ainda que sejam Parochos, a exceção só daquellas praticas, e exortaçoens Pastoraes, que lhe competem por Officio nas suas próprias Igrejas, ou Capellas/ *devem pregar sempre, e ainda mesmo nos Panegíricos, Doutrina Solida e Evangélica em toda a Sua nativa pureza, e simplicidade, sem a profanarem com vãos, e estéreis apparatus de humana, e poética eloquência, a qual servindo apenas de lizongear aos mundanos, e recrear-lhes os ouvidos jamais passa a mover lhes effetivamente*

²⁸⁵ Ibidem.

²⁸⁶ PAIVA, José Pedro. Os mentores. In.: *História Religiosa de Portugal*. Org. GOUVEA, António C. e MARQUES, João F. Círculo de Leitores. V. 2. Rio do Mouro, 2000, p 164.

os Coraçoens. Devendo todos os Referidos Parochos Passar-nos annualmente Certidão jurada de assim o cumprirem, os que as mais attestaçãoens geraes, que lhe ordenamos, e que nos devem sem falta annualmente Remetter²⁸⁷.

Assim sendo, haveria de se deter um cuidado especial no momento mais importante da missa, que era o do Santo Sacrifício seguido da Eucaristia, onde o Sacerdote deveria dizer missa com muita devoção levando o tempo de “quarto e meio de hora ao menos” para o rito do Sacrifício nas missas ordinárias. Era nesse momento do rito que se poderia alcançar a remediação, feita por Deus, dos pecados e a concessão das penas, satisfações e penitências. A celebração deveria respeitar as “rubricas” do missal Romano, o qual todos os párocos deveriam “examinar, estudar e praticar fielmente”, se preparar antes e depois da missa com orações e confissão dos seus pecados, sendo que a missa deveria ser realizada em altar ornado²⁸⁸. Tais celebrações estariam proibidas em locais que não houvessem o altar e muito menos deveriam ser realizadas em altar portátil ou oratório doméstico. A exceção era cabível apenas em casos especiais permitidos pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (títulos I, II, III e IV do Livro II²⁸⁹) referente à questão do último sacramento da extrema unção. No mais, o quarto

²⁸⁷ Ibidem.

²⁸⁸ A homilia (prática familiar – na tradução do grego), um dos gêneros da pregação junto com a catequese e a evangelização, constitui-se na pregação que se é realizada no interior de uma celebração litúrgica, onde aqueles que estão ali reunidos o estão para celebrar o sacramento da Eucaristia e a palavra de Deus. Com o intuito de elevar e edificação a identidade cristã, o pregador tem por missão explicar a palavra bíblica e exortar aos fiéis para que a levem consigo. A homilia, ademais, é em si um ato salvífico e indicativo da presença de Cristo através da sua palavra. Possui, portanto, um significado bem místico, o qual o pregador (pároco) faz vezes de interlocutor da palavra salvífica de Deus para os fiéis. A importância do pároco, nesse sentido, além de seguir as ordenações ritualísticas da atividade oratória, deveria estar preparado consigo mesmo, num sentido espiritual de entendimento dessa palavra de salvação, para realizar a sua missão prioritária como sacerdote: a pregação. Para que a palavra seja entendida e acolhida pela comunidade de fiéis. Ver “Pregação” em: SAMANES, Cassiano F. TAMAYO-ACOSTA, Juan-José (Org.). Dicionário de conceitos fundamentais do cristianismo. São Paulo: Paulus, 1999, pp. 646-653.

²⁸⁹ Destaca-se o título III: *De como os celebrantes da missa hão de guardar as cerimônias do Missal Romano*. Esse título, em especial, ressalta um ponto fundamental do projeto reformador do Concílio de Trento que visou uma postura contrária a qualquer tipo de manifestação religiosa de caráter popular considerado fora dos padrões do culto romano. Estavam incluídos nessa recusa os adeptos das correntes do sentimento religioso muito em voga nos séculos XVI ao XVIII entre grupos como os erasmistas, pietistas, quietistas e demais místicos. A recusa desses movimentos de sentimento religioso se deu mais pela afirmação de centralização da Igreja Católica no período crítico e de instabilidade que marcou os séculos XV e XVI do que pela inteira recusa desses modos culto e manifestação da fé. Lembremos que Trento fez uso de muitos preceitos místicos na sua formulação, mas negou-os abertamente por considerá-los prejudiciais à estabilidade e centralização do poder da Igreja. Por isso a Igreja tridentina investia nas manifestações públicas e uniformizadas de culto. Objetivava-se manter o padrão das devoções, um formalismo, para tentar se ter maior controle dela, para a universalização da fé católica. Para ver mais sobre o assunto consultar: DIAS, José Sebastião da Silva. *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal* (séculos XVI a XVIII). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960, pp 30-31, 197, 243, 414-418. Vejamos o trecho das *Constituições* que trata do mesmo problema: “333. Para que no sacrificio da missa se não dê lugar a algum gênero de superstição, mandamos em execução do sagrado Concílio Tridentino, que os sacerdotes não usem nele de nenhuma outra cerimônias, senão somente daquelas que estão aprovadas pela Igreja e recebidas por costume antigo e louvável. E assim não poderão meter no discurso da missa algumas outras nem fazer outras inclinações reverências, genuflexões, ósculos, bênçãos, senão as que estão apontadas nas regras do Missal Romano reformado.

prelado frisa em sua pastoral que a importância da função dos Sacerdotes na sua missão de evangelização estaria na sua obrigação de “edificar e não escandalizar aos Seculares”²⁹⁰.

A vestimenta dos eclesiásticos deveria ser algo seguido à risca independente da sua origem regular ou secular. Deveriam usar a Tonsura, habito clerical e as Viatórias assim como determinavam as mesmas leis eclesiásticas das *Constituições* do Arcebispado (títulos II e III do livro III²⁹¹) e das pastorais de bispos e visitadores antecessores a Pontével. Também deveriam os párocos residir indispensavelmente em suas respectivas freguesias para com isso ser possível oferecer “assistência continua para darem por si mesmos o Pasto Espiritual e a seu Rebanho”.

A oração mental foi, dentre todos os pontos, a mais acentuada, com relação ao trabalho pastoral dos párocos e capelães que citamos até então. Para além das questões dos sacramentos, que obtinham maior importância na pastoral desse bispo, a realização da oração mental fazia vezes de uma prática cotidiana que todos os fiéis e sacerdotes deveriam realizar. A sua importância estava imbricada em um dos momentos mais íntimos dos fiéis com a fé católica e diferenciava-se daquilo que era a missa, que, por sua vez, era algo mais orquestrado e ordenado em todos os patamares do culto e realizado em comunidade²⁹². A oração mental deveria ser realizada com regularidade, segundo o prelado, seguindo as mesmas atribuições feitas pelo primeiro bispo de Mariana D. Frei Manuel da Cruz:

Que os Referidos Parochos, e mais Sacerdotes, que tem Cura de Almas nas Respectivas Matrizas, e Capellas serão obrigados a praticar, e fazer pratica pelos seus Parochianos, ou Applicados o Santo Exercício da *Oração mental ao menos nos três dias da Semana, que communmente, se tem assinado das Segundas, Quartas, e Sextas feiras, e nos Domingos, e dias Santos*, antes, da Missa ou depois das Almas na forma tantas vezes ordenadas nas Pastorais, e Capítulos de Vezita dos Nossos Exellentissimos Predecessores, sobretudo a Pastoral do Exellentissimo Reverendíssimo D. Fr. Manoel da Crus de boa memória²⁹³.

” VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales. Estudo introdutório e edição. São Paulo: Edusp, 2010., pp. 267-272.

²⁹⁰ Ibidem.

²⁹¹ Vide, Op. cit., pp. 312-315.

²⁹² O fato de haver uma orquestração do rito não significa que ele é isento do trabalho espiritual tanto da parte do pregador quanto da comunidade de fiéis. A diferença presente no rito da missa, onde o sacramento da Eucaristia (sacramento da vida compartilhada) tinha papel principal, e a oração mental estaria, sobretudo relacionada ao trabalho espiritual nas suas formas de comunidade/famílias (para usar o significado de homilia) e individual. Enquanto que a missa, com o sacramento da Eucaristia, carrega consigo a simbologia da solidariedade da comunidade com a vida levada por Jesus, também carrega consigo essa mesma solidariedade entre os cristãos. Por isso há o simbolismo da comida compartilhada (na simbologia do corpo e sangue de Cristo), o qual também caracteriza a união de todos e a presente de Cristo entre eles. No caso da oração, a entrega é individual e depende única e exclusivamente da capacidade de “diálogo interior” daquele que a pratica. Ou seja: “Por meio da oração o ser finito se situa diante do ser infinito, de maneira que os dois se encontram e dialogam”. Ver: Eucaristia, pp. 252-259; Oração, pp. 540-549. In: Samanes; Tamayo-Acosta, Op. cit.

²⁹³ AEAM - arquivo 1, gaveta 4, pasta 1. Op. cit.

Diferenciava-se, portanto, na carta pastoral o grau de importância dado à oração mental, algo que não ocorria com relação à oração vocal que nem fora citada. Essa relevância dada por Pontevel, e que também fora feita pelo primeiro bispo de Mariana, poderia nos sugerir uma possível ligação do quarto prelado com os movimentos de sentimento religioso próprios desse período. Se, por um lado, temos o reforço da utilização do missal Romano reformado, o qual, como já dito, contrariava os exageros das devoções, por outro temos o estímulo a uma prática de devoção muito próxima das piedades místicas que banharam a época moderna antes e depois de Trento e que, em certa medida, não foram negadas pelo Concílio em sua totalidade. De todo modo, o estímulo à oração mental objetivava elevar o coração dos fiéis a Deus através de uma oração individual, pessoal e interiorizada, dando um caráter de maior proximidade com o onipotente, ao passo que a oração vocal tinha a característica, assim como qualquer outro exercício e culto exterior, de não conseguir penetrar ao íntimo da alma, dando abertura para práticas rápidas, sem atenção e nem devoção²⁹⁴. No período do governo do primeiro bispo de Mariana, o Papa Bento XIV concedeu indulgências para quem praticasse a “oração mental” na diocese²⁹⁵.

Contudo, poderíamos aventar um segundo ponto sobre a instrução de Pontevel à prática da “oração mental”. Considerando o fato de este ter em sua posse obras do dominicano Frei Luis de Granada (ver na parte 4.1 do capítulo 1) e que esse autor deu ampla importância para a temática da “oração mental” em suas obras, poderíamos pensar na possibilidade de Pontevel ter se inspirado em seus ensinamentos. No entanto, apesar da recomendação da prática da “oração mental” em suas obras, Granada reprimiu os excessos desse método que se mostrava naturalmente propício aos exageros das visões delirantes, como se ocorria nas manifestações místicas tanto da “oração mental” quanto da “oração de quiete”²⁹⁶. A prática exagerada, portanto, tendia ao impedimento da união com Deus. Nesse sentido, a ambivalência nessa questão não necessariamente poderia se mostrar como algo contraditório. Pontevel, contudo, se mostrou assíduo no cumprimento dos preceitos tridentinos e das *Constituições Primeiras da Bahia*.

²⁹⁴ DIAS, José Sebastião da Silva. *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960, p. 311.

²⁹⁵ Cf.: Inficionado de D. Frei Manoel da Cruz de 17 de agosto de 1749. In: RODRIGUES, Mons. Flávio Carneiro. *As Visitas Pastorais do século XVIII no Bispado de Mariana*. Mariana: Cúria Metropolitana. (Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, v.1). 1998, p. 98.

²⁹⁶ Dias, Op. cit., pp. 312-318; MONCADA, Cabral de. *Mística e racionalismo em Portugal no século XVIII*. In.: Boletim da Faculdade de Direito. Vol. XXVIII. Coimbra: Coimbra editora, 1953, p. 11.

No que diz respeito à administração das paróquias pelos párocos, que na maioria das vezes foi banhada por negligências desses aos cumprimentos de pastorais e preceitos considerados de grande importância “no Espiritual e Temporal”, esses problemas estiveram presentes na capitania de Minas Gerais mesmo antes da criação do bispado de Mariana. As desordens referentes à administração das paróquias em conjunto com os abusos realizados pelos párocos já se faziam sintomáticos de um corpo eclesiástico que não era tido como o exemplo que deveria ser para os fiéis. No início dos setecentos, Dom Frei Antonio de Guadalupe, bispo do Rio de Janeiro, destacara os inúmeros problemas encontrados na administração das paróquias, os quais atribuía inteiramente à responsabilidade dos párocos, que, por sua vez, possuíam uma característica itinerante, com baixa formação intelectual e com dificuldades de fazer cumprir o corpo normativo das *Constituições da Bahia*²⁹⁷. No entanto, no final do século, houve uma significativa melhora no perfil do corpo eclesiástico (ao menos nos períodos em que a Sé não esteve vacante e que se teve grande preocupação com relação aos concursos e com relação à formação do clero no seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana), mas no que se refere ao cumprimento do preceito normativo das *Constituições*, os problemas persistiram e foram apontados por D. Frei Domingos.

Esse foi o caso dos livros de assentos dos batizados, enterros e casamentos que, por vezes, não eram obtidos pelos capelães de cura de almas da freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo. Para além de um controle demográfico da população de uma freguesia, esses assentos, segundo Pontevel, eram “livros necessários por onde se possam governar, e instruir nas obrigações de seus officios”. Isso valia de tal modo para as “Tabellas”, nas quais se deveria registrar os casos reservados para o Edital do Santo Ofício, atualizado anualmente, e que deveria estar presente em todas as matrizes do bispado, não se esquecendo de dar conta ao Juízo Eclesiástico dos casos eclesiásticos ou seculares que fossem da sua alçada. Em vista disso, admoestou os capelães que fossem curas de almas, sob pena de suspensão *ipso facto* se no tempo de seis meses não obtivessem esses livros de assento em suas capelas, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* e um Catecismo Romano.

Na mesma via, houveram descuidos graves que, para o bispo, “tem o seu nascimento na culpável omissão do referido Parocho, e de seus respectivos Capellaens e Coadjuutores”. A missão se dava no preenchimento do *Rol dos confessados* ou Rol das desobrigas da Quaresma que deveriam ser preenchidos pelos párocos até a “Dominga da Quinquagessima”. Deveria também ser registrado na Comarca da freguesia após o domingo do Bom Pastor. O principal

²⁹⁷ SANTOS, Patrícia Ferreira dos. *Poder e palavra: discursos, contendias e direito de padroado em Mariana (1748-1764)*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 136.

problema encontrado pelo prelado estaria na realização dessa obrigação que não se cumpria durante todo o ano. A falta desse registro, segundo o bispo, impedia a tomada de providências contra os “Rebeldes na forma das Constituições Livro. 1º. T. 37 n. 144. 148. 149. 150. 151”, trazendo “prejuízo aos bom Regimento da Igreja, e hum Espiritual aos nossos súbditos objecto principal dos nossos trabalhos”²⁹⁸. Essa questão também esteve ligada ao problema da arrecadação do dízimo da população da capitania mineira, fato esse que veremos no capítulo 3.

Outro ponto levantado foi o da repreensão que os párocos, capelães e coadjutores deveriam fazer aos fregueses, e sobretudo aqueles que faziam parte de irmandades, sobre os bailes, serenatas “com mistura de sexos”, batuques (danças essas tidas pelo prelado como de “natureza escandalosa”) e procissões, onde só poderia ser realizada “no dia do seu Santo, ou orago, a sua festa como huns simples devotos”²⁹⁹.

As ações escandalosas, outrora, não diziam respeito apenas ao comportamento das populações das freguesias, podendo se estender para os próprios eclesiásticos, que deveriam manter uma postura de exemplo para os seus fiéis. Foi com o intuito de advertir esses eclesiásticos que Pontevel, em 7 de abril de 1780, enviou um edital ao vigário da vara de Vila Rica para que o publicasse, demonstrando a sua contrariedade com aqueles que frequentavam casas que realizavam bailes, batuques e serenatas, como podemos ver:

Como seja escandaloso e totalmente alheio do estado eclesiástico que pessoas adidas da Igreja se achem assistindo em ajuntamentos, e atos públicos em que se fazem representações profanas de imensuráveis perigos, e que só servem para arruinar as almas, e mais funestos que deles se seguem. Sendo nós informado que nessa Vila há casa em que se fazem estes ajuntamentos e se representam semelhantes atos, querendo de algum modo obviar a ruína assim espiritual como temporal que se pode seguir aos nossos³⁰⁰.

É de se notar que, assim como o primeiro bispo de Mariana, Dom Frei Domingos da Encarnação Pontevel se mostrou assíduo em fazer cumprir os preceitos tridentinos. A instrução do corpo eclesiástico em conjunto com as suas admoestações, por sua vez, denotou a importância dada por esse bispo à formação dos eclesiásticos, bem como à reparação daqueles que fugiam das normas previstas. Pese ainda a situação caótica encontrada pelo prelado ao chegar a uma diocese que já há dezesseis anos se encontrava em Sé vacante, sem um bispo na

²⁹⁸ AEAM – Arq. 1 – Gav. 4 – pasta 1 – Carta Pastoral (1780).

²⁹⁹ Ibidem.

³⁰⁰ Cf. AEAM. Livro II, p. 103. Vila Rica, 07/04/1780. In.: Oliveira, Op. cit., p. 99.

sua regência. O reforço da sua autoridade deveria se fazer presente em todas as suas determinações.

2.2.2 – A regularidade dos Sacramentos

A importância dos sacramentos e da sua regularidade na vida dos paroquianos teve peso no trabalho pastoral de D. Frei Domingos, sendo, logo após a questão das instruções do corpo eclesiástico, o segundo ponto de maior importância nas suas admoestações e ensinamentos. Seguiu-se, desse modo, os preceitos reformistas do Concílio Tridentino, os quais concediam grande protagonismo à necessidade de se ter em dia a manutenção dos sacramentos. Esses tinham papel central na vivência religiosa dos cristãos, contribuindo para fortalecer a ligação entre os fiéis e o divino. Os sacramentos do batismo, confissão, comunhão e matrimônio, portanto, foram ressaltados pelo bispo nas pastorais, denotando, inclusive problemas na manutenção desses preceitos. Eram eles necessários para afirmar a moral católica e evitar a ocasião do pecado, o qual poderia ser uma barreira para obtenção desses sacramentos quando esse atingia uma dimensão escandalosa, ou seja, configurava-se como pecado público³⁰¹.

Em primeiro lugar, o prelado ressaltou a importância do sacramento do batismo e em não admitir adultos de outras freguesias que não estivessem instruídos na Doutrina. Instruiu aos párocos para que tomassem atenção para a questão dos registros desses batismos, sendo adultos ou não, devendo todos fazer assento no Livro dos Batizados da matriz e das capelas onde foram realizados, junto com as assinaturas dos respectivos padrinhos. As parteiras também deveriam possuir instrução para o momento do batismo onde, em casos de necessidade, deveriam receber dos párocos “Certidão da sua aprovação, sem a qual ellas não poderão axercitar o seu officio”³⁰².

Os sacramentos da confissão e da comunhão tinham grande importância na vida cristã e tomaram ares maiores principalmente após a reforma católica tridentina. No período moderno, houveram embates entre a Igreja e os Estados Modernos, nas configurações dos seus respectivos direitos positivos. Com a diminuição do foro eclesiástico com relação ao *Código de Direito Canônico*, e a separação dos poderes civil e eclesiástico no âmbito da justiça, foi no foro interno das consciências que a Igreja Católica se apoiou para manter a sua jurisdição sobre o corpo de

³⁰¹ ZANON, Dalila. *A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo (1745-1796)*. Dissertação (mestrado) Unicamp, 1999, p. 99.

³⁰² AEAM – Arq. 1 – Gav. 4 – pasta 1 – Carta Pastoral (1780)

fiéis. Nesse sentido, atribuiu-se importância, sobretudo, aos sacramentos da confissão e da comunhão, os quais juntos fortaleciam o denominado *tribunal das consciências*, através de um sistema diferente de normas apoiadas no *catecismo romano* tridentino, no *Breviário*, no *Missale* e no *Rituale romanum*. Investia-se, portanto, no conhecimento dos cristãos sobre as normas da fé e sobre os comportamentos ideais à vida cristã. A partir daí, visava-se uniformizar e disciplinar o conjunto de fiéis, através do culto, da liturgia e da manutenção dos sacramentos, com o objetivo de fomentar esse projeto de universalização da Igreja Católica pós-Trento³⁰³.

A importância da confissão e da comunhão era sublinhada no período da Quaresma, quando todos os fiéis deveriam ser desobrigados, ou seja, terem suas almas purificadas e retiradas de todos os pecados para receber o sacramento da comunhão. Mesmo assim, as *Constituições do Arcebispado da Bahia* apontavam a necessidade da frequência desse sacramento mesmo quando não houvesse a obtenção da Eucaristia na sua sequência. A confissão no período da Quaresma era uma obrigação, ao contrário dos demais dias de festas como eram o Natal, a Páscoa, o Pentecostes e a Assunção de Nossa Senhora. Mas era obrigação dos párocos admoestar aqueles que não mantinham a frequência desse sacramento³⁰⁴.

O tempo da Quaresma era, por sua vez, o mais importante para a Igreja, no que diz respeito ao seu controle dos fiéis tanto no âmbito espiritual quanto no âmbito numérico. Nesse período do ano, todos os fiéis deveriam receber os sacramentos eclesiásticos, ouvir os ofícios divinos e contribuir com o pagamento das conhecenças (um tipo de dízimo eclesiástico) aos párocos das suas freguesias. Apostava-se, desse modo, segundo Londoño, em uma prática da fé que fosse visível e quantificável, onde o controle e a disciplinarização tornavam-se o cerne das práticas religiosas³⁰⁵. Todos deveriam se confessar, tanto “homem como mulher, tanto que chegar aos anos da discricção, que regularmente são os sete anos, e antes deles, tanto que tiver malícia e capacidade”, estando reservados à pena de excomunhão maior *ipso facto incurrenda* os que não cumprissem com a norma. As crianças eram as únicas a não sofrerem esse tipo de pena caso não se confessassem, já que o cumprimento dos seus sacramentos estava sob a responsabilidade dos seus pais ou das câmaras, caso fossem enjeitadas:

Declaramos que não é nossa tenção incorram na dita excomunhão os homens menores de quatorze anos, e as mulheres menores de doze, posto que não cumpram com esta obrigação no dito tempo; mas pagarão um arrátel de cera,

³⁰³ PRODI, Paolo. *Uma história da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 299-300.

³⁰⁴ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales. Estudo introdutório e edição. São Paulo: Edusp, 2010, p. 187.

³⁰⁵ TORRES-LONDOÑO, Fernando. *Público e Escandaloso: Igreja e Concubinato no Antigo Bispado do Rio de Janeiro*. Tese (doutorado), Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992, p.182.

ou por eles o pagarão seus pais, amos ou pessoas que os têm ao seu cargo, salvo se mostrarem que da sua parte fizeram a diligência devida para que eles cumprissem com a obrigação da Igreja³⁰⁶.

Além disso, era nesse período do ano que se colhiam algumas informações referentes aos paroquianos de cada freguesia, proporcionando tanto à Igreja quanto ao Estado um relativo controle da população através do preenchimento de uma lista chamada *rol dos confessados*. Ademais, para cumprir com essas determinações, definiu o prelado de Mariana que deveriam os “Parochos com o maior cuidado desde a Dominga Septuagessima até a primeira da Quaresma tomar o Rol a todos os seus freguezes de Sacramento sem excessão de pessoas”³⁰⁷.

As informações obtidas dos fregueses se encontravam no *rol dos Confessados e Comungados*, o qual cada pároco tinha por obrigação preencher nessa época do ano. Nesse documento, constavam informações detalhadas de cada grupo familiar de fiéis, especificando pontos como os nomes da rua ou fazenda de tal região, sendo seguidos do estado civil e dos nomes da dignidade responsável por fazer os sacramentos, pai, mãe, filho (a), irmão (ã), sobrinho (a), parente, pajem, escravo (a) e criado (a). Após isso, definia-se a maioridade ou não de cada um, fixada para os homens em quatorze anos e para as mulheres doze. Definia-se também que os que estavam na maioridade deveriam se confessar e comungar, sendo classificados como os “de confissão” e os “de comunhão”, e os que não haviam alcançado a maioridade deveriam apenas se confessar. Para além dessas duas categorias, existiam ainda aqueles que deveriam ser crismados e aqueles que eram marcados como ausentes (só os que estavam na maioridade recebiam essa marcação). E, por fim, os párocos deveriam entregar esse rol para o provisor na câmara eclesiástica do seu bispado, informando especificamente sobre aqueles que não foram desobrigados e seus respectivos motivos³⁰⁸.

Além das informações acima, que estavam presentes nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, D. Frei Domingos ressaltou a importância de estarem no *rol* os paroquianos que viam missa nas suas matrizes e capelas subordinadas para obter um maior controle daqueles que faltassem à celebração nos dias santos. Deveriam ser condenados, nos modos atribuídos pelas *Constituições*, “aos que trabalham ao dia Santo, e aos que positivamente os mandão trabalhar, ou os não impedem”. Para esse último ponto, podemos aventar a hipótese de que ele estaria diretamente ligado à questão do não-impedimento dos senhores do trabalho

³⁰⁶ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales. Estudo introdutório e edição. São Paulo: Edusp, 2010, p. 189.

³⁰⁷ AEAM – Arq. 1 – Gav. 4 – pasta 1 – Carta Pastoral (1780).

³⁰⁸ Vide, Op. cit., pp. 190-194 (Livro I, Tít. XXXVII, n. 144-151, p. 67-70)

de seus escravos e escravas, o qual podemos notar no caso das escravas com taboleiros e amancebados que também se caracterizavam como pecadores públicos.

A prática do sistema de jornal era comum na sociedade escravista mineira, sendo os “negros-de-ganho” peças chave para compreender as práticas exercidas pelos senhores de escravos para manter os custos do sistema escravista. Desse modo, a utilização frequente do trabalho “livre” dos escravos era algo de grande auxílio para arcar com as despesas das fazendas e dos próprios escravos. Ao fim e ao cabo, a liberdade de trabalho que se dava ao cativo em determinados momentos fazia-se mais para o sustento do senhor e do próprio escravo do que para garantir-lhe alguma liberdade de se inserir no mercado urbano³⁰⁹. Não rara em outras regiões da América Portuguesa, como foi possível evidenciar, por exemplo, no caso do governo de D. Frei Antonio do Desterro no bispado do Rio de Janeiro³¹⁰, a questão do trabalho escravo como ponto de interferência na vida cristã por intermédio dos senhores foi apontada por D. Frei Domingos. Vejamos abaixo:

Devendo constar-se nesse número para a denegação dos sacramentos tão bem os de quem hé notório consentirem aos Seus Escravos e amancebados porem as escravas em [Rendas], ou mandarem-nas com taboleiros a vender pelas Ruas, e Cazas aonde seja notório que vão vender com os seus doces, frutas, e outras mercancias tão bem a si mesmas³¹¹.

Os senhores tinham o cumprimento dos preceitos cristãos para com os escravos como algo prejudicial às suas finanças, além do fato de eles serem vistos na condição de propriedade sua. Não havia, portanto, apenas a negação dos sacramentos, mas negava-se a segurança de um enterro cristão digno. No Rio de Janeiro, haviam casos, por exemplo, de senhores que lançavam os escravos falecidos para fora de suas casas e outros até que os enterravam em vala comum,

³⁰⁹ O sistema de jornais constituía-se em uma espécie de contrato feito entre o senhor e o escravo que permitia que esse realizasse trabalhos livres e independentes das fazendas e minas do senhor, ou seja, trabalhos que poderiam ser arranjados nos meios urbanos. Isso garantia uma liberdade de locomoção aos escravos, podendo ser utilizada como uma estratégia de resistência redimensionando as relações de dominação, à medida que circulava pela cidade e cultivava novas relações sociais. Por outro lado, o excedente do trabalho realizado por ele servia mais para contribuir com a manutenção do sistema escravista à medida que contribuía com as despesas do senhor, mas também contribuía com as possíveis chances de fugir e quebrar o contrato feito. REIS, Liana Maria. *Crimes e escravos na capitania de todos os negros* (Minas Gerais, 1720-1800). São Paulo Hucitec, 2008, pp. 72-73; PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, pp. 92-93.

³¹⁰ Ver: PEREIRA, Ana Margarida Santos. A legislação sobre escravos no episcopado de D. Frei António do Desterro, Rio de Janeiro (1747-1773). In.: OLIVEIRA, Anderson José M., MARTINS, William de S. (Org.). *Dimensões do catolicismo no Império Português (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Gramond, 2014.

³¹¹ AEAM – Arq. 1 – Gav. 4 – pasta 1 – Carta Pastoral (1780)

fora do lugar sagrado e sem mortalha³¹². No bispado de Mariana, temos casos muito parecidos ao fim dos setecentos. Segundo Lana Lage, tal atitude praticada pelos senhores, ao impedir os sacramentos na Quaresma não só de seus escravos, mas também de seus filhos, se deu como um meio de burlar o recrutamento oficial para os serviços da Coroa feito forçosamente pelas autoridades civis e militares, fazendo uso do *rol dos Confessados e Comungados*³¹³.

O cuidado que se deveria ter em preencher o *rol* implicava também na proibição da inclusão de paroquianos que não condissessem com os preceitos da religião cristã, como eram os concubinados, usurários, separados e demais pecadores públicos. Com isso, D. Frei Domingos ordenou aos respectivos párocos que não admitissem as desobrigas da Quaresma “aos cazados que viverem separados dos seus consortes sem licença delles nem haver causa perante nós examinada”. O mesmo ponto valeria para aqueles que fossem casados sem licença matrimonial, ou seja, “sem contar notoriamente que o sejam”, os quais deveriam receber a pena de *Culpa* pela *Dissimulação* do estado matrimonial.

Estavam inclusos nessa lista de pecadores públicos aqueles que se recusassem a cumprir com os sacramentos da Quaresma ou impedissem outrem de realizá-los. Esse problema foi bastante constante nessa época do ano, havendo muitos casos de impedimento dos sacramentos de pessoas pertencentes às próprias famílias de senhores³¹⁴. Esse foi o caso da freguesia de Nossa Senhora do Carmo, por exemplo, onde Pontevel instruiu o pároco a punir com Excomunhão Maior “aos Senhores e Pais de familias, que as Recuzarem e aos mesmos Pais que o não Consentirem”³¹⁵. Era obrigação dos pais, mestres, amos, senhores e dos eclesiásticos garantir o ensinamento da doutrina cristã a todos os pertencentes à sua família, como estava estipulado nos preceitos do livro I, título II, das *Constituições da Bahia*. Os escravos também receberam especial atenção nessa questão, pois eram tidos como os mais necessitados dessa instrução, segundo Pontevel, “pela sua rudeza”. Dever-lhes-ia ensinar:

Os artigos da fé, para saberem bem crer; o padre-nosso e ave-maria, para saberem bem pedir; os mandamentos da lei de Deus e da Santa Madre Igreja, e os pecados mortais, para saberem bem obrar; as virtudes, para que as sigam; e os sete sacramentos, para que dignamente os recebam, e com eles a graça que dão, e as mais orações da doutrina cristã, para que sejam instruídos em tudo o que importa a sua salvação. E encarregamos gravemente as

³¹² PEREIRA, José Esteves. *O pensamento Político em Portugal no Século XVIII*: António Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005, p. 280.

³¹³ LIMA, L. L. da Gama. *A confissão pelo avesso*: o crime de solicitação no Brasil Colonial. Tese (Doutorado) – Unicamp. Campinas, 1990, pp. 457-458.

³¹⁴ Para o caso do bispado de São Paulo ver: ZANON, Dalila. *A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo (1745-1796)*. Dissertação (mestrado) Unicamp, 1999, pp. 223-225.

³¹⁵ AEAM – Arq. 1 – Gav. 4 – pasta 1 – Carta Pastoral (1780)

consciências das sobreditas pessoas para que assim o façam, atendendo à conta que de tudo darão a Deus Nosso Senhor³¹⁶.

Todos (párocos e senhores) deveriam se responsabilizar pelas instruções dos escravizados na vida cristã, incluindo aí o catecismo seguido da confissão e da comunhão. Como já dito, era obrigação dos párocos ensinar a Doutrina Cristã aos escravos todos os domingos e dias santos e os senhores haviam de mandá-los com maior frequência no período que antecederesse a Quaresma para que todos conseguissem ser instruídos e desobrigados. Pontével ressaltou então essa obrigação, colocando ressaltando a importância da frequência desses sacramentos, principalmente antes do período da Quaresma:

Que os *Referidos Parochos*, e seus Capellaens tem obrigação indispensável de ensinarem a Doutrina Christã todos os Domingos, e Dias Santos huma hora antes da missa Conventual, como lhe está mandado tantas vezes, avisando pelo que respeita aos Escravos, a seus Senhores, para os mandarem a Doutrina acompanhados / se poder ser/ de seus feitores, o que particularmente devem executar com mais frequência antes de começar o tempo da Quaresma, não admittindo nelle a confissão, nem dando para elle Licença o Parochiano seja qual for , sem lhe constar com certeza ou da sua notória instrucção seja qual ou da sua aprovação no Exame, o qual sempre procederá a Confissão e de nenhum modo Rezervar-se, ou suprir-se na Meza da Comunhão³¹⁷.

Essa instrução sobre os escravos estava em inteira consonância com as *Constituições da Bahia*. A conversão dos africanos através do batismo e da sua manutenção pelos sacramentos da confissão e comunhão era alvo não só da Igreja Católica como também da Coroa Portuguesa, e era intrínseca aos interesses de ambos, estando essa preocupação presente não só nas constituições diocesanas do ultramar (*Constituições da Bahia* - 1707) e do reino (*Constituições do Arcebispado de Lisboa* – 1536 e 1565) como também nas *Ordenações Manuelinas* (1514) e nas *Ordenações Filipinas* (1603)³¹⁸. Segundo Carlos Alberto Zeron, essa articulação presente entre os poderes monárquico e eclesiástico buscava interferir nas relações privadas entre senhores e escravos. Ora pesando nos castigos excessivos como sendo igualmente delito e pecado, se olharmos para os preceitos de foro civil, ora pesando sobre as consciências dos

³¹⁶ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales. Estudo introdutório e edição. São Paulo: Edusp, 2010, pp. 126-126.

³¹⁷ AEAM – Arq. 1 – Gav. 4 – pasta 1 – Carta Pastoral (1780).

³¹⁸ SOARES, Mariza de Carvalho. A conversão dos escravos africanos e a questão do gentilismo nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. In.: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton S. (Org.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, pp. 303-306.

senhores em impedirem os escravos de realizarem os deveres religiosos, com relação ao foro religioso³¹⁹.

Pese as relativas dificuldades na manutenção das normas civis e cristãs, a distância do preceito com o vivido se mostrou, nesse ponto, muito presente. Temos duas dificuldades que poderiam impedir o trabalho pastoral com os escravos no seu sentido mais prático: 1º a barreira da linguagem; 2º o não cumprimento dessas disposições pelos párocos e, sobretudo, pelos senhores. Do ponto de vista do escravo, segundo Evergton Sales Souza, a conversão religiosa e a prática dos sacramentos poderiam garantir-lhes algum espaço na sociedade e o reconhecimento de algum direito³²⁰. Ademais, as junções de ambos poderes tenderiam a reforçar o domínio metropolitano sobre o poder dos senhores, complementando-se no sentido de incorporar o escravo no âmbito da Igreja Católica, através da evangelização, e no âmbito do Estado, na ordem escravista³²¹.

2.3 – O cabido

Em meio ao jogo de poderes entre o Estado e a Igreja, temos a instituição do cabido que, não raras vezes, se mostrou relutante no acatamento de ordens externas a ele vindas tanto da alta hierarquia eclesiástica, representada pela figura do bispo, quanto na regulação das suas ações de acordo com os ditames da política de padroado da Coroa portuguesa. O cabido, por vezes, mostrava-se como uma instituição interna à Igreja de caráter um tanto quanto “autônomo” se comparado com os outros patamares da hierarquia eclesiástica. Podemos ter um exemplo disso na elaboração dos estatutos da Sé de Mariana que fora recusada pelo corpo capitular do primeiro bispo D. Frei Manuel da Cruz, alegando a não participação dos membros na elaboração desse corpo normativo. Na segunda versão desses estatutos, agora redigido pelo arcebispo da Bahia D. José Botelho de Matos, reforçou-se essa relativa autonomia ao redigir que o juramento dos estatutos não poderia ser feito “nas mãos do prelado”, mas sim nas do presidente do cabido. A autoridade episcopal se via excluída nas reuniões de eleições do cabido

³¹⁹ ZERON, Carlos Alberto de M. O governo dos escravos nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e na legislação portuguesa: separação e complementaridade entre pecado e delito. In.: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton S. (Org.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, pp. 330-331.

³²⁰ SOUZA, Evergton S. A construção de uma cristandade tridentina na América Portuguesa (séculos XVI e XVII). In: António Camões Gouveia com David Sampaio Barbora e José Pedro Paiva (coord.), *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas*. Olhares novos, Lisboa, CEHR, UCP, 2014, pp. 175-195, 193-194.

³²¹ Ibidem, 353.

no ponto denominado: “Sobre o requerimento que o bispo se não intrometa na eleição dos oficiais que hão de servir à mesa capitular, mandado nomear o cabido as pessoas que neles devem ser eleitas”³²². Em contrapartida, no caso do governo de D. Frei Domingos, encontramos um caso em que o prelado influenciou o resultado da votação capitular para o cargo de apontador (cargo esse de importante consideração)³²³, em que solicitou a mudança do chantre para o cônego doutoral Antônio Amaro de Sousa Coutinho. De todo modo, essa ação do prelado não exclui o fato de o pedido ter sido votado, delegando a decisão final para o próprio corpo capitular³²⁴.

Uma instituição presente no âmbito da administração eclesiástica desde os primeiros tempos do cristianismo, os membros dessa corporação tinham funções desde o pastoreio episcopal e a administração dos cultos da diocese, até aquelas que diziam respeito ao foro eclesiástico³²⁵. A carreira de cônego (também as dignidades) poderia ser compartilhada com outras funções dentro da Sé (temos os exemplos dos cargos de vigário geral, cargo esse de muita confiança do bispo e de grande importância na composição do Tribunal Eclesiástico, e o cargo de comissário do Santo Ofício, o que significava um amplo entrelaçamento de funções das instituições episcopais com a Inquisição³²⁶) além de estar inclusa em uma rígida rede

³²² Cf. Estatutos desta Catedral de Mariana, D. Frei Manuel da Cruz. In: BOSCHI, Caio C. *O Cabido da Sé de Mariana* (1745-1820): documentos básicos. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011, p. 197. “De nenhuma sorte deve o bispo intrometer-se nas eleições dos ofícios e muito menos nomear para eles, nem mandar ao cabido, que elejam os que ele lhe insinuar, por esta eleição ser própria do cabido e totalmente independente da sua nomeação ou aprovação, e só lhe pertenceria a eleição do fabriqueiro, achando-se por costume na posse de o fazer. Nem outrossim é permitido mandar ministro seu nem outra qualquer pessoa assistir ao cabido nos atos de eleição”.

³²³ O cargo de apontador possuía grande encargo no que tange às consciências do fazer certo e errado na celebração dos ofícios divinos, assistência do coro, procissões e demais funções da igreja presentes nos *Estatutos*. Aquele responsável por esse cargo deveria responsabilizar-se pelo apontamento das faltas do corpo capitular, sendo ele do capelão da Sé até o oficialato da catedral (cargos mais altos), devendo ser pessoa de grande retidão. Ao final dever-se-ia lançar multas aos faltosos referenciados no *livro do ponto*. Ibidem. Estatuto 21º: Dos apontadores, pp. 97-98.

³²⁴ Ibidem. Recusa de reeleição para o cargo e eleição de oficiais do cabido. 28/03/1788, pp. 341-342.

³²⁵ BOSCHI, Caio C. (org.). *O Cabido da Sé de Mariana* (1745-1820): documentos básicos. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011, pp. 13, 19.

³²⁶ No caso da diocese de Mariana no período de D. Frei Domingos, temos os exemplos dos casos do cônego doutoral Inácio Corrêa de Sá (posteriormente tesoureiro-mor em 1780) que foi comissário do Santo Ofício entre os anos de 1749-1757, quando havia adentrado o corpo capitular. Havia angariado o cargo de vigário geral. Essas mesmas características de carreira episcopal foram vistas em outros membros do cabido. Foram eles: Francisco Pereira de Santa Apollonia e José Botelho Borges. Rodrigues, Op. cit., pp. 30, 296, 297. Para mais informações sobre a temática do entrecruzamento das instituições episcopal e inquisitorial ver: RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e Inquisição em Minas Colonial: os familiares do Santo Ofício*. Dissertação de mestrado em História Social apresentada na FFLCH-USP, 2013, pp. 47-54; FEITLER, Bruno. *Poder Episcopal e Inquisição no Brasil: o juízo eclesiástico da Bahia nos tempos de D. Sebastião Monteiro da Vide*. In: *A Igreja no Brasil...* pp. 85-110; _____. *Nas Malhas da Consciência: Igreja e Inquisição no Brasil – Nordeste 1640-1750*. São Paulo: Alameda, 2007, pp. 150-170; VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro. 1997, pp. 221-250; PIRES, Maria do Carmo. *Juízes e Infratores: o tribunal eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)*. Annablume: Belo Horizonte, 2008. SANTOS, Patrícia Ferreira dos. *Carentes de justiça: juízes seculares e eclesiásticos na “confusão de latrocínios” em Minas Gerais (1748-1793)*. Tese de doutorado em História Social apresentada na FFLCH-USP, 2013, pp. 143-148.

hierárquica interna, o que poderia provocar uma série de conflitos de interesses entre aqueles que ambicionavam determinadas funções³²⁷.

Dotado de um conjunto normativo próprio e separado daquele que deveria reger a ação episcopal (as constituições diocesanas), os cabidos possuíam seus próprios estatutos responsáveis por gerenciar todo o funcionamento dessa hierarquia, delimitando as funções de cada membro do coro na administração interna da Sé, assim como na condução do culto. No bispado de Mariana, os *Estatutos da Catedral de Mariana* foram utilizados para a administração interna da Sé. Apesar disso, o cabido do bispado de Mariana, não se mostrou diferente dos casos espalhados pelas dioceses da Europa, envolvendo o mau comportamento administrativo, moral e político daqueles que adentravam nessa hierarquia pertencente ao alto clero de uma diocese³²⁸.

A insubordinação do cabido à autoridade episcopal foi, em certa medida, algo corriqueiro nas dioceses tanto do reino quanto do ultramar, não podendo ser resultado da distância física existente entre o bispo e o cabido (algo muito comum nas dioceses do ultramar) e tampouco pelo fato de o bispo estar cumprindo a residência, o que contribuía para o choque de poderes entre duas autoridades. Essas duas possibilidades não se sustentam quando separadas, pois existiam contendas internas no cabido também quando não havia nenhum bispo nomeado nas dioceses, denotando um tom individual e de interesses pessoais para os atritos existentes³²⁹. Essa característica nos aponta o quão pluricelular o corpo da Igreja poderia ser³³⁰. A uniformidade presente na hierarquia formulada pelos decretos tridentinos, se via posta, por vezes, em cheque diante dos conflitos de interesse e pretensões diversificados dos vários grupos que formavam o corpo da Igreja. Essa unidade e uniformização do projeto reformador tridentino tão objetivada pelos prelados, algo que não se mostrou diferente no caso de D. Frei Domingos, andava em corda bamba ao se deparar com questões quotidianas, objetivos individuais e tensões entre os seus membros. Pesava, com tudo isso, a formação moral, religiosa e social bem diversificada, a qual influenciava, e muito, o jogo de poderes instalado dentro da hierarquia eclesiástica.

Na sua chegada ao bispado de Mariana, D. Frei Domingos recusou-se a colocar o cônego João Rodrigues Cordeiro, o mais antigo da mesa capitular, para a dignidade de arcipreste (a

³²⁷ PAIVA, José Pedro. Dioceses e organização eclesiástica. In: GOUVEA, António C. e MARQUES, João F (Org.). *História Religiosa de Portugal*. Círculo de Leitores. V. 2. Rio do Mouro, 2000, pp. 197-198.

³²⁸ ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*, vol. 3. Nova ed. preparada e corrigida por Damião Peres. Porto: Portucalense Editora, [1967-1971], pp. 30-34.

³²⁹ LÓPEZ, Antonio Irigoyen. La difícil aplicación de Trento: las faltas de los capitulares de Murcia (1592-1622). In: *Hispania Sacra*, LXXII, 125, enero-junio 2010, 157-179, pp. 166-177.

³³⁰ PAIVA, José Pedro. *Os bispos de Portugal e do Império (1475-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 135.

segunda mais alta) por razões que, segundo ele, não lhe atribuíam o merecimento necessário para assumir tal cargo. Os problemas voltados ao costume de vida do cônego foram cruciais para o seu impedimento de ascensão na hierarquia. Segundo o prelado, “o rumor que corria de se demasiar este Conego no uso do vinho e a informação que lá me derão foi certa e posto que elle que em mais parece morigerado faz muito para esconder, nem sempre o consegue, e me seguração que se lhe percebe algumas vezes, ainda que não rompa em mayores excessos”³³¹.

O cônego João Rodrigues Cordeiro era natural do bispado, mas não estava residindo nele, pontos esses, que como vimos antes, tinham relevância na nomeação de eclesiásticos. Esse problema foi bem ressaltado por Pontevel. Defensor de seguir os parâmetros estipulados pelas constituições diocesanas em respeitar a exigência da residência, se colocou em contrariedade às decisões da Coroa e da Mesa de Consciência e Ordens para as nomeações de concorrentes do reino para o bispado de Mariana e, principalmente, para o cabido. Vejamos:

Recebi huma carta da mesma Senhora pela Meza da Consciência, em que no mesmo Tribunal se havia propor concurso a Dignidade de Arcipreste que se acha vaga, e fielmente se executou. Mas não pode o meu zelo pelo bem desta Igreja de que estou encarregado deixar de dizer a Vossa Excellencia que aqui há muitos Eccleziasticos, cujo merecimento, ou se attenda à sua Litteratura, e graduação, ou à probidade, e virtudes, ou aos serviços mayores, e mais antigos, feitos a esta Igreja, excede muito aos que por lá andão, deste mesmo Bispado, vagando a requerer semelhantes lugares, a que os mais beneméritos de que fallo, não podem de cá concorrer, por conta dos seus annos, por temor dos gastos e dos trabalhos, sobretudo na incerteza de lhe serem ou não fructuosos³³².

Levando em consideração as características de exemplo de perfil eclesiástico, o prelado nomeou para cargos de ministros do Juízo Eclesiástico “os mais beneméritos e universalmente reconhecidos”. Foram eles: o cônego e chantre Vicente Gonçalves Jorge de Almeida para o cargo de provisor; o cônego Francisco Pereira de Santa Apollonia para vigário geral; o cônego João Ferreira para promotor; o cônego Antonio Amaro de Souza para o cargo de reitor do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana³³³.

No governo de D. Frei Domingos Pontevel, não diferente do que havia ocorrido tanto no período de D. Fr. Manuel da Cruz quanto nos períodos de Sé vacante, algumas contendas

³³¹ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 116, doc. 16. Ofício de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel para Martinho de Melo e Castro, informando sobre a sua chegada e situação do bispado, 29/03/1780.

³³² Ibidem.

³³³ Ibidem.

internas dividiam o corpo capitular em partidos pró e contra o seu prelado. O cônego José Botelho Borges, nomeado vigário geral por Pontevel (cargo esse de suma importância e confiança tida pelo prelado) foi seu braço direito nos despachos do governo do bispado (nos anos finais do seu governo), assim como teria acompanhado o bispo nas suas visitas episcopais. É da ponta da sua pena que obtivemos relatórios referentes ao estado do bispado e das tensões presentes entre os membros do cabido em si e com relação ao bispo. Os mais citados são aqueles do partido oposto ao dele, o arcepreste José Alexandre de Sousa Grugel, o tesoureiro-mor João Luis de Souza Sayão e o cônego Antonio Amaro Coutinho, os quais haviam atritado com o capelão da Sé nomeado por Pontevel, o Pe. Antonio Joaquim Flores:

...que sem causa nem motivo na sua presença (D. Frei Domingos) o ameaçarão que dariam conta a Sua Magestade se lhe não botasse fora o Capellão a quem o mesmo tinha insultado, e esta audácia sentio tanto o *prudente* e pacífico Prelado que se lhes disse estou aqui a tantos annos, e nunca houve as desordens que hoje experimento não sei do que procede Vos meces conta que eu também a darei, se for preciso pessoalmente, e logo no outro dia se mudou de Palácio para Villa Rica...³³⁴

Esses, segundo o vigário geral, possuíam um “gênio altivo, orgulhoso e revoltoso, com que imprudentemente costumam atacar a todos com palavras insultantes sem escolha nem de tempo nem de lugar”. Já os problemas apontados ao restante do grupo, particularmente os cônegos Jacinto Ferreira dos Santos e João Paulo de Freitas, era que eles eram “destituídos de letras, sem luzes algumas de conhecimento político”. O arcepreste teria sido autor de outros casos de escândalo público que contradiziam todo e qualquer perfil de eclesiástico do cabido diocesano idealizado por D. Frei Domingos, o qual:

Por effeitos do seu revoltoso gênio armou outro mais estrondoso e de muito mayor e mais público escândalo correndo em huma noite com huma espada numa mão após de hum clérigo em altos gritos que fizerão acodir hum numerozo concurso de povo e a justiça da terra afim de fazerem sossegar o tumulto³³⁵.

³³⁴ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 138, doc. 29. Certidão de José Botelho Borges para Martinho de Melo e Castro, 16/08/1793.

³³⁵ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 138, doc. 30. Representação dos capelães de Mariana para Martinho de Melo e Castro, anunciando a morte do bispo e distúrbios no bispado, 31/07/1793.

As contendas teriam se intensificado após o falecimento do prelado de Mariana, potencializando a divisão já presente no cabido devido aos interesses inerentes ao cargo de vigário capitular (responsável por governar a diocese na falta de um prelado³³⁶), que deveria ser votado entre os membros da Mesa. Os relatórios de José Botelho Borges transparecem não só uma desordem e conflitos latentes na administração da Sé de Mariana, como também denotam as intenções de ambos os lados em angariar posições na hierarquia eclesiástica.

José Botelho Borges, além de ter sido nomeado vigário geral pelo bispo, também era provisor do bispado, mas apenas com o cargo de cônego pelo tempo de quarenta anos. Do seu lado estavam o Arcediago Antonio Alvares Ferreira Rodrigues, o cônego João Ferreira Soares, nomeado promotor do bispado por Pontevel, e o cônego e procurador Francisco Pereira de Santa Apolônia³³⁷. José Botelho Borges, em conjunto com o arcipreste, seu rival, teria se candidatado a vigário capitular. Valia-se, ademais, de apelações às ordens civis para inibir as ações do grupo em sua oposição, requerendo ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, que se nomeasse um novo bispo para “suprimir e cortar por huma vez, e de hum golpe, quanto for desordem”³³⁸.

Para além dessa insubordinação mais interna, o cabido marianense ficaria conhecido pelos seus contemporâneos como rebelde aos cumprimentos dos ditames da Coroa, tornando-se motivo de preocupação para as autoridades civis. O caso da nomeação do cônego José de Souza Sayão para o bispado de Mariana angariou inúmeros pleitos envolvendo as gentes do cabido, funcionários da Coroa e o próprio bispo marianense D. Frei Domingos, já nos últimos anos do seu governo.

2.3.1 – A hierarquia rebelada: o caso do cônego José Luis de Souza Sayão

O caso de José Luis de Souza Sayão se encaixa nos outros casos de nomeações feitas por decreto da Coroa da qual tratamos em sessão anterior desse capítulo. Essa ordem real foi entregue por Sayão a D. Frei Domingos, em 1790, e tinha como objetivo conceder-lhe um benefício/conezia de prebenda inteira, ou seja, com o recebimento de todos os benefícios

³³⁶ TRINDADE, Cônego R. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua História*, vol. 1 e 2. Mariana: Imprensa Oficial, 1929, p. 289.

³³⁷ Ibidem.

³³⁸ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 138, doc. 30. Representação dos capelães de Mariana para Martinho de Melo e Castro, anunciando a morte do bispo e distúrbios no bispado, 31/07/1793.

integrais que todos os que recebiam benesses reais possuíam além das cômguas. Logo, e prontamente, essa ordem real chegou ao conhecimento dos membros do cabido, quando Pontevel ressaltou uma recomendação daquilo que se deveria observar das ordens reais, deixando claro que o cumprimento dela não se fazia alheio às regras de provimento de cargos do cabido que estavam denominados nos *Estatutos da Sé de Mariana*. Diante disso, ressaltou aos membros do cabido o seu empenho em realizar a ordem Real sem que tivesse que “desmentir daquelle empenho que sempre vive na proposta que fiz a mesma Senhora para o provimento dos Benefícios de dar a preferência aos que a tinham na antiguidade do coro, nem a contradição pelos seus merecimentos”³³⁹.

O problema da nomeação de Sayão instalara-se aí: na questão referente à hierarquia interna do cabido, a qual precisava respeitar as regras de antiguidade de coro para aqueles que já faziam parte desse corpo capitular. Em uma instituição fortemente hierarquizada como era o cabido diocesano, quando se vagava um ofício, se deveria obedecer a ordem das cadeiras, levando em conta a antiguidade dos membros. Em uma organização dividida por quatro dignidades (arcediogo, arcipreste, chantre, tesoureiro-mor), dez conezias (penitenciário, doutoral, magistral e mais sete) e posições menores, objetivava-se alcançar os cargos mais altos os quais proviam maiores prestígios e cômguas maiores. Na época da chegada de Sayão, não havia nenhuma conezia vaga, havendo apenas as dignidades arcipreste, chantre e tesoureiro-mor, o que poderia colocar em risco o respeito a essa hierarquia.

A recepção dos membros do cabido em relação a esse provimento foi negativa, tendo em vista as suas desvantagens em perder os benefícios de uma cadeira mais alta na hierarquia do cabido. O bispo marianense caracterizou essa posição do cabido à rainha como “estranha e reprehensível”, tendo ele trabalhado para conservar a paz com o corpo capitular. De imediato, os membros do cabido iniciaram uma representação³⁴⁰ que foi dirigida à rainha, demonstrando a sua contrariedade ao benefício concedido a João Luiz de Souza Sayão, dizendo que: “consiste o presente facto, que achando-se consultadas a Vossa Magestade as Dignidades de Arcipreste e Thesoureiro Mor pessoas hábeis da Cathedral; e solicitando depois o bacharel João Luis de

³³⁹ AEAM - Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, códice nº 1 – generalidades. Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 10. Recomendação episcopal sobre a observância das ordens reais. 20/12/1790. Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 138, doc. 25. Resposta de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, para o Arcediogo e demais membros do cabido sobre a nomeação de João Luis de Souza Sayão, 20/12/1790.

³⁴⁰ Respectivamente: Antonio Alvares Ferreira Rodrigues (arcediogo) e os cônegos João Racebo de Freitas, Francisco Pereira de Santa Apollonia, Joaquim de Camargo, Antonio Amaro de Souza e Jacinto Ferreira dos Santos.

Souza Sayão as mesmas Dignidades, calado o merecimento dos consultados”³⁴¹. Havia nessa declaração uma questão relacionada à formação de carreira que existia na estrutura interna da hierarquia da Igreja.

Angariar cadeiras mais altas e com maiores poderes dentro do cabido, como era o caso das dignidades, era o ápice da carreira eclesiástica dentro de uma diocese e esse plano de carreira possuía normas próprias a serem seguidas. O provimento por decreto feito pela rainha, nesse sentido, excluía toda e qualquer normatização presente nos *Estatutos* que geriam a administração interna da catedral de Mariana e que tinha o cabido como o seu núcleo administrativo. Com essa postura, o cabido se mostrou contrário às ordens reais e episcopais, instaurando uma expectativa de tensão nos âmbitos internos da diocese como também nas relações mais abrangentes envolvendo os poderes civis da Coroa e da capitania. Tentava-se, ademais, desacreditar a autoridade do bispo, ao passo que, sempre ao se referir a ele, as declarações do cabido apresentavam as seguintes expressões: “cogitações funestas do mesmo Prelado” e “o desagrado tão impróprio do nosso pastor”³⁴².

Ao nomear José Sayão para um cargo de *Prebenda Inteira*, excluía-se toda e qualquer possibilidade de o bispo colocá-lo em cargos considerados “vulgares” por receberem apenas a metade dos benefícios; eram esses os cargos de *Meias Prebendas*. Diante do ocorrido, os membros do cabido nomearam um procurador para defender seus interesses nesse assunto. O cônego Francisco Pereira de Santa Apollonia seria, a partir daí o porta voz desse grupo e o responsável por acompanhar todo o processo do provimento dessa conezia. Também era esse o cônego que ambicionava o cargo de tesoureiro mor, sendo, nesse caso, um dos mais interessados no impedimento da nomeação de Sayão. A tensão interna havia sido instaurada e as contendas voltadas para a figura do bispo. Vejamos abaixo:

(...) demonstrar a genuína intenção de Vossa Magestade que não sabe preterir na Ordem Senatória, Militar ou Eclesiástica *os que tem a honra de servir fielmente*. Nem preterimos os suaves meios de falar, e expor ao nosso bom Prelado o estado, e fundação da Cathedral, mas toda a diligência civil, e judicial se tem frustrado com denegação da vista e das certidoens das Ordens de Vossa Magestade, para não podermos verificar a nossa obediência, e instrução pertendida o misterioso segredo, com o que se ocultão a hum cabido e senado Episcopal os decretos e avisos de Vossa Magestade, que desejamos se cumprão exatamente, basta as desculpas qualquer equivocação nossa. *Talvez o Prelado consulte ainda a Vossa Magestade, mas esta presunção incerta não exclue a nossa defesa dos Reaes Beneficios*. Digne-se, pois, Vossa Magestade haver por bem o nosso zelo, e officio Capitular, e mandar examinar

³⁴¹ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 138, doc. 25. Representação do cabido para a rainha sobre o provimento de cadeiras. 13/02/1791.

³⁴² Ibidem.

a justiça dos requerimentos enquanto se não expede a Appellação para a providencia que merecerem as Dignidades vagas da Cathedral, e proteção desta pequena comunidade, que curvada a annos, e no serviço da Igreja, não goza outras Merces Reaes, que a nossa frugal sustentação e melhoramento das Cadeiras: e só implora em tanta distancia a Piedade e Clemencia de Vossa Magestade³⁴³.

Nos autos de apelação contra a Prebenda concedida pela rainha a João Luis de Souza Sayão, o cabido apresentou um argumento que objetivava renegar o poder da rainha para esse caso. Em suma: Sua Magestade não teria a possibilidade de conferir Dignidade a pessoa alguma que não tivesse servido à Igreja e que não tivesse feito as provas de habilidade requeridas para adquirir tal benefício. Os que passassem por esses pontos teriam as Dignidades como direito adquirido. Tal argumento teria se sustentado nos *Estatutos desta Catedral de Mariana*, os quais normatizavam que “senão admita algum a Dignidades, e Conezias, sem ser Sacerdote; e nem se possa colar sem carta assignada da Real Mão; disposições, que não sendo confirmadas pela Sua Magestade nam podem contra os Decretos da Mesma Senhora, a [...] de idade do Impetrante, da qual se mostra ter vinte, e três annos e nove mezes”³⁴⁴.

Na realidade, o argumento apresentado pelo cabido na tentativa de frear a execução da ordem real foi retirado dos primeiros *Estatutos desta Catedral de Mariana* que foram redigidos pelo seu primeiro bispo, D. Frei Manuel da Cruz, ao tempo da fundação da diocese. Com a recusa dos membros do cabido a estes estatutos, por motivos ligados à formulação da autoridade e punição do bispo em relação a esse corpo capitular, e por apontamentos levantados pela Mesa de Consciência e Ordens, o conjunto normativo fora reformulado pelo arcebispo da Bahia, D. José Botelho de Matos, sob ordenação real, permanecendo com o título de *Estatutos da Santa Sé da cidade de Mariana*³⁴⁵. Não se sabe, ao certo, se a segunda versão dos *Estatutos* teria sido realmente levada em consideração na administração do bispado de Mariana. Segundo Caio Cesar Boschi, ainda não se tem notícia de algum documento que fizesse referência à aceitação dessa nova versão pela Coroa. No mais, não temos como comprovar se estes *Estatutos* foram aprovados e muito menos se foram aplicados na diocese, tendo em consideração a *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*, de José João Teixeira o qual afirmou que o bispado de Mariana se direcionava pelos *Estatutos* similares aos do Rio de Janeiro, o que

³⁴³ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 138, doc. 25. Representação do cabido para a rainha sobre o provimento de cadeiras. 13/02/1791.

³⁴⁴ Ibidem.

³⁴⁵ BOSCHI, Caio C. (org.). *O Cabido da Sé de Mariana (1745-1820): documentos básicos*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011, pp. 31-42.

condizia com a primeira versão³⁴⁶. Outro indício que fortalece esse ponto está presente no caso que estamos tratando sobre a nomeação de João Luis de Souza Sayão.

Na primeira versão dos *Estatutos*, no estatuto quadragésimo nono, definia-se o modo com que se deveria instituir e colar as dignidades e conezias no bispado de Mariana, ficando estipulado o seguinte tópico referente ao poder real e o seu direito de padroado:

Porquanto à Sua Majestade, que Deus guarde, como grão-mestre e perpétuo administrador da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, pertença, pelo direito do seu Padroado, apresentar as pessoas para as dignidades e conezias desta Catedral, *não poderemos, sem carta de apresentação assinada da sua real mão, instituir ou colar nas dignidades ou conezias pessoa alguma, porque não sendo assim, ficará a instituição nula e de nenhum vigor*³⁴⁷.

Esse tópico não está presente nos *Estatutos da Santa Sé da cidade de Mariana* elaborados pelo arcebispo da Bahia. Porém, em contrapartida, não foram levados em consideração pelas autoridades metropolitanas como sendo um argumento pertinente para invalidar a nomeação do bacharel Sayão. Em vista disso, o secretário de Estado, Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, registrou uma ordem ao bispo de Mariana para fazer executar a obediência ao Real Trono por parte do cabido, fazendo cessar a sua tentativa em “inovar a Authoridade Regia na Representação dos Benefícios”³⁴⁸.

Para adquirir o perdão Real, deveria ser apagado qualquer registro que pudesse comprovar tal insubordinação: “de sorte que não fique vestígio deste descrédito do mesmo Cabido”. Se, por um lado, houve um reforço na confiança do poder civil para com o prelado de Mariana, por outro, a postura do cabido passava ares de revoltoso e insubordinado às ordens reais, mostrando-se como motivo de preocupação para as autoridades locais e do reino. Foi exatamente isso que ressaltou Melo e Castro a D. Frei Domingos:

Se Sua Magestade entende que Vossa Excellencia por modo algum se desviaria dela, o dito Cabido porém por hum espírito revoltoso e com huma criminosa altivez que nele dominão, de que nesta Secretaria de Estado anteriores, e incontestável provas; confundindo as positivas ordens de Sua

³⁴⁶ Os primeiros Estatutos do bispado de Mariana tiveram uma base conformada com as formulações dos *Estatutos da Catedral do bispado do Rio de Janeiro* enquanto que os segundos Estatutos se conformaram com os mesmos aplicados no arcebispo da Bahia. Ibidem, pp. 31, 37, 38.

³⁴⁷ Cf. Estatutos desta Catedral de Mariana, D. Frei Manuel da Cruz. In: O Cabido da Sé de Mariana (1745-1820): documentos básicos. Caio C. Boschi org. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011, pp. 123-124. Estatuto 49º.

³⁴⁸ AEAM - Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Escrituração da Cúria, armário VI, pastorais (1783-1830). Ofício de Martinho de Melo e Castro ao bispo de Mariana D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel sobre a nomeação de João Luis de Souza Sayão. 21/03/1793.

Magestade clara, e distintamente expressadas no sobredito Decreto, e officio de que a quanto este segunda cópia, as pertendeu temerariamente contestar, e iludir na carta que escreveu a Nossa Excellencia com data de dezenove de Dezembro de mil sette centos e noventa³⁴⁹.

Com isso, em resposta aos argumentos de nulidade apresentados pelo cabido de Mariana, rebateu em carta a D. Frei Domingos Pontevel:

E a Doutrina que o referido Cabido pretende estabelecer com semelhantes propozições he que não basta o Real Decreto, e Officio acima indicados, sem que o Apresentado nelles seja Sacerdote, e tenha Carta passada pela chancelaria; como se seu Mestrado das Ordens não pudesse dispensar nas sobreditas circunstâncias do mesmo modo, que repetidas vezes o está praticando, e o fez, no Officio dirigido a Vossa Excellencia (...). Não parou ainda aqui a duplicidade do dito Cabido; mas aproveitando se da mal fundada diligência do apresentado, me solicitar que na falta de Prebenda vaga fosse colado em huma Dignidade, não lhe contestou a pertença com as demonstrativas clausulas do sobredito Decreto, Officio; mas com o falso Direito e posse que se quis arrogar, de se não deverem prover Dignidades, senão em Prebendados com actual exercício na Sé. E ainda que sua Magestade, por hum puro effeito da Sua Real Benignidade tenha feito a Vossa Excellencia a mesma recomendação, e tenha sempre atendido os Cônegos mais beneméritos dessa Sé para os prover em dignidades; não deve o Cabido tirar daqui a exclusiva, e como tal reprovada e falsa em sequência de que só os indivíduos da sua corporação devem ser providos nellas *esquecendo se o dito Cabido, ou fazendo-se ignorantes de que todas as mais Cathedrais do Brasil, sem exceção de algum são de sua Magestade, e os pode conferir nos Ecclesiasticos que lhe parecerem mais dignos de os ocupar, ou se achem, ou não em actual serviço das mesmas Cathedrais o chegou em fim o dito Cabido ao último extremo da sua ousadia requerendo a Vossa Excellencia faculdade para se opor as Reaes determinações (...)*³⁵⁰.

O cabido diocesano era uma instituição fundamental no seio das dioceses e tinha grande influência entre os poderes locais das comunidades. Os seus membros, em sua maioria, tinham formação acadêmica em Coimbra e faziam parte de uma elite local (com exceção daqueles que não eram naturais da terra) com riqueza e prestígio social. A estrutura do cabido o caracterizava como um de “pequeno estado”, contando com pressupostos próprios, serviços e hierarquia bem definida. Isso poderia explicar, de acordo com López, a sua relutância em aceitar o seu gerenciamento por ordens externas ao seu corpo administrativo e inclusive a sua negativa diante das interferências em seus privilégios, prerrogativas e estatutos³⁵¹.

³⁴⁹ Ibidem.

³⁵⁰ Ibidem. (grifo meu)

³⁵¹ LÓPEZ, Antonio Irigoyen. *La difícil aplicación de Trento: las faltas de los capitulares de Murcia (1592-1622)*. In: *Hispania Sacra*, LXML, 125, enero-junio 2010, 157-179, pp. 160-163.

A oposição dos cabidos aos seus prelados e aos poderes reais, se levarmos em consideração apenas o caso do padroado português, poderia significar, para além dos membros conflituosos e ambiciosos por patamares mais altos na hierarquia interna, uma recusa dessa instituição às reformas tridentinas. Reformas essas tendentes a uniformizar, centralizar e hierarquizar a Igreja católica administrativamente e que tinha na figura do bispo o seu eixo central, à qual o resto da hierarquia deveria se subordinar. O cabido não estava excluído desse projeto de reforma político-religioso e, por vezes, se mostrou contrário a ele, sendo na sua subordinação ao prelado ou à Coroa. Isso, por sua vez, fomentava o “jogo de tensões e reações”, envolvendo as intensões pluricelulares internas da Igreja em conjunto com as tensões provocadas pelos interesses das elites locais face aos poderes do reino.

* * *

O trabalho pastoral, administrativo e político realizado por D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel, que foi apresentado nessa seção, esteve mais imbuído nas questões estruturais do bispado, sendo elas de cunho externo (paróquias, corpo de eclesiásticos, disseminação e reforço da doutrina católica) e interno (com relação ao cabido e ao Juízo Eclesiástico). Nesse sentido, Pontevel se mostrou assíduo em fazer cumprir os preceitos tridentinos e das constituições baianas. Manteve, por vezes, uma postura diplomática ao tratar tanto com agentes oficiais do reino e poderes locais como com os instalados na Mesa Capitular, não deixando também de demonstrar e reforçar a sua autoridade e rigorismo próprias dos bispos tridentinos. A autoridade do quarto bispo de Mariana, por sua vez, em conjunto com o seu perfil mais político, apareceu com maior frequência quando questões envolvendo a comunidade de fiéis apareceram. Questões essas que colocaram no holofote problemas estruturais relacionados não só às demandas de cunho social, econômico e político, mas que diziam respeito também às questões internas da Igreja relacionadas à sua configuração pluricelular. O problema em torno das conhecenças, que será visto no próximo capítulo, foi o bode expiatório dessas questões. Restava ao bispo de Mariana, com sua autoridade e prudência manter a unidade social e da Igreja.

Capítulo 3: A ação do bispo: Pontevel, os poderes locais e os poderes do reino

“Digne-se, pois Senhora, Vossa Magestade, para mayor honra, e gloria de Deos para o serviço do mesmo, e de Vossa Magestade, pax e tranquilidade dos seus Vassalos Americanos =, principalmente os Pastores dos Rebanhos da Igreja; Receber na Sua Real Proteção este livro do qual cobrarão assim elles mesmos para bem curarem as Igrejas de suas incumbências, os povos para darem o que hé de Deos a Deos, e o que de Cesar a Cesar; e todos para que com os Coraçoens cheyos de huma pax Santa, se fação fieis servidores de Deos, obedientes filhos da Igreja, Leaes Vassalos de Vossa Magestade, com toda a Consciência felizes.”

— Pe. João Antunes Noronha,
*Demonstração apologética a favor das
conhecenças* (1783).

Quando D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel assumiu fisicamente o governo do bispado de Mariana, em 1780, deparou-se já com problemas relativos às conhecenças (um tipo de dízimo pessoal cobrado no período da Quaresma para a desobriga). Teve de resolver um estado de corrupção³⁵² com relação à desobriga da Quaresma e os Dízimos da Coroa, envolvendo os paroquianos do bispado, mas não somente. Estavam implicados também os próprios párocos que compunham o corpo de eclesiásticos, os quais, nas palavras do bispo, em “razão do seu Ministério, e Lei particular devião evitar este abuso”. Deveriam os mesmos também cumprir com as suas obrigações que pelas “respeitáveis Constituiçoens Diocezanais lhes he imposta de publicar e exortar os seus Parochianos, ou applica-los a plena satisfação deste Divino e Ecclesiastico Preceito”.

Outrossim, foi referenciando as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707) que D. Frei Domingos tomou uma das suas primeiras atitudes como bispo de Mariana. Cinco meses após a sua chegada ao bispado, descreveu, em um conjunto de cartas pastorais, o esquema de adulteração da contribuição que assolava os costumes da comunidade mineira e feria a fidelidade para com a Coroa Portuguesa. Diversamente do que foi visto no capítulo

³⁵² A referência ao termo “corrupção” aparece na documentação pela nomenclatura “corruptela”. No decorrer do texto farei uso do primeiro termo e o segundo só aparecerá nas citações diretas dos documentos. Essa mudança se dá pelo fato de a palavra “corruptela” ter adquirido outro significado (deformação de palavras) nos dias atuais que não o referente à “corrupção”. Logo, para não haver confusões diante da aplicação desse termo, optamos por adaptá-lo.

anterior acerca das cartas pastorais que privilegiavam a instrução do clero e dos fregueses, as cartas referentes aos dízimos e conhecenças (um outro tipo de dízimo eclesiástico) apresentam um bispo bastante preocupado com as questões políticas e econômicas da Coroa para a “conservação dos interesses régios e utilidade dos nossos Diocesanos”. Um exemplo dessa cooperação teria sido a carta pastoral redigida por Pontevel, em julho de 1780, com a pretensão de coibir o extravio de ouro em pó e diamantes, classificando tal prática como pecaminosa e atribuindo somente à autoridade episcopal a prerrogativa de absolvição³⁵³.

Nesse capítulo, veremos uma ação mais direta das políticas regalistas e do projeto político-religioso já abordados no primeiro. A utilização de cartas pastorais para fazer valer os interesses da Coroa mostrou-se, nas mãos de Pontevel (assim como também havia sido feito por D. Manoel da Cruz), uma importante ferramenta de autoridade e comunicação com a comunidade. Para tanto, a Coroa mantinha sempre o contato com o prelado marianense, seja diretamente, seja pelo secretário de Estado Martinho de Melo e Castro. No caso das conhecenças, a rainha condenou as atitudes dos próprios paroquianos, reprovando-os pelos esquemas existentes entre párocos e fregueses para diminuir o peso das taxações reais e eclesiásticas:

(...) chegão erradamente a persuadir-se *que* satisfazem ao *que* devem de Dízimos, e ao *que* por conta delles devem entregar aos Rendeiros de Sua Magestade, *descontando nos mesmos Dízimos o que dão aos seus Pastores de Conhecenças, e entregando só aos dittos Rendeiros o que delles lhe sobra* sem se lembrarem de *que* commettem um gravíssimo e execrandíssimo pecado de furto por pertencerem nestas Terras os Dízimos inteiramente a Sua Magestade Fidelíssima por concessão Pontifícia fundada nos maiores e mais relevantes títulos.³⁵⁴

Para fazer cumprir tal ordem, Pontevel direcionou a sua pastoral para aqueles que lhe representavam diante das comunidades mineiras e que guiavam o corpo de eclesiásticos das freguesias. Esses eram os párocos, seus subordinados na hierarquia administrativa do bispado. Ordenou então que, na continuada execução dessas ações corruptas, os eclesiásticos responsáveis (párocos, coadjutores e capelães) sofressem as penas de suspensão *ipso facto*

³⁵³ AEAM - Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, códice nº 1 – generalidades. Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 1. Carta pastoral sobre a reserva e extração de ouro em pó e diamantes. 22/06/1780.

³⁵⁴ AEAM - Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, códice nº 1 – generalidades. Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 3. Ordem Régia da rainha D. Maria I, ordenando providências de Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, sobre a questão das conhecenças. 22/07/1780. (grifo meu). Essa situação de corrupção, envolvendo uma sociedade de párocos com paroquianos é retomada na seção 4.2.1, onde essa questão é apresentada com maior clareza.

incurrenda e ab officio et beneficio. Desse modo, os clérigos que participassem dessas ações perderiam os seus direitos de exercer o ofício sacerdotal e os seus benefícios. Além disso, Pontevel determinou que nenhum dos seus subordinados já citados recebesse “em pagamento das Conhecenças, ou outro algum Emolumento Parroquial, qualquer quantia pertencente aos Dízimos, e nem ainda o aconselhe, approve, ou de modo algum o consinta”. Para os paroquianos que não consentissem com essas determinações, ficava-lhes reservada a pena de “Excomunhão Maior”³⁵⁵.

Vê-se que D. Frei Domingos, no seu papel de bispo de Mariana, mostrou-se um firme administrador não só das coisas que diziam respeito às questões de cunho eclesiástico (no nível pastoral e estrutural da diocese), mas sobretudo dos assuntos que interessavam igualmente à Coroa. As relações entre ambas as instâncias se constituíam em uma “interpenetração”, colocando a Coroa como protetora e tutora da igreja portuguesa, e esta última como asseguradora da *felicidade da nação*³⁵⁶. Existia aí um interesse mútuo de coligação entre as duas instituições num plano macro desse projeto político-religioso pautado pelo governo português na segunda metade do século XVIII. Tais atitudes também se coadunavam com a de um bispo que, recém-chegado, precisava afirmar a sua autoridade diante da comunidade de fiéis e de eclesiásticos que há dezesseis anos não eram guiados por um prelado presente. A publicação de pastorais em conjunto com visitas pelas freguesias do bispado eram meios, senão efetivos, ao menos normativos e simbólicos que contribuíam para fortalecer a autoridade e a imagem do prelado que acabava de assumir o governo do bispado de Mariana.

No mais, veremos por vezes nessa seção uma transparência maior de Pontevel com relação ao meio político, sobretudo em diálogos com as instâncias civis locais, do reino e com o corpo de eclesiásticos. As cartas pastorais que o prelado fez circular pela diocese de Mariana, para além das já apresentadas no capítulo anterior, carregavam consigo uma conotação mais política e de interação com os interesses do reino, demonstrando aí o seu compromisso com as políticas regalistas.

A ilustração que banhara o século XVIII também se fez presente nas ações desse bispo com relação ao problema das conhecenças e como ele procurou resolvê-lo, demonstrando sempre um perfil diplomático e prudente como fundamento das suas ações. Ao que parece, a

³⁵⁵ Ibidem.

³⁵⁶ PEREIRA, José Esteves. *O pensamento Político em Portugal no Século XVIII*: António Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005, pp. 214. Essas ideias foram defendidas por António Ribeiro dos Santos em *A verdade da religião cristã* (1787). Ribeiro dos Santos foi o autor mais utilizado por intelectuais do século XVIII em Portugal, e tivera os reinados de José I, com os planos reformistas do Marquês de Pombal, e de D. Maria I como patrocinadores das suas ideias, como já foi apresentado.

ação pastoral de D. Frei Domingos relativa à corrupção dos dízimos da Coroa tivera efeito durante o seu governo episcopal, uma vez que, com exceção da pastoral de 1780 mencionada acima, não foram encontrados, até o momento, registros nos arquivos visitados que mostrassem a persistência do problema acima retratado. Há apenas a exceção de um documento de 1829 que colocou a taxação das conhecenças em desuso³⁵⁷. No entanto, o que certamente permaneceu foram as querelas entre párocos e paroquianos por conta desse ônus.

Destacam-se, além disso, as diferenças discursivas e a amplitude documental sobre essa temática, se compararmos o caso nos períodos do governo de D. Manuel da Cruz e de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel. Se até meados dos setecentos a justificativa dessa recusa firmava-se no argumento da decadência das Minas e no abuso taxativo, no final do século vemos uma presença bastante significativa de discursos mais jurisdicistas e morais, denotando uma maior complexidade nas relações que aqui serão traçadas. De todo modo, a recusa em pagar o ônus da desobriga por parte dos Povos de Minas foi um problema também enfrentado pelo primeiro bispo de Mariana e pelos bispos do Rio de Janeiro antes da chegada de Pontevel, mas foi no seu governo que tal querela tomou proporções maiores. São essas contendidas, e como elas foram recebidas pelo quarto bispo de Mariana, que analisaremos no decorrer desse capítulo.

3.1 – A sustentação do corpo eclesiástico: a questão das conhecenças

Pouco mais de um mês depois da sua entrada solene na catedral de Mariana, em 25 de fevereiro de 1780, D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel enviou um ofício a Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, informando a situação do bispado que havia acabado de assumir. Demonstrava, assim, a sua prontidão em atender as prescrições feitas pela rainha D. Maria I, em “procurar logo as informações e notícias, que eu podia suppor mais verídicas ou menos suspeitosas”³⁵⁸. Dentre as notícias requeridas pelo secretário Melo e Castro, o problema das conhecenças apareceu de forma realçada. Vide também a tamanha importância que o mesmo secretário atribuiu a essas questões nas suas instruções ao governador da capitania mineira Visconde de Barbacena, já no final da década de 80. Nessa ocasião, a comparação dessa taxação eclesiástica com o quinto que era cobrado pela Coroa mostrou-se evidente. Demonstrou-se então, de certo modo, a fragilidade que caracterizava as políticas de

³⁵⁷ TRINDADE, Cônego R. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua História*, vol. 1 e 2. Mariana: Imprensa Oficial, 1929, p. 59.

³⁵⁸ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 116, doc. 16. Ofício de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, informando-lhe sobre a sua chegada e a situação do referido bispado, 29/03/1780.

taxação da Coroa, assim como a sua ciência dos rumores em torno das sublevações relativas à matéria da derrama; sublevações as quais resultariam, no ano seguinte, na tentativa de inconfidência encabeçada por membros das elites e por Tiradentes. O secretário então ressaltou essa questão (demonstrando a sua preocupação e a relevância do problema), que já se arrastava desde o governo do primeiro bispo D. Fr. Manoel da Cruz:

Porque, recorrendo ao Bispo, saiu este com outro regimento que tem a data de 13 de abril de 1752 (...), no qual não se pode ocultar a arte com que foi feito a favor da pretensão dos párocos e em gravíssimo prejuízo dos mesmos povos, pois que, repetindo-se no dito posterior regimento os mesmos artigos do precedente, se faz neles a mudança de pagarem os povos em réis os direitos paroquiais que, no antecedente regimento, se mandava pagar em oitavas, estimando-se porém, cada oitava não a 1.200 réis, mas como valia no tempo da capitação abolida. E por esta forma, achando os povos taxados no anterior regimento, por exemplo, em 4 oitavas de ouro. *O dízimo era um tributo pertencente à Igreja que a Coroa chamou a si com a promessa de subsidiá-la, razão de estar a mesma isenta de pagá-lo. Conquanto não pareça intencional o apetite da Coroa, ao invés da décima (de que a Igreja estava isenta) o povo pagaria também o quinto nas funções religiosas, pagando aos párocos em ouro desvalorizado*³⁵⁹.

Tendo por objetivo sustentar os bens e ministros da Igreja, os dízimos eclesiásticos foram especificados na seção XXV capítulo XII do Concílio Tridentino, sendo sujeito à pena de excomunhão aquele que não contribuísse com o pagamento³⁶⁰. De acordo com Dom Oscar de Oliveira, existiam duas justificativas que fundamentavam a legalização da cobrança dos dízimos eclesiásticos³⁶¹: a justiça e a religião. A primeira referenciava o sustento dos ministros da Igreja nas suas necessidades mais práticas, retribuindo-lhes pelo serviço na cura de almas. A segunda possuía um significado mais místico referente à retribuição que se devia a Deus por tudo que se conseguia na vida terrena³⁶².

³⁵⁹ Cf. LISBOA. Instrução de Martinho de Melo e Castro, Secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos, para Visconde de Barbacena, Governador e Capitão-General nomeado para a Capitania de Minas Gerais, 29/01/1788. Ref.: RIHGB 6:3; AMI 3:115. In.: *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 8. Brasília/Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1976, pp. 43-51. (grifo meu).

³⁶⁰ *The Canons and Decrees of the Council of Trent*. Traduzido para o inglês pelo Reverendo H. J. Schroeder. Charlotte, North Carolina: TAN books, 2011, p. 249.

³⁶¹ Faço uso dessa denominação para que não se confunda com os dízimos dominicais ou feudais, ou seja, de preceito temporal. Como, por exemplo, os impostos prediais urbanos denominados como dízimas portuguesas. Portanto, a utilização da definição dízimo eclesiástico se dá pelo fato do seu preceito ser estritamente espiritual e ligado aos sacramentos. OLIVEIRA, Dom Oscar. *Os dízimos eclesiásticos do Brasil*: nos períodos da Colônia e do Império. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1964, p. 15.

³⁶² Ibidem. p. 17 "It further exhorts each and all in Christian charity and the duty they owe their pastors, that they do not regard it a burden to assist liberally, out of the things given them by God, the bishops and priests who preside over the poorer churches, for the honor of God and the maintenance of the dignity of their pastors who watch over them." *The Canons and Decrees of the Council of Trent*. Traduzido para o inglês pelo Reverendo H.

A taxaço das conhecenças, desse modo, era um direito próprio dos párocos e tinha por objetivo sustentar o pastoreio espiritual promovido por esses sacerdotes; a sua condição variava, segundo Pontevel, “a medida da condição dos Parochos e dos seus Parochianos”³⁶³. Esse tributo, que poderia ser configurado também como dízimo eclesiástico de tipo pessoal, era colhido anualmente e representava o ônus referente à desobriga (confissão) quaresmal, caracterizando-se como um “bilhete de confissão” que os párocos distribuíaam como talões de recibo para os que já comungavam e os que apenas se confessavam³⁶⁴.

A confissão, como já visto no capítulo anterior, teve um papel fundamental na evangelização dos fiéis na época Moderna, em especial na região ibérica e na América Portuguesa, servindo, inclusive, como ferramenta do controle disciplinar da consciência pelo foro eclesiástico³⁶⁵. Por isso, a desobriga da Quaresma teve um papel destacado nas *Constituições do Arcebispado da Bahia*³⁶⁶.

Segundo Raimundo Trindade, esse tributo pecuniário se assemelhava ao que se conhecia como dízimo pessoal³⁶⁷, mas devemos ressaltar a particularidade referente à sua regulação taxativa que, veremos mais à frente, foi firmada através do direito de costume. Essa comparação torna-se possível, em certa medida, devido à semelhança existente entre as conhecenças e o que se constata por dízimo pessoal nos Sagrados Cânones, e também à sua diferenciação com o dízimo predial que era arrecadado diretamente para os cofres da Real Fazenda da Coroa Portuguesa³⁶⁸. Essa semelhança era passível de ser notada nas *Constituições Bahia*, na seção que define e regulamenta a taxaço das conhecenças. Vejamos:

Conforme os Sagrados Cânones não só se devem às Igrejas, e Ministros delas os dízimos prediaes, e mixtos, como fica dito, mas outros que se chamão pessoaes, que são a decima parte de todo o ganho, e lucro licitamente

J. Schroeder. Charlotte, North Carolina: TAN books, 2011.p. 250 “Exorta ainda cada um e todos na caridade cristã e o dever que eles têm com seus pastores, que eles não considerem um fardo lhes ajudar liberalmente, além das coisas dadas a eles por Deus, os bispos e párocos os quais dirigem as igrejas pobres, para a honra de Deus e para a manutenção da dignidade dos seus pastores que cuidam deles.” (tradução minha)

³⁶³ Ibidem.

³⁶⁴ VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira*: Bispado de Mariana. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 49.

³⁶⁵ PRODI, Paolo. *Uma história da justiça*. Tradução de Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 313.

³⁶⁶ LAGE, Lana. As Constituições da Bahia e a Reforma Tridentina do clero no Brasil. In: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton Sales (Org.). *A Igreja no Brasil: Normas e Práticas durante a vigência das Constituições do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, pp. 165.

³⁶⁷ TRINDADE, Cônego R. *Arquidiocese de Mariana*: subsídios para sua História. V. 2 . Mariana: Imprensa Oficial, 1929, p. 34.

³⁶⁸ Esse direito de arrecadação andava em conjunto com outros privilégios de poder que a coroa portuguesa conquistou sobre a igreja no seu território desde 1522 através da nomeação do monarca D. João III como grão-mestre das Ordens de Cristo pelo Papa Adriano, sendo transmitido a todos os reis de Portugal sucessores. AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: *História da igreja no Brasil*: primeira época – período colonial. Vozes: Petrópolis, RJ, 2008, pp. 160-170.

adquirido por via de qualquer officio, artificio, trato, mercancia, soldada, jornaes de qualquer serviço, tirados os gastos, e despesas. E porque o costume tem alterado esta obrigação, de maneira, que em algumas partes se paga somente uma conheçença de certa quantia em dinheiro segundo o trato de cada um...³⁶⁹

No enunciado das *Constituições* referente às conheçenças (“Dos dízimos pessoaes e conheçenças”), já é possível verificar não só a ligação desse ônus com os outros tipos de dízimo (pessoal, predial e misto), como também a especificidade das conheçenças quando comparada com eles. Nesse sentido, os tipos predial e misto tinham uma definição bastante parecida, de modo que o seu colhimento se baseava nas rendas das produções de terras ou prédios e deveriam ser pagos após a colheita dos frutos. Por outro lado, temos os dízimos pessoais, que eram providos pela produção pessoal dos fiéis, ou seja, dos seus ofícios e artes, e eram colhidos apenas uma vez no ano³⁷⁰. Diante dessas especificações, notemos que a diferença existente entre a cobrança dos dízimos pessoais e das conheçenças estaria no fato de a última ser aplicada na América Portuguesa de acordo com o “costume” definido pelo “trato de cada um”. Em suma, isso significaria que, diferentemente dos dízimos pessoais, que eram fruto especificamente de produções pessoais, as conheçenças poderiam variar nos termos do tipo de cobrança. No corpo normativo das *Constituições da Bahia*, especificou-se uma quantia certa de conheçenças a ser aplicada por todo o arcebispado e demais dioceses da América Portuguesa (isso não configurava a aplicação das *Constituições* como absoluta para os outros bispados, sendo a sua aplicação dependente do posicionamento de cada antístite):

Sobre que já tem havido vários pleitos e sentenças em juízo contraditório, ordenamos e mandamos se guarde o costume de muitos anos introduzido neste nosso arcebispado e que, em observância dele, pague cada *cabeça de casal quatro vinténs, e cada pessoa solteira, sendo de comunhão, dois vinténs, e sendo somente de confissão, um vintém de conheçença*³⁷¹.

³⁶⁹ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Estudo introdutório e edição Bruno Feitler, Evergton Sales Souza; Istvan Jancsó, Pedro Puntoni (org.). São Paulo: Edusp, 2010, p.306 (Livro II, Tít. XXV, n. 425, p. 179)

³⁷⁰ Padre João Antunes de Noronha. *Demonstração Apologética a favor das Conheçenças dos Parochos em Minas*, 1783, pp. 64-69.

³⁷¹ *Constituições Primeiras*. Op. cit., p.306. (Livro II, Tít. XXV, n. 425, p. 179)

Notemos aqui que a definição normativa das *Constituições* se sustentou por dois parâmetros bem definidos: o estado civil e o grau de sacramento (de confissão ou comunhão³⁷²). Essas definições basearam-se nas classificações presentes no *rol dos Confessados e Comungados* (do qual tratamos no capítulo anterior), com a diferença de que, no caso da cobrança das conhecenças, o gênero e a classe social não eram determinantes para diferenciar o valor do pagamento. Em vista disso, as mulheres e os escravos eram classificados nas mesmas categorias que os homens (solteiros ou casados) e as crianças. Veremos mais à frente que os escravos e as crianças foram utilizados com afinco nos argumentos feitos pelos Povos de Minas, junto com o tema da decadência, para justificar o não pagamento das conhecenças. No entanto, embora tais problemas estivessem em sincronia com o aumento do número de enjeitados na capitania de Minas Gerais a partir de 1740, não podemos estabelecer uma relação causal direta entre eles. O aumento do número de crianças enjeitadas foi algo comum ao mundo católico no período moderno (principalmente na segunda metade do século XVIII na América e no sul da Europa), sobretudo nas regiões de caráter urbano. Isso fazia com que os números presentes na capitania de Minas Gerais resultassem de uma característica muito mais universal do que puramente econômica³⁷³.

Como regulamentado pelas *Constituições da Bahia*, diferentemente do dízimo pessoal definido pela taxa da décima parte do ganho, as conhecenças fundavam-se em uma certa quantia valorativa que havia sido determinada através de um contrato social entre os paroquianos e seus párocos através do “costume”. Esse contrato teria contribuído para a implementação de uma estrutura tributária própria do aparelho religioso da região das Minas³⁷⁴, que teve as suas particularidades se comparada aos dos outros bispados da América Portuguesa. Segundo Eduardo Hornaert, a valoração aplicada na cobrança das conhecenças variou conforme as necessidades particulares de cada bispado existente na colônia, devido ao descaso sofrido pelos eclesiásticos com a política de padroado³⁷⁵. De acordo com os representantes da câmara de São João del Rei, isso se confirmou pelo menos no “Rio de Janeiro de que foi parte este Bispado” onde “nada se paga e nem na mayor parte de S. Paulo”³⁷⁶. Veremos mais à frente, no entanto, que as distinções na cobrança desse ônus eclesiástico existiram na colônia não só entre

³⁷² Para rever as definições desses termos retomar a seção 2.2.2 do capítulo 2.

³⁷³ FRANCO, Renato. *A piedade dos outros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, pp. 49-83.

³⁷⁴ BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986, p. 73.

³⁷⁵ HORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil: primeira época – período colonial*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2008, p. 285.

³⁷⁶ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 129, doc. 40. Representação da câmara de São João del Rey para a rainha D. Maria I, reclamando dos abusos dos párocos pelas cobranças das conhecenças. 21/11/1778.

as dioceses, mas por vezes também entre as próprias freguesias que compunham uma mesma diocese.

Isso configurava, pelo menos no caso das conhecenças, uma grande flexibilidade de aplicação pelos poderes eclesiásticos e seus subordinados, o que nos permite formular algumas questões gerais para pensar o caso do bispado de Mariana. Como ocorria a recepção do corpo normativo das *Constituições da Bahia* no bispado de Mariana? Existia a possibilidade de flexibilizar a sua utilização, ou seja, de adaptar a norma ao meio? Levando em consideração as duas questões anteriores, como ficava o poder e autoridade do bispo diante desse corpo normativo, principalmente nos casos de atrito de jurisdição? O bispo possuía autonomia para decidir sobre a aplicação ou não desse corpo normativo? Como a recepção dessa norma pode nos ajudar a entender a aplicação do episcopalismo como projeto religioso no bispado de Mariana, através da interação de Pontevel com outros poderes, com a comunidade de fiéis e com o corpo de eclesiásticos?

Para chegarmos a algumas respostas para as perguntas apresentadas acima, precisamos, antes de tudo, pensar o conjunto normativo que foram as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, como documento jurídico e histórico. As constituições diocesanas, num sentido mais geral, possuíam uma finalidade bem prática como todo corpo de leis, seja ele civil ou religioso. Nesse sentido, elas podem ser classificadas como um instrumento jurídico-pastoral à medida que visavam (através de um conjunto de leis, decretos, disposições episcopais, bulas, breves e ordens régias) regular a disciplina, a doutrina e a liturgia de uma determinada diocese visando, desse modo, governar e manter estável a Igreja³⁷⁷.

No caso das constituições baenses, no entanto, além de manter a disciplina em uma diocese, a configuração desse corpo normativo mostrou-se muito útil para a população da Bahia que tinha seus interesses prejudicados pela justiça eclesiástica local em torno da cobrança de emolumentos. Foi o povo da Bahia que, através de representações da câmara de Salvador e da investida de um procurador, denunciou ao rei, nas *Queixas do Povo da Bahia* (1698) de Antônio da Silva Pinto, as práticas realizadas pelos eclesiásticos da capitania. Era necessário, então, um corpo normativo para conter esses abusos, o que foi de fato requerido³⁷⁸.

³⁷⁷ FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales. *Estudo introdutório*. In.: Sebastião Monteiro da Vide. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales. *Estudo introdutório e edição*. São Paulo: Edusp, 2010, pp. 47-73. FEITLER, Bruno. Quando chegou Trento ao Brasil? In: Antônio Camões Gouveia com David Sampaio Barbora e José Pedro Paiva (coord.), *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas*. Olhares novos, Lisboa, CEHR, UCP, 2014, pp. 157-173, p. 171.

³⁷⁸ Ibidem, pp. 37-41.

Esse caso tem em si muita semelhança com o das conhecenças da qual estamos tratando neste capítulo, mas uma diferença se destaca. Enquanto que no governo de Monsenhor Monteiro da Vide, no arcebispado da Bahia, as *Queixas do Povo da Bahia* denunciavam um problema de abuso eclesiástico tanto na esfera paroquial de cura de almas quanto na esfera judicial do Tribunal Eclesiástico, a questão das conhecenças no bispado de Mariana contou com outras questões inerentes ao problema do abuso. O arcebispo da Bahia tinha ciência desses problemas e da necessidade de combatê-los através da redação de um *corpus* normativo, tendo sido nomeado ao Arcebispado da Bahia para resolver isso. Já no bispado de Mariana, veremos uma querela mais complexa, a qual envolveu, inclusive, discussões em torno da aplicação ou não das *Constituições da Bahia* pelo próprio bispo de Mariana. Como já dito anteriormente, a aplicação das Constituições não era absoluta, visto que cada diocese tinha liberdade para redigir o seu próprio conjunto de normas. No entanto, não houve nenhuma movimentação nos demais bispados da América Portuguesa para a confecções das suas próprias constituições. Em vista disso, as *Constituições* de 1707 eram tidas como centrais quanto à norma na América Portuguesa, apesar da sua aplicação ter ficado à mercê de cada prelado. Um exemplo que podemos esboçar é o do primeiro bispo de Mariana D. Frei Manuel da Cruz, o qual, segundo Caio Cesar Boschi, fez mais uso das decisões do Concílio de Trento, teólogos, canonistas e tratadistas específicos do que nas *Constituições do Arcebispado da Bahia*³⁷⁹. As questões implícitas aí, mais do que deixar vir à tona interesses de caráter econômico, deixou transparecer também relações de conflito presentes na comunidade colonial mineira referentes às questões dos poderes locais e da hierarquia da Igreja. Voltemos então à questão das conhecenças...

As indagações em torno do ônus das conhecenças na capitania de Minas Gerais estiveram presentes nas relações sociais desde os primórdios da colonização dessa região. Quintiliano Alves Pereira, vigário da freguesia de Congonhas do Campo, confirmou a Pontével a antiguidade dessa taxa, referenciando a necessidade tida pelos primeiros descobridores do sertão mineiro em levar consigo ministros eclesiásticos que lhes garantissem o cumprimento das suas necessidades espirituais. Afirmou, no entanto, que “elles (os primeiros descobridores)

³⁷⁹ BOSCHI, Caio C. Os escritos de D. Frei Manuel da Cruz e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. In.: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton S. (Org.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, pp. 400-418.

por direito Divino, e humano estavam obrigados a dar o preciso para a sua sustentação”³⁸⁰. Essa prerrogativa é também colocada pelo mesmo vigário como isenta de comprovação, existindo apenas a memória oral daqueles que acompanharam esses desbravadores. Desse modo, ressaltou que, apesar de não terem deixado nenhuma lembrança por escrito à posteridade:

(...) sabe-se, contudo por uma tradição constante que os povos destas Minas contribuíam para a Cômgrua sustentação dos Ministros Ecclesiasticos com a Conhecença de uma oitava de ouro por cada uma pessoa de Comunhão, e meia oitava por cada uma, que era só de Confissão.³⁸¹

Esta tradição, apresentada pelo vigário, havia sido confirmada através da visita geral feita por D. Lourenço de Valadares, em 1711, por comissão ordenada pelo bispo do Rio de Janeiro, D. Francisco de São Jerônimo, o qual deixou registrado tal assunto nos livros da igreja de Santo Antônio de Mouraria do Arrayal Velho, no qual se dizia o seguinte:

Mandamos que por ser Creação destas Minas pagar-se as Aleluias no tempo das Confissões da Quaresma como Conhecenças Parochiaes não sejam os Parochos escandalosos no excesso das ditas Conhecenças pelo perigo que tem de se encontrarem com a administração dos Sacramentos e não parecer com vos menos entendidos espécie de Simonia: pelo que acomodando-nos ao estilo, e costume antigo levarão uma oitava por cada pessoa que for da Sagrada Comunhão e meia pelas pessoas que o não forem: com pena de que fazendo o contrário se lhe dar em culpa em Vizita, e se proceder contra elles.³⁸²

No início do século XVIII, a taxação de uma oitava do ouro custava 1.500 réis³⁸³, sendo a paga de conhecença de 1.500 réis para os que eram de comunhão, e de 750 réis para os que eram de confissão. Diante dessa quantia, considerada exorbitante pelos moradores da região das Minas, iniciaram-se os pleitos em favor de uma diminuição dessa taxação. Em 1713, a câmara da vila de Ribeirão do Carmo pediu ao rei que “aliviasse” a população mineira, utilizando do dízimo para fornecer cômgruas aos eclesiásticos³⁸⁴. Lembremos, aqui, da carta

³⁸⁰ Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Códice nº 1 – Generalidades. Série: Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 12. Resposta do Doutor Quintiliano Pereira, 20/12/1788.

³⁸¹ Ibidem.

³⁸² Ibidem.

³⁸³ MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal (1750-1808)*. Tradução de João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 382.

³⁸⁴ FONSECA, Claudia Damasceno. Freguesias e Capelas: instituição e provimento de igrejas em Minas Gerais. In: *A Igreja no Brasil: Normas e Práticas durante a vigência das Constituições do Arcebispado da Bahia*. Org.: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton Sales. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, p. 435.

pastoral citada anteriormente a qual tratou do mesmo problema, demonstrando a persistência dessa prática pelos habitantes de Minas até o final dos setecentos.

Outro caso é o do requerimento da câmara de Vila Rica, tido, pelas câmaras mineiras no final do século XVIII, como exemplo da penúria de longa data que sofriam os Povos das Minas. Ele foi enviado para D. João V, o qual determinou que o bispo do Rio de Janeiro, D. Francisco de São Jerônimo, regulasse a taxa das conhecenças para que findassem as querelas em torno desse assunto. Com isso, D. João V determinou a paga da cômgrua anual aos párocos colados da região das Minas no valor de 200 mil réis anuais provindos dos cofres da Real Fazenda. Essa quantia era retirada do ganho dos dízimos prediais arrecadados dos mesmos moradores da capitania mineira³⁸⁵.

É possível resumir o conflito das conhecenças em três momentos normativos antes da chegada do quarto bispo de Mariana, D. Frei Domingos da Encarnação Pontével, em 1780.

O primeiro deles foi um resultado da ordem régia, já mencionada acima, enviada por D. João V ao bispo do Rio de Janeiro em 1719, no qual este normatizou a taxa das conhecenças através de uma pastoral. Definiu-se, a partir daí, que as conhecenças seriam cobradas sem levar em consideração as diferenças do estado civil e dos sacramentos (confissão e comunhão) dos fiéis. Assim sendo, “cada pessoa, ou seja, de comunhão, ou só de confissão, pague somente de conhecença por oitava de ouro na qual a taxa atendemos a que os vassallos da Sua Magestade fiquem favorecidos nas ditas conhecenças, pagando só por eles a quinta parte de huma oitava (o que equivalia a 300 réis)”³⁸⁶. Logo, ao contrário do que foi esboçado pelo historiador Diogo de Vasconcelos³⁸⁷, a taxa das conhecenças no bispado de Mariana não seguiu o que havia sido estipulado nas *Constituições da Bahia*, valendo-se apenas do costume antigo reforçado pela ordem real e pela carta pastoral.

Mas a perseverança dos paroquianos em não aceitar essa delimitação pecuniária resultou em outra determinação régia de D. João V, na qual este ordenou a feitura de uma Junta governativa para que se pudesse discutir sobre as conhecenças. Ordenou então uma reforma geral não só dos emolumentos eclesiásticos, mas inclusive dos oficiais da justiça secular e eclesiástica, respeitando “a pouca gente, a abundância de ouro e carestiadados víveres, que então

³⁸⁵ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 17. Ordem Régia (cópia) de D. João V registrada em Edital pelo bispo do Rio de Janeiro, D. Francisco de São Jerônimo, referente a regulação da taxa das conhecenças na região das Minas. 18/02/1719.

³⁸⁶ Ibidem.

³⁸⁷ Ao tratar das conhecenças no bispado de Mariana, o historiador ressalta os pleitos que ocorreram entre eclesiásticos e paroquianos, mas ao tratar da taxa eclesiástica em si não apresenta as suas particularidades, utilizando apenas o código das *Constituições da Bahia* para compreender as questões em torno dessa taxa. VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira: Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, pp. 47-50.

havia”³⁸⁸. Esse foi o segundo momento, que ocorreu em novembro de 1735, em Vila Rica, onde a junta se organizou no palácio do Governador Gomes Freire de Andrada. Estiveram presentes para a votação nessa junta os representantes tanto dos poderes civis quanto dos eclesiásticos da região das Minas³⁸⁹. A votação em torno das conhecenças, apesar da resistência do Juiz do Fisco Brás do Valle, foi regulamentada em consonância com a pastoral ditada pelo bispo do Rio de Janeiro, D. Francisco de São Jerônimo, em 1719. Assim permaneceu a regulamentação até fins do século XVIII, quando as contendas em torno desse assunto tomaram ares mais revoltosos.

No terceiro momento dessa querela, as conhecenças só foram citadas novamente na pastoral de 1758, provida pelo primeiro bispo de Mariana, D. Frei Manuel da Cruz. Este teve por objetivo atender às representações que os Povos do bispado de Mariana haviam feito à Coroa sobre a vexação que sofriam em pagar emolumentos aos capelães e aos párocos simultaneamente:

Fazemos saber que sua Magestade Fidelissima que Deos goarde attendendo a reprezaçoens, que lhes derão os Povos deste Bispado sobre a grande vexação, que experimetavão em pagarem cõngrua aos capellaens das capelas de que herão applicados, para lhe administrarem o pasto espiritual por não poderen hir as Matrizes nos domingos e dias Santos, pelas grandes distancias, pagando juntamente conhecenças e mais direitos Parochiaes aos seus Parochos³⁹⁰.

Em vista das reclamações dos paroquianos em terem de sustentar com conhecenças tanto os párocos quanto os capelães das freguesias e, ainda assim, também terem de pagar o dízimo à Coroa Portuguesa, a pastoral de 1758, provida por D. Manuel da Cruz, teve por objetivo solucionar tal situação. Determinou-se, então, que a paga dos capelães deveria ser concedida pelos próprios párocos das freguesias³⁹¹. Não poderia ele, contudo, interferir na taxaão das conhecenças, já que esta havia sido justificada “por costume, mas taxado

³⁸⁸ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 26. Requerimento do padre Vidal Jose do Vale, vigário colado da igreja de Nossa Senhora do Pillar, em Vila Rica, pedindo por certidão da ordem régia que fez uma junta para taxar as conhecenças, 11/11/1788.

³⁸⁹ Desse modo, foram chamados: Martinho de Mendonça de Pina e Proença, o desembargador e juiz do fisco, Bráz do Valle, o intendente de Vila Rica, João Soares Tavares e dois procuradores do bispo do Rio de Janeiro, D. Frei Antônio de Guadalupe, respectivamente o Reverendo Cônego D. Henrique Moreira de Roza Coutinho, vigário da Vara do Rio das Mortes e o Reverendo Cônego D. Henrique Moreira de Carvalho.

³⁹⁰ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 26. Requerimento do padre Vidal Jose do Vale, vigário colado da igreja de Nossa Senhora do Pillar, em Vila Rica, pedindo por certidão da certidão de uma pastoral feita por Dom Manuel da Cruz. Acompanha cópia da certidão, 11/11/1788.

³⁹¹ CARRATO, Jose Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais: notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1968, pp. 55-57.

antigamente pelo reverendo bispo dom Francisco de São Jerônimo”³⁹². Desse modo, os párocos tiveram de fazer uso das conhecenças recebidas dos paroquianos para promover o pagamento dos capelães das suas respectivas freguesias. Podemos verificar isso nas palavras de D. Manuel da Cruz na pastoral de 1758:

Devem os capellaens destas capellas filiais serem unicamente satisfeitos pelos seus Reverendos Parochos respectivos, por que a estes toca distribuir o pasto espiritual às suas ovelhas por si, ou por outro, na qual obrigação inerente ao officio pastoral hé que [...] os mesmos Parochos tem a receberem dos fregueses os benezes, e que como os Parochos não só tem a cõgrua com que a sua Real grandeza lhes assiste, mas também cobrou as conhecenças, e mais direitos Parochiaes devem nas sobreditas capellas filiais, que por nos forem pregados necessárias, e sem os quais os fregueses não terão o Pasto Espiritual de que necessita³⁹³.

A nova regulamentação do pagamento dos capelães, porém, não resolveu o problema que enfrentava o corpo eclesiástico da capitania mineira, assim como também não estancou as reclamações que saíam das vozes dos Povos das Minas. A extensão territorial do bispado de Mariana implicava em uma grande quantidade de capelas que deveriam ser administradas pelos párocos de cada freguesia. O problema posto nessa estruturação eclesiástica, a qual foi reforçada pela pastoral do primeiro bispo de Mariana, era que os párocos deveriam pagar seus capelães com os emolumentos que recebiam, contando, inclusive, com as conhecenças. Mas o fato é que a configuração do Bispado de Mariana, ao longo de todo o século XVIII, não favorecera o recebimento, pelos párocos, de todos os emolumentos prescritos pela pastoral. E isso a começar pelas cõgruas de 200 réis providas do tesouro da Real Fazenda, que era fornecida apenas àquelas freguesias que eram coladas pela Coroa Portuguesa, ou seja, que eram administradas, através do direito de padroado, pelo rei Grão-Mestre da Ordem de Cristo³⁹⁴.

Por sua vez, as próprias paróquias coladas não estavam livres dos conflitos com seus paroquianos, já que estas também sofriam com a miséria que assolava a sustentação da sua

³⁹² Cf. Copiador de algumas cartas particulares do excelentíssimo e reverendíssimo senhor dom Frei Manuel da Cruz, bispo do Maranhão e de Mariana (1739-1762). Transcrição, organização e notas de Aldo Luiz Leoni. Estudo crítico do códice original do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. Ouro Preto, 2003. ICHS/UFOP. Fls. 124v. Apud. SANTOS, Patrícia Ferreira dos. Poder e Palavra: discursos, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764). São Paulo: Hucitec, 2010.

³⁹³ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 26. Requerimento do padre Vidal Jose do Vale, vigário colado da igreja de Nossa Senhora do Pillar, em Vila Rica, pedindo por certidão da certidão de uma pastoral feita por Dom Manuel da Cruz. Acompanha cópia da certidão, 11/11/1788.

³⁹⁴ Tal dignidade foi conferida, em 1522, pelo Papa Adriano ao rei de Portugal Dom João III e foi retransmitida a todos os reis de Portugal que foram seus sucessores. Azzi, Op. cit., p. 163.

freguesia e com atritos relativos aos interesses desses agentes locais³⁹⁵. Segundo Eduardo Hornaert, existia uma ruptura no Brasil em que o clero se dividia entre o privilegiado (aquele que vivia das cômguas do padroado régio, era estudado e se instalava nas cidades), e o clero interiorano (que vivia das conhecenças e outros emolumentos como os “pés de altar”³⁹⁶). No entanto, a situação era visivelmente calamitosa nos dois tipos de freguesias. Os dízimos arrecadados pela Coroa, apesar do dever de sustentação e manutenção do clero estipulados pela política de padroado³⁹⁷, não eram inteiramente destinados à manutenção da rede eclesiástica³⁹⁸. O seu valor era considerado irrisório se comparado às despesas sob a responsabilidade dos párocos, o que poderemos ver mais à frente neste capítulo.

No período que se estende da entrada de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel no bispado de Mariana até o final do seu governo, o arranjo desse bispado contava com um total de cinquenta e quatro freguesias, sendo pelo menos onze delas encomendadas, como já fora mencionado (tabelas 2 e 3³⁹⁹)⁴⁰⁰. Logo na sua chegada, no seu primeiro ofício tratando das primeiras informações sobre o bispado que acabava de assumir, Pontevel se deparou com as dificuldades que os párocos passavam para conseguir manter o pasto espiritual dos fiéis. Usou como exemplo, para falar da situação estrutural do corpo eclesiástico, as freguesias de Nossa Senhora do Caminho Novo e a de Nossa Senhora da Assumpção, as quais “como estas, me segurão haver ainda mais neste Bispado”. Os párocos tinham dificuldades em administrar o pasto espiritual não só pelo fato de não receberem grande parte dos emolumentos, mas, inclusive, pelo fato de serem encomendados e não poderem receber a cômguia da Real Fazenda. Desse modo, manter um corpo de capelães que cuidasse do pasto espiritual e da manutenção das igrejas em todas as capelas erigidas tornava-se algo impossível diante das despesas e do parco recebimento de emolumentos. O maior exemplo disso foi o caso da freguesia de Nossa

³⁹⁵ SANTOS, Patrícia Ferreira dos. *Poder e Palavra: discursos, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764)*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 172.

³⁹⁶ HORNAERT, Eduardo. A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial. In: *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 284.

³⁹⁷ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2007, pp. 331; RUBERT, Arlindo. *Historia de la Iglesia en Brasil*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, pp. 41; AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, 164; VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira: Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 47.

³⁹⁸ Santos, Op. cit., p. 175.

³⁹⁹ Ver na seção 2.1.1.

⁴⁰⁰ Para modo de comparação com as paróquias existentes no bispado de Mariana, Arlindo Rubert apresenta uma estatística de paróquias dos bispados da América Portuguesa para o ano de 1779. O bispado do Rio de Janeiro possuía 111 paróquias, o arcebispado da Bahia possuía 94, o bispado do Pará possuía 104, o bispado de Mariana possuía 51, o de São Paulo possuía 63 e o bispado de Olinda possuía 111 paróquias. Rubert, Op. cit., p. 319.

Senhora da Glória do Caminho Novo, da qual já tratamos. Vejamos agora o que ele explanou sobre as conhecenças:

O Parocho, conforme a informação que tirei, não recebe Conhecenças mais que huma só das três Roças que lhe paga trinta mil reis, ainda pagando-lhe as Conhecenças, [...] e por conta da sua família e escravatura *que* hé ali a mais numeroza. Este Parocho me pareceo bom, e todos delle me disseram bem vive com muita moderação, e por isso passa com isso que lhe rende o curado, e do que tira de hum pequeno patrimônio seu, que ali tem. Mas para por Capelaens de todo não lhe chega. Satisfaz as três Capelas dizendo missa cada Domingo em huma, não sendo possível que todos os Freguezes accudão a Matriz pela distância de mais de quatro legoas.⁴⁰¹

A problemática das conhecenças, como se pôde notar na descrição acima, também foi um fator intensificador das dificuldades enfrentadas pela igreja mineira em manter as suas estruturas de culto e corpo eclesiástico. As despesas e taxações instituídas sobre os moradores das Minas – como o quinto, dízimo e conhecenças – contribuíram para que as relações entre esses dois agentes sociais (párocos e paroquianos) não passassem sem contendas. Não raro, assim como pressupôs o quarto bispo de Mariana, ocorreram situações em que os párocos não as recebiam no período da desobriga da Quaresma, fazendo com que os conflitos e tensões que já existiam entre eclesiásticos e paroquianos ganhassem dimensões maiores no final do século XVIII.

Logo, somando o aumento do número de freguesias coladas àquelas que eram apenas encomendadas, os paroquianos da capitania de Minas Gerais passaram a questionar o pagamento das conhecenças, já que os párocos já recebiam o salário da cômgrua anual. Desse modo, em requerimento, D. Francisco Antônio de Sales e Moraes, o procurador dos povos de Minas, pediu à rainha “para suspender o procedimento dos ditos Parochos destes Emolumentos”. Denunciou ele que as conhecenças de 300 réis eram “indevidas e que exigem por cada pessoa indistintamente os Parochos da mesma Capitania contra a expressa determinação de Vossa Magestade”⁴⁰².

Os pleitos em torno das conhecenças, no período do governo de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel, fez com que circulasse uma grande gama de documentos tanto de acusações quanto de defesa. Assim, ao longo da década de oitenta do século XVIII, as câmaras da capitania de Minas Gerais, em conjunto com os requerimentos do Procurador dos Povos,

⁴⁰¹ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 116, doc. 16. Ofício de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, informando-lhe sobre a sua chegada e a situação do referido bispado, 29/03/1780.

⁴⁰² Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 127, doc. 21. Requerimento de D. Francisco Antônio de Sales Moraes à rainha D. Maria I, 25/09/1787.

iniciaram reclames junto à Coroa Portuguesa. Por conta disso, a rainha D. Maria I solicitou ao bispo Pontével o envio de cartas explicativas do punho de todos os párocos das freguesias, para que se pudesse chegar a uma resolução para essa contenda.

3.2 – Os argumentos dos Povos: conduta, jurisdição e decadência

Os requerimentos de D. Francisco de Sales e Moraes, o procurador dos Povos de Minas, e as representações redigidas por algumas câmaras da capitania mineira carregavam consigo estratégias argumentativas munidas de uma variedade de tópicos. Eram abrangidos desde o comportamento e exemplo dos párocos até a decadência das Minas por conta da exorbitante taxação das conhecenças. Essas justificativas foram o cerne desse pleito e fizeram com que ele se estendesse por toda a década de 80 e início da de 90 do século XVIII. A Coroa Portuguesa, por sua vez, conduziu o conflito com cautela, exigindo maior comunicação entre os agentes civis e eclesiásticos para tomar as providências necessárias.

Antes de iniciarmos as discussões que se estenderão pelos tópicos seguintes, vale ressaltar quem eram esses Povos de Minas. Na definição do dicionário do jesuíta Raphael Bluteau, de 1728, tinha-se por definição de Povo: “os moradores de huma Cidade, Villa ou lugar”, aquilo que se definia por “nação, gente” ou que também significava “que segue a opinião, ou as máximas do povo”⁴⁰³. Na cultura ibérica medieval e do Antigo Regime, e conseqüentemente, a que se entendeu para a América Portuguesa, o conceito de “povo” também possuía uma conotação política, para além de significar a totalidade de um grupo de pessoas de uma região, como afirmara Bluteau em sua primeira definição. Representava, neste caso, a totalidade do corpo político através do pacto existente entre o rei e seu povo (mas um povo sempre tutelado pelo rei), como também é possível identificar nas outras duas definições. Era isso, por exemplo, o que garantia aos Povos de Minas o direito de fazer petições, requerimentos e reivindicações à Coroa através das câmaras das quais faziam parte ⁴⁰⁴. No entanto, essas definições atribuem um significado bem abstrato para esse conceito, dificultando a compreensão das especificidades sociais existentes por trás da sua utilização. Por exemplo: por quem os Povos de Minas falavam? Era para toda a população da capitania ou era somente para os potentados? Os pobres, escravos, desclassificados e livres estavam inclusos nesse grupo que

⁴⁰³ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*. Vol. 6, 1728, p. 661.

⁴⁰⁴ PEREIRA, Luisa Rauter. Uma história do conceito político de povo no Brasil: Revolução e historicização da linguagem política. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH • São Paulo, julho 2011, pp. 5-7.

se denominava “Povos de Minas”? Ao longo dessa seção responderemos essas questões. Por hora, voltemos às reivindicações dos povos.

Em meados da década de oitenta do século XVIII, D. Francisco Antônio de Sales e Moraes, Procurador dos Povos das Minas na ocasião, enviou um requerimento à rainha de Portugal, pedindo a suspensão da cobrança das conhecenças. O procurador dos Povos, nesse requerimento, referia-se à taxação das conhecenças em 300 réis sem distinção entre pessoas de comunhão e confissão, ou seja, “que exigem por cada pessoa indistintamente os Parochos da mesma Capitania”. Também ressaltou a importância desse pedido, alertando à monarca portuguesa dos riscos relativos à desobediência desses párocos, que “contra a expressa determinação de Vossa Magestade publicada na cidade do Rio de Janeiro no anno de 1759, e da Constituiçam do Arcebispado da Bahia pela que se devem regular” fundava-se unicamente “no [uso], e costume dos seos Antecessores, o que por ser de [...] oposta a lei”. Desse modo, esses eclesiásticos não seriam mais dignos, no posicionamento do procurador, de merecer “as piedosas vistas de Vossa Magestade”, já que faltavam com a sua “fidelidade e Serviços”⁴⁰⁵ para com a Coroa portuguesa.

Em outro requerimento, escrito no mesmo período, o mesmo procurador tratou de esmiuçar as ordens régias providas pelos reis antecessores à D. Maria I, ressaltando, inclusive, o papel do bispo do Rio de Janeiro, D. Francisco de São Jerônimo, e do então governador das Minas, o Capitão-General Gomes Freire de Andrade e Castro. Nessa ocasião, tratou de apresentar as ordens régias que eram desacatadas pelos eclesiásticos das Minas, como havia afirmado em outro requerimento, a fim de tentar fortalecer a sua argumentação contra a cobrança das conhecenças. Falou também sobre a expansão populacional ocorrida na região das Minas no início do século XVIII, acarretando migrações de todas as regiões da colônia, e inclusive do reino, para a extração de ouro nessa região.

A cobrança das conhecenças, por sua vez, havia sido regulada somente pela ordem régia de D. João V em 1759 em que, segundo ele, “a som de caixa mandou publicar o Governador Gomes Freire de Andrade, que cobrará os Vigários oitenta reis pelas Cabeças do Casal, pelos Solteiros 40 reis e pelos que não cummungão 20 reis”⁴⁰⁶. Assim, o Procurador dos Povos, ao mesmo tempo que procurou mostrar o entendimento com relação à cobrança das ditas

⁴⁰⁵ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 127, doc. 21. Requerimento de D. Francisco Antônio de Sales Moraes à rainha D. Maria I, 25/09/1787.

⁴⁰⁶ AEAM - Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, códice nº 1 – generalidades. Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 4. Provisão da rainha Maria I para informar ao bispo e governador de Minas sobre o requerimento do procurador dos povos. Anexo: requerimento do procurador dos povos. 26/01/1788.

conhecenças, também buscou rechaçar a pastoral de D. Francisco de São Jerônimo em 1719. Diante disso, as alegações do Procurador procuraram desarticular o regulamento da não divisão social e sacramental entre os fregueses como modo de cobrança dos emolumentos da desobriga da Quaresma.

D. Maria I, em resposta, alegou que não poderia haver “suspensão de cobrança, que não fosse injusta visto achar-se decidido o pagamento das conhecenças aos Parochos pelo uso e costume Geral”⁴⁰⁷. Destarte, em 26 de janeiro de 1788, enviou a D. Frei Domingos e ao governador Visconde de Barbacena uma provisão, informando às duas autoridades sobre os requerimentos do Procurador. Ordenou a mesma rainha que tais ordens régias, citadas por Sales e Moraes, fossem investigadas e, no caso de haver algum tipo de excesso, que esse fosse diminuído, como havia defendido o Governador Visconde de Barbacena:

Sou outro sim servida , que de accordo com o Governador e Capitam General dessa Capitania assim o determineis tão somente no excesso o que se declara nas conhecenças, que exigem presentemente os ditos Parochos pertendendo levar, e levando a título dellas a quantia de trezentos reis por cada pessoa, o que excesso se há de conhecer examinando se as Ordens Regias, que se tem expedido a cerca desta matéria, e fazendo se observar exactamente a última resolução, e Determinação Regia, que tiver havido sobre Ella, ou esta seja a mesma que no requerimento se diz impedida no anno de 1759, e publicada a som de caixa militar pelo Governador Gomes Freire de Andrade, ou outra alguma que depois tenha baixado do Meo Real Trono, e vendo-se também as sentenças dos provimentos dados pela Relação do Rio de Janeiro a favor dos Parochianos, que reccorrerão a ela, das execuçoens violentas, que lhe faziam os Parochos ⁴⁰⁸

O argumento referente à ordem régia de 1759, no entanto, não foi unanimidade dentre as representações das câmaras, havendo momentos em que a sua existência era posta em dúvida pelos próprios denunciante. O fato é que outras alegações ganharam maior força dentro das argumentações desses agentes civis, passando do cunho comportamental dos eclesiásticos para o jurisdicional e, finalmente, para a matéria da decadência das Minas. Todos eles seriam apontados como consequência da indevida taxaçaõ.

O tipo documental que foi utilizado nesta parte do capítulo está composto, em sua maioria, por requerimentos e representações das câmaras que foram enviados à rainha D. Maria I, mas que em alguns casos foram remetidos ao governador Visconde de Barbacena. Segundo Ronald Raminelli, “as intervenções régias serviam de estímulo às emissões camarárias que

⁴⁰⁷ Ibidem.

⁴⁰⁸ Ibidem.

respondiam em apoio ou contestação da política régia em relação ao fisco, defesa, justiça, concessão de privilégios e cargos, entre outros temas”⁴⁰⁹. Essa transitoriedade de correspondências entre poder local e Real poderia ser vista como significante do monarca como um centro de decisão, a cabeça do corpo, para resolver conflitos locais e difundir normas. Tal relação, portanto, poderia demonstrar não uma total autonomia da câmara perante a Coroa, ou o seu total julgo, mas sim uma interação entre os dois poderes que demonstrava a existência de uma interdependência das duas instâncias. Esse tipo de relação institucional também pode ser notado com relação às instituições eclesiásticas, fato esse que verificaremos no caso em questão.

As argumentações apontadas nessa relação de documentos puderam ser analisadas através da formulação de conjuntos argumentativos de caráter congênere identificados no *corpus* documental. Estes nos permitiram analisar com maior clareza os interesses inerentes às reivindicações em torno das conhecenças. Foram identificados três grupos argumentativos: a) o referente à conduta do corpo de eclesiásticos do bispado de Mariana; b) o do atrito entre jurisdições que se sobrepunham (As *Constituições da Bahia*, pastorais e ordens régias); c) a crise econômica da capitania mineira sob o argumento da “decadência”. Vejamos a seguir as implicações de cada uma dessas premissas.

3.2.1 – Da “cobiça dos Eclesiasticos”: a conduta

O comportamento dos clérigos da América Portuguesa sempre foi algo notado pelos viajantes que por aqui passaram, sendo os mesmos frequentemente vistos como faltosos da exemplaridade necessária à postura de um sacerdote. Em especial, temos o caso do clero mineiro que sempre foi severamente criticado não só pelos governantes civis, mas, inclusive, pelos próprios bispos responsáveis pelas regiões das Minas. Eram bêbados, concubinados, apóstatas, contrabandistas, “elementos perturbadores e corrosivos”⁴¹⁰. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a fuga de metais no período do auge da extração aurífera na região das Minas tivera frades como alguns de seus protagonistas, sendo esse o motivo da proibição da instalação de ordens religiosas nas mesmas regiões⁴¹¹. Por isso, já no início do século XVIII,

⁴⁰⁹ RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 76.

⁴¹⁰ SOUZA, Laura, de Mello. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, pp. 174-177; Carrato, Op. Cit., p. 55.

⁴¹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 1 volume 2. São Paulo: Difel, 1982, p. 277.

D. Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, recebera ordens de D. João V para “desinfetar as Minas daqueles homens que não reparam em fazer venais os Sacramentos, usando indecorosamente da administração deles, mais para granjear interesses do que para a edificação de católicos, não sem grande escândalo da Cristandade”⁴¹². Houve denúncias, inclusive, de que os frades de Minas pregavam que os vassalos do rei de Portugal não eram obrigados a contribuir com as despesas da Real Coroa. Fato esse que não fora negado pelo bispo do Rio de Janeiro, D. Frei Francisco de São Jerônimo, o qual procedia contra esses faltosos religiosos com a excomunhão⁴¹³.

Ao que tudo indica, essa imagem dos clérigos foi fomentada pelas autoridades civis e eclesiásticas durante todo o decorrer dos setecentos, fazendo com que o caso das conhecenças não fosse tratado de forma distinta pelos agentes das câmaras da capitania de Minas Gerais no final do século. No âmbito da Igreja, temos o exemplo do primeiro bispo de Mariana, D. Frei Manuel da Cruz, que sempre tratou do comportamento dos eclesiásticos nas suas pastorais, não deixando de destacar as várias contestações que sofreu o clero colado e encomendado⁴¹⁴.

Com D. Frei Domingos, a situação do clero não era muito diferente. No início do seu governo, teve de fazer uma pastoral admoestando os párocos que confabulavam com alguns paroquianos para desviar parte do dízimo (o qual era encaminhado à Coroa) para lhes pagar as conhecenças. Tendo em vista que as pastorais possuíam a função de afirmar a autoridade hierárquica do bispo junto aos eclesiásticos e fiéis com formalismos comportamentais e doutrinários⁴¹⁵, Pontevel não tardou em fazê-la circular em 27 de julho de 1780, com o preceito de “desterrar desta Diocese os abusos e corruptelas que a laxidão dos tempos tem introduzido”⁴¹⁶. Corrupções essas que demonstravam, para aqueles que o tinham que reger, a existência de um clero mineiro insubmisso aos poderes espirituais e temporais, fazendo das “coisas espirituais em um lucrativo comércio”⁴¹⁷.

Desse modo, em mais um dos requerimentos enviados à rainha em 1791, o Procurador dos Povos das Minas reafirmou a má conduta dos párocos de Minas com relação à cobrança de

⁴¹² Cf.: Cartas entre o Conde de Assumar e o rei de Portugal D. João V. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo 1 volume 2. São Paulo: Difel, 1982, pp. 277.

⁴¹³ Ibidem.

⁴¹⁴ SANTOS, Patrícia Ferreira dos. *Poder e palavra: discursos, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764)*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 197.

⁴¹⁵ TORRES-LODOÑO, Fernando. Sob a autoridade do pastor e a sujeição da escrita. *História e Debates*. Curitiba: Editora da UFPR, ano 19, nº 36, 2002, pp. 161-188.

⁴¹⁶ AEAM - Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, códice nº 1 – generalidades. Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 4. Carta Pastoral de Frei Domingos da Encarnação Pontevel sobre a usurpação que fazem os habitantes do Bispado de Mariana aos dízimos da rainha. 27/07/1780.

⁴¹⁷ BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986, p. 72.

emolumentos, dizendo que eles deveriam ser os primeiros em “compor-se para darem aos seus Freguezes o exemplo [...] interesse; depois a de caridade para não parecerem que só são pastores para [extorquir]”⁴¹⁸. Vê-se que o corpo eclesiástico das Minas permaneceu ligado, pelo oficial, à imagem de ganância e ambição, sendo colocado como amante das coisas mundanas e temporais e somente interessado no enriquecimento próprio. Pode-se perceber que, a partir dessas alegações, a função dos eclesiásticos era notada por esses agentes sociais como um mero meio de enriquecimento, ou senão de manutenção de um *status* social. Nesse sentido, segundo Luiz Carlos Villalta, o colhimento de emolumentos paroquiais foi um importante atrativo para os aspirantes à vida sacerdotal; no entanto, mais do que a questão financeira, o atrativo principal era a ascensão social, como já vimos no capítulo anterior⁴¹⁹.

Para além das reclamações voltadas ao abuso da taxação desse emolumento eclesiástico, houve também denúncias da conduta dos párocos com relação ao abuso de poder espiritual. O que fez com que os moradores da vila de Pitangui denunciassem, desse modo, a “violência do Direyto Divino, e Régio, sem notável preção dos Povos multiplicados pleitos, [...] Escandallos que nascem da sempre notada cobiça dos Ecleeziasticos”⁴²⁰. Essa conduta repressiva, segundo os paroquianos, causava-lhes constrangimentos diante da comunidade onde viviam, já que não conseguiam arcar com as demandas taxativas, e ainda assim viam-se em processos judiciais que, na maioria das vezes, eram perdidos para os párocos⁴²¹.

O desembargador professo da Ordem de Cristo, Luís Ferreira de Araújo, apresentou, em atestado à rainha, os impasses enfrentados pelos fregueses para administrar as suas infelizes relações com os párocos. No seu dizer, os párocos “atropelão aos mais indigentes obrigando-os muitas vezes a tão dolorosa e pesada satisfação por meios judiciais, em que ainda para maior infelicidade são convencidos por lhes faltar o necessário para se defenderem e sustentar demandas”. A falta de recursos para manter o sustento dos párocos é, para os paroquianos, tida

⁴¹⁸ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 136, doc. 70. Requerimento de D. Francisco de Salles e Moraes à rainha D. Maria I, pedindo a resolução do problema das conhecenças. Anterior a 26/11/1791.

⁴¹⁹ VILLALTA, Luiz Carlos. A Igreja, a sociedade e o clero. In.: LAGE, Maria E. de R., VILLALTA, Luis C. (Org.). História de Minas Gerais: as minas setecentistas, vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, pp. 30-31.

⁴²⁰ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 129, doc. 40. Representação da câmara da Vila de Pitangui para o rei D. José I, reclamando dos abusos dos párocos pelas cobranças das conhecenças. 31/12/1775.

⁴²¹ Existiram casos, no entanto, da conclusão desses processos judiciais se aterem contra os párocos processados. Esse foi o caso, por exemplo, do processo feito contra o vigário da igreja matriz da vila Manoel Pereira de Pinho (prelazia de Goiás) Ângelo Martins, em 1783. O processo havia corrido na instância da capitania de Minas Gerais, mais especificamente, no tribunal do Rio das Mortes, tendo a sua sentença a favor do pároco. Os apelantes do caso recorreram para a segunda instância, que era a Relação do Rio de Janeiro, onde o processo findou-se favorável a eles. Os argumentos de acusação foram os mesmos aqui apresentados: a prática de simonia, corrupção, ambição e o da voluntariedade (que será apresentado na seção seguinte). NORONHA, Padre João Antunes de. *Demonstração Apologética a favor das Conheçenças dos Parochos em Minas*, 1783, pp. 19-22.

como o principal fator de desentendimento entre fregueses e eclesiásticos, que não falhavam em cobrá-los e os fazerem “constrangidos das severas reprehensões, e descomposturas que sem caridade nem atenção à mais conhecida miséria recebem as ditas conhecenças para as consumirem em açoens vaidosas, e improprias dos seus ministérios”⁴²². Vide a representação da câmara de Vila Rica, a qual argumentou que os párocos das Minas usavam com alguns paroquianos “tempos executivos e de força”, negando-lhes a obtenção dos sacramentos e a desobriga Quaresmal⁴²³.

As alegações de que essas condutas eram realmente realizadas por alguns párocos puderam ser confirmadas pelo despacho do padre Bernardo Rebello, do arraial da Onça, em 1778, pedindo ao bispo de Mariana, que no momento ainda não havia assumido o bispado fisicamente, que tomasse providências com relação às ações praticadas pelo pároco (não nomeado) e o capelão, Manoel da Fonseca, que não estavam em concordância com um perfil cristão. Rebello ressaltou a decadência econômica das Minas como fator central para o impedimento do pagamento das “meyas patacas” por alguns paroquianos. Por não receberem, o vigário e o capelão os impediram de entrar na igreja para assistir à missa e os excomungaram. Esse procedimento, segundo ele, era “indigno de se praticar entre católicos”⁴²⁴. A declaração de um eclesiástico confirmando o comportamento inadequado de um pároco e de seu capelão pode nos indicar que havia sim a má conduta por parte de alguns, mas esses comportamentos não poderiam ser generalizados para todo o corpo de eclesiásticos. É importante ressaltar que o atestado do padre Bernardo Rebello foi utilizado pelo desembargador Luís Ferreira de Araújo para fundamentar as críticas feitas aos eclesiásticos pelo Procurador dos Povos e, desse modo, deslegitimar moralmente todo o corpo de eclesiásticos do bispado de Mariana. O seu objetivo era fazer com que, assim, suas súplicas pela modificação da taxação das conhecenças fossem atendidas pela rainha D. Maria I.

A má conduta dos párocos também foi esmiuçada pelo Procurador dos Povos, quando esse tratou do cumprimento ou não das ordens régias por eles. Segundo ele, os párocos articulavam “contra as leis piissimas dos Reis Predecessores, contra as constituições do

⁴²² Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 134, doc. 60. Atestado do desembargador e professo da Ordem de Christo, Luis Ferreira de Araújo e Azevedo, à rainha D. Maria I, informando sobre as repressões feitas pelos párocos e sobre a idoneidade do procurador dos povos, Dom Francisco Salles e Moraes. Vila de São João 01/11/1789.

⁴²³ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 129, doc. 40. Requerimento da câmara de Vila Rica para a rainha D. Maria I, reclamando dos abusos dos párocos pelas cobranças das conhecenças. 05/12/1778.

⁴²⁴ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 134, doc. 60. Despacho do padre Bernardo Rebello para o pároco e capelão (Manoel da Fonseca) sobre a reclamação dos fregueses de que os referidos excomungam e impedem de entrar na igreja aqueles que não pagavam as conhecenças. Pede que o bispo tome providências. Arraial da Onça. 28/10/1779.

Bispado, contra mesmo a respeitável determinação de Vossa Magestade expedida a 20 de janeiro de mil settecentos, e oitenta, e oito⁴²⁵, a que senão deo comprimento”. Eram, portanto, usurpadores e desobedientes “não havendo ordens, nem Justiça Secular ou Eclesiastica, que ponha freio a tantos sucessos opostos a soberana mente de Vossa Magestade como aqueles Vigários”⁴²⁶. Eles que “devião ser os primeiros, exemplares na resolução das Ordens de Sua Soberana, são os mesmos, que a desconhecem”⁴²⁷. E a partir desse raciocínio, o mesmo procurador levantou acusações contra Dom Pontevel referentes ao seu modo de governar o corpo de eclesiásticos. Pois, ao alegar que as ordens enviadas pela rainha em 1788 não haviam sido cumpridas pelos párocos das Minas, Francisco de Sales e Moraes apontou diretamente o bispo de Mariana como o principal responsável pelo não cumprimento, sendo, sobretudo, acusado de prática corrupta. Como podemos ver:

Sua Magestade foi servida mandar por hum aviso ao Capitam General das minas o Visconde de Barbacena que se informasse das Câmaras das ditas Minas de que informarão muito bem a favor dos Povos, e como athe o presente *não se tem publicado por suborno do Bispo e dos Vigários*⁴²⁸.

Vê-se, a partir daí, que nem o próprio bispo escapou das acusações morais. Prevaleceu, portanto, nessas queixas, a ideia da figura do funcionário da Coroa como traidor, ao passo que o rei sempre era visto como justo e prejudicado pela qualidade de seus funcionários. Essa mentalidade teria sido muito comum nas colônias do Império Português, assim como em outros reinos europeus, principalmente essas que se viam na sombra do soberano, como diria Pe. Antônio Vieira em metáfora⁴²⁹, ou seja, tão distantes que deturpavam as ações. Com isso, os

⁴²⁵ Essa ordem da rainha teve por objetivo adquirir os relatos das câmaras da capitania de Minas Gerais sobre a questão das conhecenças. Diante disso, ela ordenou que o governador Visconde de Barbacena tomasse providências quanto ao recolhimento dessas representações. Esse documento será melhor apresentado mais à frente.

⁴²⁶ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 134, doc. 60. Petição do procurador geral dos povos de Minas, D. Francisco de Sales e Moraes, à rainha D. Maria I, pedindo a modificação da cobrança das conhecenças. Vila Rica Anterior a 12/08/1790.

⁴²⁷ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 136, doc. 70. Requerimento de D. Francisco de Salles e Moraes à rainha D. Maria I sobre a questão das conhecenças. Anterior a 26/11/1791.

⁴²⁸ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 134, doc. 60. Requerimento do procurador geral dos povos de Minas, D. Francisco de Sales e Moraes, à rainha D. Maria I, pedindo a modificação da cobrança das conhecenças. 26/06/1790. (grifo meu).

⁴²⁹ “E é lástima que, proibindo Alexandre que ninguém pudesse pintar a sua imagem senão Apeles, cá nos apareçam algumas figuras tão dessemelhantes dos soberanos originais, que mais parecem ricos feitiços que verdadeiras imagens do que há de crer a nossa fé que representam. Mas ainda tinham outra maior impropriedade as imagens cortadas pela medida da sombra, porque, segundo o lugar em que estivesse o sol, seriam, sem nenhuma proporção, muito maiores que os mesmos a quem representavam. E isto é o que se vê, como eu dizia, na Ásia, e na América, e nas Índias Orientais, onde nasce o sol, e nas Ocidentais, onde se põe. Não pode haver semelhança mais própria.

sentimentos se afluam contra funcionários da Coroa que abusassem das suas funções⁴³⁰. Até então, esses argumentos também haviam sido utilizados de forma a conseguir da Coroa o cumprimento de requerimentos com a diminuição do “adversário”, visando legitimar a posição do requerente e a sua fidelidade ao soberano. Esse tipo de retórica, segundo Figueiredo, aparecia sob o enfoque da fiscalidade, como foi o caso das revoltas contra a cobrança do quinto em 1736 na capitania mineira, mas também se destacou nas *Cartas Chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga. A presença do mau governador e capitão-general de Minas Luís da Cunha Meneses (na figura do Fanfarrão Minésio) foi retratada usando dessa mesma retórica⁴³¹. Em suma, o que nos foi apresentado acima com relação aos párocos e ao bispo de Mariana se manteve na mesma lógica do “rei traído”, mas, nesse caso, por seus “funcionários” do sacerdócio.

3.2.2 – As Constituições da Bahia e o direito de costume segundo os Povos de Minas

Na formulação das *Constituições da Bahia*, foram preponderantes as inspirações nos decretos do Concílio Tridentino, no Direito Canônico e nas Constituições do Arcebispado de Lisboa⁴³². Os privilégios da Igreja contidos nesses textos normativos foram motivo para a existência de conflitos entre os poderes temporais e espirituais em Portugal e na América Portuguesa, recebendo críticas de um anônimo⁴³³ no século XVIII, o qual apresentou a discrepância existente no colhimento do dízimo pela Coroa Portuguesa, e o fato de os eclesiásticos estarem isentos dessa contribuição⁴³⁴. Os conflitos em torno das *Constituições da Bahia* foram também estimulados pelo procurador da Coroa, atento ao risco que essas

A sombra, quando o sol está no zênite, é muito pequenina, e toda se vos mete debaixo dos pés; mas, quando o sol está no oriente, ou no ocaso, essa mesma sombra se estende tão imensamente que mal cabe dentro dos horizontes. Assim nem mais nem menos os que pretendem e alcançam os governos ultramarinos. Lá, onde o sol está no zênite, não só se metem estas sombras debaixo dos pés do príncipe, senão também dos de seus ministros.” VIEIRA, Padre Antônio. *Sermões*. Vol. XI Erechim: EDELBRA, 1998. Ver: Sermão da dominga vigésima segunda-feira Post Pentecosten (parte IV).

⁴³⁰ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América Portuguesa*: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. Tese de doutorado apresentada do departamento de história da FFLCH-USP em 1996, pp. 232-234; FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope*: História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 52-58.

⁴³¹ GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁴³² SANTOS, Patrícia Ferreira. *Carentes de Justiça*: juizes seculares e eclesiásticos na “confusão de latrocínio” em Minas Gerais. Tese (doutorado) apresentada no departamento de história da FFLCH-USP. São Paulo, 2013, p. 82; TRINDADE, Cônego R. *Arquidiocese de Mariana*: subsídios para sua História, vol. 1 e 2. Mariana: Imprensa Oficial, 1929, pp. 54-55 e 64-65; VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira*: Bispado de Mariana. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 47.

⁴³³ Em publicações anteriores, o título do livro *A arte de furto* foi atribuído ao Padre Antônio Vieira, sendo esta autoria questionada pelos historiadores mais atualmente. Logo, nas edições mais recentes esse título é mencionado apenas como escrito por um autor anônimo, já que não foi possível atribuí-lo a alguém.

⁴³⁴ VIEIRA, Antônio. *A arte de furto*. Amsterdam: Na officina de Martinho Ichagen, 1744, p. 312.

normativas poderiam significar aos interesses do Estado. Por isso, protestou argumentando que não consentia e nem aprovava “nenhuma determinação, que nestas Constituições se ache ofensiva da Jurisdição Real, assim por direito comum, Ordenações e Concordações do Reino, e ainda por costume legítimo, para que sempre fique salvo, e ileso o direito da Coroa”⁴³⁵.

O lugar dos poderes espiritual e temporal foi alvo de grande debate ao longo do período moderno, sendo a determinação dos limites de atuação de cada um extremamente importante para as relações entre os agentes de ambas as instâncias. Desse modo, a recusa do Direito Canônico, presente no debate entre estudiosos portugueses do período moderno, poderia ser um indicativo das tensões referentes à aplicabilidade das *Constituições da Bahia*, já que no Código Canônico existiam muitos artigos que contrariavam a temporalidade dos reis, conferindo poder absoluto ao Papa⁴³⁶. Em Portugal, as discussões em torno desses dois poderes e das suas liberdades de jurisdição passaram por alguns momentos de tensão (como foi apresentado na seção 1.2 do capítulo 1) principalmente no reinado de D. José I, em que as relações diplomáticas com Roma foram cortadas em alguns momentos. Relações essas que só se reconstituíram com mais solidez no reinado mariano, a partir de 1777⁴³⁷. Mas essa retomada não significou o abandono da postura regalista e do episcopalismo por parte da rainha⁴³⁸.

Segundo um anônimo do início do século XVIII, “havia muitas razoes, e occasioens, que habilitão os Reys para procederem contra os Ecclesiasticos: as principaes são, Costume, Concórdia, Privilegio, justa defesação. Costume: porque este tolerado pelos Papas tem força de ley”⁴³⁹. Na contrapartida, para António Ribeiro dos Santos, já no fim do mesmo século um costume longamente usado pela comunidade, e que não fosse contrário às leis do Estado, deveria ser tido por bom e, desse modo, teria prerrogativa de lei⁴⁴⁰. As duas definições do direito

⁴³⁵ Cf.: Sebastião Monteiro da Vide, *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Coimbra, Real Colégio das Artes, 1720, Prólogo. “Protesto do Procurador da Coroa”. In: LAGE, Lana. *As Constituições da Bahia e a Reforma Tridentina do clero no Brasil*. In: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton Sales (Org.). *A Igreja no Brasil: Normas e Práticas durante a vigência das Constituições do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, pp. 151.

⁴³⁶ Ribeiro dos Santos em *De Sacerdotio et Imperio*, ressaltando as intervenções que o direito canônico na autoridade temporal dos reis, como já foi apresentado no capítulo 1. “... os artigos que verdadeiramente pertencem às temporalidades dos Reis, ou são contra a sua soberania e independência, se acham no corpo do direito canônico e autorizados com vários pretextos e sob cor de religião e de piedade, como realmente se acham, podem dar ocasião a que se tomem por matérias próprias e privativas de autoridade poder da Igreja.” Cf.: Notas do Título I, Dos Direitos Reaes, p. 145. In: PEREIRA, José Esteves. *O pensamento Político em Portugal no Século XVIII*: António Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005, p. 355

⁴³⁷ RAMOS, Luís de Oliveira. *D. Maria I*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2007, p. 139

⁴³⁸ É possível notar esse posicionamento portado pela rainha ao repararmos no cuidado tido por ela no que diz respeito às nomeações de párocos e bispos, no funcionamento das ordens religiosas do reino e do Império Ultramarino e na promoção do culto do Coração de Jesus. Ibidem, pp. 87 e 88.

⁴³⁹ *A arte de furta*. Op. Cit., p. 383.

⁴⁴⁰ PEREIRA, José Esteves. *O pensamento Político em Portugal no Século XVIII*: António Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005, p. 357.

consuetudinário em Portugal citadas acima são originárias de períodos diferentes, uma do início e outra no fim dos setecentos, e denotam uma mudança na mentalidade jurídica portuguesa. O direito de costume esteve sempre em voga nas monarquias do período moderno, dando significado aos poderes inerentes à figura do monarca. A soberania do rei sobre outros poderes dentro do seu território era demonstrada através do monopólio do poder que estava em suas mãos; e dentre esses poderes, estava o de guardar os costumes, privilégios e liberdades do seu povo. Na altura das monarquias limitadas, o uso do direito consuetudinário se mostrou muito eficaz na diplomacia do soberano com as cortes e corporações (irmandades, ordens militares, universidades, ofícios e artes) do seu reino, compondo relações de cunho dualista. Apesar da relação de mão dupla, a soberania do poder ainda se mantinha nas mãos do rei, conferindo a este a inteira liberdade para revogar costumes e privilégios já concedidos⁴⁴¹.

A noção do direito de costume em Portugal na segunda metade do XVIII passou por algumas alterações, dentre as quais o fator da longevidade do costume praticado ganhou importância no quesito da sua permanência ou não como direito garantido. Cem anos de prática deveriam ser o tempo mínimo para que o costume tivesse prerrogativa de lei, fator esse que colocou em xeque muitos direitos e privilégios existentes (como na América Portuguesa, por exemplo) e que teria sido um dos motivos do encadeamento das chamadas Inconfidências⁴⁴². Essa definição de costume apoiava-se nos pressupostos da Lei da Boa Razão, datada de 1769. Também filha do projeto reformador do governo josefino, essa lei provocou mudanças profundas na ordem jurídica portuguesa, na qual prevalecia a utilização do jusnaturalismo como base, deixando o direito canônico apenas para as instâncias eclesiásticas⁴⁴³. Essa é a mudança ressaltada também por Paolo Prodi e que marcou a perda por parte da Igreja do poder jurídico na instância civil, fator crucial que demarcou o investimento dessa instituição no controle das consciências pelo sacramento da confissão.

Em seu *Tratado do direito natural*, Tomás Antônio Gonzaga teceu algumas máximas sobre o que se entendia por direito de costume e privilégio nessa nova configuração do Direito português. Esse era calcado em princípios naturalistas, de acordo com os quais o costume se encontrava sujeito às leis que, por sua vez, não dependiam do consentimento dos súditos sobre a sua aplicação, mas sim única e exclusivamente da vontade do soberano. O limite do poder

⁴⁴¹ MERÊA, Paulo. *Estudos de filosofia jurídica e de história das doutrinas políticas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, pp. 137-239.

⁴⁴² ANASTASIA, Carla Maria Junho. A Lei da Boa Razão e o novo repertório da ação coletiva nas Minas setecentistas. *Varia História*, nº 28. Dezembro, 2002, pp. 30-31.

⁴⁴³ TEIXEIRA, António Braz. A filosofia jurídica. In.: CALAFATE, Pedro (Org.) *História do pensamento filosófico português*, vol. III: As Luzes. Editora Caminho. Lisboa, 2001; pp. 73-74.

legislativo do rei se encontrava apenas nas instâncias do direito divino e do direito natural⁴⁴⁴. A definição de costume, nesse sentido, era “uma frequência de atos externos feitos ao menos pela maior parte da sociedade”, ou seja, eram atos cuja validade não constava no código de leis positivas e civis, mas que eram largamente realizados pela comunidade, tornando-se assim um costume. Existiam duas definições de costume segundo Gonzaga: o “costume de fato” e o “costume de direito”. Enquanto que o primeiro se constituía em uma sucessão de fatos sem força de lei, o segundo era tido como útil à sociedade e, assim, era aprovado publicamente e legalmente pelo rei, sendo denominado “direito não escrito”. Em contraposição ao “costume de fato”, o “costume de direito” possuía a força de revogar uma lei escrita se assim fosse aprovado pelo soberano. Do mesmo modo, esse mesmo “costume de direito”, depois de aceito pelo monarca, não poderia mais ser revogado pelo povo, e isso também valia para a situação oposta, a da não aceitação de um determinado costume pelo rei⁴⁴⁵.

Os argumentos apresentados pelos povos de Minas e pelos próprios eclesiásticos receberam grande influência desse debate em torno do direito de costume, como veremos em outra seção. No entanto, apesar da cobrança das conhecenças se encaixar no âmbito da definição apontada por Gonzaga como “costume de direito”, tendo inclusive revogado uma lei eclesiástica escrita presente nas *Constituições*, o debate decorrido ao longo dos setecentos esteve voltado à negação desse direito pelos Povos de Minas. A utilização de um discurso jurisdicista como um dos pontos de argumentação contrários à aplicabilidade das conhecenças, para além de prover um caráter mais erudito às reivindicações das câmaras, garantia-lhes uma maior legitimidade argumentativa. Nesse sentido, as teses propostas pelas câmaras se colocaram contrárias ao direito de costume aplicado no caso das conhecenças, requerendo, por outro lado, a utilização do corpo normativo das *Constituições da Bahia* como a base jurídica correta a ser aplicada pelas autoridades eclesiásticas e civis. Em suma, nos deparamos aqui com um cenário adverso no qual, ironicamente, vemos um povo requerer ao rei contra um costume adquirido, de modo a fazer valer um código normativo que também não se fazia cumprir, em sua maioria, nem pelos eclesiásticos e nem pelos fiéis. Esse movimento de reivindicação foi o inverso do que se requeria nesse mesmo período através das câmaras, ou seja: reivindicava-se a permanência dos costumes e privilégios adquiridos pela população mineira desde os primeiros anos da ocupação e que estavam sendo desrespeitados pelas autoridades civis por conta das alterações no Direito português estipuladas pela Lei da Boa Razão. Esta, por sua vez, fazia

⁴⁴⁴ Ibidem, pp. 77-78.

⁴⁴⁵ GONZAGA, Tomás Antônio. *Tratado de Direito Natural*. Martins Fontes: São Paulo, 2004, pp. 213-215.

perder a força de lei dos costumes e privilégios dos mineiros e de toda a população da América Portuguesa por não terem o grau de antiguidade necessário à sua aceitação⁴⁴⁶.

No caso das conhecenças, na sua contrapartida, fazia-se do veneno remédio! De modo que um dos principais argumentos nos quais as câmaras da capitania mineira se fundaram foi o da ilegalidade da cobrança das conhecenças baseada no costume. Pois, segundo os representantes José da Rocha, Pedro da Costa e Joze Gomes de Barris, da câmara de Vila Boa, os párocos “não podem, nem devem levar no tempo presente as mesmas Conhecenças que a seo arbítrio, e sem Ley alguma estabelecerão e taxarão os do princípio destas Minas”⁴⁴⁷. O fato do estabelecimento da taxaço das conhecenças pelo costume adquirido, em tempos quando o sertão mineiro ainda estava por ser desbravado, é tido pelos Povos das Minas como isento de legalidade, deixando de cumprir as leis régias que foram ordenadas posteriormente. Vê-se aí, em primeiro momento, a utilização do fundamento da falta de antiguidade para fazer valer a ilegalidade da taxaço.

O Procurador dos Povos ressaltou esse problema em seus requerimentos ao afirmar que os párocos proferiam “[sentenças] contraditórias fundadas humas no antigo costume”⁴⁴⁸. Essa recusa em assumir a taxaço das conhecenças pelo antigo costume estabelecido se deu pelo fato de os Povos alegarem que o Bispado de Minas deveria regular as conhecenças em consonância com as *Constituições do Arcebispado da Bahia*. Desse modo, Francisco de Sales e Moraes salientou em um de seus requerimentos que “os povos não paguem mais que oitenta reis aos Vigários que he o mesmo que se leva na Bahia”⁴⁴⁹. Contudo, a partir dessa argumentação negativa com relação aos costumes antigos, vemos não somente uma afirmação das normativas do Arcebispado da Bahia, mas sobretudo a indicação inicial de que as *Constituições da Bahia* eram negadas pelo corpo de eclesiásticos. Negação essa que não dizia respeito apenas à temática das conhecenças, já que vimos no capítulo anterior o esforço do prelado de Mariana em aplicar esse corpo normativo apesar da contínua falha por parte dos párocos e capelães em fazê-lo cumprir.

⁴⁴⁶ ANASTASIA, Carla Maria Junho. A Lei da Boa Razão e o novo repertório da ação coletiva nas Minas setecentistas. *Varia História*, nº 28. Dezembro, 2002, pp. 34-38.

⁴⁴⁷ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 129, doc. 40. Representação da câmara de Vila Boa para a rainha D. Maria I, reclamando dos abusos dos párocos pelas cobranças das conhecenças. 16/12/1773.

⁴⁴⁸ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 136, doc. 70. Requerimento de D. Francisco de Salles e Moraes à rainha D. Maria I, pedindo a resolução do problema das conhecenças. Anterior a 26/11/1791.

⁴⁴⁹ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 134, doc. 60. Requerimento do procurador geral dos povos de Minas, D. Francisco de Sales e Moraes, à rainha D. Maria I, pedindo a modificação da cobrança das conhecenças. 26/06/1790.

De acordo com o que consta nas *Constituições do Arcebispado da Bahia*, as conhecenças eram reconhecidas como dízimos pessoais, sendo elas taxadas nos valores de: 80 réis por casal, 20 réis para os solteiros que comungavam e 10 réis para aqueles que apenas confessavam (na grande maioria das vezes os que eram apenas de confissão eram também escravos e crianças, já que havia muitos casos de recusa no cumprimento dos sacramentos cristãos)⁴⁵⁰. Essa determinação deveria ser aplicada nos bispados da América Portuguesa com o intuito de evitar os pleitos que já ocorriam no dito arcebispado. Por isso, estipulou-se um modelo que deveria tornar-se padrão para as freguesias do Arcebispado, levando em consideração que o “costume” havia alterado a obrigação de se pagar o dízimo com o valor da décima parte de todo o ganho, como era feito com o dízimo predial pago à Coroa. Dessa maneira, as conhecenças se configuravam, pelas *Constituições* de 1707, como uma quantia a ser paga em dinheiro “segundo o trato de cada um”, mas eram estipuladas por um preceito valorativo a ser seguido. Desse modo, ordenou-se que o “costume de muitos annos” se tornasse normativo e padronizado. Vejamos:

(...) pague cada cabeça de casal quatro vinténs, e cada pessoa solteira sendo de Communhão dous vinténs, e sendo somente de Confissão um vintém de conhecença. A que vulgarmente se chama Alleluia, por se costumar pagar pela Paschoa da Ressurreição, e se pagará no tempo da desobrigação à Igreja Parochial, onde cada um receber os Ecclesiasticos Sacramentos, e for ouvir os Officios Divinos, por ser morador da mesma Parochia, ainda que o ganho seja fora della.⁴⁵¹

É possível notar dois pontos normativos nas *Constituições* que puderam ser utilizados pelos Povos de Minas para a construção dos argumentos contrários à taxação das conhecenças praticadas no bispado de Mariana. O primeiro argumento seria o ponto da obrigatoriedade da aplicação dessa taxação por todos os bispados da América Portuguesa, pois, apesar de se reconhecer nas *Constituições da Bahia* a particularidade dessa cobrança para cada bispado ultramarino, a normatividade presente neste ponto está justamente em tornar essa taxação algo padrão, tomando o costume praticado no Arcebispado da Bahia como base.

Percebe-se, a partir daí, que a cobrança das conhecenças praticada no bispado de Mariana era discrepante do que fora colocado nas *Constituições*, o que é observável pelos valores aplicados para a cobrança desse dízimo, os quais evidenciam as disparidades existentes

⁴⁵⁰ Para retomar essa questão, reveja a seção 2.2.2 do capítulo 2.

⁴⁵¹ *Constituições Primeiras*, Op. Cit. Número 425, título XXV, pp. 169.

entre o preceito e o vivido⁴⁵². Como se pôde notar, as *Constituições da Bahia* estipularam uma divisão taxativa, a qual tomava como pressuposto a divisão social e sacramental na comunidade católica: casais de comunhão, solteiros de comunhão e os que não eram de comunhão, ou seja, eram somente de confissão. No bispado de Mariana, como visto no primeiro ponto desse capítulo, além da cobrança valorativa das conhecenças não se assemelhar ao que se ordenava pelo conjunto normativo do arcebispado da Bahia, existia também uma não divisão social e uma não diferenciação dos termos valorativos. Não havia distinção social, nem de gênero e nem de idade para a cobrança das conhecenças, sendo todos os cristãos taxados com o mesmo valor de 300 réis por pessoa.

Vale ressaltar que essa discrepância referente ao padrão de cobrança das conhecenças não era algo próprio da região das Minas. Enquanto que nos bispados da Bahia e de Pernambuco seguia-se o preceito das constituições baieneses, na diocese do Rio de Janeiro e na prelazia de Goiás, a cobrança se aproximava mais daquilo que era praticado no bispado de Mariana: cobrava-se quatro vinténs sem distinção alguma de pessoa⁴⁵³. A diferença na taxaçoão poderia existir, inclusive, entre as freguesias de um mesmo bispado, como ressaltou o pároco Bernardo da Silva Lobo, segundo o qual no bispado de São Paulo taxava-se as conhecenças em 640 réis em vila da Lage e seis contos de réis em Paranapanema⁴⁵⁴. Logo, a normativa estipulada nas *Constituições da Bahia* não garantia que tal preceito fosse aplicado em igualdade por todo o território colonial, dando maior força para a particularidade dessa taxaçoão com relação ao costume de cada região.

Outro ponto levantado por algumas representações das câmaras foi o da voluntariedade no pagamento das conhecenças, que pela certidão da câmara de Vila Rica, “são deixados com estas ofertas voluntarias, que os Párocos têm redimido a hum tributo pessoal e indistinto”⁴⁵⁵. Desse modo, o diretor da câmara de Vila Rica, Manuel de Souza Oliveira, defendeu, na certidão enviada ao governador Visconde de Barbacena, que não deveria pagar de “conhecenças a

⁴⁵² FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton Sales Souza. (Org.) *A Igreja no Brasil: Normas e Práticas durante a Vigência das Constituições do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, p. 15.

⁴⁵³ NORONHA, Padre João Antunes de. *Demonstração Apologética a favor das Conheçenças dos Parochos em Minas*, 1783, p. 78

⁴⁵⁴ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx.130, doc.33. Carta de Bernardo da Silva Lobo, vigário encomendado da freguesia de Santo Antônio da piedade da Campanha do Rio Verde, para o bispo de Mariana, Frei Domingos da Encarnação Pontevel, informando sobre o que os párocos cobravam de conhecenças.

⁴⁵⁵ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 134, doc. 60. Certidão do escrivão da Câmara de Vila Rica, Antônio Jose Mello Coelho, em nome de Manoel de Souza Oliveira (diretor da Câmara de Ouro Preto), Francisco Dia Novaes, Manoel Francisco de Andrada, Manoel [...] Coutinho e Floriano Gonçalo da Silva para o governador da capitania de Minas Gerais Visconde de Barbacena, informando sobre os reclames da população mineira com relação às conhecenças e pedindo a intersecção da rainha. Villa Rica 04/10/1788.

trezentos reis, mas sim o que voluntariamente lhe quiserem dar os fregueses ou o que prescreve a constituição da Bahia, e hé esta providencia a mais justa e moderada, que se pode contemplar”. A justificativa para tal argumentação pode ser encontrada nos dizeres posteriores da mesma certidão, em que o diretor apresentou as dificuldades enfrentadas pelos moradores das minas em arcar com o ônus da desobriga. Com isso, pediu ao governador que intendesse à “Sua Magestade o Real beneplácito a fim de que se evitemos clamores dos pobres por não poderem pagar, e os ricos, pelo grande número de escravos que possuem”⁴⁵⁶.

Segundo Dom Oscar de Oliveira, os dízimos não foram prescritos formalmente no Novo Testamento, mas nele é ordenado aos cristãos que contribuam para o devido e honesto sustento dos ministros da Igreja⁴⁵⁷. A contribuição do dízimo, segundo o mesmo autor, passou a ser odiosa à cristandade a partir do momento em que esta contribuição se tornou obrigatória nos tempos da Idade Média. De fato, a normatização do pagamento do dízimo, segundo as

⁴⁵⁶ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 134, doc. 60. Certidão do escrivão da Câmara de Vila Rica, Antônio Jose Mello Coelho, em nome de Manoel de Souza Oliveira (diretor da Câmara de Ouro Preto), Francisco Dia Novaes, Manoel Francisco de Andrada, Manoel [...] Coutinho e Floriano Gonçalo da Silva para o governador da capitania de Minas Gerais Visconde de Barbacena, informando sobre os reclames da população mineira com relação às conhecenças e pedindo a intersecção da rainha. Villa Rica 04/10/1788.

⁴⁵⁷ OLIVEIRA, Dom Oscar de. *Os dízimos eclesiásticos do Brasil: nos períodos da Colônia e do Império*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1964. Pp. 16 e 17. Veja-se os trechos retirados dos livros de Mateus e Coríntios do Novo Testamento. Trechos esses que não definem a aplicação exata de uma contribuição, mas partem do preceito de que os fiéis deveriam contribuir para o sustento dos eclesiásticos. “Chamou os doze discípulos e deu-lhes autoridade de expulsar os espíritos impuros e de curar toda sorte de males e enfermidades (...) Não tomeis o caminho dos gentios, nem entreis em cidade de samaritanos. Dirigi-vos, antes, às ovelhas perdidas da casa de Israel, dirigindo-vos a elas, proclamai que o Reino dos Céus está próximo. Curai os doentes, ressuscitai os mortos, purificai os leprosos, expulsai os demônios. De graça recebestes, de graça dai. Não leveis ouro, nem prata, nem cobre nos vossos cintos, nem alforje para o caminho, nem duas túnicas, nem sandálias, nem cajado, pois o operário é digno do seu sustento.” (Mateus 10. 1-10) “Se semeamos em vós os bens espirituais, será excessivo que colhamos os vossos bens materiais? Se outros exercem esse direito sobre vós, por que não o poderíamos nós com mais razão? Todavia não usamos esse direito; ao contrário, tudo suportamos, para não criar obstáculos ao evangelho de Cristo. Não sabeis que os que desempenham funções sagradas vivem dos rendimentos do templo, e os que servem ao altar têm parte no que é oferecido sobre o altar? Da mesma forma o Senhor ordenou aos que anunciam o evangelho, que vivam do evangelho.” (Coríntios 9. 11-14). Em contrapartida, a definição de dízimo presente no livro Levítico do Antigo Testamento foi o preceito utilizado desde a Idade Média, com o imperador Constantino, para definir o pagamento dos fiéis diante dos ofícios espirituais concedidos pelos clérigos. Essa definição, portanto, se coaduna com aquela aplicada nos dízimos pagos à Coroa Portuguesa e com as definições apresentadas nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* e nos decretos do Concílio Tridentino. “Todos os dízimos da terra, tanto dos produtos da terra como dos frutos das árvores, pertencem a Iahweh; é coisa consagrada a Iahweh. Se alguém quiser resgatar uma parte do seu dízimo, acrescentará um quinto do seu valor. Em todo dízimo de gado graúdo ou miúdo, a décima parte de tudo o que passa sob o cajado do pastor é coisa consagrada a Iahweh. Não se deve observar se é bom ou mau e não se fará substituição: se isto se der, tanto o animal consagrado como aquele que o substitui serão coisas consagradas, sem possibilidade de resgate. Estas são as ordens que Iahweh deu a Moisés, no monte Sinai, para os israelitas.” (Levítico 27. 30-34). *BÍBLIA de Jerusalém*. São Paulo: Editora Paulus, 2006. Segue o trecho do Concílio Tridentino na seção 25: Reforma, capítulo XII: “Tithes are to be paid in full; those who withhold them are to be excommunicated. The rector of poor churches are to be piously supported.”. *The Canons and Decrees of the Council of Trent*. Traduzido para o inglês pelo Reverendo H. J. Schroeder. Charlotte, North Carolina: TAN books, 2011, pp. 249-250. “Os dízimos deverão ser pagos na sua totalidade; aqueles que se recusarem a pagar serão excomungados. O pároco deve ser piedosamente sustentado.” (tradução minha).

prescrições das *Constituições da Bahia*, condenava por abuso e corrupção aqueles que se isentassem do pagamento desse emolumento, como podemos ver abaixo no título XXIII:

E qualquer costume em contrário, pelo qual se pretenda não se haver de pagar os dízimos de algum fructo, ou novidade condemnamos por abuso, e corruptela, ainda que seja de tempo antiquíssimo: por quanto nestes dízimos se não pode isentar alguém em parte, ou em todo por costume algum, ou prescrição. *Porém não prohibimos, que se houver costume de longo tempo, pelo qual em lugar de dizimo se pague conhecença, assim se observe, e guarde*; de sorte, que não ficará isento de todo algum fructo, sem com elle fazer reconhecimento a Deos nosso Senhor: o que cada um arbitrará segundo o seu zelo, e exação Christã⁴⁵⁸.

Percebe-se, no entanto, que na mesma definição do dízimo pelas *Constituições da Bahia* encontramos também uma outra resolução da cobrança da desobriga quaresmal, dando abertura, inclusive, para a mesma argumentação da voluntariedade no pagamento desse ônus. Desse modo, a utilização do discurso da voluntariedade poderia nos indicar aquilo que se entendia por conhecença na definição esboçada no dicionário de Raphael Bluteau (1728). Segundo Bluteau, a palavra conhecença tinha por definição aquilo que era um “Prêmio, ou Salario, estipendio, com que se reconhece algum serviço, e que depende da vontade e arbítrio de quem dá”⁴⁵⁹. Mas, para Dom Oscar Oliveira, a definição da palavra conhecença estava mais para o “reconhecimento a Deus pelos dotes físicos e morais concedidos ao homem, meios com que ele ganha a vida”⁴⁶⁰. Definição essa que se aproxima das argumentações feitas pelos eclesiásticos e que fora descartada pelos povos de Minas.

Em requerimento, o Procurador dos Povos propôs à rainha que a taxação das conhecenças se formulasse em conformação com as *Constituições da Bahia*, já que os “Pais de famílias per si pagariam melhor meya pataca, as pessoas solteiras quatro vinténs, os escravos, e filhos de Comunhão dous vinténs, e sendo somente de confissão hum vintém de Conhecença”. Defendeu também que tal ônus fosse proporcional às “forças, e possibilidades de cada hum”, arguindo para a voluntariedade desse emolumento, já que os povos não poderiam contribuir “com semelhante contribuição anual de trezentos reis por Cabeça, nem se extrahir ouro actualmente”⁴⁶¹.

⁴⁵⁸ *Constituições da Bahia*, Op. Cit., Número 420, título XXIII, pp. 166. (grifo meu).

⁴⁵⁹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. 1728, p. 465.

⁴⁶⁰ OLIVEIRA, Dom Oscar de. *Os dízimos eclesiásticos do Brasil*: nos períodos da Colônia e do Império. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1964, p. 168.

⁴⁶¹ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 136, doc. 70. Certidão (cópia feita pelo senado da Câmara de Mariana) para o Procurador dos povos D. Francisco de Sales e

O argumento jurídico sustentado pelas câmaras e pelo procurador dos povos sobre os pontos da ilegalidade e da voluntariedade assemelhou-se com as *Queixas do Povo da Bahia*, das quais tratamos na parte 3.1. No entanto, para além do requerimento da aplicação de um corpo normativo para fazer valer os seus interesses relativos às conhecenças, tal empreitada nos diz muito também sobre as questões de poder local e de hierarquia da Igreja. Ou seja, ao apelar para um corpo normativo do arcebispado (instância superior na hierarquia das dioceses), as câmaras de Minas diminuem a importância das pastorais locais advindas do poder episcopal (nas quais se apoiou a aplicação das conhecenças) e que lhe davam autonomia administrativa.

3.2.3 – A decadência das Minas

A decadência do ouro na capitania de Minas Gerais foi outro ponto levantado nas arguições das representações das câmaras e nos requerimentos do Procurador dos Povos de Minas. Contudo, suplicar à rainha para que a taxação das conhecenças fosse alterada e colocada em conformidade com as *Constituições Bahia* seria a única forma de, segundo Francisco de Sales e Moraes, “livrar os suplicantes do pesado jugo que (os) violenta”⁴⁶². Em vista disso, os ministros da câmara de Vila Nova da Rainha representaram diante de D. Maria I que:

Achando-se estas Minas *deteriora das terras Mineraes* experimentando-se penúrias na extração de oiro, não era conveniente que os Vigários das Freguezia, anualmente cotam recebendo trezentos reis por cada Pessoa pela desobriga Quaresmal, a tempo que o *deplorado estado da terra*, não pode com tam exorbitante pensam⁴⁶³.

O problema do pagamento das conhecenças, para os Povos de Minas, foi algo que ganhou maior projeção documental e força retórica somente quando das dificuldades de extração do ouro, a partir da segunda metade do século XVIII. Já foi argumentado que, no começo das Minas, quando ainda o seu povoamento não era numeroso como no final do século,

Moraes. Trata-se de uma representação da Câmara de Mariana ao Visconde de Barbacena sobre a questão das conhecenças. 09/12/1788.

⁴⁶² Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 134, doc. 60. Requerimento do procurador geral dos povos de Minas, D. Francisco de Sales e Moraes, à rainha D. Maria I, pedindo a modificação da cobrança das conhecenças. 26/06/1790.

⁴⁶³ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 129, doc. 40. Representação da câmara de Vila Nova da Rainha para a rainha D. Maria I, reclamando dos abusos dos párocos pelas cobranças das conhecenças. 26/08/1778.

e os investimentos nas lavras de ouro garantiam retornos generosos, não havia contestação para o valor anual cobrado nas conhecenças. André João Antonil, em *Cultura e opulência do Brasil*, apresentou nos seus escritos sobre a região das Minas, seus caminhos e riquezas, quão grande povoamento a abundância do ouro atraiu para essa região no começo do século XVIII. Para Antonil, a quantidade de ouro e a infertilidade da terra (diante da crença existente na época de que onde havia ouro a terra era infecunda) motivaram a formação e fomento de um mercado interno para suprir a demanda de produtos e mantimentos de primeira necessidade. Porém, estudos mais recentes apontaram que a descrição, feita pelo jesuíta⁴⁶⁴ e pela historiografia mais anterior, não condizia de todo com as documentações encontradas recentemente. Elas apontam que a região das Minas possuía também um importante setor agropecuário e manufatureiro que abastecia as regiões do Rio de Janeiro e Santos, já no início dos setecentos⁴⁶⁵. O mercado interno nas regiões das Minas também se desenvolveu gradativamente durante o século XVIII, chegando a grandes extensões na segunda metade do setecentos. Desde a primeira metade desse século, Ouro Preto funcionava como um centro de trocas de mercadoria (vinho, manufaturas, ferramentas, escravos, remédios) que vinham tanto de outras capitanias como também da metrópole, e que eram distribuídas para as outras regiões das Minas. Logo, à medida que os núcleos e mineração se multiplicavam, formavam-se novos arraiais abastecedores⁴⁶⁶. O investimento nesse mercado interno, em conjunto com os rumores da riqueza que escorria pelos montes mineiros, resultou em uma circulação de preços estrondosos. Como Antonil descreveu:

Sendo a terra que dá ouro esterilíssima de tudo o que se há mister para a vida humana, e não menos estéril a maior parte dos caminhos das minas, não se pode crer o que padeceram ao princípio os mineiros por falta de mantimentos, achando-se não poucos mortos com uma espiga de milho na mão, sem terem outro sustento. Porém, tanto que se viu a abundância do ouro que se tirava e a largueza com que se pagava tudo o que lá ia, logo se fizeram estalagens e logo

⁴⁶⁴ Devemos levar em consideração que, ao falar da região da Minas, Antonil tomou como base depoimentos de terceiros, o que poderia ter contribuído para uso de informações desconstruídas. No mesmo trabalho do jesuíta também podemos encontrar trechos que tratam da existência de um mercado interno em Minas para suprir as necessidades que o rápido povoamento da região demandava. "... roças de milho, abóboras e feijão, que são as lavouras feitas pelos descobridores das minas e por outros, que por aí querem voltar. E só disto constam aquelas e outras roças nos caminhos e paragens das minas, e, quando muito, têm de mais algumas batatas. Porém em algumas delas, hoje acha-se criação de porcos domésticos, galinhas e frangões, que vendem por alto preço aos passageiros, levantando-o tanto mais quanto é maior a necessidade dos que passam." ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Edição feita por Affonso D'escragno Taunay. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil), p. 86.

⁴⁶⁵ A estrutura manufatureira estava diretamente ligada com a produção agropecuária. Produzia-se tabaco, doces, queijos, tecidos de algodão e produtos de couro. GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*, vol. 1. RESENDE, Maria E. L. de. VILLALTA, Luiz C. (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 324.

⁴⁶⁶ VENANCIO, Renato Pinto. Comércio e fronteira em Minas Gerais. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, pp. 186-188.

começaram os mercadores a mandar às minas o melhor que se chega nos navios do Reino e de outras partes, assim de mantimentos, como de regalo e de pomposo para se vestirem, além de mil bugiarias de França, que lá também foram dar. E, a este respeito, de todas as partes do Brasil, se começou a enviar tudo o que dá a terra, com lucro não somente grande, mas excessivo. E, não havendo nas minas outra moeda mais que ouro em pó, o menos que se pedia e dava por qualquer coisa eram oitavas. Daqui se seguiu mandarem-se às minas gerais as boiadas de Paranaguá, e às do rio das Velhas as boiadas dos campos da Bahia, e tudo o mais que os moradores imaginaram poderia apetreçar-se de qualquer gênero de cousas naturais e industriais, adventícias e próprias.⁴⁶⁷

Essa descrição feita pelo jesuíta italiano no início do século XVIII se assemelhou, em grande medida, ao que se argumentou nos requerimentos das câmaras. Foi o que referiram os representantes da câmara de Mariana ao dizerem que, “em tempo que se extrahia muito mais ouro neste Paiz e erão os gêneros de primeira necessidade muito mais caros, que actualmente, e a população naquele tempo muito menor”, havia uma necessidade dos párocos de receber 300 réis anuais referentes às conhecenças para poder cobrir as despesas do pasto espiritual e, inclusive, do próprio sustento. Essa situação, no entanto, segundo os mesmos representantes, havia sido modificada na segunda metade dos setecentos com o aumento da população, o que teria resultado, conseqüentemente, no aumento dos rendimentos dos eclesiásticos. Restava, portanto, diminuir a taxação das conhecenças, já que elas não eram “devidas mais do que para cônica sustentação dos Parochos”⁴⁶⁸. Manifestação parecida foi a que apresentou a câmara de Sabará em certidão feita ao governador Visconde de Barbacena, dizendo que: “a grande oppulencia destas Minas [...] exaurida, as fabricas minerais muito débeis, e os Povos necessitados, e indigentes, e que os Ministros da Igreja devem sempre Respirar o humilde espirito da virtude num vaidoso fausto do século”⁴⁶⁹.

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, na segunda metade do século XVIII e com a queda da extração de ouro nas regiões auríferas da capitania de Minas Gerais, muitos dos Povos de Minas passaram a investir em outros ramos produtivos, dando maior abertura para a

⁴⁶⁷ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Edição feita por Affonso D’escragnolle Taunay. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982, pp. 78.

⁴⁶⁸ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 136, doc. 70. Certidão (cópia feita pelo senado da Câmara de Mariana) para o Procurador dos povos D. Francisco de Sales e Moraes. Trata-se de uma representação da Câmara de Mariana ao Visconde de Barbacena sobre a questão das conhecenças. 09/12/1788.

⁴⁶⁹ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 136, doc. 70. Certidão: (cópia feita pelo senado da Câmara) para o Procurador dos povos D. Francisco de Sales e Moraes. Trata-se de uma representação da Câmara de Sabará ao Visconde de Barbacena sobre a questão das conhecenças. 31/10/1788.

formação de fazendas mistas⁴⁷⁰. Além do êxodo das outras capitanias da América Portuguesa e de gentes do reino com destino às Minas, essa mesma população que inchou os centros urbanos e fê-lo desenvolver-se também se encontrou desmotivada com a secura de metais. Assim, a partir do investimento em mais tipos de produção agrícola e outras produções como aguardente e tecidos, os preços dos mantimentos e artigos de primeira necessidade tiveram grande queda no final do século. A ideia de que a terra de mineração não era fértil para a agricultura havia sido desmitificada; e o comércio e a agricultura, que já tinham um amplo espaço no comércio interno e externo da capitania, passou a ter maior peso nas relações econômicas da região no final do setecentos⁴⁷¹, tornando, segundo Carla Maria Almeida, os meios de negócio mais lucrativos para a elite mineira⁴⁷².

Levando esse fator em consideração e mais o ponto da valorização da oitava do ouro, que na segunda metade do setecentos caiu de 1.500 para 1.200 réis⁴⁷³, os Povos de Minas passaram a exigir do governador da capitania, do bispo de Mariana e da rainha uma regulação das conhecenças que se adequasse aos valores do ouro e dos produtos vigentes naquele período. Temos o exemplo de um requerimento da câmara de Vila Rica à rainha que demonstrou as dificuldades enfrentadas pelos Povos em pagar os tributos à Coroa, assim como as dívidas feitas com negócios particulares:

Este clamor Senhora hé geral, e este Paíz se acha muito decadente como se vê na diminuição do rendimento do quinto do oiro nas Casas da Fundição no habatimento de todos os ramos das rendas Reaes, e do Comercio, e nas inumeráveis execuçoens que se fazem as particulares, e aos devedores da Real Fazenda, sem se conseguir o fim das mesmas por falta de licitantes dos bens penhorados por estarem como estão, exauridas as lavras de oiro, e impossibilitados os moradores desta Província pelos empenhos de dividas,

⁴⁷⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 1 volume 2. São Paulo: Difel, 1982, p. 293. Além de Sérgio Buarque de Holanda, os autores Caio Prado Júnior e Kenneth Maxwell também foram condizentes com a interpretação da rala existência de um mercado interno no início do século XVIII. Um mercado que existia apenas para a subsistência de demandas internas, mas que sofria de grandes deficiências. MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira Brasil e Portugal (1750-1808)*. Trad. João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 1973, pp. 141, 161; PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 169. Sobre a formação e o crescimento de fazendas: SCARANO, Luciana. *Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais: administração territorialidade e cotidiano (1733-1783)*. (Dissertação de mestrado apresentada no departamento de história da IFCH-UNICAMP). Campinas – SP, 2009, p. 155; Maxwell, Op. Cit., pp. 151, 154.

⁴⁷¹ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

⁴⁷² ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. Homens ricos em Minas colonial. In: BICALHO, Maria F., FERLINI, Vera L. A. (Org.). *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 366.

⁴⁷³ MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira Brasil e Portugal (1750-1808)*. Trad. João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 1973, p. 382.

que tem contraído por este motivo, para o descobrimento de novas terras mineraes, sem o qual não pode substituir esta Capitania.⁴⁷⁴

O negócio em torno do crédito e do empréstimo era fator importante na comunidade mineira para distinguir a população por meio da sua riqueza, mas isso também indicava a influência política e econômica daqueles que faziam parte desse sistema de créditos ⁴⁷⁵. No caso dos clamores revelados acima, a questão da dívida era um problema enfrentado por aqueles que não possuíam condições de distribuir créditos. Esse fato nos possibilita notar os vários nivelamentos da riqueza na capitania de Minas Gerais. Os ricos das Minas eram homens de negócios, mineiros e roceiros, os quais, por sua vez, investiam parte de seus ganhos em escravos e terras⁴⁷⁶; eram eles os mesmos representantes das câmaras. Em conjunto com o Procurador dos Povos, estavam cuidando de interesses que diziam respeito a uma determinada camada da sociedade mineira, os ricos, que também faziam parte da elite camarária⁴⁷⁷.

Apesar de, em alguns momentos, se mostrarem atenciosos com os pobres, parece-nos evidente que os interesses em torno dos reclames contrários à taxaço de 300 réis diziam respeito aos prejuízos econômicos e vexatórios pelos quais essas elites passavam. Prejuízos esses que poderiam colocar em risco o seu *status quo* de nobres da terra, a perda de privilégios e de poder resultantes da aliança existente entre os potentados coloniais e a metrópole (Pacto Colonial) para manutenção do sistema colonial. Após a saída de Pombal e a tomada do poder por Martinho de Melo e Castro, como secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, a política incisiva para melhorar a receita da Real Fazenda e acabar com o contrabando atingiu diretamente os interesses (tanto de cargos, quanto de desvios) dessas elites locais⁴⁷⁸. No mesmo requerimento da câmara de Vila Rica já apresentado acima, fica evidente

⁴⁷⁴ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 129, doc. 40. Requerimento da câmara de Vila Rica para a rainha D. Maria I, reclamando dos abusos dos párocos pelas cobranças das conhecenças. 05/12/1778.

⁴⁷⁵ Almeida, Op. Cit., p. 367. FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006, pp. 128-129; VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a Administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 150.

⁴⁷⁶ Almeida, *Homens ricos...* Op. Cit., pp. 362, 368. O autor Eduardo França Paiva também descreve os vários perfis da elite mineira no século XVIII, analisando os inventários de alguns personagens. Através dessas descrições é possível a flexibilidade nos investimentos econômicos dos ricos de Minas. Eram, simultaneamente, agricultores, pecuaristas, mineradores, com posses de muitos escravos e terras. Ver o subtítulo: O universo cultural nas Minas Gerais. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, pp. 41-53.

⁴⁷⁷ BICALHO, Maria F. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In.: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F., GOUVÊA, Maria de F. (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 203, 204.

⁴⁷⁸ FURTADO, Júnia F. O outro lado da inconfidência: pacto colonial e Elites Locais. In.: *LPH: Revista de História*. UFOP, Mariana, nº4, pp 70-91, 1992/1994, pp. 82-91.

o problema enfrentado por essas elites em manter os seus escravos, que mesmo sem produzirem davam-lhes a despesa de pagar as suas conhecenças. Vejamos:

Os Povos gemem com este ammagio, os Mineiros de avultadas fabricas de escravos muita parte por velhos, inúteis não dam [...] igualmente pagam, e assim serem vezados pelos [...] de hums annos se accumulavão de outros por lhe não permitir a prompta soluçam. E que aquella sustância, com que podiam aumentar as suas fabricas, e melhor extrair oiro que utilizando ao público, também faria mais [...] os Reaes Direitos de V. Magestade⁴⁷⁹.

Destarte, o problema enfrentado por eles em pagar a desobriga da Quaresma para tantos escravos possuídos poderia ser o ponto de arranque que justificou as reclamações em torno das conhecenças no final do setecentos. Ora, se nas *Constituições da Bahia* determinava-se que solteiros de comunhão ou aqueles que apenas eram de confissão deveriam pagar menos em conhecenças do que aqueles que eram casados e comungavam, por qual motivo os ricos das Minas aceitariam pagar a quantia de 300 reis por pessoa, incluindo a própria família e seus escravos, sem distinção social e sacramental? O motivo para tantas desavenças parece ser esclarecido pelos representantes da Câmara de Vila Rica:

(...) informamos a Vossa Excelencia, que he geral o clamor e queixa dos Povos na contribuição pessoal de trezentos reis por desobriga, sem distinção alguma da cabeça de casal, filhos e escravos, e ainda menores que não comunga; pois a constituição da Bahia pela qual se governa este Bispado tem taxado destemidamente no livro segundo título vinte e cinco número [...], vinte, e cinco a quatro vinténs pela cabeça de casal, dois vinténs pelos filhos famílias e escravos, e hum vintém por aquelles menores que só se confesão, e sendo estas [...] Dizimo pessoal, e voluntario a que chamão conhecença ou allelluia não pode nem deve ser indistinto e genérico pois [...] e menos tão exorbitante que chegue a trezentos reis por cada pessoa anualmente, como costumão devido os ditos Párcos.⁴⁸⁰

O estado calamitoso no qual as elites mineiras se encontravam no final dos setecentos, deixando sobressair a fragilidade da sua classe de nobreza construída através de privilégios,

⁴⁷⁹ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 129, doc. 40. Requerimento da câmara de Vila Rica para a rainha D. Maria I, reclamando dos abusos dos párcos pelas cobranças das conhecenças. 05/12/1778.

⁴⁸⁰ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 134, doc. 60. Certidão do escrivão da Câmara de Vila Rica, Antônio Jose Mello Coelho, em nome de Manoel de Souza Oliveira (diretor da Câmara de Ouro Preto), Francisco Dia Novaes, Manoel Francisco de Andrada, Manoel [...] Coutinho e Floriano Gonçalo da Silva para o governador da capitania de Minas Gerais Visconde de Barbacena, informando sobre os reclames da população mineira com relação às conhecenças e pedindo a intersecção da rainha. Villa Rica 04/10/1788.

honras, isenções e liberdades distribuídos pela Coroa através de mercês⁴⁸¹ realçava, inclusive, o receio que se instalava em torno da possibilidade de mudança social. Isso não necessariamente dizia respeito somente ao quadro econômico instalado nas regiões mineradoras e a crise da mineração; o problema também estava no fato dos ricos de Minas verem o próprio *status quo* ser rebaixado pelas atitudes dos eclesiásticos, denominadas por eles como opressoras.

Resumindo, a falência econômica tornava impossível para esse grupo a sustentação da sua nobreza⁴⁸², mas também é necessário ressaltar que, na capitania de Minas Gerais, a decadência do ouro não chegou a afetar várias freguesias circunvizinhas e também outras que estavam mais distantes desse centro minerador, como já foi esboçado no capítulo anterior. O que ocorria nas Minas no final do século XVIII era uma transição de prioridades econômicas das grandes fábricas de abastecimento interno para o aumento da participação de pequenos e médios agricultores⁴⁸³. Portanto, se por vezes os pobres e outras camadas da sociedade mineira apareceram nas argumentações, isso se deu mais por uma estratégia retórica ou até para a sua utilização como artifício para fazer com que tais reivindicações ganhassem maior legitimidade diante das autoridades civis e do reino.

Até o momento nos deparamos com uma documentação advinda das câmaras localizadas nas regiões de mineração em que seus representantes reforçaram o argumento da crise que lhes afetava. Foram esses os casos das regiões de Vila Rica, Mariana e Sabará, as quais tiveram na diminuição da extração aurífera e no decrescimento da produção agrícola os principais problemas econômicos da região, os quais realmente afetaram e alteraram as condições de vivência da comunidade. Com relação à região de Minas Novas, a situação era semelhante às dos centros de mineração, deixando transparecer, inclusive, o problema referente ao excesso de mão-de-obra escrava parada, da qual não se fazia mais uso nas fábricas, mas que ainda gerava despesas. No entanto, a reclamação em torno do pagamento do ônus da desobriga não foi apenas utilizada pelas regiões afetadas, mas também pelas elites dessas áreas que passavam por um crescimento na produção agrícola e que não dependiam dos mercados internos da mineração⁴⁸⁴. A vila de Pitangui e de São João del Rei são ótimos exemplos de

⁴⁸¹ RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo*: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 83

⁴⁸² Raminelli, Op. Cit., p. 110; FURTADO, João Pinto. “Viva o rei, viva o povo, e morra o governador”: tensão política e práticas de governo nas Minas do Setecentos. In.: BICALHO, Maria F., FERLINI, Vera L. A. (Org.). *Modos de Governar*: ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 410-411.

⁴⁸³ CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais*: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007, pp. 254-256.

⁴⁸⁴ Para ver o aprofundamento do mapeamento econômico das freguesias do bispado de Mariana: retomar o capítulo 2 seção 2.1.1.

comparação nesse caso, já que, como veremos mais abaixo, as reclamações dos seus representantes também se fundamentavam no argumento das dificuldades econômicas da região (o que não ocorria aí). Davam, por outro lado, maior ênfase à ideia de enriquecimento ilícito dos párocos e suas vidas luxuosas, o que não havia sido ressaltado nas representações das regiões do centro minerador.

Desse modo, os representantes da câmara da Vila de Pitangui não deixaram de destacar “o decadente estado [que os] moradores deste Paiz não podem suportar [...gravame] tão excessivo que sendo bastante para destruir as casas de mayores posses, *só se dirige ao enriquecimento os Vigários, e a fazellos poderosos para mayor opressão seculares*”⁴⁸⁵. E denunciando que “Escandaloso parece, que pagando lá hum Escravo de Conhecença 20 r haja de pagas nestas Minas 300 r que estando os mantimentos das Minas hoje mais baratos, que os da Marinha, só os Ecceziasticos senão contentem”⁴⁸⁶. Do mesmo modo, a câmara de São João del Rei asseverou o peso do ônus das conhecenças, “que só serve de enriquecer e fazer poderosos os mesmos Parochos”⁴⁸⁷.

E a câmara da Vila da Candellaria também demonstrou o receio que tal taxaço das conhecenças provocava, permitindo que ocorresse “grave damno, e vexame dos lavradores”⁴⁸⁸. Ressaltou ainda as dificuldades enfrentadas:

Obrigando muytas vezes [...] os pobres fregueses a tirarem os próprios [...] de suas mulheres sendo de algum valor [venderem] os animaes precisos para a cultura das suas herdades e condução dos seus mantimentos para se redmirem com o seu produto da horrível pena da excomunhão mayor que os ameaça por meyo dos ministérios, acção de que uzão os Parochos para cobrança dos seus benezes⁴⁸⁹.

Os argumentos acima construídos se conformam com um debate muito em voga no século XVIII, que esteve no seio das correntes fisiocráticas e que foi alvo de muitos estudos no período: a questão da usura. O debate em torno da prática da usura esteve inserido nas

⁴⁸⁵ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 129, doc. 40. Representação da câmara da Vila de Pitangui para o rei D. José I, reclamando dos abusos dos párocos pelas cobranças das conhecenças. 31/12/1775. (grifo meu)

⁴⁸⁶ Ibidem

⁴⁸⁷ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 129, doc. 40. Representação da câmara da Vila de Pitangui para o rei D. José I, reclamando dos abusos dos párocos pelas cobranças das conhecenças. 31/12/1775.

⁴⁸⁸ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011_cx. 115 doc. 67. Representação da câmara de São João del Rei para o rei D. José I, reclamando dos abusos dos párocos pelas cobranças das conhecenças. 21/11/1778.

⁴⁸⁹ Ibidem.

discussões em torno da economia moral onde se criticava o luxo e a ociosidade em prol de uma valorização do trabalho, principalmente no que fosse desenvolvido através da agricultura. Em Portugal, Frei Manoel do Cenáculo e Antônio Genovesi foram os sustentadores dessas ideias que ligavam a economia à moral e que acompanharam as ideias fisiocráticas que fizeram parte do projeto reformador do governo português nos reinados josefino e mariano⁴⁹⁰.

Todavia, notemos que os argumentos das câmaras de Minas contavam com uma diferença crucial entre si. Enquanto que as câmaras localizadas nas regiões do centro minerador reforçaram a questão da queda da mineração e os problemas econômicos dela advindos, aquelas presentes nas regiões marcadas pelo investimento e expansão do setor agropecuário no final do século (e que não dependiam da economia do centro da capitania baseada na produção aurífera) utilizaram em seu discurso aspectos que estiveram mais ligados às noções econômicas fisiocráticas, utilizando a premissa da decadência das Minas apenas como jogo retórico para fazer valer seus interesses. Ressalta-se, no entanto, que essa estratégia retórica aparecia de forma copiosa nas representações das câmaras da capitania de Minas Gerais durante todo o século XVIII, sendo utilizada, por vezes, nas justificativas para o não pagamento do quinto, e gerando debates, inclusive, entre as autoridades civis do reino⁴⁹¹.

Contudo, a partir do que foi apresentado acima, é possível se demonstrar uma atuação da parte dos Povos de Minas para fazer perdurar a sua ordem social, não só economicamente, mas de modo a conter também a subjugação sofrida por eles diante dos párocos mineiros. Isso

⁴⁹⁰ PEREIRA, José Esteves. O pensamento económico português no século XVIII. In.: CALAFATE, Pedro (Org.) *História do pensamento filosófico português*. Vol. III: As Luzes. Editora Caminho. Lisboa, 2001, pp. 96-99, 110-111.

⁴⁹¹ Como foi o caso do secretário de Estado, Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro o qual, não se deixou levar pelos argumentos da decadência como justificativa para a queda dos rendimentos auríferos e pagamento do fisco. Para ele, esse problema esteve muito mais voltado com a questão do contrabando interno e externo (com a Inglaterra). Na historiografia, o discurso da decadência das Minas já foi analisado. Análises essas que podem ser divididas em dois pontos: Para Laura de Mello e Souza a utilização estilística da decadência esteve voltada não para a decadência do ouro, da qual tratavam os habitantes e que ela definiu como “falso fausto”, mas sim ao pesado ônus taxativo que levava a população de Minas à uma pobreza generalizada, apesar da pompa presente na arquitetura e nas festas barrocas. O que realmente se verificou, segundo a autora, foi uma tomada de consciência do ser colono. Já Ângelo Carrara e Marco Antônio Silveira, partem da seguinte análise: o primeiro definiu que o discurso da decadência, por outro lado, seria muito mais um artifício ideológico propagado pelas elites e que sempre era utilizado quando essas se viam em via de requerer algo que vinha das autoridades locais e reinóis ou rejeitar aquilo que prejudicava seus interesses. O segundo fez uso das adversidades econômicas da capitania para reforçar a ideia de que, por vezes, esse discurso mostrava-se mais como uma “armadilha” do que algo que realmente ocorria. Essas duas análises se aproximam daquela feita por Júnia Ferreira Furtado sobre o “outro lado da Inconfidência Mineira”, a qual apresenta o papel de destaque das elites coloniais na manutenção do sistema Colonial. Nesse sentido, a ocorrência da tentativa de Inconfidência em 1789 teria se originado da recusa dessas elites em perder seus privilégio e cargos sustentados pelo Pacto Colonial. SILVEIRA, Marco Antonio. *O Universo do indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997, pp. 107-110; Ângelo Carrara. Op. cit. pp. 25-29; SOUZA, Laura, de Mello. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, pp. 31-42; FURTADO, Júnia Ferreira. O outro lado da inconfidência: pacto colonial e Elites Locais. In.: LPH: Revista de História. UFOP, Mariana, nº4, pp 70-91, 1992/1994, pp. 89.

poderia significar, grosso modo, também uma recusa à política incisiva da Coroa e de Melo e Castro para aumentar a subjugação dessas elites aos seus mandos. Nas Minas do final do século XVIII, misturavam-se a crise da mineração, que não afetou a todos, com a insatisfação dos ricos de Minas em terem que arcar com mais um imposto taxado pela Coroa Portuguesa. O descontentamento com a taxação das conhecenças mostrou-se generalizado entre os Povos das Minas, não apresentando distinção entre as regiões que passavam pela crise aurífera e aquelas que prosperavam com a agricultura e a pecuária, como veremos também mais adiante nas argumentações dos párocos do bispado de Mariana. Logo, diante desse quadro apresentado, a recusa no pagamento das conhecenças poderia ser vista como uma das faces contestatórias dos mandos e da fiscalidade da Coroa que, no final do século XVIII, exaltaram os ânimos dos colonos da capitania de Minas Gerais e da América Portuguesa como um todo.

3.3 – Os argumentos dos párocos: conduta/decadência, jurisdição e estrutura

Após o recebimento dos requerimentos do Procurador dos Povos de Minas e de representações de algumas câmaras da capitania mineira, no dia 24 de janeiro de 1788 a rainha D. Maria I proferiu ordem régia ao quarto bispo de Mariana, ordenando que este providenciasse meio para resolver o caso das conhecenças que “já tem sido objeto de muitas providências”. Ordenou, portanto, que D. Frei Domingos determinasse “tão somente no excesso, que tachar nas conhecenças, que exigem presentemente os ditos Párocos, pertendendo elevar e elevando o título delas a quantia de trezentos reis por pessoa”. Esse excesso só seria possível de ser comprovado “examinando-se as Régias”. E, para auxiliar tal investigação, ordenou ao bispo que emitisse um parecer a ela, informando-lhe sobre as arguições de “todos os Párocos dessa Capitania”⁴⁹². E foi o que o bispo cumpriu. Remeteu o seu parecer à rainha em dezembro de 1790, contendo conjuntamente “as respostas dos mesmos Párocos acompanhada de todos os necessários documentos authenticos sobre a questão das conhecenças”⁴⁹³.

Desse modo, nessa seção do capítulo, trataremos das correspondências (agora em formato de carta) enviadas ao quarto bispo de Mariana pelas 54 freguesias da capitania de Minas

⁴⁹² AEAM - Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, códice nº 1 – generalidades. Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. arquivo 1, gaveta 4, pasta 3. Ordem Régia da rainha D. Maria I, ordenando providências de Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, sobre a questão das conhecenças. 24/01/1788.

⁴⁹³ AHU - Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 135, doc. 66. Parecer de Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, para a rainha D. Maria I, em resposta ao requerimento do Procurador Geral dos Povos de Minas, D. Francisco de Sales e Morais. 17/12/1790.

Gerais. Trataremos, desse modo, dos argumentos de oposição apresentados pelos párocos sobre os requerimentos do Procurador dos Povos de Minas. Assim, com o objetivo de esboçar os estados das freguesias, as cartas, em sua maioria, apresentaram uma conotação de súplica, tratando de temáticas que não se desviaram muito das tratadas pelos Povos de Minas no ponto anterior: o comportamento dos paroquianos, a relevância jurisdicional das *Constituições da Bahia* para o bispado de Mariana e a situação em que se encontravam cada uma das freguesias.

Da mesma forma que vimos no ponto discutido anteriormente sobre o papel das câmaras como intermediadoras dos interesses dos Povos para com a Coroa e vice e versa, as cartas dos párocos tinham em si esse mesmo pressuposto. Para além do que fora ordenado pela rainha, as mesmas cartas carregaram consigo descrições da administração e dos problemas referentes a cada freguesia do Bispado de Mariana. E muitas delas, destinadas a D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel, denotaram a necessidade e o pedido da intercessão desse prelado tendo em vista as necessidades dos párocos e do corpo eclesiástico no geral.

Contudo, além da ordenação na escritura de tais documentos ter sido feita por parte da Coroa, é possível notar, na composição dessas cartas, a utilização de D. Frei Domingos como um mediador entre o corpo de eclesiásticos e a Coroa Portuguesa, intercedendo em nome deles para a melhor administração das freguesias e do pasto espiritual. Concluindo, seria importante notar também que, apesar de o conjunto da documentação trabalhado nesse ponto do capítulo ser categorizado por cartas, a sua especificidade está justamente no fato de serem cartas oficiais, as quais respeitaram a hierarquia e o tratamento adequado para com o bispo.

3.3.1 – Do “motivo da destruição e estrago dos povos de Minnas”: conduta e decadência

Os vícios e os desvios nos comportamentos sempre foram notados pelas autoridades locais da região das Minas. Alguns atentaram para as causas de tais costumes terem sido obra do clima da região, como afirmou uma vez o Conde de Assumar, ou como referiu: “nem todos os que lhe comem o pão na América usam como devem do seu serviço, antes ordinariamente mais se inclinam a seguir aquela infidelidade que parece depende da influência deste clima”⁴⁹⁴. Essa imagem do desvio e dos vícios, mais do que o clima, esteve ligada ao chamariz do ouro, fazendo com que o “caráter desse povo” fosse, de acordo com as fontes, sempre entregue ao luxo e devassidão. Vide, por exemplo, a opinião de D. Rodrigo Jose de Menezes, governador

⁴⁹⁴ Cf.: Correspondência do Conde de Assumar depois da revolta de 1720. In: SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 66.

que foi da capitania de Minas Gerais no início da década de oitenta dos setecentos, lembrando o que preocupava as autoridades locais e do reino com relação à instabilidade da população mineira. Para ele, era essa instabilidade que, por grande culpa dos comerciantes que nela prosperavam para depois a abandonarem, fazia dos mineiros bárbaros em seus hábitos, tornando-os incapazes de se apegar à terra e tomar como responsabilidade a construção de uma sociedade⁴⁹⁵. As instituições, por sua vez, faziam papel de reformadoras e estruturadoras dos costumes para que esses entrassem em consonância com os ideais de civilização do Reino⁴⁹⁶. No entanto, esse objetivo, ao que parece, não teve muito êxito se notarmos os argumentos apresentados na época pelas autoridades civis e religiosas locais.

A igreja mineira carregou consigo também esse propósito de reformar os costumes, não sendo este um interesse apenas do Estado português. Era essa finalidade que colocava as duas instituições como interdependentes. Todavia, reformar os costumes religiosos da sociedade mineira para que estivessem em consonância com os preceitos rigoristas dos rituais e da hierarquia do concílio tridentino não tivera bons resultados. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, o sentimento religioso se mostrou com mais pujança na América Portuguesa, dificultando a profundidade da espiritualidade nos cultos internos e externos da Igreja Católica tridentina⁴⁹⁷. Por outro lado, para Luiz Mott, os desvios e as heterodoxias foram estimuladas pela deficiência estrutural dos bispados na colônia, estimulando a realização de rituais privados e distanciando-os das práticas religiosas comunitárias⁴⁹⁸. Para além das questões mais voltadas para o sentimento religioso (que não era algo próprio da América Portuguesa, mas sim de toda a Europa, o que também dificultou a aplicação dos preceitos de Trento), os párocos do bispado de Mariana relataram com recorrência em suas cartas os maus feitos dos paroquianos relativos

⁴⁹⁵ SILVEIRA, Marco Antonio. *O Universo do indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 69.

⁴⁹⁶ Ibidem, p. 70.

⁴⁹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 150. O autor parece esboçar esse sentimento religioso como algo típico da América Portuguesa, mas acrescento que tal comportamento religioso foi algo que perdurou por toda a Europa nos séculos XVI, XVII E XVIII com o quietismo, pietismo, jansenismo, jacobinismo, galicanismo. Formas de religiosidade que negavam o poder ultramontano para formação de uma igreja nacional (galicanismo) e as outras que carregavam consigo um preceito mais intimista e individual, e que, por vezes, criticaram apenas os rigorismos praticados pela Igreja Católica. “A exaltação dos valores cordiais e das formas concretas e sensíveis da religião, que no catolicismo tridentino parecem representar uma exigência do esforço de reconquista espiritual e da propaganda da fé perante a ofensiva da Reforma encontraram entre nós um terreno de eleição e acomodaram-se bem outros aspectos típicos do nosso comportamento social” p. 151. Sobre o sentimento religioso na Europa, ver: DIAS, José Sebastião da Silva. *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal* (séculos XVI a XVIII). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960. (Capítulo I – Os preliminares Europeus) e MONCADA, Luís Cabral de. “Mística e racionalismo em Portugal no século XVIII”. In: *Boletim da Faculdade de Direito*, Vol. XXVIII (1952), Coimbra, Universidade de Coimbra, 1953, pp. 1-98.

⁴⁹⁸ MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e NOVAIS, Fernando. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 163.

aos costumes considerados pecaminosos para a Igreja, como, por exemplo, o de negar o sacramento do batismo para seus escravos.

Como poderemos notar, as críticas voltadas aos vícios, desvios e paixões dos mineiros não eram só feitas pelos governantes locais, mas também pelos próprios eclesiásticos. O tema da relaxação dos costumes entre os paroquianos é um dos pontos esboçados pelos párocos ao quarto bispo de Mariana, sendo apresentado como algo corriqueiro no bispado. A devassidão burlava não só sacramentos e ritos da Igreja, mas também dizia respeito aos deveres temporais dos paroquianos com a sustentação dos eclesiásticos.

Ao tratar das conhecenças, Jose Barbosa de Faria, vigário de Santo Antônio do Rio Acima, afirmou que “cobrão o Parocho as ditas conhecenças, tão somente daqueles que não são penitentes, nem faltos de temor de Deos, que dos que o são nada cobrão por se valerem injustos e dolosos enredos que costumão praticar com muitos para não pagarem o que devem”. A partir daí, ressaltou as dificuldades que enfrentava para receber as conhecenças dos senhores donos de escravos, os quais não hesitavam em tramar entre si para burlar o pagamento referente aos mesmos. Por isso, o vigário denunciou a existência de uma rede de favores e empréstimos entre alguns paroquianos, os quais “andão comprando escravos fiados, e [pedindo] aos seus outros de amigos e parentes, para se utilizarem do privilégio de mineiros [...] outros ricos e potentados se valem do mesmo privilégio, e nada pagão”. Já os senhores que não possuíam o benefício de ter parte em tal rede de favores, se retiravam “fugitivamente com os (escravos) que tem” para evitar o pagamento das conhecenças de 300 réis. Essa atitude praticada pelos senhores, nesse sentido, fraudava dois preceitos: o do pagamento das conhecenças e o da realização da confissão dos seus escravos⁴⁹⁹.

Vê-se, porém, que, para os ricos das Minas, o pagamento das conhecenças (não só dos membros da sua família, mas também dos escravos que possuíam) exigia-lhes grandes somas taxativas. Pesando o fato de eles possuírem grandes quantidades de mão-de-obra escrava, deve-se adicionar a esse ponto o contexto da crise aurífera que acarretou a diminuição das produções agrícola e mineradora e do abastecimento interno. Essa diminuição da produção afetou, de certo modo, a estrutura escravista da região, tanto na mineração quanto na agricultura, fazendo com que todo esse mercado se resfriasse e perdesse a sua centralidade⁵⁰⁰. Deve ser ressaltado, no entanto, que a capitania de Minas Gerais se configurava como o maior plantel de escravos da

⁴⁹⁹ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 17. Carta de Jose Barbosa de Faria, vigário de Santo Antônio do Rio Acima, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 10/10/1788.

⁵⁰⁰ CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007, p. 111.

colônia, tendo uma média urbana e rural girando em torno de 10 a 11 escravos por fazendeiro/mineiro. Em vista disso, é preciso se ter em mente o jugo taxativo existente ao somar-se o quinto, o dízimo e as conhecenças como impostos anuais⁵⁰¹. Em contrapartida, havia a utilização de “negros-de-ganho” para contrabalancear as despesas⁵⁰².

A negação dos sacramentos aos escravos era prática comum na colônia; além de significar uma recusa à fiscalidade imposta, também carregava consigo significados místicos e de crença popular. Era nesse sentido que, por vezes, negava-se o sacramento do batismo, pois acreditava-se que manter os escravos pagãos traria maiores chances de eles encontrarem ouro⁵⁰³. O impedimento ao matrimônio, as ameaças e os maus-tratos foram outros dos comportamentos praticados pelos senhores de escravos e que foram, com efeito, condenados pelas constituições baenses e pelos párocos de Minas⁵⁰⁴. Logo, esse mecanismo de controle das consciências que os párocos tinham em suas mãos, por vezes, soava como uma “ferramenta” de persuasão contra paroquianos a favor de interesses particulares, ou de motivos diversos. Em suma, a negação da confissão também poderia significar o medo de ter os seus segredos divulgados na comunidade local⁵⁰⁵.

As ações corruptas dos paroquianos denunciadas pelos párocos foram acompanhadas também de críticas voltadas para o comportamento deles, colocando-os como irremediáveis no quesito do bom costume e da moral. Podemos notá-lo com o vigário de Santo Antônio do Rio Acima, que ressaltou, em carta ao quarto bispo de Mariana, o “prezente estado dos Parochiannos, neste continente”. Levavam uma vida “depravada e de vícios; e maos costumes, como são concubinatos, escandalosos, roubos, distúrbios; e adjuntos de danças diabólicas, e desonestas, já proibidas em todas as Pastoraes, e capítulos de visita dos Exellentissimos Senhores Prelados”. Denunciou também o mesmo vigário a existência de complôs entre

⁵⁰¹ REIS, Liana Maria. *Crimes de escravos na capitania de todos os negros* (Minas Gerais, 1720-1800). Hucitec: São Paulo, 2008, p. 67; PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia*: Minas Gerais, 1716-1789. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2001, pp. 125, 130-133, 135, 140; LIBBY, Douglas C. As populações escravas das Minas setecentistas: um balanço preliminar. In: LAGE, Maria E. de R., VILLALTA, Luis C. (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*, vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, pp. 418-426; FIGUEIREDO, Luciano Raposo de. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América Portuguesa*: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. Tese de doutorado apresentada do departamento de história da FFLCH-USP em 1996, p. 139; Carrara, Op. cit., p. 237. O quinto, assim como as conhecenças, era cobrado de todos os grupos econômicos e baseava-se na taxa por escravo. Já o dízimo era cobrado apenas de grandes propriedades de produção agrícola para o mercado, ou seja, fábricas que faziam uso de mão-de-obra escrava.

⁵⁰² Para mais informações sobre essa prática, retomar a seção 2.2.2 do capítulo 2.

⁵⁰³ SOUZA, Evergton S. A construção de uma cristandade tridentina na América Portuguesa (séculos XVI e XVII). In: Antônio Camões Gouveia com David Sampaio Barbora e José Pedro Paiva (coord.), *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas*. Olhares novos, Lisboa, CEHR, UCP, 2014, pp. 175-195, pp. 193-194.

⁵⁰⁴ FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales. *Estudo introdutório*. In.: Sebastião Monteiro da Vide. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales. Estudo introdutório e edição. São Paulo: Edusp, 2010, pp. 70-71.

⁵⁰⁵ Ibidem.

paroquianos para fazerem os párocos que os denunciavam serem mal vistos ou sofrerem penas. Confabulavam em “maquinas falsas e crimes aos miseráveis Parochos accumulando-lhe culpas, que nunca cometerão nem se pensarão servindo huns de maquinadores, e outros de testemunhas falsas”⁵⁰⁶.

A questão do concubinato, dos distúrbios, e das danças diabólicas⁵⁰⁷ foi discutida pelos poderes civis e religiosos na América Portuguesa. As pastorais realizadas pelos bispos eram um dos meios disciplinadores de que a Igreja dispunha para conter tais comportamentos. O concubinato, em especial, era tido como um problema não somente de cunho religioso, mas inclusive estatal. Portanto, as uniões legítimas e a constituição de famílias eram tidas como uma forma de controle social e de fixação ao local, dificultando, desse modo, o surgimento de espíritos revoltosos e desobedientes. À vista disso, o estímulo ao matrimônio e à constituição de famílias era peça vital para manter a paz social⁵⁰⁸.

O vigário de Cachoeira do Campo, Manoel José de Oliveira, também ressaltou, em sua carta a D. Frei Domingos, os maus costumes de concubinato e heterodoxias, praticados pelos paroquianos na região da sua freguesia. Segundo ele, os paroquianos estão “lembrando da infidelidade em que nascerão de seus progenitores, e das idolatrias”. E, pelo fato desses fregueses não quererem se afastar da “laxidão da vida e costumes” e serem desejosos “de toda a liberdade”, os párocos “lhe cauzão entranhável ódio”. Esse ódio, na visão do pároco, teria sido o responsável pela recusa dos paroquianos em pagar as conhecenças como por “vingança não só lhe querem usurpar o que lhe pertence por direito Divino e humano, mas fazendo-lhe vários furtos e desfeitas, o que bem podia mostrar autenticamente em mim e alguns meus Irmãos sacerdotes”⁵⁰⁹.

⁵⁰⁶ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 17. Carta de Jose Barbosa de Faria, vigário de Santo Antônio do Rio Acima, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 10/10/1788.

⁵⁰⁷ A meu ver, as danças diabólicas denunciadas pelos párocos podem dar abertura interpretativa para algumas das heterodoxias que existiam na América Portuguesa como: cristãos-novos que continuavam praticando ritos judaicos (marranos); protestantes; religiões provenientes de algumas regiões da África. MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e NOVAIS, Fernando. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 201, 159 e 163. Mas a significação do demônio é, para Laura de Mello e Souza, bastante heterogênea, sendo que demônios, na América Portuguesa do século XVIII, era a definição atribuída aos colonos rebeldes. SOUZA, Laura de Mello. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 177.

⁵⁰⁸ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias: Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997, pp. 21, 25, 29; LEWKOWICZ, Ida. Concubinato e casamento nas Minas Setecentistas. In: LAGE, Maria E. de R., VILLALTA, Luis C. (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*, vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, pp. 532, 534; VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997, pp. 77-82.

⁵⁰⁹ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 17. Carta de Manoel Jose de Oliveira, vigário da Cachoeira do Campo, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 30/02/1788.

Outro pároco, José Gomes de Miranda, da freguesia do Rio das Pedras, também apresentou as dificuldades enfrentadas pelos sacerdotes das Minas em cumprir com o seu Pastoral officio. Devido ao “cargo de suas consciências se lhes oppoem muitos dos Seus Parochianos que vivem em vida libertina, e escandalosa maquinando-lhes a ley” para vossas “invençoens”. Argumentou também que “aquelles Parochianos estão commetendo e praticando neste continente contra as leis divinas, e humanas sem temor de Deos, e por esse motivo he que lhes tem vindo o Seu [destrução], e não o das conhecenças que alega aquelle Procurador geral em o seu frívolo Requerimento”⁵¹⁰. Como se pôde notar, a decadência do ouro das Minas foi abordada pelos párocos do bispado de Mariana, ao modo de uma estratégia de defesa, como consequência dos maus costumes praticados pelos paroquianos. Fato esse que também não deixou de ser ressaltado pelo pároco de Santo Antônio do Rio Acima, José Barbosa de Faria, o qual comparou os paroquianos da sua freguesia, e do restante das Minas, com os fariseus que negaram Cristo e seus apóstolos. Na visão desse pároco, a decadência corrente nas Minas naquela época se deu pelo “agrado de Deos e não o das conhecenças que devem aos Parochos”, ou como assinalou com mais ênfase:

Não he muito que isto, assim aconteça no presente século, quando em outro, praticou o povo farisaico o mesmo com Jesus Christo, e com seus Apóstolos, de quem os Parochos e mais sacerdotes são sucessores, remunerando-lhe os muitos grandes favores, que deles tinha recebido com o cruel martírio, que a todos derão sendo [...] que ao mesmo povo farisaico se fazem ainda, [...] muitos deste continente a [...] do que acima, fica ponderado, respeito aquelles miseráveis Parrochos. *Porem infelizes, e mais, que desgraçados dos que assim, injustamente os culparão porque logo sobre elles caiu o poderoso braço do Altíssimo, e Supremo Deos com o castigo, [...] que sendo alguns deles ricos, e potentados com muitas fazendas, e estes vierão a ficar pobres, sem couza alguma de seu, e outros acabando suas vidas com mortes desgraçadas, por mattos cobertos de bichos e alguns afogados em rios, por seus próprios pés, sem relação alguma de sacramento como he bem [...], ocular muita em alguns com grande magoa do meu coração; e também sei, que alguns daquelles Parochos assim ofendidos, tem socorrido, com esmolas, por muitas vezes, aquelles seus adversos maquinadores, depois, que cairão em pobreza, por assim ser do agrado de Deos.*⁵¹¹

Contudo, essas arguições apresentadas pelos párocos do bispado de Mariana, representativas como são da maioria das argumentações de todos os párocos colados e

⁵¹⁰ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 129, doc. 40. Carta de Jose Gomes de Miranda, vigário colado da freguesia do Rio das Pedras, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 24/09/1788.

⁵¹¹ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 17. Carta de Jose Barbosa de Faria, vigário de Santo Antônio do Rio Acima, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 10/10/1788. (grifo meu)

encomendados da capitania, podem ser decompostas em dois pontos centrais que se complementam. O primeiro ponto dessa lógica argumentativa esteve concentrado em apresentar o motivo do não pagamento do ônus da desobriga pelos paroquianos. Motivo esse que carregou consigo a intenção de uma ação vingativa, instituída na recusa dos ditos paroquianos em se adequarem aos costumes reformadores da religião e da moral social e católica que eram transmitidas pelos párocos e capelães do bispado de Mariana. O segundo ponto argumentativo, em consequência do primeiro, não se limitou a demonstrar a decadência dos costumes impregnados na vida social e privada dos mineiros, mas também associou tais comportamentos desviantes à decadência econômica que se passava na região no final do setecentos. Logo, na argumentação dos párocos, a decadência das Minas foi algo consequente da falta de reforma dos costumes, e não por motivos referentes à escassez do ouro e muito menos à taxação das conhecenças. A decadência das Minas é representada, portanto, como resultado do castigo divino aos comportamentos desregrados. Fez-se valer aqui da retórica tridentina do reforço do castigo e da ira divina que permeou a mentalidade e a literatura dos setecentos, como, por exemplo, nos escritos que referenciavam o terremoto de Lisboa em 1755⁵¹².

Essa alegação não é de todo estranha, já que havia na época a desconfiança de funcionários da Coroa sobre a veracidade da secura das jazidas de ouro. Martinho de Melo e Castro foi um dos que alimentou tais ideias quando esteve à frente da secretaria de Estado, da Marinha e do Ultramar⁵¹³. Os mineiros, por sua vez, eram vistos como rebeldes pelas autoridades, e isso foi um fator que perdurou por todo o século XVIII. Logo, eram rebeldes não só na moral e nos costumes, mas inclusive na fidelidade para com a Coroa, já que a mesma também lidava com a falta de pagamento dos impostos. Desse modo, os párocos, na sua posição de restauradores dos costumes e do bom andamento da sociedade mineira, compactuavam dos mesmos interesses inerentes ao Estado português. É possível se dizer, portanto, que os mesmos fizeram uso de uma estratégia argumentativa para manter o costume das conhecenças em 300 réis, colocando os paroquianos na posição de infiéis não só com relação à Igreja, mas consequentemente com relação à Coroa Portuguesa. O bispo de Olinda, José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, referiu-se ao papel dos párocos na América Portuguesa uma vez (ou, possivelmente, referiu-se a todos os párocos do Império Português), dizendo:

⁵¹² MARQUES, João Francisco. *A acção da Igreja no terremoto de Lisboa de 1755*: Ministério espiritual e pregação. In.: *Lusitania Sacra*, 2ª série, 18 (2006), pp. 219-329, pp. 222-290.

⁵¹³ MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da devassa*: a Inconfidência Mineira Brasil e Portugal (1750-1808). Trad. João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 1973, p. 283.

Quando o habitante do sertão e das brenhas for filósofo, quando o filósofo for habitante das brenhas e dos sertões, ter-se-á achado o homem próprio para a grande empresa das descobertas da natureza e dos seus tesouros; o ministro da religião, o pároco do sertão e das brenhas, sábio e instruído nas ciências naturais é o homem que se deseja. Ele poderia fazer ver aos sábios, quanto aos que apenas têm olhos.⁵¹⁴

Portanto, o pároco, para a Coroa, era aquele responsável pela harmonia social tão estimada pelo Estado português. Responsável pela propagação da fé católica e pela manutenção do pasto espiritual, o pároco era o único, junto com os seus subordinados capelães, que tinha um contato direto e cotidiano com a população.

3.3.2 – As Constituições da Bahia e o direito de costume segundo os párocos

O assunto da aplicabilidade das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* na taxação das conhecenças no bispado de Mariana também foi discutido pelos párocos de Minas. Em contrapartida às arguições apresentadas pelas representações e requerimentos das câmaras e do Procurador dos Povos, os párocos mineiros foram contrários à cobrança da desobriga quaresmal pelas *Constituições da Bahia*. Defenderam, por sua vez, a aplicação do ônus das conhecenças pelo costume antigo estabelecido, contrariando a modificação desse costume (que havia sido requerido pelos povos) que já possuía prerrogativa de lei fundamentada por Ordem Régia na primeira metade do século XVIII. Por isso, o vigário da freguesia de Cachoeira do Campo, Manoel Jose de Oliveira, acusou os fregueses da capitania de Minas Gerais de quererem “com falsas e fingidas aparências diminuir, e [quase] abolir o costume antigo determinado pelas Magestades; e Prelados”⁵¹⁵. Argumentava ainda, como já fora apontado, que nem nas regiões pertencentes ao próprio arcebispado se mantinha a observância dessa determinação. Portanto, assim como se foi verificado nas freguesias da diocese de São Paulo, o arcebispado da Bahia também não era unânime na aplicação dessa taxação:

Por que na mayor parte das freguesias do sertam e na vila de Minas Novas conhecem os fregueses os seus Parochos cada pessoa em comum com 300

⁵¹⁴ Cf.: Azeredo Coutinho pp. 212-213. In: SILVEIRA, Marco Antonio. *O Universo do indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 77.

⁵¹⁵ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 17. Carta de Manoel Jose de Oliveira, vigário da Cachoeira do Campo, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 30/02/1788.

reis, e o [...] da fazenda com o valor foi, ao administrador chamado naqueles países = o vaqueyro =, com o valor de huma vaca: costume observado, sem repugnância⁵¹⁶.

Vê-se, desse modo, que as declarações apresentadas pelo pároco reforçam ainda mais a ideia de que as *Constituições da Bahia* não eram integralmente utilizadas pelos bispos da América Portuguesa, podendo haver variações conforme as singularidades, o costume e o contexto social e econômico de cada bispado e freguesias. Como também argumentou o pároco Lino Lopes de Matos, da freguesia de Guarapiranga, partindo da ideia de particularidade das freguesias, que no “Arcebispado da Bahia poderá sofrer estas modicas conhecenças, atendendo à barateza das couzas que são da terra e vêm de fora; mas nestas Minas, onde tudo, que vem de Portugal he caríssimo, como se pode praticar semelhante cousa?”⁵¹⁷. Vemos presente, no entanto, a reflexão em torno da circulação de mercadorias na capitania de Minas Gerais. De fato, estudos recentes mostram que a tal circulação e produção sempre estiveram presentes com peso nas Minas, ganhando cada vez mais força no final do século, como foi apontado no capítulo 2 desse trabalho. Desse modo, a argumentação dos párocos em torno da problemática dos produtos de subsistência abre-nos a possibilidade de esse não ter sido o principal motivo da negativa das *Constituições da Bahia*. Passemos então para o próximo ponto.

O pároco da freguesia de São João do Morro Grande desenvolveu esse mesmo argumento em sua carta enviada. A negação da cobrança das conhecenças pelas *Constituições da Bahia* é defendida pelo pároco pois, segundo ele, seria “falso o dizer-se que as conhecenças se deverião contar pella Constituição da Bahia e não a 300 reis por cabeça, pois que isto só teria lugar se este Bispado não tivesse disposição particular deste respeito como na verdade bem he certo que a Igreja de Minas se estabeleceo com o Costume”⁵¹⁸. Na mesma carta, também argumentou sobre a falsidade de colocar as conhecenças como “contribuições ilícitas” ao se aventar que a cobrança delas pela desobriga da Quaresma se constituía na “compra dos sacramentos; pois que ellas se reputão como dízimos pessoaes e só se cobrão que oferece a desobriga de todos os Parochianos”.

⁵¹⁶ Ibidem.

⁵¹⁷ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 13. Carta de Lino Lopes de Matos, vigário de Guarapiranga, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 20/10/1788.

⁵¹⁸ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 22. Sentença (cópia) do vigário da freguesia de São João do Morro Grande, Agostinho, contra Pedro Cardozo Gatto (pelo Juízo ordinário do Caeté) 12/04/1788.

Contrariando, desse modo, todas as arguições apresentadas pelo Procurador dos Povos, o pároco afirma que ele não deveria questionar a origem desse ônus “na primitiva Igreja nem qual seja o seu vigor nos mais Bispados por ser este hum ponto de mera *disciplina* que tem variação conforme os diversos costumes dos Povos e dos tempos”. Deveria, portanto, questionar somente o modo pelo qual estava embasada a prática da Igreja disposta pelas leis régias de Portugal⁵¹⁹. Contudo, sendo a Igreja de Portugal e de todo o seu Império sujeitas às determinações temporais do Estado através da política de padroado, e representadas, no momento, pela rainha D. Maria I, o mesmo pároco ressalta que tais taxações da desobriga da Quaresma não deveriam ser vistas como “oblaçoens voluntárias, mas como obrigacoens [...] da ley do estado”⁵²⁰. Logo, os paroquianos do bispado de Mariana não estavam, para o pároco, ferindo apenas as leis da Igreja, mas inclusive as leis que diziam respeito à fidelidade perante a rainha de Portugal e ordenadas por seus antecessores. Surgem, a partir dessas declarações, duas premissas com base no Direito Civil e no Direito Canônico, os quais nortearam o debate dos párocos em torno dessa questão. Eram elas: a da disciplina e a do costume com força de lei (assim como vimos na seção 4.2.2, mas nesse caso a utilização do direito de costume é posto como favorável às intenções dos párocos).

O pároco Inácio Jose, da freguesia de São Bartolomeu, também relatou ao bispo de Mariana a sua consternação diante das irregularidades disseminadas pelo Procurador dos Povos e pelas câmaras, já que esses requerimentos e representações feriam as determinações do Direito Canônico, que dizia o seguinte:

Estas sentenças justamente dezattenderão o requerimento da parte que fundada na Constituição da Bahia por ella pretendia regular o pagamento das Conhecenças. *O Direito nos convence, de que o Metropolitano não pode introduzir nas Igrejas Suffraganias Disciplina alguma*, que estas não aceitem, ou que seja contrário à estabelecida no Canon 8, dist. 11, e a doutrina de [...] às Decretaes 1º 8º ttº 1º 1º 2º ttº 28. Anterior, e posteriormente à Constituição se conservou este Bispado no costume de serem pagos os Dízimos pessoaes ou a oitava, ou a 33 r, sem que a Constituição da Bahia alterasse este costume. *As mesmas decisões dos Romanos Pontífices, e dos Concílios sobre matérias disciplinares podem não ser adoptadas, e recebidas nos diferentes Bispados.*⁵²¹

⁵¹⁹ Ibidem. (grifo meu)

⁵²⁰ Ibidem.

⁵²¹ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 23. Carta de Inácio Jose de Almeida, vigário de São Bartolomeu, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 01/11/1788.

Tais premissas relativas à negação do uso das *Constituições da Bahia* para a taxaço da desobriga, não excluem, no todo, a utilizaço do corpo normativo para outras instâncias do bispado de Mariana, mas também possui uma conotaço um tanto quanto autonomista quando se dizia respeito às questões de disciplina. As alegaçoes referentes às particularidades regionais, ao costume e principalmente à maior importância dada a aplicaço do costume e à sua confirmaço por Ordem Régia poderiam nos indicar a existência dessa mentalidade autonomista. Além disso, destacar-se-ia o abismo existente entre o preceito e o vivido, onde a norma poderia, por vezes, ser ignorada e até modificada pelas necessidades locais de uma região e pelas autoridades régias e eclesiásticas, o que carregava consigo a ideia de superioridade do rei e autoridades tanto civis quanto eclesiásticas (dependendo da questão) perante as leis já prescritas⁵²². Tal premissa pode indicar não apenas a força da política de padroado e do regalismo, o qual passou a ganhar cada vez mais força do reinado de José I em diante, mas também a possível presença de noçoes de episcopalismo em tais alegaçoes, possibilitando, desse modo, a negaço de decisões de concílios e de Papas que não dissessem respeito ao dogma universal da Igreja.

O pároco da freguesia de Santa Anna de Villa Boa da prelazia de Goiás, ao redigir suas *Demonstraçoes Apologéticas* (1783) à rainha com o intuito de debater acerca das conhecenças, explicitou toda a argumentaço em torno dos poderes episcopais e monárquicos em comparaço entre si e com o poder do Papa. Com isso, demonstrou uma grande proximidade com as argumentaçoes feitas pelos párocos do bispado de Mariana. O debate em torno da diferença entre o Dogma e a Disciplina colocou explicitamente as divisões dos poderes aí presentes, assim como as diferenças existentes entre a norma e a Disciplina, invalidando, com isso, a utilizaço das constituiçoes baienses no caso das conhecenças. Ademais, fez largo uso do canonista Van Espen, do qual já tratamos no primeiro capítulo, denotando a sua influência e a circulaço das ideias episcopalistas na colônia e em vários patamares do corpo eclesiástico (ao menos no que diz respeito às regiões dos bispados de Mariana e São Paulo e da prelazia de Goiás). Vejamos abaixo:

Porém vamos ao ponto: quem diria a aquelles Régios Ministros, que as Constituiçoens da Baya, são as porque se governão todos os Bispados da América? Quem lhes disse certamente os enganou; [...] porque *cada Bispado tem suas próprias constituiçoes*, e são tantas quantas, Pastoraes, e Editaes os seus respectivos Diocesanos tem promulgado, desses registros estão [...] os Livros de Suas Câmaras Ecclesiasticas [...] queixas de seus Bispados, e muitas

⁵²² FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton Sales. *A igreja no Brasil: Normas práticas durante a vigência das Constituiçoes Primeiras do Arcebispo da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, pp. 14-17.

[...] das Constituições da Baya; [...] aquillo mesmo Metropolitano quantas constituições não terá já estabelecido e promulgado em informação, ou em denegação, ou em suplemento daquellas mesmas que existem. *E assim como aos Senhores Reis he licito argumentar, diminuir, derogar, e suplementar as suas Ordenações e Leys como o estão fazendo actualmente, não obstante terem já muitos séculos estabelecidas as Ordenanças, porque se governa: Reynos porque só os Senhores [...] dos Reynos podem fazer todas e quaisquer mudanças em suas Leys, conforme a Regra do Direito: Cujus legem est[...], cujus este tolere = Assim aos Senhores Bispos, também he licito como Senhores legisladores nas disciplina Ecclesiastica em suas Dioceses podem fazer a mesma mudança tendo igualmente por si a mesma regra: Pelo que não obstante terem aceitado aquellas Constituições da Baya a muitos annos escriptos naquele Arcebispado estabelecidas; podem quando quizerem, elles for justo formar outra; e a razão disto he porque:*

O Dogmas e a Disciplina são ordens pelos, que se estriba toda a Igreja Catholica, que dividida e Corporações com o nome de Rebanhos, se achão dispersos por todo o Mundo, e se fazem hum todo, cuja Cabeça visível he o Papa Pontífice Romano a forma do texto = Unus Pastor, unus ovile = E suposto que o Dogma seja em todas aquellas partes hum, por comprehender os Artigos da nossa Crença que resplandece em Unidade como hé de Fé Ortodoxa; com tudo no que respeita a Disciplina padece das diferenças; por se propor a morigeração dos Fieis, que habitando em diversos países, nem todas as Regras da Disciplina são nelles compatíveis e acomodadas. O que supre a prudência dos Senhores Bispos Respectivos Pastores, [...] naquelas como vem ser razão, contanto que fiquem ilesas as da Fé e da Religião.

*Hé verdade, que todos os Bispos da América governam pelas Constituições da Baya; mas hé enquanto norma; e não enquanto a Disciplina. A esta pertencem as taixações e arbitramentos que devem fazer os Senhores Bispos Diocesanos nos Emolumentos [...] para a conservação e reparo das Fabricas das Igrejas e sustentação de seus Ministros (...)*⁵²³.

Em suma, o que se discute com relação à applicabilidade das conhecenças pelo costume ou pelas constituições baienses está inteiramente ligado à questão dos limites de poder inerentes à sociedade portuguesa do Antigo Regime. Vê-se aí a delimitação do que era o poder de jurisdição do rei em equiparação ao poder do bispo, respeitando, claro, as suas devidas proporcionalidades, ao passo que o poder do Papa, apesar de ser central, é posto como limitado pela Disciplina. Ao equiparar o poder do rei com o do bispo, reforça-se a autoridade e autonomia episcopal no seio da sua diocese, sendo ela apenas sujeita às ordenações Reais e não a concílios e constituições, o que garantia ao prelado grande poder de ação e relativização da sua utilização. Episcopalismo, em outras palavras⁵²⁴. Ademais, essas questões serão tratadas

⁵²³ NORONHA, Padre João Antunes de. Demonstração Apologética a favor das Conhecenças dos Parochos em Minas, 1783. pp. 75-78. (grifo meu).

⁵²⁴ A aplicação das *Constituições da Bahia* não era feita de forma absoluta também em outros bispados da América Portuguesa. Isso significa que havia uma abertura para modificar a sua aplicação, fazendo adaptações e reformulações do seu texto normativo, dependendo das particularidades de cada diocese (Essas discussões são apresentadas nos capítulos de estudos sobre as *Constituições do Arcebispado da Bahia* em: Evergton e Souza

com mais afinco na próxima seção, levando em consideração a recepção que D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel fez das alegações dos povos de Minas e como tal bispo se posicionou em correspondência à rainha D. Maria I.

Juntamente com as críticas levantadas às afirmações do Procurador dos Povos, tidas como falsas pelos párocos do bispado de Mariana, alguns se prontificaram a sugerir algumas resoluções para o problema das conhecenças e até mesmo a alertar o quarto bispo de Mariana para possíveis sublevações que poderiam se originar dos Povos de Minas. Foi esse, aliás, o posicionamento do vigário da freguesia de Santo Antonio do Ribeirão de Santa Bárbara, Emanuel Moreira Figueiredo. O vigário tomou ares de alerta em sua carta dirigida a D. Frei Domingos, dizendo que “todos os Parochianos estão na falsa ideia, de que se devem pagar pella Constituição da Bahia, e [...] permanecerão pertinazes”. E seguiu alertando ao bispo:

Se Vossa Excellencia Reverendissima, e o Exellentissimo Senhor Visconde Governador, e Capitam General desta Capitania não poserem os meios para os de que abusar, [...] a sublevação que entre elles se tem levantado sem a [...] providencia, certamente se verão os Parochos na maior consternação, sem ter / não digo já o necessário para a sua Côngrua, e decente sustentação/ mas quem os ajude no Ministério pastoral, por não terem com que lhes pagar⁵²⁵.

Quintiliano, vigário de Congonhas, não hesitou em questionar a eficiência da aplicabilidade pelas *Constituições*. Para o mesmo vigário, tal insistência só levantaria mais problemas para o corpo de eclesiásticos do bispado, pois ao mesmo tempo que tal taxaço diminuiria a arrecadação da igreja mineira, dificultando a sua sustentação, também contribuiria para uma nova rede de corrupção, o que poderia prejudicar o trabalho pastoral dos párocos e capelães. Foi o que também lembrou o vigário Villas Boas, pelo fato de “só se ver tirania e a avareza dos senhores a respeito dos seus escravos, o gênio próprio do Paiz e a barbaridade da maior parte dos seus habitantes”. Portanto, tal medida, na visão desses vigários, poderia causar riscos à sustentação do pasto espiritual, podendo corromper párocos e paroquianos.

Ex aqui a primeira decisão Autentica sobre as Conheçensas feitas por Ordem de S. Mag, pelas quais estiverão os povos, e se regularão os Parochos fazendo o Exmo. Bispo do Rio o considerável quartamento, reduzindo as antigas

(Org.), *A Igreja no Brasil...* Op. cit.). No entanto, o caso que tratamos aqui se difere das questões adaptativas dessas *Constituições*, já que o ponto central do problema que procuramos discutir está mais direcionado aos entraves jurisdicionais, às delimitações dos poderes e às tensões sociais presentes no contexto da capitania de Minas Gerais.

⁵²⁵ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 10. Carta de Antônio da Fonseca Vasconcelos, vigário da freguesia de Santo Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 14/10/1788.

Conhecensas de oitava de oiro a 300 *reis* sem distinção alguma de pessoa de Comunhão, ou de Confissão, obrando nesta parte com toda a Sabedoria, e prudência *por* quanto de huma diferença podão nascer *muitos* escândalos, e absurdos entre o povo mal entendido, que pela desigualdade das Conhecensas das pessoas de Comunhão e Confissão podião suppor vendáveis os Sacramentos, e prevenindo desta sorte a malícia de alguns Senhores pouco religiosos que cheios de ambição se [...] negligentes em influir nos rendimentos da fé aos seus escravos só a fim de não pagarem maior conheçença delles, ou se queixariam de que os *mesmos* Parochos *por* maior interesse seu os admittião a Meza da Comunhão pouco instruídos.⁵²⁶

Outro ponto abordado por alguns párocos era o da possibilidade de se reformar o modo de cobrança das conhecenças, evitando assim a extensão dos conflitos diretos entre os párocos e seus paroquianos. Fazendo essa proposta, os vigários de Catas Altas, São João Batista do Morro Grande e Ouro Branco pediram que o bispo intercedesse à rainha “hum meyo eficaz para cobrarmos as tais Conhecenças, e mais emolumentos parochiaes”⁵²⁷. Fizeram esse pedido baseando-se em algumas comunidades religiosas de Portugal, de modo que, solicitando a presença do Real Padroado, a cobrança das ditas conhecenças fosse feita na forma do “Executivo”⁵²⁸. Ao que tudo indica, poderia ser um tipo de cobrança semelhante à já feita com relação ao dízimo, utilizando-se de dizimeiros ou rendeiros para o colhimento⁵²⁹. Tais sugestões carregavam consigo as dificuldades que os párocos tinham para administrar as suas freguesias, sendo a cobrança das conhecenças feita pela mão de terceiros a melhor solução para arrecadar desse ônus.

3.3.3 – A sustentação e o estado da malha paroquial

⁵²⁶ Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Códice nº 1 – Generalidades. Série: Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 12. Resposta do Doutor Quintiliano Pereira, 20/12/1788.

⁵²⁷ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 17. Carta de Emanuel Moreira Figueiredo, vigário da Catas Altas, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 01/11/1788.

⁵²⁸ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 22. Carta de Agostinho Monteiro de Oliveira, vigário de São João Batista do Morro Grande, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 01/11/1788.

⁵²⁹ LAGE, Lana. O Padroado e a sustentação do clero colonial no Brasil. *Saeculum* – Revista de História, João Pessoa. V. 30. p. 47-62. jan. /jun. 2014. Os dizimeiros ou rendeiros eram responsáveis por cobrar o dízimo da população colonial destinados à Fazenda Real. Esse expediente abriu, de veras, caminho para vários abusos de cobrança, fato esse que foi reclamado por várias vezes pelo povo. Os responsáveis por essa cobrança compravam do governo o direito de cobrar o dízimo por um determinado período. E tal cobrança era feita sobre produtos agropecuários como: algodão, açúcar, cacau, café, gado, vaca, cavalo, galinhas, letões, cabritos, ovos, hortaliças, etc. pp. 48.

A situação das freguesias do bispado de Mariana era da maior dificuldade para aqueles responsáveis pelo serviço pastoral. Os problemas com relação à sustentação do bispado foram relatados inclusive pelo primeiro bispo de Mariana, Dom Frei Manuel da Cruz, que reclamou, em carta à Mesa de Consciência e Ordens, do valor da sua cômputa e da pobreza do bispado que era tanta ou maior que no reino. Os párocos, capelães e coadjutores passavam não só por dificuldades de sustentação da sua paróquia e capelas, mas enfrentavam, inclusive, asperezas no trato dos próprios fieis e no próprio sustento. Chegavam até a se deparar com os desafios da distância que, além de ser longa no bispado de Mariana, carregava consigo diversos perigos e desconfortos, como vimos no capítulo 2.

O cura da Sé de Mariana mostrou-se indignado com as alegações do Procurador dos Povos de Minas. Diante das acusações de que os párocos das freguesias usavam de tal ônus para viverem no luxo, fazendo uso de cobranças indevidas e embolsando daqueles que eram pobres, o cura protestou. Ressaltou que tal atitude não era digna de um sacerdote, principalmente se ele havia de lidar com a pobreza diariamente em seu ofício. Questionou, portanto, as afirmações de Francisco de Sales e Moraes, dizendo:

Qual será o Parocho tão deshumano, *que* cobre da pobreza! Quando esta diariamente está concorrendo às suas portas *para* estes lhes repararem a sua indigência! E não deixa de ser socorrida. Quantas vezes tem elles mais occasioens, *que* nenhum outro, de ver as misérias, lágrimas e extrema necessidade dos enfermos, a *que* vão acodir com os Sacramentos, e seria faltar ao dever da *mesma* humanidade deixar de enxugar as suas lágrimas, socorrendo-os com as esmolos, e remédios necessários, assim de reparar a vida daquelles indigentes.⁵³⁰

Os argumentos do Procurador dos Povos mostram-se, de certo modo, incompatíveis com as descrições apresentadas pelos párocos das 54 freguesias existentes no bispado de Mariana. Além de todos negarem a cobrança das conhecenças daqueles que não podiam pagar, também descreveram as dificuldades enfrentadas por eles para administrar o pasto espiritual das suas paróquias. O maior obstáculo na administração das mesmas era a extensão territorial que elas possuíam. De fato, para alcançarem as almas nas suas mais variadas localizações, necessitavam da ereção de capelas e, conseqüentemente, da contratação de capelães que deveriam ser onerados por eles conforme a pastoral de 1754 de D. Frei Manuel da Cruz. O vigário da

⁵³⁰ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 7. Carta de Antônio Duarte Pinto, cura da Sé de Mariana, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 12/10/1788.

freguesia do Rio das Pedras, José Gomes de Miranda, ressaltou em sua carta a dificuldade que tinham os párocos em sustentar o corpo de eclesiásticos:

Freguezias de 15 Capellaens e outras [...], e doze de cada huma não chegando as cõngruas dos Parochos para pagamento [...] porçoens de três, ou quatro Capellaens; e além destas as que pagão a Coadjutores. E, devido as avultadas despesas, a que estão Sugeitos como Parochos, não cobrando de seus Parochianos nem a 3ª parte das ditas conhecenças de muitos delles por serem pobres, ou poderosos, não tem o percizo para sua sustentação e [vestuário].⁵³¹

O vigário da freguesia de Santo Antônio do Rio Acima, José Barbosa de Faria, também apontou as dificuldades encontradas pelos párocos em administrar um corpo tão vasto de eclesiásticos. Segundo a explanação do mesmo vigário, as freguesias não eram constituídas por extensão uniforme, sendo que elas poderiam variar no número de capelães que em umas eram “20 outras a 22, outras a 7 e a 8”⁵³².

O problema das grandes extensões das freguesias foi abordado pelo mesmo vigário, apresentando as dificuldades de locomoção que os párocos enfrentavam para administrarem os sacramentos dos fiéis instalados em zonas mais afastadas, ou seja, zonas mais ruralizadas e sertões. Tinham que visitar os seus paroquianos que se achavam “enfermos, a qualquer ora do dia, ou da noite, por [...], chuvas, em viagens dilatadas, por montes, mattos, e caminhos, infrequentados com barrancos, [...] passar dias caudalosos com grave risco de suas vidas” e pelos medos de serem atacados por índios. Foi o que também ressaltou o vigário da freguesia de São José da Barra Longa, Antônio Pedro Vasconcelos, ao tratar dos curados de São João Batista e Barreto pertencentes à sua freguesia. Tratou em carta, os embaraços sofridos por ele em três dias de viagem da sua matriz paroquial para acudir os paroquianos nos sacramentos e na confissão da Quaresma:

Eram quatro Fazendas por se contentarem com a confissão da Quaresma que tenho administrado dois annos escoltado de Armas e Pedestres, não sem prudente receio dos Gentios Puri e Botocudo. Contém a Freguesia mais duas

⁵³¹ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 129, doc. 40. Carta de Jose Gomes de Miranda, vigário colado da freguesia do Rio das Pedras, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 24/09/1788.

⁵³² Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 17. Carta de Jose Barbosa de Faria, vigário de Santo Antônio do Rio Acima, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 10/10/1788.

Capellas, com sette Hermidas que dividem a piedade dos Fieis, e [...] há treze Clérigos, bem que hum esteja entrevado, e outro Suspenso.⁵³³

Além de terem de enfrentar as dificuldades do seu ofício, ainda haviam de lidar com a impossibilidade de sustentar os capelães necessários para que o culto católico alcançasse toda a freguesia. Eram esses fatores que acabavam estimulando as querelas entre párocos e capelães e distanciando-os dos mesmos objetivos referentes à cura de almas. O capelão, por sua vez, diante das dificuldades encontradas na sua posição hierárquica, portava-se, por muitas vezes, como defensor dos paroquianos e das irmandades⁵³⁴. Por estar mais perto das comunidades do que o pároco seu superior, o capelão se viu em conflito com ele para defender os interesses singulares da irmandade da qual fazia parte (veremos esse ponto no capítulo seguinte).

Segundo José Barbosa de Faria, as côngruas que recebia da Real Fazenda não pagavam nem “a porção de três capellaens chegão quanto mais para tantos”. Tal sustentação ficava ainda mais dificultosa para aqueles párocos que eram encomendados (e que não recebiam a côngrua de 200 réis provida pela Coroa), como o próprio José Barbosa de Faria.⁵³⁵ O mesmo argumentou Inácio José de Almeida, vigário de São Bartolomeu, contrário à diminuição das conhecenças devido às dificuldades enfrentadas para a administração da sua freguesia. Somava-se aos fatores da distância e da quantidade de capelães a serem sustentados, o amparo de capelães particulares de alguns fregueses:

Se as Conhecenças, que a respeito contribuem os Povos nas Suas applicaçoes não fizerem o fundo de sustentação dos capellaens das capellas Filiaes, he evidente, que todo o rendimento dos Parochos não he bastante de sustentação dos Operários, que nessessitão: *Toda a administração das Igrejas Roraes, ou para melhor dizer das Montanhas deste País*, e árdua pelas asperezas de caminhos e longitudes consideráveis: como Vossa Exellencia tem pizado e Pessoalmente Observado a dureza deles não necessito outro testemunho. Em huma Freguesia como esta de população de 1700 almas não pode ser competentemente administrada sem Coadjutor e Capellão na Capella Filial, que lhe foi declarada além da pertença de outra em Capanema, como tem sido por muitas vezes suplicado a Vossa Exellencia, ella compreenda a distância de 9 legoas por terreno asperíssimo; e parassem necessários três Operários para servirem na administração necessária. (...) Esta Freguezia

⁵³³ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 14. Carta de Antônio Pedro Vasconcelos, vigário de São José da Barra, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 20/10/1788.

⁵³⁴ AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008, pp. 281-288.

⁵³⁵ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 17. Carta de Jose Barbosa de Faria, vigário de Santo Antônio do Rio Acima, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 10/10/1788.

compreende 4.406 almas. Os pobres não podem pagar e os ricos não querem de tal sorte que por título de Conhecenças nada venho a perceber dos meus Freguezes. Da Certidão, que junto consta o número das cinco Capellas, em que tenho obrigação de pôr Capellaens, e estes requerem porção, visto que os Aplicados lhes negão as Conhecenças, como justifico com a Certidão do Padre Manoel Gomes de Amorim. Os moradores da Capella de Miguel Rodrigues fundados na Ordem Regia de 1758 ultimamente convencerão pior Sentença, que devia dar lhes Capellão particular, vindo eu nesta forma a ficar sujeito ao duro encargo de seus Capellaens. Avista disto, não se pode negar [...] que de cõgrua não podem ser bastantes a suprir o ônus de tantas Capellas; os de hum Coadjutor e os da minha necessária sustentação. Nem finalmente a taxa das Conhecenças a diminuir se poderá suprir a estas despesas.⁵³⁶

Além das críticas voltadas para a extensão das freguesias, os párocos também mencionaram a desproporcionalidade existente entre elas com relação ao seu sustento. O vigário já apresentado, Inácio José de Almeida, ressaltou, em sua carta ao quarto bispo de Mariana, as diferenças populacionais existentes entre algumas freguesias da capitania mineira, sendo umas mais populosas do que outras. Deu como exemplo a freguesia de São Sebastião, “que não chega a ter mil pessoas de confissão, ou pouco mais de mil a sua população”, não podendo ser igualada à da Villa do Príncipe no Serro do Frio, “que se diz tem vinte e tantas mil”. Além do fator populacional, havia também o aspecto econômico, o qual, segundo o próprio vigário, não colocava as freguesias “no mesmo auge e nas mesmas circunstâncias, pois se humas se achão em total decadência, outras apenas se conservão e algumas principião”.⁵³⁷ As igrejas rurais, em contrapartida àquelas que estavam localizadas perto dos meios urbanos, eram as que mais passavam pela carência de contribuições das conhecenças e de outros emolumentos como, por exemplo, os pés-de-altar⁵³⁸. Isso foi o que alegou o vigário da freguesia de Catas Altas, Emanuel Moreira Figueiredo, dizendo:

As igrejas Ruraes, onde se passa o ano, sem hum só pé de altar, por não haverem filiais, nem ofertas algumas; e apenas tem, os teus Parochos o lucro de algumas Certhidoens, e de alguns enterros, que muito mal pagão, principalmente enterros de escravos, que raros são os Senhores, que os pagão.⁵³⁹

⁵³⁶ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 23. Carta de Inácio Jose de Almeida, vigário de São Bartolomeu, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 01/11/1788. (grifo meu)

⁵³⁷ Ibidem.

⁵³⁸ Retomemos aqui o que foi apresentado na seção 2.1.1, onde tratamos da mudança de financiamento Real na colação de freguesias a partir da segunda metade do século XVIII. Esse fator fomentou a ereção de capelas nas freguesias mais afastadas do centro minerador, o que aumentou consideravelmente a carga de sustento dos párocos das freguesias rurais, visto que eles deveriam pagar um salário aos seus capelães.

⁵³⁹ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 17. Carta de Emanuel Moreira Figueiredo, vigário da Catas Altas, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 01/11/1788.

O argumento sobre a pobreza dos párocos do bispado de Mariana foi abordado em conjunto com a questão da ineficiência das *Constituições da Bahia* para a sustentação das igrejas da América Portuguesa e, em especial, das igrejas mineiras. Notemos o que o vigário de São João del Rei escreveu sobre esse conjunto normativo e a sua ineficácia:

Quase todos os Parochos das Minas vivem pobres empenhados porque estas Igrejas não tem casas de residência, e he necessário comprá-las ou fazê-las com muita despeza; porque o ferro, as madeiras, as telhas, os carpinteiros, os pedreiros, e tudo o mais não se paga pela Constituição da Bahia; nem se pagão pela Constituição da Bahia todos os víveres, vestuários necessários para a decente sustentação da vida, ou reparação da saúde: o Médico, o Cirurgião, o Botica, o Mercador, o Alfaiate, o Sapateiro, todos os outros Misteres não se pagão pela Constituição da Bahia, e requerem os seos jornaes, e salários, e lucros, *que* não tem taxa, e que ao seo arbítrio ao uso de Paíz são exorbitantíssimos, e muito excessivos. Tudo isto deverá considerar o Procurador dos Povos e se decorrerá com menos preocupação e mais Christandade.⁵⁴⁰

Todos os relatos apresentados aqui foram provenientes de freguesias localizadas na região central da capitania, ou seja, região na qual predominou a atividade de mineração e agricultura de demanda para esse centro minerador, e que, na segunda metade do século, passavam pela já mencionada crise econômica. Com exceção das freguesias de São José da Barra Longa e de Carijós, que se mantiveram estáveis no investimento à agricultura, as outras mencionadas sofriam com o decréscimo⁵⁴¹. Apesar disso, todas possuíam o *status* de coladas, o que dava o direito da cômputa aos seus respectivos párocos. Ressalta-se, no entanto, que em nenhuma das 54 cartas mencionou-se o não recebimento das cômputas Reais e apenas três delas propuseram o aumento dessa paga em troca da diminuição das conhecenças. Essa conclusão pode nos levar a dois resultados: a) O pagamento das cômputas eram falhos (como se alegou na historiografia até hoje⁵⁴²), o que agravava ainda mais o sustento da malha paroquial, mas não foram denunciados nas cartas por questões de retórica, ou seja, para não gerar conflito com as autoridades reais; b) O problema do sustento estava unicamente voltado à questão das conhecenças, o que reforça o fato de a grande maioria dos párocos não as receberem por motivos sejam eles econômicos, individuais, de conflitos de poder ou

⁵⁴⁰ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 44. Carta de Antônio Caetano de Almeida Vilas Boas, vigário de São João Del Rei, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, tratando da questão das conhecenças. 11/11/1788.

⁵⁴¹ Ver capítulo 2, seção 2.1.1.

⁵⁴² Ibidem, seção 2.1.2.

institucionais. Das 29 freguesias que passavam por problemas econômicos, mais da metade (17) relatou problemas com o sustento. Ao passo que das freguesias que estavam em crescimento (12), apenas três alegaram esse problema. E das cinco freguesias que se mantiveram estáveis economicamente, quatro delas relataram dificuldades na sua sustentação.

Diante disso, podemos concluir que a sustentação das freguesias do bispado de Mariana foi deficiente. A soma dos fatores falta de rendimento e isolamento (característica mais própria das paróquias mais afastadas, mas que também esteve presente nas freguesias mais movimentadas do centro da capitania) dificultavam o bom funcionamento do sistema de paróquias, impedindo, por sua vez, a sustentação do projeto reformador.

3.4 – A resolução da contenda: a estruturação da malha paroquial e a comodidade dos Povos

Em dezembro de 1790, após receber as cartas de todos os párocos das 54 freguesias que foram abordadas no ponto anterior, D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel elaborou um parecer destinado à rainha D. Maria I, tratando das questões que fomentaram os ânimos contrários à taxação das conhecenças. Em conjunto com o seu parecer à rainha, Pontevel remeteu as cartas dos párocos por ele recebidas e as determinações régias, assim como processos judiciais referentes às conhecenças, para que fossem analisados pela monarca, como a mesma havia ordenado. Mostrou-se também como inteiramente confiante das informações passadas a ele pelos vigários de Congonhas, Quintiliano Pereira, e de São João del Rei, Antônio Caetano de Almeida Villas Boas, a quem, segundo o mesmo bispo, “me poderia bem comprometer pela minha informação; pois diz a verdade, e responde a tudo, e me referirei aqui aos Documentos authenticos, que elle ajuntou”.⁵⁴³

Começou pelo requerimento de D. Francisco de Salles e Moraes, que, para Pontevel, não era “fundado em verdade” e continha “manifestas falsidades, e imposturas”⁵⁴⁴. A personagem do Procurador dos Povos foi elemento central na querela das conhecenças. Como pudemos ver nas seções anteriores, foi ele quem encabeçou todo o movimento de reivindicações das câmaras, com a redação e envio à Coroa de ofícios que tratavam do problema das conhecenças e o estímulo à organização de requerimentos e representações coletivas dos agentes camarários.

⁵⁴³ AHU - Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 135, doc. 66. Parecer de Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, para a rainha D. Maria, tratando da questão do requerimento do Procurador dos Povos. 07/12/1790.

⁵⁴⁴ Ibidem.

O perfil desse procurador fora bem explorado pelos vigários aqui citados, o que nos permite averiguar algumas características presentes nesse movimento de inquietação dos Povos, assim como as relações hierárquicas, locais e de poder presentes entre os agentes nele envolvidos. Dividimos essas relações da seguinte forma: párocos/fregueses, párocos/procurador, bispo/procurador; e as relações jurisdicionais: pastoral e ordem régia/Constituições da Bahia. Iniciemos, então, esse primeiro ponto da análise compreendendo o “lugar” no qual este procurador estava inserido nessas relações.

O vigário Villas Boas referiu-se ao Procurador dos Povos de Minas como um homem isento de verdade e de “Espírito orgulhoso, pois que sobre hum negócio de tanto peso huma só coiza não proferio este homem, que seja verdadeira! ”. Prosseguiu com suas críticas a Salles e Morais, dizendo que as querelas em torno das conhecenças e das reivindicações contrárias à aplicação do costume haviam aparecido no início da década de 70, mais precisamente 1772, sob a sua liderança (algo que não havia ocorrido antes com relação às conhecenças⁵⁴⁵), e que:

Citados pela fatuidade, ou pela animosidade, e malícia deste homem, que entrou a inculcar, e promulgar a pretendida quota de 80 – e 40 – e 20 reis de Conhecença, para attrahir com isto ao partido das suas vistas ambiciosas a multidão do povo rude, que o venerava na qualidade de Ermitão da Senhora da Aparecida, e de Exorcista poderoso em milagres⁵⁴⁶.

O vigário da freguesia de Congonhas, Doutor Quintiliano Pereira, também relatou ao bispo as imposturas que teriam sido praticadas pelo Procurador dos Povos. Referiu-se ao mesmo como um *novador* ou até mesmo como um luterano ou calvinista. Crê-se que tal ponto negativo era filho daquele sentimento religioso exposto em séculos anteriores ao setecentos, tomando formas cada vez mais autênticas e críticas à estrutura da Igreja Católica, seus rigorismos no culto divino oficial e às formas exteriores de piedade que dificultavam o individualismo espiritual. Os reformadores e os *novadores* eram aqueles que possuíam as suas ideias religiosas mais voltadas às práticas erasmistas e interioristas do culto interno do espírito, contrários à

⁵⁴⁵ Como vimos na primeira parte desse capítulo, o que diferenciou a questão das conhecenças no período de D. Frei Domingos foi justamente o seu caráter de movimento organizado (com a reivindicação das câmaras em conjunto com um procurador). Em outros momentos em que tal assunto fora tratado ao longo dos setecentos, o que podemos notar são também reivindicações, mas de cunho mais esporádico. Não havendo aí a incidência de grupos interligados a uma liderança específica, como se era comum de ver em vários movimentos ocorridos na América Portuguesa, como bem trabalhou Luciano Figueiredo em sua tese sobre revoltas e fiscalidade (capítulos 2 e 3).

⁵⁴⁶ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 44. Carta de Antônio Caetano de Almeida Vilas Boas, vigário de São João Del Rei, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, tratando da questão das conhecenças. 11/11/1788.

cobiça e ignorância do clero e ao desamparo dos prelados. Mas que, não esqueçamos, foram muito utilizados pelo Concílio Tridentino na formulação de seus decretos⁵⁴⁷. Quintiliano, portanto, partiu da prerrogativa de que aqueles que questionavam a disciplina da Igreja Católica e os direitos dos eclesiásticos de obter a sua sustentação através das cômputas não passavam de *novadores*, ou teriam sido tocados “da mesma peste, de que forão os Luteranos e Calvinistas”. O Procurador dos Povos, nesse sentido, se encaixava nesses requisitos citados acima, ainda mais pela fama que tinha de “ter servido de hum Mao cobrador, ou Ecônomo do Vigário de S. Barbara” e de ter sido expulso pelo vigário. Foi deste modo que Quintiliano justificou a crítica à postura de Francisco de Salles e Moraes, que “tomou o partido de sublevar o povo de muitas Freguezias”⁵⁴⁸.

A partir do que foi exposto até então, devemos destacar os seguintes pontos referentes ao perfil do Procurador dos Povos D. Francisco de Salles e Moraes: 1º a sua pertença ao baixo clero (ermitão de Nossa Senhora Aparecida); 2º teria sido subordinado ao vigário de Santa Bárbara (provavelmente como coadjutor, que possuía a função de administrar os capelães das freguesias, auxiliando ao pároco); 3º a sua caracterização como “inovador” (o que poderia ter ligação com as práticas de devoção à Nossa Senhora Aparecida).

Os pontos destacados acima reforçam a conclusão de Figueiredo, ao tratar das lideranças dos movimentos sociais na América Portuguesa. Os padres do baixo clero (claro que não se excluindo os do alto clero, pois existiam exceções, como mesmo podemos notar no envolvimento do cônego Luís Vieira da Silva no movimento da Inconfidência Mineira) faziam uso do seu poder de retórica e do lugar do púlpito nos sermões das missas para recrutar e fomentar movimentos de protesto contra a Coroa (mais ainda contra os seus funcionários) e a sua fiscalidade⁵⁴⁹. Isso demandava um grande contato desse eclesiástico com a comunidade local, o que o colocava em posição central, de liderança. O cargo de procurador do povo, por sua vez, encaixava-se aí no sistema representativo que as câmaras possuíam para mediar o diálogo com os poderes locais e do além-mar. Não se constituía em um cargo permanente, mas

⁵⁴⁷ PEREIRA, José Esteves. *O pensamento Político em Portugal no Século XVIII*: António Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005, p. 214; DIAS, José Sebastião da Silva. *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960, pp. 179-188; FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade. In: GOUVEA, António C. e MARQUES, João F. (Org.) *História Religiosa de Portugal*, vol.2. Rio do Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 24. Voltar ao capítulo 1 seção 2.2 sobre o projeto político-religioso.

⁵⁴⁸ Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Códice nº 1 – Generalidades. Série: Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 12. Resposta do Doutor Quintiliano Pereira, 20/12/1788.

⁵⁴⁹ FIGUEIREDO, Luciano R. Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América Portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. Tese de doutorado apresentada do departamento de história da FFLCH-USP em 1996, p. 258.

sim rotativo e requisitado apenas quando se havia a necessidade de requerer algo. Poderiam, no entanto, representar as reivindicações tanto de grupos populares quanto dos mais ricos e potentados, o que nos daria uma abertura para entender o lugar dos pobres no embate das conhecenças⁵⁵⁰.

Destaquemos, no entanto, a origem eclesiástica de Salles e Moraes sob outra ótica que não a de porta-voz crítico com relação às questões de fiscalidade. A visão que proponho aqui é a da hierarquia eclesiástica, envolvendo, sobretudo, as irmandades e ordens terceiras com suas formações de grupos e de poderes locais. Já atinando para o que discutiremos no capítulo seguinte, que tratará sobre essa questão, tomemos, por hora, as relações de conflito entre o procurador dos povos ermitão, os párocos e o bispo de Mariana. As questões de poder e autoridade se mostram inerentes à discussão da fiscalidade das conhecenças, assim como no modo como D. Frei Domingos resolveu essa contenda.

A isenção de verdade nas alegações de Francisco de Salles e Moraes foi questionada por Vilas Boas devido à falta de conhecimento da ordem régia de 1759 (que fora apontada pelo procurador, questionando a sua não execução pelas autoridades locais) por várias instâncias administrativas e judiciais da colônia e do reino. Isso seria como uma afronta para aqueles que eram responsáveis pela execução das ordens proferidas pela Coroa Portuguesa. Portanto, as alegações desse oficial não só colocavam em xeque a fidelidade de D. Frei Domingos perante a Coroa, como também feriam a fidelidade dos bispos predecessores a ele. As autoridades civis também não eram excluídas dessas acusações, já que a execução das ordens reais também ficava sob responsabilidade dos governadores e Capitães-Generais das capitanias. Vejamos o que disse o vigário de São João del Rei:

A sua Pastoral, e o seo Decreto não existem nem tem apparecido nos Registos das Secretarias dos Governos destas Capitanias das Minas, ou do Rio de Janeiro, nem nas Câmaras Episcopaes de ambos os Bispados, nem há deles notícia ou memória alguma. Nem he crível, que pudessem existir ignorados de tantos Ilmos. e Exmos. Governadores, e Generaes de ambas as Capitanias, como de tantos Ilmos. e Exmos. Prelados de ambos os Bispados tendo-se aliás todos elles empregado sempre com tanto zelo a *fidelidade* na guarda vigiada mais exacta observância das Leis, e Ordens de S. Magestade guarda, e vigia de que V. Ex.^{aa} nos tem dado as mais depuradas liçoens, e os mais Religiosos exemplos desde a sua feliz entrada neste Bispado.⁵⁵¹

⁵⁵⁰ Ibidem. pp. 133, 155, 255, 292.

⁵⁵¹ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 44. Carta de Antônio Caetano de Almeida Vilas Boas, vigário de São João Del Rei, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel. tratando da questão das conhecenças. 11/11/1788. Grifo meu.

E reforçou:

Só hum homem do caráter e dos costumes de D. Francisco de Salles e Moraes he que podia irreligiosamente afirmar na presença de S. Magestade a existência de hum Decreto, e de huma Pastoral, que foi sempre ignorada de todos os *Exellentissimos* Generaes, e Prelados destas Capitánias desconhecida, e nunca lembrada na Casa da Supplicação de Lixboa; na Relação do Rio de Janeiro, na presença dos Ministros Reais e Ordinários e Advogados de todas estas Comarcas como de todo o povo destas Igrejas!⁵⁵²

A fidelidade para com o soberano era o cerne do problema e responsável por manter a estruturação de um Estado monárquico. Os súditos tinham esse compromisso para com a Coroa, sobretudo aqueles que eram nomeados pelo monarca para exercer funções administrativas de confiança. Nesse caso, temos os bispos diocesanos de Mariana e do Rio de Janeiro (quando não existia um bispado na região das Minas), e os governadores da capitania de Minas Gerais. As ideias do direito natural, que foram centrais na política portuguesa do século XVIII, colocavam a formação de uma sociedade (um corpo) regida por um soberano (a cabeça e representante direto de Deus) como criação divina e natural⁵⁵³. O soberano tinha por responsabilidade guiar essa sociedade, os seus súditos, para que todos tivessem a utilidade comum de cidadãos e para que se alcançasse a felicidade. Contudo, deixar de observar a fidelidade ao rei significava o mesmo que admitir alguém superior a ele na terra. Era, portanto, algo muito grave e passível de repressão.

Já os deveres dos súditos para com o príncipe constituíam-se na obediência e na fidelidade. Como definiu Ribeiro dos Santos: “o povo não pode censurar os reis ou metê-los na ordem; depô-los do reino; penalizá-los ou de qualquer modo coagi-los; fazer sedições contra eles; ser rebelde; favorecer os inimigos; pegar em armas; resistir pela força”⁵⁵⁴. Logo, ao fazer tais acusações aos bispos e governadores da capitania de Minas Gerais, o Procurador dos Povos buscava ferir a fidelidade e compromisso que esses agentes possuíam com o seu soberano. Nesse ponto, temos a retomada da questão dos funcionários do rei como traidores, com o vigário de São João del Rei refutando essa ideia muito presente nas reivindicações dos súditos da colônia.

⁵⁵² Ibidem.

⁵⁵³ PEREIRA, José Esteves. *O pensamento Político em Portugal no Século XVIII*: António Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005, pp. 190-194.

⁵⁵⁴ Cf.: Ribeiro dos Santos. *De Sacerdotio et Imperio*. In: DIAS, José Sebastião da Silva. *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960, pp. 68-69.

Diante das alegações apresentadas pelos dois vigários, o bispo de Mariana enumerou em seu parecer todas as contradições contidas nos requerimentos de Francisco de Sales e Moraes, que no total constituíram-se em quatro pontos. O primeiro foi relativo ao número de párocos existentes no bispado. Uma vez que o Procurador dos Povos fez uso do número de 32 párocos para justificar o argumento do luxo deles e a falta de necessidade da taxa de 300 réis pela desobriga quaresmal, Pontevel iniciou sua argumentação declarando o número total de paróquias do bispado, que eram 54.

A segunda contradição apontada foi voltada para a ideia de que a quantia taxada de 300 réis era um abuso praticado pelos párocos de Minas. O prelado se mostrou contrário a tal argumentação. Para refutar as alegações acusatórias do Procurador, o bispo de Mariana apontou a historicidade que abarcava a questão das conhecenças na região das Minas. Apelou, contudo, para o fator do *costume antigo* que havia sido reforçado posteriormente pela Ordem Régia de 1719, assim como fora feito nas cartas dos párocos. Nas palavras do prelado:

A introdução das Conhecenças, que com nome primeiro de Alleluyas se davão aos Párocos para sua sustentação na quantia de huma oitava de oiro aquelle tempo de mil e quinhentos reis por cada pessoa de Comunhão, e meia pelos que erão só de confissão, teve principio com a povoação destas Minas em annos do século passado; de sorte, que já no anno de mil sette centos e onze se reputava costume antigo, por cuja norma ordenarão os Vizitadores aqui mandados no dito anno pelo Bispo D. Francisco de São Jeronimo, se conformassem os Parochos na cobrança das conhecenças, mandando evitar com cominação de castigos todo mais excesso, e abuso, de que alguns dos Párocos talvez fossem arguidos, ou denunciados naquela mesma Vezita e [...] A necessária sustentação dos Parrocos para que não havia outro Fundo nas circumstancias de huma extraordinária carestia de viveres, e de hum número ainda muito pequeno de Freguezes fazia aquelle tempo tolerável, e ainda mesmo indispensável este excesso.⁵⁵⁵

Posta aqui a questão das conhecenças a partir da negação da ilegalidade enunciada pelo Procurador, Pontevel não tardou em apontar, como terceira contradição, os fatores que legitimavam o argumento da cobrança de caráter discriminado presentes nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* nos valores de: 40 réis por cabeça de casal (já tinham o sacramento da comunhão) e 20 réis para solteiros, crianças e escravos que não comungavam⁵⁵⁶.

⁵⁵⁵ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 135, doc. 66. Parecer de Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, para a rainha D. Maria, tratando da questão do requerimento do Procurador dos Povos. 07/12/1790.

⁵⁵⁶ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 134, doc. 60. Requerimento de D. Francisco de Sales e Moraes à rainha D. Maria I, pedindo a resolução do problema das conhecenças. Cita o bispo Frei Domingos da Encarnação Pontevel e sua indisponibilidade de executar os pedidos. Vila Rica 28/01/1789.

Nesse caso específico, o próprio bispo reforçou a ilegitimidade de tal prerrogativa, alegando que as Ordens Régias já declaradas e a Pastoral de 1719 legitimavam a aplicação das conhecenças através do *direito de costume*:

Deste modo se introduzio legitimamente neste Bispado a prática da conhecença Parochial, e assim se ficou inalteravelmente praticado, sem que athe aos annos de trinta e cinco e trinta e seis appareça queixa alguma contra a mesma taxa de conhecença, que os Povos levassem a presença de Vossa Magestade ou levassem aos seus Régios Tribunaes: o que já mais seria Crível, que deixassem de fazer os mesmos Povos tão inimigos, como sempre o forão, deste direito Parochial, (...) mas as Reais Ordens de Vossa Magestade, que já fição apontadas, e Pastoral do Bispo são as que mostrão claramente a verdade.⁵⁵⁷

A quarta e última contradição apontada por Frei Domingos estava relacionada ao argumento, já mencionado, do não cumprimento da Ordem Régia de 1759 tanto pelas autoridades civis quanto pelas autoridades religiosas. Segundo o mesmo bispo, não existiu nenhuma Ordem Régia datada dessa época, mas sim uma de 1758 que originou, em 1759, a pastoral realizada pelo primeiro bispo de Mariana, D. Frei Manuel da Cruz. Pastoral essa, como já sabemos, que esteve destinada a regulamentar o pagamento da cônica sustentação dos capelães pelos párocos, fazendo uso das conhecenças e demais emolumentos que eles recebiam.

Podemos notar, com os apontamentos apresentados acima, que Pontével, ao listar as contradições e incoerências que estariam contidas nos requerimentos do Procurador dos Povos, negou a necessidade e legitimidade da aplicação das *Constituições da Bahia* como corpo normativo do bispado de Mariana. Isso pelo menos no que diz respeito à sua aplicabilidade com relação à taxação das conhecenças, já que vimos no capítulo anterior a constante afirmação da aplicação desse corpo normativo no que diz respeito às outras esferas disciplinares. É nesse ponto que se torna possível a ligação do posicionamento de D. Frei Domingos com a questão da Disciplina e do Dogma que tratamos na seção 4.3.2 desse capítulo. Ao negar a utilização dessas constituições para as conhecenças no âmbito da sua diocese, o dito prelado faz uso do seu poder e autoridade de ordinário, assim como da sua autonomia de governo. Ele tinha prerrogativa para decidir o que deveria ser feito sobre esse assunto, prerrogativa esta, inclusive, dada pela rainha. A vinculação desses dois poderes surge aqui bem clara, mais ainda quando

⁵⁵⁷ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 135, doc. 66. Parecer de Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, para a rainha D. Maria, tratando da questão do requerimento do Procurador dos Povos. 07/12/1790.

nos voltamos para o projeto político-religioso do qual tratamos no primeiro capítulo referente à união do regalismo com o episcopalismo. Ou seja, não havia uma obrigatoriedade na utilização das *Constituições da Bahia*, de modo que, ao se decidir por não segui-la, Pontevel fez uso da sua autonomia de governo.

Ao tratar dessa discussão relacionada à prerrogativa de lei entre os poderes existentes no império português, o vigário João Antunes Noronha, na *Demonstração Apologética*, destacou a importância do poder episcopal em conjunto com o Real. Ao tratar dos resultados processuais advindos do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (última instância jurídica na colônia), os quais contrariavam aos párocos e as conhecenças, o mesmo deliberou:

Repugnão os povos pelo Libello, que fazem devolver aquelle Tribunal: mandão as [...] se não intrometão as justiças em tal caso: e a Relação por seu Acordam annulla aquella taxa e Ley do Bispo: Que hé isto senão vir a ponto aquella Ley; e também conhecer-se que aquelle Tribunal não só não está pela Ley Pastoral do Bispo, se não tão bem, que nam obedece a Ley do Reyno e de S. Magestade, e se não há Ley mais que as da vontade? Se esse todo argumento mais isto custa a ser dos Legisladores: como pode também ser dos Ministros julgadores?

Instará 3º que nesta América jus dos Cânones todo se devolve pella ingerência das Reaes [Ordens] e Nossos Monarcas principalmente no que se pretende aos bens temporaes nos seus Vassallos, e por isso ainda que os Bispos taxem quaesquer quantias applicando-as para benesses dos Parochos, nenhum vigor devem ter nas taxas, sem a expressa aprovação de S. Magestade, como Senhora tanto daquelle jus, como de seus Domínios, e Conquistas. Está muito bem. Mas pergunto: E porque essa ingerência perderão os Senhores Bispos o jus ordinário que tem e os mesmos Cânones e concílios próprio seu? Ninguém os afirmará sem que incorra na nota de ignorante. Só sim que está em jus Subordinado aos dos Nossos Soberanos: o que he bastante para que se repute nullas as taixaçoens, que fizerem os Bispos sem a Régia aprovação. Bem está. Mas se elles as fixarem por ordem da Magestade será precisa ainda então essa expressa aprovação? Responderão que sim: e a razão mostra que não. E provei.

Por isso os senhores Bispos nos lugares onde não há aquella ingerência podem taxar benesses sem dependência da aprovação Regia; porque os Concílios, e Cânones lhes dão poder ordinário para isso: os Senhores Bispos da América, donde há aquella ingerência não só taixão aquelles benesses pelo poder ordinário próprio seu dado pelos Cânones, mas tão bem por determinação da Magestade por ser esta Senhora aquelle poder Subordinado: Logo assim como os Senhores Bispos naqueles lugares podem fazer essas taixaçoens sem dependência da aprovação Régia, assim os da América podem fazer as mesmas sem essa aprovação [...], que haja a Real determinação para ellas⁵⁵⁸.

⁵⁵⁸ NORONHA, Padre João Antunes de. *Demonstração Apologética a favor das Conhecenças dos Parochos em Minas*, 1783, p. 57. (grifo meu). Agradeço ao Prof. Dr. Renato Franco pela indicação e disponibilização do códice aqui apresentado.

Portanto, o beneplácito Régio, concedido aos monarcas portugueses por Roma, não tratava apenas da aceitação ou recusa de bulas papais pelos monarcas, como também dava poder a eles de recusar a aplicação de qualquer preceito normativo advindo de concílios e constituições apostólicas⁵⁵⁹. O costume, por sua vez, não possuía força coercitiva quando advinha apenas da emanção popular, necessitando, nesse caso, do reconhecimento do monarca para que tivesse força de lei⁵⁶⁰. Logo, no caso da taxaço das conhecenças abordada por Pontevel, a Ordem Régia promulgada por D. João V, e que originou a pastoral de 1719, tinha força de lei para anular a aplicabilidade das *Constituiçoões da Bahia* nessa questão, fazendo com que ambas as jurisdiçoões, a eclesiástica e a civil, orientassem e fortificassem uma à outra através das ordens reais e pastorais. Assim como afirmou Luís Reis Torgal, “antes reciprocamente são obrigadas a ajudar-se, e valer-se como braços do corpo da República universal, dando a secular o vigor da sua fortaleza em auxílio da jurisdição eclesiástica, e a eclesiástica prestando o poderio de sua virtude em auxílio da jurisdição secular”⁵⁶¹.

Prosseguindo na refutação dos clamores organizados pelas câmaras e guiados pelo Procurador dos Povos, Pontevel questionou à rainha os reais motivos inerentes às queixas da taxaço das conhecenças pelo valor de 300 réis: “Mas como poderia o Bispo reputar verdadeira huma súplica, que *encobrimdo os princípios ilegítimos* estabelecidos, em que se achava a conhecença de trezentos reis a inculcava só como mera intrusão, e abuzo dos Párocos para assim fazer aparecer mais justo o seu clamor?”⁵⁶².

A questão da decadência das Minas então, para o prelado, parecia estar conectada a outros fatores que não o da exorbitância da taxaço das conhecenças, mesmo com D. Frei Domingos concordando que tal taxaço estava excessiva para a época. No entanto, as argumentações apresentadas pelos párocos, vistas na seção 4.3.1, parecem ser compartilhadas pelo bispo. Havia aí um problema voltado ao comportamento dessa comunidade que não condizia com os preceitos pregados nem por Trento e nem pelas *Constituiçoões*. Indo mais a fundo, o prelado estava atento à possibilidade de o real motivo das reclamaçoões estarem intimamente ligadas às questões já apontadas anteriormente: a hierarquia da igreja e os poderes locais (por meio das irmandades e ordens terceiras).

⁵⁵⁹ DIAS, José Sebastião da Silva. *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960, p. 64.

⁵⁶⁰ Ibidem, p. 110.

⁵⁶¹ TORGAL, Luís Reis. *Ideologia Política e Teoria de Estado na Restauração*. V. 1 e 2. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1982, pp. 88-89.

⁵⁶² Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 135, doc. 66. Parecer de Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, para a rainha D. Maria, tratando da questão do requerimento do Procurador dos Povos. 07/12/1790 (grifo meu)

O vigário Antônio Caetano de Almeida Villas Boas tratou da decadência das Minas quando lembrou o bispo dos problemas enfrentados pelos párocos com os processos judiciais que tramitavam na Relação do Rio de Janeiro, envolvendo os fregueses que não pagavam as conhecenças aos seus párocos. Ressaltou que esses processos estavam ficando cada vez mais recorrentes, pois todos os Povos eram “interessados em não pagar, e quase todos desejão enfrequer, e atropelar o Parocho para fazer mais dependente, e por consequência cada vez mais froxo nas suas obrigaçoens e mais condescendente para com as Libertinagens, e escândalos liberdades do seo viver”⁵⁶³. O problema, para o vigário, estava situado no costume da população mineira desordenada no seguimento dos preceitos da Igreja Católica, o que, consequentemente, interferia nos interesses do Estado. Seria o caso, por exemplo, dos problemas relativos ao matrimônio que Villas Boas lembrou ao bispo:

Quase todos os Parochos das Minas vivem pobres, e empenhados, porque a maior parte dos homens nestas Minas *querem viver solteiros por Sistema, e por interesse*, e não vivem bem e logo que o seo Parocho não pode tapar os ouvidos ao grito da sua Consciência, e ao escândalo público, que o accuza, he outro [...] e criminado em público, cem par. *Como perturbador do sossego, e da paz de todos estes homens, que cegos, e obstinados no seo pecado* forjão nos seos Conventiculos, e Conciliábulos as Conspiraçoens, e Caballas mais scandalozas! *Ordinariamente elles são os mais poderosos, e os que tem os primeiros Officios da Justiça, e da Fazenda, e [...] aggregão ao seo partido os Magistrados da terra, e a vingança mais ordinária e a que lhes he mais fácil e mais prompta contra os [...] do seo Parocho*⁵⁶⁴.

Diante de tais conclusões do vigário de São João del Rei, Pontevel argumentou então que não eram as modificações nas taxações das conhecenças que resolveriam os problemas das queixas dos Povos. Pois o real motivo dos reclames para ele era, de fato, a contrariedade da manutenção e reforma dos costumes. De fato, segundo ele, a “verdade é que os Povos nunca jamais se farão de repetidas suas queixas contra a conhecença e mais direitos Parroquiaes, e sempre com acostumada obrigação, e [sobre acção] dos seus princípios, figurando tudo como arbitrariedade e violenta extorsão, que lhes fazem os Parochos”⁵⁶⁵.

A dificuldade que tocava às relações entre os eclesiásticos e os paroquianos da capitania mineira, mais diretamente ligada à problemática dos costumes da vida dos mineiros, carregava

⁵⁶³ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 44. Carta de Antônio Caetano de Almeida Vilas Boas, vigário de São João Del Rei, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, tratando da questão das conhecenças. 11/11/1788.

⁵⁶⁴ Ibidem.

⁵⁶⁵ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 135, doc. 66. Parecer de Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, para a rainha D. Maria, tratando da questão do requerimento do Procurador dos Povos. 07/12/1790

consigo uma questão mais profunda, o da estabilidade/harmonia social. Notemos o que afirmou Justino Febrônio no livro intitulado *Do estado da igreja e poder legítimo do Pontífice Romano* (1770): “Das perturbações da igreja se originaram sempre as desordens do estado; os vassallos do estado e os súbditos da igreja, sendo os mesmos, não podem ficar em paz como cidadãos, se como cristãos guerreiam; a sã política deve, conseqüentemente, incitar os príncipes a vigiar sobre o estado da igreja...”⁵⁶⁶. Logo, partindo do pressuposto de que as ideias de Justino Febrônio circularam entre os intelectuais e políticos portugueses, principalmente os já citados Ribeiro dos Santos e António Pereira de Figueiredo, poderíamos tomar a questão da estabilidade social como ponto de partida para a problemática das conhecenças em Mariana. Como podemos notar, as questões relativas à religião sempre estiveram entrelaçadas às que diziam respeito ao Estado, sendo a aceitação dela e de seus preceitos pela população algo de inteira importância para a Coroa. Os desentendimentos referentes a esses assuntos poderiam contribuir para a fragilização do Estado, de modo que, com os ânimos da população alterados, a incidência de revoltas seria algo incontrollável. Portanto, o Estado necessitava de uma religião revelada, da Igreja, e de seus atributos para manter estável o seu poder⁵⁶⁷.

O bispo, por sua vez, possuía esse papel de conservador da sociedade no Portugal regalista da segunda metade do século XVIII. Tinha, portanto, a função de conter os súditos na observância das leis e na obediência para com os seus superiores. A escolha do bispo para realizar essas tarefas não era importante apenas para o Estado, mas também para a fortificação da Igreja portuguesa⁵⁶⁸. Esse segundo ponto, por si só, já interessava aos dois poderes, o espiritual e o temporal, fazendo com que ambos se entrelçassem ou *interpenetrassem*. Desse modo, a subordinação da Igreja às leis regalias do Estado português poderia não significar exatamente a sua total falta de tomada de decisão. O bispo, mesmo subordinando-se às ordens da Coroa e coadunando-se com os seus objetivos de harmonia social, também poderia demonstrar o seu arbítrio de acordo com as circunstâncias impostas a ele, como no caso das conhecenças.

Nesse sentido, D. Frei Domingos ressaltou o agravo que os Povos faziam à autoridade da rainha e dos monarcas predecessores a ela, através das acusações do Procurador dos Povos à autoridade dos bispos antecessores a ele, assim como à sua própria autoridade. Defendeu, a

⁵⁶⁶ Cf.: Justino Febrônio. *Do estado da igreja e do poder legítimo do Pontífice Romano*. In: DIAS, José Sebastião da Silva. *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960, p. 62.

⁵⁶⁷ Silva Dias, Op. Cit., p. 106.

⁵⁶⁸ TORRAL, Luís Reis. *Ideologia Política e Teoria de Estado na Restauração*. V. 1 e 2. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1982, p. 81.

partir disso, que o não respeito às Pastorais aplicadas pelos bispos possuía o mesmo peso e gravidade que o desrespeito a aplicação das Ordens Régias. A ligação, nesse caso, era direta e, com isso, os requerimentos do Procurador dos Povos e das câmaras da capitania mineira visariam deslegitimar as ações das duas autoridades, como podemos ver abaixo:

Mas o sumo respeito, a fiel obediência se deve as ordens de Vossa Magestade, que cuja expus, e *que* são as últimas decisivas, *que* aqui se achão em matéria de Conhecença, e direitos Parroquiaes; as decizoens de vários Acordãos e sentenças, *que* depois da sobredita Rezolução, e Ordem Regia de Cincoenta e oito, tem aqui obtido os Parrocos a favor dos seus direitos, tudo tem feito representar aos Prelados invalida, e de nenhum vigor qualquer outra providencia que não seja dada por Vossa Majestade.⁵⁶⁹

Antônio Caetano Villas Boas buscou comprovar, em sua carta a Pontevel, o anacronismo contido na afirmação do Procurador dos Povos de “inculcar como fundada na dita Constituição da Bahia a fingida Pastoral de 1719” sobre as conhecenças⁵⁷⁰. No entanto, Villas Boas reconhece os problemas referentes à prática do direito de costume, já que pela lei da Boa Razão ele só possuía prerrogativa de lei após cem anos de utilização pela comunidade⁵⁷¹. Admitiu, então, que o uso do costume não teria força de lei por dois motivos: “1º por falta de jurisdição em humas Igrejas pleno jure do Mestrado, e Ordem de Christo, 2º porque a antiguidade não enchia os annos requeridos; porem he certo, que nos prova o uso, e costume da primeira criação destas Igrejas athe o referido annos de 1711”. A partir daí, concluiu que o que havia autorizado a aplicação desse costume antigo eram as Ordens Régias de D. João V dirigidas ao governador e Capitão-General de São Paulo e Minas, D. Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, e ao bispo do Rio de Janeiro D. Francisco de São Jerônimo. Assim sendo, estas Ordens, segundo o vigário, “nos provão esta verdade”.⁵⁷²

Todavia, o prelado admitiu que a taxação de 300 réis anuais de conhecenças era demasiado excessiva para o período, de modo que a providência se tornou necessária. Não deixou, no entanto, de lembrar à rainha “da urgente a sustentação dos Parrocos, e dos seus Coadjuutores, e Capelaens, que são obrigados a sustentar, e que em algumas Freguezias chegam ao número de dez, doze, dezaseis”. Declarou, assim, que o problema das conhecenças era a

⁵⁶⁹ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 135, doc. 66. Parecer de Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, para a rainha D. Maria, tratando da questão do requerimento do Procurador dos Povos. 07/12/1790.

⁵⁷⁰ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 44. Carta de Antônio Caetano de Almeida Vilas Boas, vigário de São João Del Rei, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, tratando da questão das conhecenças. 11/11/1788

⁵⁷¹ PEREIRA, José Esteves. *O pensamento Político em Portugal no Século XVIII*: António Ribeiro dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005, p. 357.

⁵⁷² Ibidem.

contribuição dos paroquianos, pois, segundo o mesmo, de “dez annos a esta parte cada vez mais”, os paroquianos continuam cada vez mais “Rebeldes em pagar aos seus vigários”.

A moderação da taxação, no entanto, tornava-se, para o bispo, algo necessário para manter a conformidade dos Povos e diminuir as querelas entre o corpo de eclesiásticos e os seus paroquianos. A tensão que se mostrava entre os mineiros, por conta das demasiadas taxações providas pela Coroa, era cada vez mais evidente. Pontevel considerou, no entanto, que mesmo com a diminuição da taxa da desobriga da Quaresma, as querelas em torno de tal assunto jamais cessariam, já que, segundo ele, “os pobres não podem pagar, e os mais dos ricos não o querem”. A partir disso, é possível concluir que problemática em torno desse assunto se mostrou, mais uma vez, alheia às questões econômicas que influenciavam a vida dos mineiros. O problema estava mais voltado às questões políticas que abarcavam esses ricos de Minas, os quais se sentiam prejudicados com a fiscalidade e se distanciavam cada vez mais da sua ligação com a Coroa portuguesa.⁵⁷³

A partir disso, D. Frei Domingos voltou-se para a questão da sustentação das freguesias que compunham o bispado de Mariana, alertando à rainha sobre a fragilidade instalada naquela malha paroquial. A diminuição da taxa das conhecenças foi vista como um problema que estagnaria o funcionamento, já precário, do corpo de eclesiásticos, fazendo com que a dificuldade de encontrar candidatos à vida sacerdotal se tornasse algo sintomático dessa desestruturação, ou como assinalou:

(...) mas se este corte ficara em menos de a metade, isto he, em menos de cento, e cincoenta reis, *que* nestas minas se contão por quatro vinténs de oiro, nas circunstancias dos muitos pobres, e dos muitos rebeldes em pagar não me parece, *que* fique aos Vigarios com *que* fazer cõgruas aos Coadjutores, e aos Capellaens, e nem ainda com *que* acudir a sua sustentação e decência e aos deveres da misericórdia, e hospitalidade, e nestas circunstancias será ainda muito mais dificultoso aos Prelados o descobrirem Eccleziasticos beneméritos para observação das Igrejas, e ainda mesmo das Parroquias.⁵⁷⁴

A comparação com a arrecadação do Quinto não deixou de aparecer nessas arguições. O vigário de São João del Rei lembrou também dos empasses encontrados pelas autoridades civis para colherem os impostos da Real Fazenda, de modo que os Procuradores da Coroa em Vila Rica sempre encontravam dificuldades na “arrecadação dos Donativos dos Officios e dos

⁵⁷³ SOUZA, Laura, de Mello. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 180.

⁵⁷⁴ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 135, doc. 66. Parecer de Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, para a rainha D. Maria, tratando da questão do requerimento do Procurador dos Povos. 07/12/1790.

contratos das Entradas, e dos Dízimos”⁵⁷⁵. O não pagamento do Quinto Real também foi lembrado pelo pároco junto com as dívidas que muitos mineiros contraíam através de negociações particulares. Nesse sentido, Villas Boas definiu o problema da decadência das Minas como de outra ordem; uma ordem relativa ao desperdício e ao contrabando, reforçando a ideia segundo a qual os ricos estariam se desviando dos seus compromissos com a Coroa:

Pouco trabalho e muito desperdício eis aqui a maior e a mais verdadeira cauza da decadência das Minas: Cujá decadência não se deve provar toda da falta das arrobas, e Quintos das Intendências; porque muitas, e continuadas arrobas extraviadas para S. Paulo, para a Bahia, e Pernambuco, e para o Rio de Janeiro todos os annos necessariamente devem fazer huma falta considerável nos Quintos das Intendências que se devião de S. Magestade.⁵⁷⁶

A rebeldia instalada na postura costumeira dos fregueses em não contribuir para o sustento das suas paróquias impedira, portanto, que a distribuição do pasto espiritual pudesse alcançar todos os fiéis, inclusive os mais pobres e distantes das matrizes. Isso trazia problemas não só ao andamento administrativo do bispado, como também impedia um maior controle e educação espiritual dos fiéis. Fato esse que se mostrava prejudicial também para os interesses administrativos do Estado. Todavia, Pontevel sugeriu maior repressão para aqueles que se recusassem a contribuir com o ônus, dizendo que “os Freguezes, ainda aquelles que mais podem ao costume Rebeldes, como disse, para semelhantes pagamentos, já mais os farão sem ser obrigados por mais modica, que seja, ou possa ser a quantia”. Vê-se, novamente, que Pontevel procurou referir-se ao não pagamento das conhecenças como algo comportamental, e que parece já alertar à rainha dos perigos que tal comportamento significava. A denominação dos Povos de Minas como Rebeldes pode ser um bom indicativo para isso. A partir daí, tornou a tratar da situação em que se encontravam as paróquias do bispado de Mariana, constatando a sua complexidade e desequilíbrio na distribuição de eclesiásticos e de renda.

Assim, após essa descrição do bispado de Mariana e da sua configuração, Pontevel questionou à rainha, dizendo: as “Freguezias aonde os mais Freguezes são pobres, e miseráveis, e aonde os Parrocos não recebem cõgrua de Vossa Magestade, que pode restar-lhes para a sua sustentação, e muito menos se a conhecença que de hum, ou outro recebem, se diminuir a menos

⁵⁷⁵ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 44. Carta de Antônio Caetano de Almeida Vilas Boas, vigário de São João Del Rei, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, tratando da questão das conhecenças. 11/11/1788.

⁵⁷⁶ Ibidem.

de a metade? A minha inteligência o não chega a alcançar”.⁵⁷⁷ Pontevel, nesse trecho, não parece questionar a Ordem Régia de D. João V, em 1758, que resultou na pastoral de D. Manuel da Cruz, tratando de passar aos párocos a responsabilidade de distribuir a cônica sustentação aos capelães. Apesar de parecer que tenha se mostrado contrário a essa pastoral, ou que, por outro lado, tenha sugerido indiretamente que os problemas das freguesias estavam na forma do pagamento dos capelães, o mesmo tratou em seguida de mencionar mais claramente a sua posição quanto a esse assunto. As queixas feitas pelos paroquianos em meados do século, referenciando a sua contrariedade em sustentar os capelães, eram, para ele, “muito justas de que ainda com tudo isso (o recebimento de conhecimentos e outros emolumentos paroquiais pelos párocos) quisessem os Parrocos isentar-se de pagar aos Capellaens Ruraes”⁵⁷⁸. Diante disso, a sustentação do bispado mostrou-se como um problema de primeira ordem para o bispo, o qual denotava, inclusive, um posicionamento mais crítico com relação ao projeto de sustentação da diocese pela Coroa.

Sem embargo, em 27 de dezembro de 1790, D. Frei Domingos enviou um ofício à rainha D. Maria I, informando-a da moderação das conhecimentos realizadas por ele e o governador Capitão-General da capitania de Minas Gerais, Visconde de Barbacena. Pontevel determinou a diminuição da taxa das conhecimentos, mas “somente o excesso”, que pôde ser notado pela “desconformidade das ultimas Decisões, e Ordens Regias”. Manteve-se, com isso, a negação da aplicação das *Constituições da Bahia*. Esse ponto demarcou uma tomada de decisão e autonomia do bispo sobre a situação, o seu trabalho conjunto com o poder local do governador e a abertura dada pela rainha a ele para a resolução do problema. Vejamos:

(...) assentou o Governador, e Capitão General desta Capitania, e eu de mutuo acordo ficasse interinamente a conhecimento Parochial, com a diferença porém de que os ditos vinténs se contassem daqui por diante pelo valor do oiro que elles tem ao presente, que em moeda de prata fazem duzentos e vinte e cinco reis A prática em que já se achavão algumas Freguezias deste Bispado por caridosa cessão dos seus Vigários, ou talvez economia para melhor serem pagos: Alguns pleitos, que se diz ter havido sobre a justiça desta mesma moderação: A conformidade que devem observar todas as Freguezias: O ajustasse assim mais este limite à comodidade dos Povos e nisso mesmo às piissimas intenções de Vossa Magestade, nos fez persuadir, que seria por ora acertada esta interina providencia.⁵⁷⁹

⁵⁷⁷ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 135, doc. 66. Parecer de Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, para a rainha D. Maria, tratando da questão do requerimento do Procurador dos Povos. 07/12/1790.

⁵⁷⁸ Ibidem.

⁵⁷⁹ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 135, doc. 66. Parecer de Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, para a rainha D. Maria, tratando da questão do requerimento do Procurador dos Povos. 07/12/1790.

Ademais, as contínuas declarações do Procurador dos Povos não tiveram fim após a decisão tomada pelo quarto bispo de Mariana e pelo governador da capitania mineira. Tal ocorrido reforçou as alegações dos párocos e do bispo sobre a continuidade do problema mesmo após a sua resolução, o que, mais uma vez, indicaria uma problemática para além das questões econômicas da capitania mineira.

Salles e Moraes chegou a denunciar em um novo requerimento, em novembro de 1791, que Barbacena e D. Frei Domingos: “não tem mandado nem mandara (a resolução da taxaço) porque elle se desculpa com o Referido Bispo, e o Bispo se desculpa com elle nisto nem virá a informação por se desculparem huns com os outros não querendo atender as Reais Ordens de Vossa Magestade”. Argumentou, novamente, sobre a falta de fidelidade das duas autoridades para com a Real Coroa, tratando do cumprimento de suas ordens, “por que se fizessem cazo delas já a informação havia ter vindo, pois o supplicante tirou por Certidão a mesma da informação que as Câmaras derão ao Capitam General porem elle a ocultou para patrocinar aos Parochos, e por empenho do Bispo nisto”⁵⁸⁰. Temos aí, portanto, a continuada ideia do funcionário da Coroa como traidor e dos vassalos como mantenedores da ordem de Sua Majestade.

A manutenção da ordem da sociedade mineira e do bispado de Mariana foi o objetivo que pautou as ações de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel sobre a questão da taxaço das conhecenças. Os embates em torno dessa questão nos permitem não apenas compreender a relação conflituosa existente entre os eclesiásticos mineiros e seus fregueses, como também nos levam a observar as ações do quarto bispo de Mariana para resolver essa contenda.

Duas preocupações, de certo modo, pautaram as argumentações construídas por D. Frei Domingos na resolução dessa questão: a administração da malha paroquial e a manutenção da ordem da população da capitania de Minas Gerais. Ao mesmo tempo que Pontevel mostrou-se contrariado pela diminuição da taxaço das conhecenças, deixando claro à rainha as dificuldades enfrentadas pelos eclesiásticos em administrar o pasto espiritual e suas paróquias, o bispo também apontou a “comodidade dos Povos” como algo de suma importância. Mostrou aqui o seu lado político, denotando um perfil prudente e diplomático tanto para lidar com os

⁵⁸⁰ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 136, doc. 70. Requerimento de D. Francisco de Salles e Moraes à rainha D. Maria I, fazendo a acusação de que o Governador e o Bispo estão ocultando informações para “patrocinar” os párocos. Anterior a 26/11/1791.

problemas sociais que o circundavam, quanto para tratar dos interesses do seu governo episcopal com a rainha.

Levando em consideração o histórico de revoltas que ocorriam não só na América Portuguesa como um todo, mas principalmente na capitania de Minas Gerais com a ocorrência da tentativa da Inconfidência Mineira (no mesmo período em que a questão das conhecenças também se desenrolou), as autoridades tanto civis quanto eclesiásticas se mantiveram atentas às possíveis inquietações.

Ademais, temos o exemplo do que deveria pautar a atividade política na capitania mineira. As autoridades deveriam governar com firmeza, mas, simultaneamente com brandura, como bem explicitou o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro ao então governador e Visconde de Barbacena, nesse mesmo período do qual estamos tratando. Ou seja, o ideal era governar com o preceito do “agro e doce”⁵⁸¹. Tais prerrogativas não excluíram a atuação de D. Frei Domingos quando este teve de resolver a querela em torno da taxaço das conhecenças, de modo que foi possível notar nas suas alegações a presença de uma dualidade. A contrariedade de Pontevel diante da diminuição das taxaço foi modificada pela necessidade de autorizar tal medida. Para o bispo, a estabilidade ou harmonia social era tão importante quanto a estruturação da malha paroquial. Por isso, o mesmo optou por uma solução que não prejudicasse nenhuma das duas partes, mantendo a sua postura prudente. Vemos, no entanto, que D. Frei Domingos trabalhou em conjunto com a Coroa, exercendo o papel da Igreja de garantidora da “felicidade da nação”, no sentido da manutenção da ordem vigente. No entanto, o caso das conhecenças se manteve, já que o tema reaparece novamente na documentação em 1829, quando essa cobrança caiu em desuso⁵⁸².

Essa ação de Pontevel pode ser analisada como um sintoma daquilo que foi discutido no primeiro capítulo: a política regalista da Coroa em conjunto com a estrutura episcopalista da Igreja portuguesa. A junção desses dois pontos políticos possibilitou a negação das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (nesse caso) na medida em que ela se mostrava como usurpadora das ordens desses dois poderes.

⁵⁸¹ SOUZA, Laura, de Mello. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, pp. 100-130; Idem. *Norma e conflito: Aspectos da História de Minas no Século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, pp. 83-107. Idem. *O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 173-174.

⁵⁸² TRINDADE, Cônego R. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua História*, vol. 1 e 2. Mariana: Imprensa Oficial, 1929, p. 59.

Capítulo 4: O poder episcopal e as tendências centrífugas

“Mulher – Olhe que meu marido é presidente e sócio benfeitor da Irmandade das Almas! Vou pedir a demissão dele!
 Padeiro – Vai pedir minha demissão!
 Mulher – De hoje em diante não me sai lá de casa nem um pão para a Irmandade!
 Padeiro – Nem um pão!
 Mulher – E olhe que os pães que vêm para aqui são de graça!
 Padeiro – São de graça!
 Mulher – E olhe que as obras da igreja é ele quem está custeando!
 Padeiro – Sou eu que estou custeando!
 Padre – Que é isso, que é isso!
 Mulher – O que é isso? É a voz da verdade, Padre João! O senhor agora vai ver quem é a Mulher do Padeiro!
 (...)
 Mulher – A vaca que eu mandei pra cá, pra fornecer leite ao vigário, tem que ser devolvida hoje mesmo!”

— Ariano Suassuna, *Auto da compadecida* (1956).

Como vimos no capítulo anterior, os problemas envolvendo a questão da aplicabilidade das conhecenças no bispado de Mariana (para além da sua conotação de cunho econômico) mostraram-se muito mais envolvidos com fatores ligados às razões sociais de hierarquia e também às questões religiosas e de poder local. A figura do procurador dos Povos, o ermitão de Nossa Senhora Aparecida⁵⁸³ (de ligação direta com as irmandades, como vimos na seção anterior), em conjunto com os relatos dos párocos de Minas e das câmaras, nos permitiu perceber que o atrito em torno das conhecenças, na verdade, camuflava as relações conflituosas de cunho religioso e de poder existentes, que estiveram presentes não só no mundo colonial mineiro, mas inclusive em outras capitanias da América Portuguesa. Essas relações de conflito

⁵⁸³ A Irmandade de Nossa Senhora da Conceição Aparecida teve a sua fundação datada entre os anos de 1752 e 1756, sendo o seu padroeiro o capitão-mor da Vila de Guaratinguetá, Antônio Galvão de França. Possuía em sua administração um juiz, um tesoureiro, um secretário e um ermitão. A circulação da devoção pela Nossa Senhora Aparecida pelo bispado de Mariana, além de ser reforçada pelo seu ermitão e procurador dos Povos de Minas, também esteve presente no testamento do Capitão João Perez de Gusmão o qual dizia o seguinte: “foi minerar e criar terras no bispado de Mariana, na Alagoa de Aiuruoca, declarando dívidas com a Irmandade de Nossa Senhora Aparecida, o que tudo estiver devendo de anuais, o que tudo se pague de seus bens”. Cf. BARBOSA, Benedicto Lourenço. *Nossas origens: três séculos de História de Aparecida* –SP, da Capela ao Distrito (1745-1891). Aparecida: Lince, 2007, pp. 13-14. A narração sobre o personagem do Procurador dos Povos possui algumas lacunas por conta da falta de documentação, impedindo a obtenção de informações mais precisas sobre ele.

envolveram “as famílias artificiais”⁵⁸⁴ da colônia que eram formadas pelas irmandades e ordens terceiras e os párocos (representantes diretos na comunidade da hierarquia da Igreja) e que procuravam manter a sua autoridade diante das comunidades. No caso da capitania de Minas Gerais, a compreensão da emergência e da dinâmica de funcionamento dessas associações é essencial para se ter um entendimento da realidade que pautava aquela região. Estavam elas tão imbricadas no cotidiano e nos costumes dos mineiros que faziam com que as relações sociais e a religiosidade se confundissem.

D. Frei Domingos também teve de lidar com as formações dessas associações, partindo para a política da precaução, ao passo que alertava para a necessidade de maior controle das irmandades e ordens terceiras. O espectro de insurgência que rondava o contexto do governo desse bispo foi o maior fator de preocupação para manter a instabilidade social e religiosa do bispado de Mariana.

4.1 – Irmandades, Ordens Terceiras e elites locais

De caráter espontâneo e de iniciativa leiga, as irmandades se constituíam em associações de grupos sociais específicos, os quais promoviam cultos de devoção a um determinado santo padroeiro, que possuía algum tipo de ligação com o grupo formado. Essa ligação se dava pelo simbolismo e identificação que os fiéis possuíam com o santo padroeiro. Havia, por exemplo, as irmandades dos músicos, comerciantes, artesãos, de escravos, libertos, mestiços, brancos, negros, ricos e pobres. Do mesmo modo, existiam diferentes irmandades de negros nas quais a separação se dava em referência à origem do nascimento: aos negros nascidos na América (crioulos) e as diferentes etnias dos nascidos na África (sodalícios, nagôs, angolanos, por exemplo)⁵⁸⁵. Tais diferenciações contribuíam para uma característica exclusivista das

⁵⁸⁴ Faço uso aqui do conceito empregado por Caio Cesar Boschi em *Os leigos e o poder*. BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986, p.12.

⁵⁸⁵ As divisões entre as irmandades poderiam se dar tanto pelo meio socioeconômico quanto por questões raciais. Para os brancos que ocupavam cargos de direção e/ou eram reinóis havia, por exemplo, as irmandades do Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora da Conceição, São Miguel e Almas, Bom Jesus dos Passos, Almas Santas. Para os negros escravos, as irmandades do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia. Para mulatos, crioulos e pretos forros, as irmandades eram a de Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora do Amparo, a Arquiconfraria do Cordão. A partir da segunda metade do século XVIII chegaram em Minas as ordens terceiras de São Francisco (conhecida também como irmandade dos intelectuais) e de Nossa Senhora do Carmo, de característica jurídica um pouco diferente das outras irmandades. Associavam a elas os comerciantes ricos e alto dignitários da capitania, os considerados “homens bons”. SALLES, Fritz T. de. *Associações religiosas no ciclo do ouro: introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Mina no século XVIII*. São Paulo: Perspectiva, 2007, pp. 87, 108

irmandades, configurando-se, por vezes, em processos rígidos de admissão dos seus associados⁵⁸⁶.

Em suma, as irmandades constituíam-se em “organismos sociais multiformes”, como analisou Caio Cesar Boschi, que tomariam toda a região da capitania mineira. A importância das irmandades e também das Ordens Terceiras se estendeu por toda a América Portuguesa. No entanto, em Minas, elas estiveram mais arraigadas no cotidiano da população, talvez por conta da proibição da entrada de Ordens Primeiras, fazendo com que o catolicismo popular tivesse muito peso nessa capitania. Essas instituições, segundo Boschi, possuíam uma caracterização essencialmente urbana por uma questão de inchaço e movimentação populacional, característica essa própria dessas zonas⁵⁸⁷. Fritz Teixeira de Salles, numa análise mais radical que Boschi, indaga que a formação de irmandades se mostrou como uma evidência da mentalidade social dos habitantes das regiões mineradoras, algo que não ocorria nas regiões de agropecuária do sertão da capitania, principalmente nas zonas agrícolas da zona da mata, sul da capitania (Comarca do Rio das Mortes)⁵⁸⁸. Poderíamos, de todo modo, afirmar essa característica mais urbana também para as ordens terceiras, que tiveram as suas fundações nas regiões centrais e mineradoras da capitania, exercendo grande influência nas políticas locais. Eram elas: as ordens terceiras de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco.

Contudo, não podemos deixar de lado a formação de irmandades nas zonas rurais que, por conta das distâncias e dos caminhos morosos, estimulava a ereção de capelas particulares dentro das fazendas. Foram essas associações que contribuíram para a capilarização da diocese de Mariana a partir da segunda metade do século XVIII. Se, por um lado, contribuíam para a expansão da administração episcopal (no sentido espiritual de cura de almas), por outro dificultavam o controle que se havia de ter dessas associações (tanto no sentido espiritual quanto no temporal). É diante desse cenário que veremos surgir as relações de conflito envolvendo as irmandades e as matrizes das freguesias. Abaixo temos o caso da freguesia de Carijós, localizada na comarca do Rio das Mortes, região rural, onde três irmandades compartilhavam

⁵⁸⁶ SANTOS, Georgina Silva, VAINFAS, Ronaldo. Igreja, Inquisição e religiosidades coloniais. In.: FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Coleção O Brasil Colonial: volume 1 (1443-1580)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, pp. 501-504. Um exemplo disso é que para ingressar nas Ordens Terceiras do Carmo e de São Francisco, o candidato deveria ser branco; comprovar limpeza de sangue, ou seja, não ser descendente de judeu, mouro, mulato ou índio; não ter histórico de processos ligados ao Santo Ofício; não ter histórico de roubo e assassinato; ter bons costumes (não ter vícios); se ocupar do ofício de meirinho ou ter “corte de carne”. Ibidem, pp. 92-93.

⁵⁸⁷ BOSCHI, Caio Cesar. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. In.: LAGE, Maria E. de R., VILLALTA, Luis C. (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*, vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, pp. 59, 62, 64.

⁵⁸⁸ SALLES, Fritz T. de. Associações religiosas no ciclo do ouro: introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Mina no século XVIII. São Paulo: Perspectiva, 2007, pp. 103-104.

o calendário festivo e a sua sustentação advinda da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição e dos emolumentos dos paroquianos:

Compondo-se a Freguesia de roças e campos de criação pela sua antiguidade se achão humas fazendas esbulhadas, que pouco, ou nada intereção aos proprietários, concorre a erigirem esses por duas vezes ou mais em cuja reparação se trabalha ainda actualmente e haverem na Freguesia mais três Capellas, Ermidas e Oratórios, que devam as esmolos dos Freis. Passou o tempo em que se celebravão as grandes festas do Spirito Santo, Semanas Santas e outras solemnidades por se unirem as três Irmandades existentes com a Fábrica da Matriz e piedade dos fregueses a repararem as ruínas da Matriz o que faltarião os ornamentos necessários se o zello e grandeza de hum parochiano, que voltou do Rio a não paramentasse rica e decadentemente, e faltando-me a cõngrua por não estar collado no benefício apenas cheio de encomendados [...] com mais oito ou nove sacerdotes, dos quais os que não estão em serviço das Capellas, mais vivem das suas herdades, e patrimônios existentes na mesma Freguesia onde não há esmolos de missas, e outras oblaçoens⁵⁸⁹.

Para além dessa devoção mais específica, as irmandades possuíam uma característica assistencialista, a qual era de grande valia principalmente para as comunidades coloniais, carentes que eram elas do sustento advindo da administração portuguesa. Tinham, portanto, um forte apelo às questões de caridade pública e de saúde, dando assistência, inclusive, aqueles que eram considerados os desclassificados como os presos e desamparados⁵⁹⁰. Por vezes, também, as irmandades atuavam com o assistencialismo financeiro, realizando empréstimo aos seus associados⁵⁹¹. Isso poderia ser visto também como um negócio lucrativo para a irmandade, já que a cobrança dos juros, à *posteriori*, era uma atividade comum na colônia e tida como um investimento, além de garantir um elevado *status* àqueles que emprestavam. Ademais, além da assistência no campo material, no plano espiritual, essas associações custeavam as despesas funerárias e sacramentais daqueles que faziam parte desse grupo. Incluía-se também nessas despesas, as missas de encomendação da alma e o acompanhamento do enterro.

Os locais de culto dessas irmandades eram sustentados pelos próprios leigos associados, contribuindo com as despesas das festas e missas de devoção, utensílios, adornos, o sustento

⁵⁸⁹ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 21. Carta de Fortunato Gomes Carneiro, vigário de Campo Alegre dos Carijós, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 03/11/1788.

⁵⁹⁰ SANTOS, Georgina Silva, VAINFAS, Ronaldo. Igreja, Inquisição e religiosidades coloniais. In.: FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Coleção O Brasil Colonial: volume 1 (1443-1580)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

⁵⁹¹ SALLES, Fritz T. de. Associações religiosas no ciclo do ouro: introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Mina no século XVIII. São Paulo: Perspectiva, 2007, pp. 96-97.

daqueles que administravam a instituição e a própria ereção das capelas e ermidas. Do ponto de vista estrutural, a disposição dessas instituições na América Portuguesa, sobretudo na capitania mineira, mostrava-se como uma força auxiliar para a administração do Estado, no que tange a resolução dos problemas de amparo e auxílio por ele responsáveis. Agia também, em contrapartida, como um mecanismo de sustentação e amortecimento de manifestações sociais. Para o lado da Igreja, formavam uma força complementar dos bispados para o gerenciamento e expansão dos dogmas e devoções católicos e a administração do material do culto e dos lugares de culto⁵⁹².

A oficialização das irmandades dependia da aprovação do Estado mediado pela Mesa de Consciência e Ordens, fato esse que se consolidou em meados dos setecentos com uma provisão dessa mesma Mesa, em 1765, obrigando a confirmação dos *compromissos* pelas irmandades. Essa era, necessariamente, a questão que diferenciava as irmandades das ordens terceiras presentes na capitania. Enquanto que as irmandades se sujeitavam à aprovação e jurisdição secular, as ordens terceiras dependiam da aprovação das ordens religiosas gerais ou primeiras, tornando-se institutos oficiais dessas, mas com membros leigos; e, em tese, deveriam submeter-se à jurisdição episcopal⁵⁹³.

Retomando o primeiro ponto, os estatutos denominados *compromissos* deveriam ser aprovados pelas autoridades para garantir o funcionamento dessas irmandades, algo que nem sempre ocorria, ora por motivos de recusa ora por problemas ligados à burocracia. De todo modo, a natureza jurídica das irmandades já se fazia presente nas ordenações do Reino, ligando-as mais diretamente aos assuntos próprios do Estado. Algumas delas funcionavam sem a aprovação desse *compromisso*, o que poderia ocorrer por vários motivos, dentre eles: a não aprovação do documento pela Coroa (sendo ordenada a sua reformulação), a demora recorrente na conclusão dos processos e até o não conhecimento da aprovação pelas irmandades. Ademais, a sujeição dessas associações à Coroa ficava evidente na medida em que esta poderia aferir inspeção periódica aos lugares de culto (ermidas e capelas), o que poderia ser feito tanto por autoridades civis quanto por eclesiásticas, por meio dos bispos⁵⁹⁴. O caso das irmandades da freguesia do Morro Grande era corriqueiro na América Portuguesa, ao passo que, a não confirmação do *compromisso* pelas autoridades Reais poderia gerar, por parte das irmandades, posturas de resistência diante das obrigações que haviam de ter com o pároco da sua freguesia.

⁵⁹²BOSCHI, Caio Cesar. Os leigos e o poder. São Paulo: Ática, 1986, pp. 65, 105.

⁵⁹³PRECIOSO, Daniel. Presença e significado das ordens terceiras na Capitania de Minas Gerais: o debate dos anos 1793-1795. In.: OLIVEIRA, Anderson José M., MARTINS, William de S. (Org.). *Dimensões do catolicismo no Império Português* (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: Gramond, 2014, pp. 390-393.

⁵⁹⁴Ibidem, pp. 15, 116-127.

Os ricos são os quais metidos nas Irmandades, por qualquer levíssimo desgosto, que tinham do seu Parocho, e talvez injusto ainda as mesmas missas, que em virtude dos compromissos das mesmas lhes tirão, e as dão a quem lhes parecesse com o pretexto de haver quem as diga por menor [...], do que aquella, que nos seus compromissos, podem à medida das suas vontades varias a sua lei; ao mais he que todos para conservação desta liberdade he que muitas Irmandades, faltando à obrigação que tem , não cuidam em procurar a confirmação dos seus compromissos, que há tantos annos requererão à Sua Magestade donde com as continuas, e irreparáveis desordens daqueles corpos sem lei, que os vigários em muitas igrejas de Minnas estão sem remédio sofrendo; muito mais depois que em algumas igrejas de Minnas as mesmas Irmandades por despachos de juizes [...] chegarão a tomar o governo das fábricas, do modo, que jamais se podem ver assistidas do necessário em tudo o que devem ter pelo rendimento das suas fábricas⁵⁹⁵.

Sabemos que, na prática, a inspeção das irmandades não era realizada com frequência e abrangência, ao menos no que diz respeito ao governo de D. Frei Domingos. Nesse governo, como já vimos no capítulo 2, as visitas ocorreram só nas regiões centrais e urbanas da capitania, o que poderia ter impedido o bispo de ter maior conhecimento sobre a administração das muitas ereções de capelas e ermidas pelo sertão do bispado. Havia um total de 322 irmandades espalhadas pelo bispado de Mariana⁵⁹⁶.

Quando fundadas em ermidas, essas irmandades mantinham-se instaladas dentro da igreja matriz da freguesia nos altares laterais dos lados esquerdo (evangelho) e direito (epístola), podendo existir mais de uma na mesma igreja. Quando instituídas em capelas, se distanciavam da matriz, adquirindo maior autonomia perante ela, nem sempre assentida pelo pároco da freguesia que nomeava um capelão para a realização dos cultos e sacramentos. As capelas particulares, diferentes das já citadas, possuíam uma autonomia ainda maior, na medida em que tinham um patrono responsável pela sua ereção e sustento; e ainda sustentavam aqueles que trabalhavam na administração da irmandade, assim como o capelão particular, que deveria ser autorizado pelo bispo e pela Mesa de Consciência e Ordens.

O caso do capitão Antonio Jose de Albranches pode ser tido como um bom exemplo para tratar da ereção de capelas particulares. Para sustentar o pasto espiritual de duzentos e

⁵⁹⁵ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 22. Carta de Agostinho Monteiro de Oliveira, vigário de São João Batista do Morro Grande, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 01/11/1788.

⁵⁹⁶ Ibidem, pp. 187-190.

cinquenta escravos⁵⁹⁷ que estavam sob a sua posse, o mesmo requereu à Rainha D. Maria I a ereção de uma capela e oratório de Nossa Senhora Mãe dos Homens que fossem independentes da igreja matriz da sua freguesia e sendo ele o seu padroeiro. Essa situação era muito comum de se ocorrer na América Portuguesa, assim como o próprio despacho da Mesa de Consciência e Ordens declarou que, “assim como se tem concedido a outros Padroeiros”, o caso de Albranches não seria diferente. No caso da capitania de Minas Gerais, como já foi dito no capítulo dois, tais questões diziam também respeito às mudanças administrativas da Coroa com relação à política de padroado em fins do setecentos, devido, inclusive, à crise econômica que Portugal enfrentava. Poucas freguesias foram coladas pela Coroa, estimulando a ereção de capelas pelo sertão da capitania e garantindo a permanência da política expansionista e de fixação do aparelho administrativo colonial. Diante disso, a justificativa para a urgência da ereção dessa capela e oratório não poderia ter tido um conteúdo mais prático pois, segundo o mesmo despacho: “sem o qual o mesmo (a fazenda/sítio) seria despovoado e[...] delle senão tirarião comodidades para a Tropa, para a Real Fazenda, e para o Suplicante assim como para os [...] devidos de que se compõem as fabricas”⁵⁹⁸.

O pedido de Albranches fez uso do argumento da distância da sua propriedade, a fazenda da Costa da Mina, com relação à matriz da sua freguesia que era “quatro legoas da Matriz da Borda do Campo, e a do Bom Jardim sete legoas”. Os problemas em torno dessa distância constituíam-se nas dificuldades em manter os trabalhos espirituais para aqueles que estavam para morrer e a administração dos sacramentos. Em vista disso, a ereção da capela e sua sustentação seria custeada pelo dito padroeiro, não dependendo da contribuição das fazendas vizinhas que também fariam uso do local e, reforçou Albranches, “sem que o Parocho da Matriz fosse prejudicado nas conhecenças e direitos parochiaes”. A partir daí, fora estabelecido um capelão com cura de almas, autorizado pelo bispo, mas que também seria sustentado pelo próprio padroeiro, recebendo de cômputo 120.000 réis para ministrar os sacramentos da sua família, escravos e dos paroquianos seus vizinhos⁵⁹⁹. Antonio José Abranches fora uma pessoa bastante influente na capitania, detentor de grande plantel de escravos e de uma fazenda, o que o colocava no perfil de homem de grandes posses. Para além da produção na sua fazenda, o mesmo também arrecadava com o transporte da bagagem de tropas e oficiais para a capitania

⁵⁹⁷ O capitão possuía um dos maiores planteis da capitania de Minas Gerais, mas em seu inventário de 1833 esse número caiu para 159. RANGEL, Ana Paula dos Santos. O estender da família: compadrio entre escravos (Barbacena 1781-1821). ISBN: 978-85-88532-29-8 – *Clio Edições* – 2008, pp. 9-17.

⁵⁹⁸ Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Códice nº 1 – Generalidades. Série: Governos Episcopais – Dom Domingos Pontével. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 10. Carta de D. Maria e despacho sobre o interesse de António José Abranches, 20/12/1788.

⁵⁹⁹ Ibidem.

do Rio de Janeiro. Essa influência não o livrou, assim como outras pessoas influentes da capitania, de contrair dívidas com a Real Fazenda em finais do século XVIII⁶⁰⁰.

No mais, o caso de Abranches é um arquétipo de outros que ocorriam na capitania. As capelas particulares isentavam a intervenção da Igreja no seu quesito mais material, a sustentação do capelão, do prédio e dos artefatos, que, como já vimos, era de responsabilidade do pároco da freguesia. Do mesmo modo que esse tipo de capela poderia desafogar os pesos existentes no sustento e administração da malha paroquial, também trazia consigo o fato de afetar as capelas mais diretamente ligadas à jurisdição episcopal. Dessa relação resultavam os atritos entre párocos e paroquianos; matrizes e capelas; e até párocos e capelães. O fato é que, se na configuração hierárquica da Igreja envolvendo capela < matriz < Sé essa questão já se mostrava delicada e conflituosa, a existência de uma nova categoria de capela, a capela particular, fazia com que esses conflitos se apresentassem de uma maneira mais complexa. Envolvia-se nessa relação mais um agente: o paroquiano, que além de ser associado à irmandade da capela (o que já existia na configuração citada acima) também possuía poderes administrativos, financeiros e religiosos sobre ela.

Custear a capela, com todos os seus aparatos, cerimônias, festas, membros e capelão, colocava seus associados em contrariedade com aqueles que faziam parte da hierarquia da Igreja e que estavam acima dele juridicamente. Eram esses os párocos e o bispo. Ademais, a ereção de capelas particulares configurava um maior grau de importância para a região da fazenda onde era construída, já que atraía população para esse centro e contribuía para a melhora do cenário econômico dessas fazendas. Fornecia também, ao seu fundador/padroeiro, maior poder de ação⁶⁰¹. O fomento desses poderes locais, todavia, instigaram a existência de conflitos de jurisdição e de sustento, envolvendo os párocos responsáveis pelas freguesias nas

⁶⁰⁰ Brasil, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Manuscritos, I-25,18,078. Crédito de entradas que deve Antônio José de Abranches ao arremate do contrato Joaquim Silvério dos Reis, s/d.; Brasil, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Manuscritos, I-26,19,039 nº001. Processo referente ao parecer de João de Sousa Benairdes sobre o capitão Antônio José de Abranches que solicita o pagamento dos aluguéis das bestas que lhe foram tomadas para o transporte da bagagem do regimento de Extremos, Vila Rica, s/n, 1793; Brasil, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Manuscritos, I-26,19,039 nº002. Processo referente ao parecer de João de Sousa Benavides sobre o capitão Antônio José de Abranches que solicita o pagamento do transporte dos cabedais régios e outros itens entre Vila Rica e o Rio de Janeiro, Vila Rica, s/n, 1793; Brasil, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Manuscritos, I-26,10,007 nº024. Processo referente ao parecer de João de Sousa Benavides sobre o pagamento solicitado pelo transporte de oficiais e cargas ao Rio de Janeiro, por Antônio José de Abranches, Vila Rica, 16/11/1789; Brasil, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Manuscritos, I-27,36,071 nº002 Requerimento solicitando a certidão em que constam as parcelas pagas a Real Fazenda pela dívida de Antonio José de Abranches, seu pai, Vila Rica, 27/06/1821; Brasil, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Manuscritos, I-27,36,071 nº001 Requerimento solicitando uma certidão declarando a quantia que ficou a dever à Real Fazenda ao sargento Antonio José de Abranches pela arrematação da casa de João Rodrigues de Macedo, Vila Rica, 27/06/1821.

⁶⁰¹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas D'El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 111-115.

quais essas capelas particulares estavam inseridas. Vejamos abaixo os casos dos moradores de Santo Antonio, Santa Ana e do arraial de Passagem:

Soube inspirar dos moradores da Sé, Mineiros de Santo Antonio, Santa Anna, e Arrayal de Passagem o excogitado meio de tornar a investir este ponto de baixo de hum novo, e affectado pretexto; queixando-se à Sua Magestade, que vivendo elles distantes da sua Matriz, e tendo erigido, e ordenado à sua custa Capellas, donde comodamente podessem com as suas famílias satisfazer aos preceitos Divinos erão obrigados com grave vexame à fazer cõgruas aquelles Capellaens, e satisfazer aos Parocho as excessivas, e exorbitantes conhecenças de 300 reis, e mais direitos Parochiaes⁶⁰².

As despesas que haviam de ser pagas nas irmandades eram todas geridas por seus associados e ocupavam grande parte das taxações sustentadas pelos colonos. No caso das irmandades de pretos cativos, o pagamento das despesas era originário do senhor de escravos que via a irmandade como um investimento na cristianização dos escravos, assim como era prestigioso tê-los associados a uma irmandade bem aceita na sociedade⁶⁰³. Ou seja, além de arcarem com as taxações estatais e eclesiásticas, havia também aquela que dizia respeito à irmandade a que era associado. As despesas variavam desde a entrada do associado na irmandade⁶⁰⁴ até o sustento de membros que trabalham nela como: o juiz, o escrivão, o tesoureiro, o procurador, os irmãos da mesa e o capelão; também deveriam custear as cerimônias de sacramentos, encomendação de almas, enterros, festas ao santo padroeiro e do calendário cristão, assim como todos os aparatos de culto⁶⁰⁵. Pode-se dizer que os maiores gastos das irmandades estavam voltados para quatro elementos essenciais: as festas, o culto, o capelão e as obras, respectivamente nessa ordem crescente de importância. Embora, no final do século XVIII, os gastos voltados para o sustento dos capelães tenham sofrido uma boa queda.

⁶⁰² Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Códice nº 1 – Generalidades. Série: Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 12. Resposta do Doutor Quintiliano Pereira, 20/12/1788.

⁶⁰³ SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 67.

⁶⁰⁴ A exemplo, temos os valores de entradas da Irmandade de São Benedito (1/8 de ouro), a Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês dos Perdões de Antônio Dias (3.000 réis na entrada e 600 réis anuais). SALLES, Fritz T. de. *Associações religiosas no ciclo do ouro: introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Mina no século XVIII*. São Paulo: Perspectiva, 2007, pp. 88-92.

⁶⁰⁵ CAMPOS, Adalgisa. Mecenato leigo e diocesano nas Minas setecentistas. In.: RESENDE, Maria E. L. de VILLALTA, Luiz C. (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*, vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica. 2007, pp. 77-107.

De acordo com Marcos Aguiar, esses dados foram notados nas irmandades do Rosário de Itatiaia e do Alto da Cruz, e a do Santíssimo Sacramento de Vila Rica⁶⁰⁶.

Um problema que circundava os associados é que eram excluídos das irmandades todos os irmãos que faltassem com o pagamento dessas despesas (estavam incluídas aí todos os tipos de irmandades, tanto de ricos quanto de pobres; tanto de brancos quanto de negros)⁶⁰⁷. Esse ponto colocava em risco algo considerado deveras importante na sociedade colonial mineira: a noção de pertencimento a um grupo que, por sua vez, conversava com interesses de cunho político/econômico relacionados aos poderes locais existentes na capitania de Minas Gerais. As irmandades e as ordens terceiras tinham essa característica, além das já citadas acima: eram responsáveis por aglutinar grupos sociais que se auto representavam através delas com seus *signos, aparências e retóricas*⁶⁰⁸. Como exemplo da importância da representação dessas irmandades no jogo das relações sociais e de poder na comunidade mineira, temos o caso da irmandade do Santíssimo Sacramento de Ouro Preto, a qual requereu à Coroa “melhor lugar, e preceder às Ordens Terceiras que concorrem juntas”⁶⁰⁹. Claro que isso não impedia de a mesma pessoa ser associada a mais de uma irmandade ou de fazer parte de alguma ordem terceira e outras irmandades ao mesmo tempo. Isso dependeria, de todo modo, das relações pessoais do associado, dos seus interesses e da imagem e prestígio que gostaria de demonstrar para os demais membros. Mais da metade (57,2%) dos irmãos da ordem terceira de São Francisco, por exemplo, eram associados a outras irmandades⁶¹⁰.

Essas associações simbolizavam não só essa ideia de pertencer a um grupo, mas, sobretudo, garantiam o ingresso e a manutenção de um *status quo*, além de formar núcleos de poderes locais, alheios aos cargos oficiais do Estado e da Igreja, com influências políticas e

⁶⁰⁶AGUIAR, Marcos Magalhães. Festas e rituais de inversão hierárquica nas irmandades negras de Minas colonial. In.: JANCSÓ, I. e KANTOR, I. (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, vol. 1. São Paulo: Hucitec, 2001, pp. 362-363, 367, 373-376.

⁶⁰⁷SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 37.

⁶⁰⁸ Os três significados de *representação* trabalhados por João Adolfo Hansen me auxiliaram na presente análise. O primeiro significado de *representação* está nos usos dos signos ou símbolos, como festas, roupas, alegorias, personagens, relatos e outros, para tratar das posições de hierarquia. O segundo constitui-se na aparência materializada nas cores das irmandades e nas metáforas textuais. O terceiro, e o que mais nos interessa aqui, é a forma retórica de cunho teológico-político que marca hierarquicamente as posições sociais e suas particularidades. É nesse último, além do mais, que os conflitos tendem a aparecer com maior clareza. HANSEN, João Adolfo. A categoria “representação” nas festas coloniais dos séculos XVII e XVIII. In.: JANCSÓ, I. e KANTOR, I. (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, vol. 2. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 738.

⁶⁰⁹ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU – cód. 243 – 1 vol. Registro de cartas régias e provisões para os governadores e demais autoridades de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso. 1782-1807. 20/02/1784.

⁶¹⁰ BARBOSA, Gustavo H. *Associações religiosas de leigos e sociedade em Minas colonial: Os membros da Ordem terceira de São Francisco de Mariana (1758-1808)*. (Dissertação de mestrado em História Social da Cultura). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010, pp. 97-104.

econômicas (esses últimos pontos valiam mais para as irmandades e ordens terceiras dos ricos, mas não excluía, de todo modo, a força de ação que poderiam partir das irmandades dos pobres, negros e mulatos). Era isso que justificava tamanho investimento da população nesse meio social que eram as irmandades. Lembrando, no entanto, que a formação desses grupos não significava a negação do “pacto de sujeição” com a Coroa, mas sim o seu reconhecimento⁶¹¹. No mais, a associação a uma irmandade exigia do irmão leigo o estreitamento dos laços com os outros irmãos. Desse modo, o compromisso com o grupo exigia dedicação e uma participação bem ativa de todos os membros. Isso fazia com que as irmandades tomassem um bom espaço na vida e no cotidiano da população, carregando consigo um alto grau de importância⁶¹².

A importância e influência dessas agremiações no cotidiano colonial, sobretudo no das Minas, foi o pivô dos conflitos que surgiram entre as irmandades, ordens terceiras e os párocos. Para além das questões econômicas, no que diz respeito ao sustento das irmandades e paróquias através dos emolumentos dos fregueses, a ordem do conflito esteve mais voltada para as questões de hierarquia da Igreja e da sua negação pelos paroquianos. Em suma, os conflitos entre irmandades e párocos poderiam ser subdivididos em dois pontos: o primeiro estaria relacionado à questão dos emolumentos paroquiais em contraposição ao sustento das contas das irmandades; o segundo ponto voltava-se mais para uma questão de poder e autoridade, ao qual o pároco era impedido, pelos paroquianos, de interferir nas questões internas (administração) e externas (festas, missas, enterros, sacramentos) da irmandade⁶¹³.

Nos livros III e IV, títulos 14, 45, 46, 54, 55 e 60 das *Constituições Primeiras da Bahia* explicitara-se essa questão hierárquica a qual procurava fortalecer não só a autoridade do pároco diante da sua comunidade, mas sobretudo, a do bispo e da sua interferência na organização dessas agremiações⁶¹⁴. Estipulava-se que: os párocos encomendassem a alma dos defuntos antes de enterrar; não abrir sepultura sem a autorização do pároco; as festividades deveriam ser acompanhadas. No entanto, o que ocorria era o oposto.

Os conflitos poderiam existir, inclusive, entre os membros da irmandade e o capelão nomeado por eles, deixando clara a diferença existente entre leigos e eclesiásticos, como ocorreu na irmandade de São Jorge no bispado do Rio de Janeiro, de acordo com o estudo de Beatriz Santos. O capelão eleito tinha várias funções, dentre elas a de rezar a missa, receber

⁶¹¹ Ibidem. pp. 736-737, BOSCHI, Caio Cesar. Os leigos e o poder. São Paulo: Ática, 1986, p. 105.

⁶¹² Boschi, Ibidem. pp. 14, 15, 24-26.

⁶¹³ AGUIAR, Marcos Magalhães. Tenções e conflitos entre párocos e irmandades na Capitania de Minas Gerais. *Textos de História*. vol. 5. Nº2 (1997): 43-100, p. 42.

⁶¹⁴ *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Op. cit., pp. 432-435,

confissões, acompanhar procissões e comparecer nas eleições⁶¹⁵. Em outros casos, o capelão da irmandade também entrava em conflito com o pároco da freguesia, seu superior. Os motivos para esse último ponto poderiam variar, mas algo que poderia ter muito peso na postura do capelão (particular ou não) seria a origem do seu sustento. As relações de parentesco desse capelão com padroeiro da irmandade (que, no geral, era o que definia a escolha do sacerdote pelo padroeiro) também tinham grande peso quando se tratava das relações de poder local. Esse eclesiástico conseguia gozar de grande autonomia e se equilibrar entre os poderes internos da irmandade, na qual fazia parte, e os poderes eclesiásticos centrais representados pelo pároco. No mais, o capital religioso do discurso através dos sermões, poderia ser utilizado como meio estratégico de garantir os interesses desses poderes locais representados pelos padroeiros, irmandades e ordens terceiras⁶¹⁶.

Como vimos no capítulo anterior, os párocos não possuíam condições de sustentar os muitos capelães sob a sua responsabilidade, ao passo que isso contribuía para a recusa em assumir capelas da administração paroquial por esses eclesiásticos. No caso das capelas particulares o capelão era sustentado pelos irmãos da irmandade, como foi o caso de Abranches, o que lhes demandava melhores condições de sustento e autonomia. Temos abaixo dois exemplos, desses conflitos e dos seus diversos motivos para as usurpações dos direitos paroquiais. O primeiro trata dos conflitos envolvendo as ordens terceiras do Carmo e de São Francisco e o segundo as irmandades de negros do Rosário e dos crioulos das Mercês:

Os enterros de toda a Freguesia chegam anualmente ao número de quatrocentos athe quinhentos, os mais ricos e poderosos todos são Irmãos Terceiros das veneráveis Ordens do Carmo ou de São Francisco e contentes com os Privilégios dos seus hábitos, e com os sufrágios da sua Ordem, em que estão centos, e centos de mil reis, não pedem officios em seus testamentos feitos, e prevenidos pelos Comissários e Zeladores das Ordens em ódio dos Parochos, e da Igreja Matriz, e de tal sorte que nesta Freguesia chega a haver anno, em que se não faz hum só officio aos Terceiros tem disputado aos Parochos mais de huma vez aqui, e em Villa Rica, e no Sabará, e em Marianna athe a encomendação e acompanhamento dos fregueses que são os seus Confrades. O funeral destes mais poderosos, que não tem Officio, dá ao Parocho 7.200 reis; os mais ordinários 4.800 reis = os que formão o maior número são captivos, e mendigos, escravos velhos e estropiados, a que seus Senhores poucos mezes, ou semanas, e as vezes poucos dias antes da sua morte dão liberdade, e expellem cruel, e irreligiosamente de suas cazas para se subtrahirem, e isentarem ao brio de pagar ao Médico, ao Botica e ao Parocho, que muitas vezes não pode ser invencível ao clamor destes miseráveis e que

⁶¹⁵ SANTOS, Beatriz C. C. As irmandades de officios e os ritos políticos-religiosos (Rio de Janeiro, século XVIII). In.: OLIVEIRA, Anderson J. M., MARTINS, William de Souza (Org.). *Dimensões do catolicismo português* (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: Gramond, 2014, p. 373.

⁶¹⁶ ANDRADE, Francisco Eduardo. A conversão do sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.151-166, Jan/Jun 2007, pp. 156, 165-166.

para os socorrer muitas vezes não acha na sua caza mais do que as suas lágrimas, e os seus bons desejos⁶¹⁷.

E as irmandades de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Mercês:

O direito das Festividades, e dos Funeraes, certo e estabelecido pelo Regimento do Exmo. Bispo D. Frei Manoel da Cruz e confirmado pela S. Magestade pela provisão de 29 de março de 1751, que faz grande parte dos emolumentos parochiaes, he este mesmo que tem sido já contravertido pelo que diz respeito às Festividades, o que presentemente se verifica com os recursos que moverão ao vigário de Antônio Dias os Criolos das Mercês, e os pretos do Rozario da Sua Freguesia querendo fazer as referidas Festividades privativas dos Capellaens das Suas Confrarias com total exclusão dos Parochos. Os Funeraes, sendo livre a cada um dispor delles como lhes parece são tão raros os que mandão fazer officios pela sua alma, que annos inteiros se passão, que esta Freguesia se não faz hum só. Os mais critérios dos escravos, e pretos captivos; e he de admirar, que sendo estes tão moderados, que não excedem a huma simples encomendação, e ao sufrágio de duas missas taixadas pelo regimento, he necessária toda força de coacção para obrigar aos Senhores a cumprir com este dever, que faltos inteiramente de caridade, se queixam que sobre o perdimento dos seos escravos se vejão ainda obrigados a pagarem a encomendação ao Parocho, e a esmola de duas missas; tendo entretanto nas suas maons quase tudo o que por este princípio tenho vencido. Finalmente as oblaçoens voluntarias, não havendo uso, e costume nesta⁶¹⁸.

Os exemplos apresentados acima vão de encontro com a análise feita por Marcos Magalhães Aguiar, o qual, ao tratar das despesas das irmandades de negros do Rosário e do Santíssimo Sacramento (ricos) e de analisar os conflitos existentes entre as irmandades e os párocos, chegou à conclusão de que as diferenças existentes entre as irmandades brancas e negras estaria no desvio (dos preceitos civis e religiosos) das últimas. Diante disso, o autor associou essas posturas à exclusão da autoridade paroquial, resultando na inversão de hierarquias sociais (colocando o capelão acima do pároco)⁶¹⁹. Em resumo, as irmandades de negros, ao isentarem o pároco das suas obrigações, estariam subvertendo a ordem e desafiando o *status quo*, já as dos brancos não manifestavam tais conflitos em público para não colocar em risco a sua posição social naquela sociedade.

⁶¹⁷ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 44. Carta de Antonio Caetano de Almeida Vilas Boas, vigário de São João del Rei, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, tratando da questão das conhecenças. 11/11/1788.

⁶¹⁸ Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Códice nº 1 – Generalidades. Série: Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 12. Resposta do Doutor Quintiliano Pereira, 20/12/1788.

⁶¹⁹ AGUIAR, Marcos Magalhães. Festas e rituais de inversão hierárquica nas irmandades negras de Minas colonial. In.: JANCÓS, I. e KANTOR, I. (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, vol. 1. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 390.

No entanto, como podemos verificar nos casos apresentados nessa seção, a existência desses conflitos (tanto em irmandades de brancos quanto de negros) demonstra mais um movimento de descentralização da vida religiosa. Se antes a vida religiosa da comunidade girava em torno das matrizes das freguesias, ao fim dos setecentos essa situação modificara-se, de modo que essas matrizes experimentaram a falta de paroquianos. Vê-se assim a existência de uma sobreposição das irmandades diante da hierarquia eclesiástica, mas em ambos os lados, fato que veremos melhor na seção seguinte desse capítulo onde teremos alguns pedidos das ordens terceiras e irmandades à Coroa para isentá-las da administração paroquial. De todo modo, o mesmo pesquisador, em trabalho mais antigo, chegou à análise de que dever-se-ia considerar o fator da circularidade cultural entre as irmandades de brancos e negros, à medida que reforçavam as ações de ambas no impedimento ou na dificuldade em permitir o trabalho pastoral advindo dos párocos⁶²⁰. Veremos a seguir o exercício do poder episcopal de D. Frei Domingos em relação às irmandades e ordens terceiras e as suas ligações com o projeto político-religioso português e o espectro de sublevação de fins dos setecentos.

4.1.2 – A hierarquia eclesiástica e a unidade da Igreja como contraponto

A reforma católica se constituiu em um conjunto de ações e acontecimentos, não podendo ser resumida somente à realização do Concílio de Trento e seus decretos. As irmandades, confrarias e ordens mendicantes (sobretudo as terceiras que eram geridas por leigos) também foram um resultado das transformações que ocorreram no início da modernidade. Como dito na seção anterior, essas associações voluntárias de leigos tiveram grande apelo na vida das comunidades (e isso não se deu apenas na capitania mineira, mas foi uma característica dessas associações que estiveram espalhadas pela América Portuguesa, demais colônias lusitanas e Europa). Foram abolidas pelas reformas protestantes, mas não pelos envolvidos em Trento, que nem sequer as mencionaram nas sessões conciliares. O que importava, como já vimos no capítulo um, era o fortalecimento da hierarquia eclesiástica centralizada na figura episcopal; e as associações leigas apenas eram interessantes na medida em que se tornavam sujeitas à autoridade do bispo⁶²¹. Fora isso, tornavam-se usurpadoras dos

⁶²⁰ AGUIAR, Marcos Magalhães. Tenções e conflitos entre párocos e irmandades na Capitania de Minas Gerais. *Textos de História*. vol. 5. Nº2 (1997): 43-100, pp. 45-49.

⁶²¹ O'MALLEY, John W. *Trent: what happened at the Concil*. The Belknap press of Harvard University press, 2013, p. 21.

direitos e autoridade do clero⁶²². Os embates entre párocos e paroquianos nas Minas demonstravam isso. As irmandades e ordens terceiras viam-se no direito de se isentarem da sujeição à autoridade do pároco. Em consequência dessa negação, negava-se também a autoridade episcopal (apesar de nas petições dessas irmandades, em tese, a autoridade do bispo ser preservada). O fato é que, ao quebrar a lógica hierárquica de centralização da Igreja, quebrava-se, adjunto, a eficiência da autoridade episcopal, que tinha o seu alcance na comunidade por intermédio dos párocos. Vejamos alguns casos abaixo.

Os devotos da irmandade de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário requereram licença Real, por volta de 1786, para ter alguns pedidos aceitos. Dentre eles estavam: a reforma da ermida (de madeira para pedra), onde se realizavam os cultos à Nossa Senhora das Dores; a eleição de um ermitão para cada comarca do Brasil, para que pudesse recolher esmolas dos devotos para a irmandade – a qual se sustentaria apenas com pagamentos voluntários; isenção da jurisdição do pároco na irmandade para a realização das festividades da santa com a utilização de um capelão próprio. O motivo para o pedido de isenção de jurisdição eclesiástica do pároco teria sido originado no ápice do conflito entre os dois grupos, ao passo que o pároco havia sido acusado de querer retirar a imagem de Nossa Senhora das Dores do altar da igreja matriz da freguesia de Antonio Dias. Esse fato teria sido a “gota d’água” das relações aqui presentes.

Diante dessas condições, D. Fr. Domingos Pontevel mostrou-se contrário ao pedido da irmandade, alertando para uma possível renovação desse movimento de negação da autoridade paroquial pelas irmandades e ordens terceiras. De todo modo, ressaltou a utilidade temporal e espiritual dela, tomando como base as festas e obras capazes de avivar e reforçar a devoção e a memória de Nossa Senhora das Dores. No entanto, o seu policiamento, assim como das outras irmandades, era indispensável para manter o bom andamento e unidade do bispado. Vejamos o que disse o bispo:

A utilidade espiritual, e temporal que se segue, ou pode seguir a Igreja, e ao Público da mesma confraria, se não pode bem discernir antes da facção do seo compromisso, e da prática das Leys próprias, que se propuserem. As festas, e obras injustas na Patente Divisória do seo Geral; a restrição dos Estatutos, e Constituições incluídas no Compendio, que oferecem impresso e emanado da Irmandade de Braga me ilustrão sobre *a polícia indispensável de semelhantes corporações e exigem a providência insinuada* sendo ella hum monumento erigido a honra de Deos e benefício do próximo regulado com [...] e o espírito da solidariedade e devoção para avivar a memória e

⁶²² VERNARD, Marc. O Concílio Lateranense V e o Tridenino. In.: Giuseppe Alberigo (org.). *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995, pp. 346-347.

contemplação das Dores de Maria Santíssima e enriquecer os fiéis com seus particulares auxílios, graças, indulgências e sufrágios(...).⁶²³

O exemplo de precaução dado por Pontevel referente à irmandade de Braga dizia respeito ao crescimento acelerado dessa irmandade na década de 1770. Localizada em uma ermida na matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vila Rica, a irmandade Dolorosa de Braga teve de realizar consórcios anuais para preencher os cargos administrativos da irmandade que, segundo Pontevel, estavam “contra a Disciplina, e Constituição synodal da Bahia”. Repara-se nesse ponto, além do mais, que o prelado de Mariana recorreu à importância de se seguir as *Constituições da Bahia*, demonstrando uma certa seletividade do bispo com relação à aplicação desse corpo normativo. Enquanto que para a taxação das conhecenças esse *corpus* disciplinar não era cabível ao bispado de Mariana, o mesmo deveria ser utilizado nas questões referentes ao fomento da estrutura hierárquica e da autoridade dos cargos eclesiásticos. A partir daí, tiveram início vários pleitos dos párocos contra a irmandade, à qual designaram, para a realização dos sacramentos e cultos à devoção das Dores, capelães e clérigos escolhidos pelo zelador da irmandade Manoel Luis Saldanha. Abster-se da obrigação de se submeter à jurisdição paroquial era, contudo, para o bispo, o maior dos problemas, com a independência da inspeção, cooperação e consentimento do pároco vindo a ser umas das “maiores controvérsias que se oferecem ao meu officio” ao passo que, segundo ele:

Elles (as irmandades) não admittem a este respeito a distinção de Capellas filiaes ou particulares pela antiguidade com que as Igrejas Parochiaes têm a sua intenção fundada nas Capellas de novo erectas; pela comum clauzula, ou excepção dos direitos Parochiaes, e sujeição ordinária com que se erigem indistintamente, e pela regalia e privilégio do terreno pertencente a Ordem de Cristo de que são beneficiados

(...)

As izençoens regulares, e ordenaçoens a título de patrimônio os habelitão a distinguir huns e outros das funçoens Ecclesiasticas. A pluralidade e distinção das Igrejas comuns, ou particulares querem fortaleção a sua intenção.

(...)

Nesta mesma incerteza (...) eu me comprometo da sabia Providencia de Vossa Magestade as Luzes e Auxílios necessários a reger hum rebanho, que he todo seo, a tranquilizar as frequentes lidas dos Vigários, e Pastores Menores, e afirmar na sólida piedade a congregação recorrente, e promover as mais sociedades, e confrarias aos justos limites da obediência e Devoção de tal sorte

⁶²³ Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 126, doc. 07. Ofícios de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel para Martinho de Melo e Castro e para a rainha D. Maria I, tratando dos requerimentos feitos pela irmandade de Nossa Senhora das Mercês da freguesia de Antonio Dias, 24/09/1786, 29/01/1786, 12/01/1787. (grifo meu)

que reguladas todas as coisas possam interessar igualmente a Religião e ao Estado, como eu desejo, e peço a Vossa Magestade em espírito e verdade⁶²⁴.

O mesmo problema também é notado com relação às ordens terceiras, mas com princípios um pouco diferentes dos observados nas irmandades. Sendo elas representantes leigas das ordens primeiras através de aprovação apostólica, as mesmas gozavam de grande autonomia e isenções das jurisdições civis e eclesiásticas próprias dos privilégios adquiridos pelas ordens primeiras⁶²⁵. Nesse sentido, por vezes, os conflitos envolvendo as ordens regulares, sendo elas primeiras ou terceiras, e os pertencentes à hierarquia eclesiástica (párocos, capelães, bispo) foram corriqueiros. A prova de que tais problemas de jurisdição e autoridade entre instituições não era algo somente advindo das ordens leigas foi o alvará de 1787 proferido pela rainha D. Maria I, o qual determinava aos “Bispos do Ultramar Juizes das ordens em Primeira instância”. Referia-se ela aos conflitos existentes entre os bispos dos seus domínios e as Ordens Militares, da qual ela era a Grã-mestre. Segundo o mesmo alvará, os conflitos vinham de ambos os lados, ao passo que: “reputando os Bispos, sem distinção alguma, ofensivos do Episcopado, todos, ou quase todos os privilégios das referidas Ordens, estas arrogando a si, e presumindo ter privilégios, que ou nunca tiveram, ou que já não existem”. Nesse alvará, a rainha enumerou os limites de jurisdição entre as Ordens Militares e os bispos⁶²⁶. No entanto, com relação às ordens terceiras, os decretos reais não eram incisivos, contribuindo assim para uma maior independência delas diante do poder dos ordinários⁶²⁷.

Pontevel, ao fazer parecer em 1783 sobre a Ordem Terceira de São Francisco e seu requerimento para erigir uma nova capela, deixou transparecer os conflitos existentes no bispado. Contendas essas que envolviam a sua autoridade, as ordens terceiras e as irmandades, de modo que, na visão do bispo, estas poderiam se configurar como um obstáculo para a manutenção da ordem e para a unidade do bispado; o que, por si só, já implicava em questões de cunho estatal. Vejamos abaixo:

*As Ordens Terceiras por estas terras quazi que pertendem semelhantes
izençoens as dos Regulares de que receberão a Comissão e Instituto. Em nada*

⁶²⁴ Ibidem.

⁶²⁵ PRECIOSO, Daniel. Presença e significado das ordens terceiras na Capitania de Minas Gerais: o debate dos anos 1793-1795. In.: OLIVEIRA, Anderson José M., MARTINS, William de S. (Org.). *Dimensões do catolicismo no Império Português* (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: Gramond, 2014, p. 390.

⁶²⁶ AEAM - Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, códice nº 1 – generalidades. Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 4. Alvará em força de lei sobre as dissensões dos Bispo e Ordens Militares. 11/05/1787.

⁶²⁷ MARTINS, William de Souza. Membros do corpo místico: ordens terceiras no Rio de Janeiro (1700-1822). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, 2001, pp. 19-45.

querem estar sujeitos aos Parochos: Não os admitem nas suas Capellas em função alguma do seu officio. Os seus comissários são os únicos que ahi usão a Estolla, cantão as missas nas Festas, presidem elevão o Santíssimo nas Procissoens, acompanhão os Irmãos defuntos à sepultura, e lhes fazem as encomendaçoens e officios. Querem que as sepulturas nas suas capellas sejam só para os seos irmãos e livres de todo o emolumento das fabricas das matrizes, que não tem outra cousa de que se subsistão. Querem a seu arbítrio expor o Santíssimo, colocar imagens nos seus altares e sahir com procissoens públicas as vezes que lhes parecer, e por fim serem isentos de dar contas entre um e outro Juizo Secular, e Ecclesiastico [...] se dividem entre si, e com as Irmandades com muitos pleitos e discórdias, que sem effeito pertendem evitar não admitindo à sua Sociedade mais que huma certa qualidade de Pessoas. As ordens só admitem os brancos e pardos tem sua distinta Confraria. O prettos dividem-se em muitos. Se a pretendida devoção prevenir e continuar como athe agora, isenta de semelhantes desordens e inconvenientes, não descubro cousa em que deixe de ser muito útil a ereção⁶²⁸.

O trecho apresentado acima nos chama a atenção para duas potenciais características relacionadas às irmandades e ordens terceiras e suas ações e influências na comunidade de fiéis, segundo D. Frei Domingos: a) o aprofundamento da religião católica na vida cotidiana das pessoas, desde que houvesse a conformação dessas associações com a jurisdição e hierárquica da Igreja; b) o perigo iminente que essas associações traziam tanto para a unidade do Estado quanto para a da Igreja, ao passo que poderiam provocar cismas quando entravam em conflito entre si⁶²⁹ e/ou com a Igreja “oficial” e esse fator, por si só, já acarretaria à uma instabilidade. Boschi tratou dessa mesma relação política existente entre as irmandades, mas principalmente entre as ordens terceiras, em sua dissertação de mestrado, onde também expõe as implicações que essas associações acarretavam para a diminuição da autoridade episcopal e da sua influência⁶³⁰. Tais questões implicavam um desprezo pelas autoridades eclesiásticas locais, o que contribuía para a, cada vez mais estruturada, estratificação social e formação de núcleos de poder e influência.

⁶²⁸ ANTT – Requerimento da Ordem Terceira de São Francisco de Paula – Ordem de Cristo, Padroados do Brasil (bispado de Mariana), maço 5, 08/05/1783. (grifo meu)

⁶²⁹ Cito um trecho do documento de Pontevel sobre a irmandade de Nossa Senhora das Dores o qual explicita os resultados negativos, para o seu governo episcopal, das divisões que ocorriam entre as irmandades e ordens terceiras. Isso também pode nos auxiliar na análise referente à formação de grupos de poderes locais. “O resultado dessas divisoens piedosas he enfraquecerem humas Irmandades com o aumento das outras; concorrer a melhor parte do Povo para as ordens terceiras, Arquiconfrarias, a proporção dos seus privilégios, Graças e isençoens; não haverem suficientes Irmaos do Sacramento e das Almas para acodir prontamente aos seus officiaes, e mysteres; as Matrisen verem-se como desertas, e privadas das suas ofertas; continuas dissençoens entre seus irmãos, capellaens e Parochos o que se não indica recíproca turbação, e real decadência; ao menos parece obstar a futura decência requerida por direito, e aos subsídios pertendidos de humas para outras comarcas.” Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 126, doc. 07. Ofícios de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel para Martinho de Melo e Castro e para a rainha D. Maria I, tratando dos requerimentos feitos pela irmandade de Nossa Senhora das Mercês da freguesia de Antonio Dias, 24/09/1786, 29/01/1786, 12/01/1787.

⁶³⁰ BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986, p. 117.

Para aprofundarmos essa questão, retomemos os pontos discutidos no primeiro capítulo sobre o poder episcopal: O bispo é a autoridade máxima do bispado. Nesse sentido, em tese, seu poder está acima da jurisdição das ordens e irmandades que estavam inseridas nele. Essas, por sua vez, possuem ligações diretas com suas sedes primeiras (no caso das ordens terceiras) e com o Papa, através, por exemplo, das várias concessões de indulgências (isso vale para os dois tipos de associações) que ele distribuía⁶³¹. Certamente essas concessões não eram distribuídas sem o beneplácito régio, o que já limitava a ação papal dentro da Igreja portuguesa. No entanto, a distribuição de indulgências era o que restava, em pleno fim dos setecentos português regalista, de um contato direto do Papa com as instituições religiosas presentes tanto no reino quanto nos domínios de Portugal⁶³².

Pontevel, ao referir-se ao Papa Pio VI, apresentava-o como “Presidente na Universal Igreja de Deos”⁶³³, termo esse (*presidente*) que nos remete à discussão do capítulo 1 sobre o episcopalismo e o lugar do Papa nas relações de poder do Portugal setecentista⁶³⁴. Outro ponto que poderia contribuir para essa análise do perfil episcopalista do quarto prelado marianense seria o fato de Pontevel nunca ter feito a visita *ad limina*⁶³⁵ ao Papa ou enviado o relatório decenal sobre o bispado de Mariana para Roma. As visitas *ad limina* deveriam ocorrer com regularidade, e era nessa ocasião que os bispos apresentavam os seus relatórios sobre as dioceses administradas por eles. Essas visitas eram tidas como um instrumento de homogeneização do corpo episcopal e também como fortalecimento da centralidade do poder papal na Igreja pós-tridentina. É um dado, porém, que os bispos do ultramar não faziam essa visita a Roma pelas dificuldades encontradas nas longas viagens. De todo modo, os relatórios

⁶³¹ Temos os casos das indulgências plenárias concedidas pelo Papa Pio VI, sob beneplácito régio da rainha, às irmandades das Almas da freguesia de Santa Luzia; Santíssima Trindade na Vila de São José; Senhor dos Passos também na Vila de São José. Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Códice nº 1 – Generalidades. Série: Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 23. Documentos referentes a São João del Rei e Carrancas. Indulgências à Santíssima Trindade, 24/07/1781, ao Nosso Senhor dos Passos, 16/02/1779. Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Códice nº 1 – Generalidades. Série: Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 05. Indulgência Plenária aos confrades das Almas, 06/04/1782, 05/05/1783, 01/1781.

⁶³² Essas relações de poder foram diferentes no período do governo episcopal do primeiro bispo de Mariana D. Frei Manuel da Cruz, já que, segundo Alcilene Cavalcanti, tanto no bispado de Mariana quanto no de São Paulo, a concessão de indulgências partiu de uma relação direta do papa com os respectivos prelados ou até da ação do próprio bispo. Isso não ocorreu no período de D. Frei Domingos, no qual todas as indulgências deveriam obter a autorização da rainha para a sua aplicação. OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante. *A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana: mudanças e permanências (1748-1793)*. Dissertação (mestrado). Campinas: IFCH/Unicamp, 2001, pp. 109-116, 210.

⁶³³ Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Códice nº 1 – Generalidades. Série: Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 1. Portaria de Sua Excellencia Reverendíssima em que manda observar os Decretos que Sua Magestade alcançou do Pe. Pio 6º, 07/05/1788.

⁶³⁴ Voltar para a seção 1.2.

⁶³⁵ VERNARD, Marc. *O Concílio Lateranense V e o Tridenino*. In.: Giuseppe Alberigo (Org.). *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995, pp. 356-357.

eram enviados periodicamente para Roma, com exceção do caso de D. Frei Domingos Pontevel⁶³⁶.

O posicionamento de D. Frei Domingos, no que diz respeito a sempre interligar a administração do bispado com o bom andamento do Estado, também se mostrou como um forte indício da sua utilização das ideias febronianas sobre o episcopalismo. Dentre os pontos trabalhados por Febrônio, na edição portuguesa, havia um trecho que tratava da interdependência do Estado e da Igreja, como podemos ver abaixo:

Das perturbações da Igreja se originam sempre as desordens do estado; os vassallos do estado e os súbditos da igreja, sendo os mesmos, não podem ficar em paz como cidadãos, se como cristãos guerreiam; a sã política deve, consequentemente, incitar os príncipes a vigiar sobre o estado da igreja e indagar a origem das dissensões religiosas... (...)

Não digamos mais, para incitar a atenção dos príncipes e para lhes dar a conhecer quanto lhes importa instruir-se dos verdadeiros limites da primazia do papa.... Ora em que consiste esta proteção que [vós, príncipes] deveis às Igrejas? Consiste em não permitirdes que as dos vossos estados sejam vexadas ou prejudicadas nos seus direitos por outra qualquer igreja; em não consentirdes cousa que os vossos bispos vos disserem ser danosa à religião; em segurardes e abraçardes os meios legítimos que têm por fim a reunião dos povos que da nossa comunhão se separam⁶³⁷.

A autoridade do bispo, em um projeto de reforma o qual privilegiava a hierarquia eclesiástica e o centralismo do poder episcopal reforçados em Trento e também pelo projeto político-religioso português, era posta à prova nessas questões envolvendo as irmandades e ordens terceiras. Somam-se a esse fator dito acima outros que apareciam como obstáculo para sua intervenção episcopal como, por exemplo: a) as ordens terceiras responderem às ordens primeiras; b) as irmandades responderem à justiça civil e não eclesiástica. As ações de Pontevel procuravam garantir e fortalecer a centralidade do seu poder em meio a essas instâncias jurisdicionais que ambicionavam, em certa medida, abster-se da sua subordinação à autoridade episcopal e da centralização da Igreja católica, em especial da Igreja católica portuguesa. Igreja essa que trabalhava em consonância com as políticas estatais da Coroa em busca de unidade, estabilidade e manutenção das instituições religiosas e políticas.

⁶³⁶ Foram encontrados apenas dois relatórios decenais sobre o bispado de Mariana. Ambos foram feitos pelo seu primeiro bispo D. Frei Manuel da Cruz em 1757. De todo modo, não devemos deixar de lado a possibilidade dessa documentação ter se perdido. SANTOS, Patrícia Ferreira dos. *Carentes de justiça: juízes seculares e eclesiásticos na “confusão de latrocínios” em Minas Gerais (1748-1793)*. Tese de doutorado em História Social apresentada na FFLCH-USP. São Paulo, 2013, p. 201.

⁶³⁷ Cf. Do estado da igreja e poder legítimo do Pontífice Romano – resumo da excelente obra de Justino Febrônio, que da língua francesa traduzio na vulgar Miguel Tiberio Pedegache Brandão Ivo. In.: José Sebastião da Silva Dias, Op. cit., pp. 18-19.

A procura por essa autonomia diante da Igreja “oficial” esteve inteiramente ligada com a questão das conhecenças e os pontos de conflito que tratamos até agora. Como já vimos, mais do que uma conflitualidade envolvendo questões de cunho econômico e de sustento administrativo, a questão das conhecenças esteve muito mais interligada a essas imbricações e contendas entre poderes e instituições. A importância das irmandades e ordens terceiras no cotidiano das comunidades coloniais não foi só religiosa e cultural, mas, sobretudo, política. Formavam, portanto, núcleos de resistência. Resistência essa que se voltava contra as fiscalidades religiosas e civis. Essas fiscalidades estavam imbricadas e, por mais que jurisdicionalmente fossem apartadas, faziam parte da mesma configuração administrativa, a da imbricação do Estado português com a Igreja e sua centralização. O que mudou, nesse quesito, foi a consciência do colono de ser colono. Essa posição de resistência, no entanto, não significava uma recusa ou crítica ao sistema político da monarquia com aspectos independentes⁶³⁸. As associações andavam em consonância com esse sistema político, ao passo que também contribuía para a estabilização social, dando vozes às demandas da população, assim como as câmaras.

Segundo Boschi, a segunda metade do século XVIII fora marcada por um aumento significativo de associações de leigos nas irmandades e ordens terceiras. Tal dado esteve em *pari passu* com a incisão da postura fiscalista da Coroa que, em fins do século, havia se acentuado por conta dos problemas referentes ao pagamento do quinto e dízimos⁶³⁹. Na visão do Estado, o estímulo à fundação das irmandades, assim como os poderes atribuídos às câmaras, era um “mal necessário”. Fazia-se, nessa relação, um jogo duplo e ambíguo: o do controle e o da negociação. Era, portanto, uma aliança necessária do Estado com os potentados da colônia, política essa muito comum com relação às instituições camarárias e que se encaixa muito bem no caso das irmandades e ordens terceiras. Com exceção das irmandades de negros, os grupos sociais das demais associações e ordens terceiras eram os mesmos que administravam as instituições camarárias.

A recusa em pagar as conhecenças pôde nos mostrar dois aspectos da sociedade mineira de fins do século XVIII: a) a importância maior dada às irmandades no cotidiano colonial, seja ela por motivos de devoção, seja por questões de poder e influência locais; b) a união dessas associações, através das representações das câmaras, para questionar as fiscalidades tanto da Coroa quanto da Igreja, os funcionários régios e locais e a hierarquia da Igreja. Isso não

⁶³⁸ SILVA, Ana Rosa C. da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006, pp. 160-169.

⁶³⁹ BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986, p. 31, 111-112.

significava, no entanto, que havia uma negação do poder Real. Portanto, as representações das câmaras, que tratamos no capítulo anterior, para além de significarem posicionamentos antifiscais, diziam mais sobre as estratégias, por parte desses grupos de poderes locais, para garantir a sua representatividade política reivindicando seus interesses junto à Coroa. Havia, uma insatisfação dos colonos, diante das políticas fiscalistas (sejam elas civis ou eclesiásticas) e mercantilistas, em conjunto com uma sensação de abandono, se comparados com os súditos do reino⁶⁴⁰. Era esse o cenário que marcava um espectro de revolta e que chamou a atenção das autoridades régias, como foi o caso do secretário de Estado Martinho de Melo e Castro. Ele via nas irmandades e ordens terceiras o “criminozo sistema das Minas Gerais” onde muitas dessas associações “debaixo do título de piedade, e devoção” eram, na verdade, “conventículos sediciosos, e origem de muitos e muitos funestos acontecimentos”⁶⁴¹.

Essa consciência política colonial não foi, no entanto, apenas uma bandeira levantada pelos leigos e eclesiásticos associados a eles nas capelas. Podemos dizer que também foi de consciência do clero inserido na hierarquia da Igreja. O pároco Quitiliano Teixeira, nomeado por decreto pela rainha para a matriz de Congonhas do Campo⁶⁴², foi um dos exemplos de eclesiásticos que demonstraram suas críticas ao sistema mercantilista, colocando-o como o real problema que acarretava a decadência das Minas, como podemos ver abaixo:

Eu não nego a necessidade dos Povos, nem a decadência das Minas, mas não he justo que esta decadência, que tem outros verdadeiros princípios se queira atribuir falsamente as conhecenças dos Parochos, por que estas, quando fossem ainda em maior quantidade não podiam causar tão grave encômodo ao Paiz com a paga deste dinheiro, que entrando nas mãos dos Parochos torna logo a sahir delas, e fica girando no mesmo Paiz. *Não seria melhor que o author do Requerimento (Procurador dos Povos) se lembrasse, que esta decadência necessariamente havia de haver em huma terra de Conquista sem fundos estáveis e permanentes, que não tem outro Comércio mais do que a extração do oiro, e que tendo este sahido todos os annos as mil arrobas, de necessidade havia empobrecer a terra, e fazê-la por isso mesmo cada vez mais pobre? Não seria mais verossímil dizer que a falta que S. Magestade experimenta nos seos Reaes quintos procede ou dos muitos extravios, ou da grande diminuição, que há presentemente na mesma extração de oiro, tendo-se lavrado as terras descobertas, e não havendo novos descobrimentos? Não seria mais verossímil o dizer que o terreno, que se considera com mais abundância de oiro, e que podia tornar florentes as Minas hé que compreende o Destricto Diamantino, que se acha vedado ao Povo por esta regalia privativa de S. Magestade? Não seria certo dizer que não tendo as Minas*

⁶⁴⁰ Figueiredo, Op. cit., pp. 252-254. Do mesmo autor: O império em apuros: nota para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, séculos XVII e XVIII. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, pp. 232-242.

⁶⁴¹ Cf. ACL – Col. de Legislação Portuguesa, de Francisco M. Trigoso de Aragão Morato, v. 26, doc. 186, 07/03/1794. In.: Boschi, Op. cit., p. 28.

⁶⁴² Como visto no capítulo 2, seção 2.1.3.

huma moeda provincial, que segure o seu fundo necessariamente hão de vir a ser a mais pobre? Talvez estas sejam as causas da decadência, como supondo, e que o Procurador dos Povos deixa de pôr na presença de S. Magestade esperando o futuro, e não queixar-se injustamente das conhecenças dos Parochos, que outra vez lhes tomão para as maons, e girão no Paiz.

(...)

Eu me lembraria de pôr na presença de S. Magestade que para se fazer huma grande diminuição nas conhecenças, ou dízimos pessoas seria necessário que a mesma Senhora, para satisfazer ao ônus e encargos dos benefícios do Gram Mestrado, se grave mais nos dízimos prediaes e mixtos, fazendo uma maior cõgrua aos Parochos⁶⁴³.

Como podemos ver, a sensação de instabilidade e de eclosão de revoltas que marcaram todo o século XVIII mineiro ecoou mais uma vez e, nesse caso, sendo-nos apresentado na perspectiva das instituições religiosas. As demandas sobre a fiscalidade religiosa feitas pelos paroquianos do bispado de Mariana estiveram em consonância com os discursos apresentados pelas câmaras ao tratarem da fiscalidade civil, no caso do quinto e do dízimo. A contemporaneidade dessas reivindicações com a tentativa de sublevação mineira, mais conhecida como Inconfidência Mineira, não seria de todo coincidência, ainda mais se levarmos em consideração o envolvimento de eclesiásticos no movimento⁶⁴⁴. Isso só nos apresenta a tensão e a instabilidade social iminente naquela região, levando as autoridades, tanto civis quanto eclesiásticas, a trabalharem para conter tais possibilidades de revolta.

D. Frei Domingos, em seu governo à frente do bispado de Mariana, demonstrou nos vários aspectos apresentados nos capítulos anteriores, a sua preocupação com a manutenção da ordem social e unidade da Igreja através do trabalho de reforma pastoral. Fez transparecer, por vezes, a sua autoridade episcopal e sua prudência e diplomacia políticas nos seios internos da administração eclesiástica e nos externos, quando teve de lidar com os poderes civis locais e do reino. Não deixou, de todo modo, de exercer a sua autoridade episcopal mesmo quando havia de tecer críticas à falta de comprometimento da Coroa com a política de padroado ou quando tivera de garantir os interesses próprios da sua diocese, se posicionando contra os requerimentos da população e contra um corpo normativo, como foi o caso das *Constituições da Bahia* com relação às conhecenças. O exercício do episcopado por Pontevel foi, contudo, como já vimos, um projeto político-religioso de Portugal. D. Maria I fez transparecer tal projeto ao

⁶⁴³ Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Códice nº 1 – Generalidades. Série: Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 12. Resposta do Doutor Quintiliano Pereira, 20/12/1788. (grifo meu)

⁶⁴⁴ RODRIGUES, André Figueiredo. *Por correrem os templos nublados: um estudo sobre o clero e a conjuração mineira*. Revista de História 138 (1998), 45-61, pp. 48-53.

elogiar o bispo de Mariana e “confiar das vossas virtudes e do vosso zelo” a “vossa prudência e discernimento”, logo após o início dos processos contra os inconfidentes de 1789, nos quais estiveram envolvidos alguns membros do seu corpo de eclesiásticos. Enfatizou, nessa ocasião, a sua confiança na administração episcopal de D. Frei Domingos Pontevel:

Devo participar-vos, que suposto eu mande algumas vezes expedir avisos, para que hajam de ser admitidos ao Sacerdócio alguns sojeitos, não he, contudo da minha Real intenção, neste cazo, mais do que levantar a proibição que tenho posto de promover algum dos meus vassallos a ordens sem licença minha, *ficando-vos aliás livre e até recomendado por mim a não deferir a quem se não qualificar perante vós* com todos os requisitos necessários para a alta dignidade a que aspira. (...). Desta sorte, será a religião defendida contra os ataques da incredulidade, e superstição, e Ministros indignos, ou pouco illustrados⁶⁴⁵.

A recomendação para Pontevel permaneceu a mesma: lembrar aos vassallos da diocese de Mariana das suas obrigações com a fidelidade, o amor e obediência à Coroa, pois “quem os ensina deve estar convencido de que não he bom Christão quem não for bom Vassallo”, e de que “sem amor, fidelidade e obediência ao Soberano, não pode haver amor, fidelidade e obediência a Deus”⁶⁴⁶. Fazia-se assim o projeto político-religioso português na capitania e bispado de Minas Gerais ou pelo menos seria esse o desejo acalentado.

4.2 – De inerte a episcopalista: D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel na historiografia

O perfil do quarto prelado de Mariana, ao longo da historiografia do século XX e início do XXI, sofreu poucas modificações analíticas, sendo apresentado, por vezes, como passivo às atribuições regalistas da monarquia portuguesa. Nesse sentido, foi a imagem apática da figura dos bispos, na segunda metade do setecentos, que persistiu também na figura de D. Frei Domingos. O bispo como “funcionário da Coroa”, ao qual já nos referimos na primeira seção desse trabalho, seria aquele que teria as suas funções diminuídas à simples execução de ordens régias, ao passo que via a sua autoridade episcopal se esmaecer diante do emaranhado burocrático administrativo da Coroa. Para além de um sacerdote dedicado ao seu trabalho de

⁶⁴⁵ Brasil, Mariana, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Códice nº 1 – Generalidades. Série: Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel. Arquivo 1, gaveta 4, pasta 10. Recomendação episcopal sobre a observância das ordens reais, 09/10/1789.

⁶⁴⁶ Ibidem.

reforma pastoral da diocese, ofício esse que permanecia em segundo plano, a cooperação de Pontevel nas questões administrativas da Coroa como, por exemplo, com as repreensões às práticas de contrabando e desvios do pagamento das taxações, fez com que ele fosse analisado como um “exagerado absolutista” por Raimundo Trindade⁶⁴⁷.

Via-se na gestão regalista da Coroa um empecilho à instituição da Igreja, tratando tal relação institucional no viés da oposição, o que acarretaria na paralisia ou atrofiamento do braço espiritual em prol das políticas estatais. Trataram mais afundo essas questões analíticas, para o caso de D. Frei Domingos, os historiadores Diogo de Vasconcelos, José Ferreira Carrato e Caio Cesar Boschi. A sua condição de “simples funcionário de Sua Majestade”, fazia com que a sua autoridade episcopal perdesse força diante do seu corpo de eclesiásticos, tornando-o impotente diante de párocos, capelães e cônegos, para reformar a disciplina do clero e de mantê-lo submisso ao poder monárquico⁶⁴⁸. A prova maior da impotência episcopal de Pontevel e passividade diante do poder regalista da Coroa, para Diogo de Vasconcelos, teria sido a autorização real dada aos párocos de Minas para “esfolarem as suas ovelhas, executando-as por conhecenças”⁶⁴⁹. Pontevel, nesse sentido, não teria tido nenhuma condição de autoridade para agir, nem na interferência regalista da Coroa, nem no comportamento moral do seu clero. Vimos, no entanto, que não foi bem isso o que ocorreu. O perfil passivo e omissor não se encaixou na figura de D. Frei Domingos, no qual pudemos notar uma atuação tanto pastoral quanto administrativa e política da sua parte.

Além das questões apresentadas acima, outra tendência analítica sobre o quarto bispo de Mariana foi a do seu perfil ilustrado que, ora pendera para o episcopalismo presente na política portuguesa de fins dos setecentos, ora para um posicionamento mais controverso, no que se refere a um comportamento libertino e com indícios de ligação com a conjuração mineira de 1789. Com exceção do trabalho de Luis Carlos Villalta (*O diabo na livreria dos inconfidentes* – sobre a composição livresca das bibliotecas dos clérigos envolvidos nas questões da Inconfidência Mineira e que também uso a biblioteca de D. Frei Domingos como objeto de análise da circulação das ideias ilustradas e libertinas na capitania de Minas Gerais), todas essas análises, das quais trataremos agora, penderam para uma leitura que privilegiou binômios oposicionistas como: Regalismo x Iluminismo e Tridentino x Ilustrado.

⁶⁴⁷ TRINDADE, Cônego R. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua História*, vol. 1 e 2. Mariana: Imprensa Oficial, 1929, p. 154.

⁶⁴⁸ VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira*: Bispado de Mariana. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, 108-109; CARRATO, J. F. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras coloniais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 1963; BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986, pp. 58-63.

⁶⁴⁹ Ibidem, p. 109.

A começamos pelo cônego José Geral do Vidigal de Carvalho, em livro intitulado *Ideologia e raízes sociais do clero da conjuração* (1992), o qual, apesar de analisar o governo de D. Frei Domingos considerando o seu trabalho pastoral, a sua prudência e administração como condizentes com as políticas regalistas da Coroa, questiona o fato do mesmo bispo não ter tomado providência com relação aos clérigos envolvidos na conjuração. Destacou ainda o fato do cônego Luís Vieira da Silva, um dos inconfidentes, ter sido professor de Filosofia no seminário da Nossa Senhora da Boa Morte em Mariana, o que levantaria hipóteses sobre o posicionamento do bispo diante do levante⁶⁵⁰. Caio Cesar Boschi, em *Os leigos e o poder*, também chegou a fazer tal questionamento⁶⁵¹. No entanto, apesar desses questionamentos, o perfil de Pontevel, segundo os trabalhos acima, não teria se afastado da tendência dos bispos nos setecentos perfilada pela historiografia já apresentada.

Ademais, o principal debate sobre D. Frei Domingos esteve inserido em dois trabalhos mais recentes: a dissertação de mestrado de Alcilene Cavalcante, *A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana* (2001), e a tese de Patrícia Ferreira dos Santos, *Carentes de justiça* (2013).

O primeiro, ao fazer uma análise comparativa dos trabalhos pastorais realizados tanto pelo primeiro bispo de Mariana D. Frei Manuel da Cruz quanto por Pontevel, chegou à conclusão de que não houve nenhuma modificação do trabalho pastoral desses dois prelados de meados dos setecentos até o final. Os dois bispos teriam se dedicado em estimular a reforma pastoral e disciplinar do seu corpo de eclesiásticos e dos paroquianos do bispado de Mariana, de modo a poder concluir na “evidente orientação tridentina do bispo Pontevel”. No entanto, para tal conclusão, o trabalho se envolveu em uma análise que procurou opor as ideias ilustradas, em circulação tanto em Portugal quanto na América Portuguesa, ao projeto de reforma tridentino. Logo, o “relaxamento ilustrado” de Pontevel, segundo Cavalcanti, não o teria impedido de difundir o programa salvífico de reforma pastoral⁶⁵². No entanto, este projeto permaneceu ativo mesmo após as interferências incisivas da política regalista nos reinados josefino e mariano. Isso não significa, entretanto, que ele tivesse tido êxito.

De análise bastante compatível com o trabalho anterior, mas com a adição das questões referentes ao episcopismo presente no projeto político-religioso português, (o que fez com que esse trabalho, ao contrário de todos os outros anteriores, enxergasse nas ações de Pontevel

⁶⁵⁰ CARVALHO, Côn. José G. V. de. *Ideologia e raízes sociais do clero da conjuração: século XVIII*, Minas Gerais. Viçosa – MG: Imprensa Universitária, 1992, pp. 45-46.

⁶⁵¹ BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986, p. 94.

⁶⁵² OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante. *A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana: mudanças e permanências (1748-1793)*. Dissertação (mestrado). Campinas: IFCH/Unicamp, 2001, pp. 106, 183-184, 217-218.

um posicionamento mais ativo com relação aos poderes civis locais e do reino) Patrícia Ferreira dos Santos, em pesquisa sobre o tribunal eclesiástico de Mariana, destacou a prudência desse bispo ao tratar de assuntos políticos. Levantou a análise de que, diante das características de D. Frei Domingos, ele não poderia ser classificado como tridentino em termos absolutos, ao passo que seu perfil estava carregado de tendências e influências ilustradas próprias de um bispo iluminista. No entanto, a análise também se apoiou no uso dos binômios oposicionistas como: tridentino x ilustrado, regalismo x iluminismo e Estado x Igreja para tratar do governo desse prelado. O dualismo jurisdicional, presente no contexto do governo de Pontevel, fazia da Igreja uma rival do Estado. Nesse sentido, em resumo, segundo Santos: “Malgrado certos traços que matizam a sua tendência ilustrada, tudo indicava que o bispo dominicano queria conduzir o bispado em consonância com a orientação da Coroa”⁶⁵³.

Essa tendência, dos trabalhos acima, em apresentar uma relação de oposição entre as ideias ilustradas e as políticas de governo regalista e da reforma pastoral tridentina mostrou-se como um problema para compreender a ação episcopal emanada do quarto bispo de Mariana, ao passo que esses pontos não se opunham, muito pelo contrário, se complementavam. Nesse caso, a ideia de ilustração que parece ter vigorado nos trabalhos até então sobre D. Frei Domingos esteve muito mais ligada à ilustração de cariz antirreligioso e/ou antimonárquico, muito presentes na literatura ilustrada francesa, ou até em uma ideia de oposição entre ciência e religião. Entretanto, deve-se levar em consideração as várias nuances de ideias ilustradas que existiram pela Europa, ao passo que em Portugal também não seria diferente.

Como vimos no primeiro capítulo, algumas das ideias ilustradas que circulavam pela Europa estiveram presentes na concepção do projeto político-religioso português da segunda metade do século XVIII⁶⁵⁴. Ideias essas que circularam entre os meios acadêmicos e estiveram manifestas nos materiais de estudo e nos documentos de regimento da Universidade de Coimbra. Destaca-se, no entanto, que o iluminismo português, o qual privilegiou os estudos em torno da ciência de caráter utilitarista e da filosofia natural, não se distanciou da religião, mas sim uniu-se a ela. A vertente do iluminismo português, que se mostrou adverso à *Enciclopédia* filosófica francesa – assim como o iluminismo italiano e espanhol, se formulou mais pela *enciclopédia informacional* de cunho prático e científico. Foi essa ilustração que se fez notória

⁶⁵³ SANTOS, Patrícia Ferreira dos. *Carentes de justiça: juízes seculares e eclesiásticos na “confusão de latrocínios” em Minas Gerais (1748-1793)*. Tese de doutorado em História Social apresentada na FFLCH-USP. São Paulo, 2013, pp. 203, 207-208.

⁶⁵⁴ TODOROV, Tzvetan. *O espírito das Luzes*. São Paulo: Barcarolla, 2008, pp. 12-29, KREIMENDAHL, Lothar. A filosofia do século XVIII como filosofia do iluminismo. In.: KREIMENDAHL, Lothar (Org.). *Filósofos do século XVIII: uma introdução*. São Leopoldo: Unisinos, 2000, pp. 7-37. PERL-ROSENTHAL, Nathan. Ume culture transatlantique. In.: *Revista L'Histoire*. Paris, nº 443, jan. 2018, pp. 34-37.

na secularização da pedagogia, e esteve presente na universidade de Coimbra, contribuindo para o processo de laicização dos finais dos setecentos⁶⁵⁵. Ademais, D. Frei Domingos esteve em conformação com as tendências episcopais do século XVIII⁶⁵⁶, onde emanaram sincroniacamente as características do bispo pastor, em consonância com os ideais de reforma tridentinos; o bispo político e administrador, com sua prudência e diplomacia; e a consonância com o projeto político-religioso português de cariz episcopalista e febroniano. Ao menos, isso é o que podemos perceber a partir das matérias apresentadas e analisadas relativas à pesquisa documental e às ações efetivadas por D. Frei Domingos da Encarnação Pontével.

⁶⁵⁵ Pereira. *Percurso de História das ideias*. Op. cit., pp. 92-99.

⁶⁵⁶ Paiva. *Os bispos de Portugal...* Op. cit. pp., 155-165.

Conclusões gerais

Os problemas trabalhados nas quatro seções apresentadas nesse trabalho tiveram como pressuposto compreender o governo de D. Frei Domingos da Encarnação Pontével à frente do bispado de Mariana. Objetivou-se a análise das relações desse ordinário com as várias instâncias da sociedade mineira, as quais estiveram inseridos grupos sociais subordinados a ele (como foi o caso dos párocos, capelães e do cabido), da população residente nas freguesias do bispado, e dos poderes locais e do reino. É inegável a importância da sua nomeação para essa diocese dado o contexto econômico e social da capitania de Minas Gerais no final dos setecentos. A escolha desse sacerdote para ocupar um cargo tão importante e em uma região central dos domínios portugueses diz muito sobre quem era D. Frei Domingos e o que a Rainha D. Maria I esperava da sua gestão. Ele deveria tratar das “almas”. Deveria zelar para que a população e os sacerdotes de Minas fossem administrados no espiritual e no temporal. Se encarregaria de garantir a reforma dos costumes cristãos católicos e a felicidade dos povos (que era o mesmo que garantir a estabilidade da monarquia portuguesa). Portanto, diante dos questionamentos e das propostas de análise que foram elencadas ao longo de todas as seções desse trabalho, chegamos às seguintes conclusões:

A primeira conclusão foi a da mudança de perspectiva sobre o perfil de D. Frei Domingos na historiografia. Como já abordado nas seções acima, esse prelado aparece nos poucos trabalhos historiográficos, desde a década de 30, como um personagem apático e sem ação. Classificado como exímio absolutista Pontével teve suas ações vistas pela historiografia, o qual privilegiou a falta de ação da Igreja e de seus eclesiásticos dentro do Estado português, como submissas e inerte às políticas da Coroa. Vimos que os primeiros trabalhos que trataram do período episcopal de Pontével (Trindade, Carrato e Vasconcelos) foram contemporâneos e filhos da produção historiográfica da década de 30 sobre a administração colonial, que tratamos no capítulo um. Esses trabalhos tenderam a analisar a instituição Igreja e seus membros como inteiramente subordinados aos mandos da Coroa, desconsiderando as possíveis interações e relações de poder e conflito que tornavam essas relações institucionais mais complexas. Não que eles excluíssem a existência dessas relações de conflito, mas o olhar tido para elas era o da completa perda de poder da Igreja para a administração estatal e não de uma possível resistência/ negociação ou defesa de interesses e projetos, próprios de grupos e pessoas inseridos no corpus que formava a instituição Igreja em Portugal. Essa foi a visão analítica que se teve sobre o governo de Pontével à frente do bispado de Mariana, segundo a qual política regalista do período pombalino teria impedido uma postura mais ativa desse bispo.

Vimos, portanto, no que foi apresentado nas seções acima, que essa postura submissa da Igreja nem sempre condisse com as relações dos agentes eclesiásticos com os poderes civis locais e do reino português. Tivemos o exemplo do caso da nomeação de José de Souza Sayão para o cargo de cônego do Cabido, em razão da qual o corpo capitular se mostrou em contrariedade com o poder episcopal e à Coroa. Ademais, para definir um perfil ativo ou não das interações entre ambas as instituições (o Estado e a Igreja) através dos seus agentes, não devemos, necessariamente, olhar pela perspectiva da oposição. Existia o conflito, mas nem sempre existia a oposição. É nesse âmbito que se encontram as ações de Pontevel durante o seu governo episcopal. Mais do que um agente eclesiástico subordinado ao poder civil Real, Pontevel procurou, na sua administração, promover o projeto reformista católico que tinha como base os preceitos tridentinos. Por vezes se deparou com problemas no fomento da estrutura das freguesias e das matrizes (sob responsabilidade da política de Padroado, ou seja, da Coroa); se mostrou ativo nos concursos eclesiásticos, dando privilégio àqueles que condiziam com o perfil buscado por ele (mesmo que isso significasse ir contra a decisão da mesa avaliadora); tratou da questão das conhecenças, partindo para uma resolução que pensasse nas reivindicações dos Povos de Minas, mas que não excluía as necessidades inerentes à administração das freguesias; se posicionou com relação às Ordens Terceiras e Irmandades da capitania de Minas Gerais, colocando-as como necessárias para o trabalho pastoral desde que fossem vigiadas. Em suma, a ação de Pontevel, para além de pensar na questão de oposição ou congruência com as políticas regalistas, esteve mais ligada ao modo como este prelado via o papel da sua autoridade como líder episcopal e aos projetos de reforma que ele ambicionava. Este papel fundementou-se no projeto político-religioso português que teve os ideais regalistas e episcopalista como esteio.

A segunda conclusão está ligada a esse projeto de reforma do qual Pontevel fez parte e o qual procurou executar durante o seu governo. A primeira conclusão apresentada acima dependeu dos resultados que chegamos ao analisar a ação desse bispo com relação ao projeto político-religioso português. Pudemos notar a existência de tendências episcopalistas em vários pontos discutidos nesse trabalho, a começar pela composição da biblioteca do bispo, a qual possuía títulos de autores e temas referentes ao debate episcopalista, regalista e ilustrado instalados na Universidade de Coimbra desde o reinado de D. José I. A presença desses livros na biblioteca de Pontevel indica não apenas a possibilidade da sua tendência episcopalista, mas denota a sua participação na composição e execução desse projeto, estando dentro dos meios intelectuais quando este fora desenvolvido e discutido.

Outro ponto abordado foi o da tendência de Pontevel em reforçar a hierarquia eclesiástica, centralizando o poder da diocese na figura do bispo (através das pastorais, das discussões com o cabido e das questões referentes às Ordens Terceiras e Irmandades, a qual esteve incluída no problema das conhecenças). Essa já era a tendência seguida por bispos anteriores a ele como, por exemplo, D. Manuel da Cruz (primeiro bispo de Mariana). No entanto, a diferença esteve justamente na execução do projeto pombalino episcopalista. Isso nos permitiu obter a leitura de que o projeto político-religioso português se diferenciava muito pouco das determinações do Concílio Tridentino. A única diferença esteve mais voltada para a percepção dos limites do poder papal, episcopal e da monarquia, nos quais, no projeto episcopalista, os dois últimos possuíam um grau de ação maior em seus territórios do que no primeiro. Em suma, podemos dizer que o projeto político-religioso português teve as disposições tridentinas como um esteio para fundamentar a aplicação do episcopalismo, utilizando muitos dos seus preceitos. Isso é o que podemos dizer ao menos no que diz respeito ao bispado de Mariana. A tentativa, no entanto, de aplicação dos preceitos tridentinos sofreu resistência por parte da população e dos eclesiásticos, algo que também não foi característico somente das dioceses ultramarinas.

O terceiro ponto da segunda conclusão se encontra na contenda em torno da aplicabilidade ou não das conhecenças pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* ou pelo direito de costume. Os debates referentes aos limites do poder episcopal estiveram presentes nas cartas dos párocos, nos requerimentos das câmaras e do Procurador dos Povos e no código *Demonstração Apologética* do Pe. Noronha. O atrito jurisdicional, mais do que exemplificar os problemas e flexibilidades presentes na aplicação do corpo normativo da Arquidiocese da Bahia, significou uma disputa de poder dentro da esfera diocesana. Disputa essa que envolveu, inclusive, os interesses de grupos locais (representados pelas câmaras, irmandades e ordens terceiras), os quais viam a centralização do poder episcopal e o fortalecimento da hierarquia eclesiástica como um problema. A decisão de Pontevel de manter o direito de costume com relação à questão das conhecenças foi o resultado da sua prudência (no sentido de perceber a aproximação de uma possível revolta se o caso não fosse resolvido e decidir para algo que fosse interessante para ambos os lados) e autonomia episcopal, mostrando-se como a última palavra da diocese e reforçando a sua autoridade. Nenhuma disciplina externa seria aplicada sem o seu aval e essa prerrogativa fora reforçada pela rainha (tanto com relação às conhecenças quanto com relação às questões envolvendo concurso de eclesiásticos, como já vimos). Logo, temos aí o exemplo de um representante do projeto político-religioso português de cariz regalista e episcopalista.

Por fim, a última conclusão está ligada à matéria das conhecenças que nos permitiu abranger a análise dos âmbitos político, jurídico, social e econômico, levando em consideração as muitas interações sociais (com seus vários níveis) que essa documentação nos proporcionou ver. Partimos de um problema envolvendo taxaões eclesiásticas ligadas à temática da crise aurífera e econômica da capitania de Minas Gerais, o que se aproximava bastante dos problemas em torno da arrecadação do Quinto, para abranger o leque de assuntos e questionamentos que diziam respeito: aos limites de poder civil e eclesiástico; às imposições dos poderes locais da capitania; à sustentação do bispado de Mariana e aos problemas em torno da sua administração e configuração estrutural; ao jogo de poderes e de imposição de um lugar próprio dessas elites locais que representavam as irmandades e ordens terceiras, deixando transparecer o abismo existente entre a Igreja “oficial” e as associações religiosas, de forte ligação com as comunidades locais. Essas se mostravam defensoras dos interesses de grupos específicos e objetivavam uma maior autonomia diante da hierarquia eclesiástica. Isso também poderia significar uma forma desses grupos locais se portarem em contrariedade com as políticas da Coroa e usarem essas associações como uma forma de resistência. A documentação das conhecenças foi, portanto, um dos meios pelos quais pudemos ter acesso a essas reivindicações. Mais do que um produto de taxaão eclesiástica e um objeto de recusa como outros impostos fiscais cobrados pela Coroa, as conhecenças nos permitiram adentrar para muitos outros problemas da sociedade mineira. A abrangência que essa documentação possibilitou à pesquisa sobre o governo de D. Frei Domingos nos permitiu não apenas analisar as ações do bispo e a profundidade das discussões e relações de poder, mas também nos proporcionou uma nova perspectiva para analisar outros âmbitos da sociedade colonial mineira.

As contendas e tensões (em torno do bispado de Mariana e tratadas nesse trabalho) presentes nas interações sociais da capitania de Minas Gerais do fim dos setecentos, nos permitiram ter uma outra perspectiva das relações sociais e de poder dessa região que protagonizou a Inconfidência Mineira. No entanto, não poderíamos tomar como foco central da pesquisa os questionamentos em torno das ligações do bispado e do governo de D. Frei Domingos com a conjuração devido à necessidade que se tinha de conhecer mais sobre esse bispo e a sua ação episcopal. Portanto, esse trabalho procurou se ater mais no governo desse prelado, nos motivos da sua nomeação e nos interesses da Coroa com relação à capitania mineira, impossibilitando a gerência de uma abrangência maior da temática para a da Inconfidência. Todavia, para analisar as relações da Igreja de Minas, D. Frei Domingos e a Inconfidência era imprescindível que houvesse antes uma pesquisa que tratasse somente do governo desse bispo à frente do bispado de Mariana. Quem sabe, num futuro próximo, seja

possível estudar com mais precisão exatamente este sujeito: a relação Igreja, Pontével e a Inconfidência Mineira, pois o tema por si só mereceria uma tese.

Anexos

Anexo 1

Ao Illmo., e Exmo. Senhor D. Fr. Domingos da Encarnação Pontevel, sagrando-se bispo de Mariana.

Ode.

Dentre o azulado campo d'Amphitrite
Aureo manto de luzes recamado
Traz o filho de Titan
Auricomo, brilhante.

Almo prazer o peito me cubria;
E em quanto a cauza ledó perscrutava,
As Filhas da Memoria
Mais alto me subião

Fogem da vista os serros levantados
De Thracia nebulosa: eis entro absorto
No magnífico Templo
Da próniba Lucida

Cingir a testa d'hum Heroe insigne
Ali se via a Deoza onnipotente
C'o a Mitra Episcopal
De pedras marchetada.

Qual de outro lado com risonho aspecto
A que sem Mais nasceo facunda Virgem,
Aurífero cajado
Na mão lhe assegurava.

Aliza Jove a fronte imperiosa,

E em signal do prazer, que então o assalta,
Lagrimas d'alegria
Aos olhos lhe assomarão

Revoação os Genios brincadores,
Nas maons alegres pelo ar trazendo
O nome de Pontevel
Em circulo rotundo.

Este o Heroe, a quem os Deozes amão,
Velão-lhe o berço Numes Tutelares,
E a alma, que crescia,
De dotes lhe enriquecem.

O arredado futuro desencerra
Sagrado Vate, a urna revolvendo:
Que prósperos agouros
Benigno lhe promete?

Qual o rio allongado da nascente,
Daqui dallo as aguas engrossando,
Ao longe se intumece,
E os agros fertiliza:

Tal de Pontevel a impávida virtude
Na Patria não cabendo, se remonta
A climas diferentes,
Aonde a Paz o chama.

Espozo casto d'huma Espoza casta,
Onde só vive a cândida ternura,
Dos filhos carinhosos
As lagrimas enfrêa

Sim: cortará as espaduas cristalinas
Do cerúleo Nereo a não curvada
C'o pezo da virtude,
Dos ventos desdenhando⁶⁵⁷.

De F. X. da C. C.

⁶⁵⁷ Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, Impressor da Real Meza Censoria. Anno 1779. Com licença da mesma Real Meza. Disponível em: <https://archive.org/details/aoillmoeexmosenh00lisb> É um arquivo digital chamado Internet Archive, uma organização responsável por digitalizar documentos desde 1996 em San Francisco – CA, EUA. O documento está localizado na coleção: John Carter Brown Library – Portugal and Brazil Collection.

Anexo 2

Fonte: BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986, p. 208.

Anexo 3

Fonte: APM, Coleção de documentos cartográficos do Arquivo Público Mineiro. Mapa da capitania de Minas Gerais com as divisas das suas comarcas. José Joaquim da Rocha. 1778. APM - 085(01). Demarcação territorial das visitas pastorais realizadas por D. Frei Domingos da Encarnação Pontével a partir do número de visitas encontradas e das regiões em que elas estavam localizadas. Nota-se, para além do círculo, toda a extensão da capitania de Minas Gerais onde se tinha freguesias e capelas espalhadas pelo sertão. A permanência no centro populoso da capitania foi o que prevaleceu.

Anexo 4

Informações colhidas das cartas dos párocos sobre algumas freguesias

Comarca de Vila Rica/ Termo de Mariana ⁶⁵⁸			
Freguesia	Nº de almas	Nº de capelas	Nº de capelães/coadjutores
São Sebastião	1000	S/I	S/I
São Caetano	S/I	S/I	S/I
São José da Barra Longa	S/I	S/I	S/I
Nossa Senhora do Rozario do Sumidouro	4406	4	1 coadjutor 5 Capelães (mais capelão particular)
Total: 4	2000	4	6
Comarca de Vila Rica/Termo de Vila Rica ⁶⁵⁹			
Freguesia	Nº de almas	Nº de capelas	Nº de capelães/coadjutores
Congonhas do Campo	9000	S/I	12 capelães curados, 1 coadjutor
Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias	5000	S/I	1 coadjutor
Nossa Senhora de Nazaré da Cachoeira do Campo	Caiu de 2650 (1740) para 1500	S/I	S/I
Santo Antonio do Ouro Branco	1600	S/I	1

⁶⁵⁸AHU_CU_011_cx.130 doc.29, AHU_CU_011_cx.130 doc.52, AHU_CU_011_cx. 130 doc.24, AHU_CU_011_cx. 130, doc. 2.

⁶⁵⁹ AEAM-Arq.1-Gav.4-Pasta12, AHU_CU_011, cx.130, doc.63, AHU_CU_011_cx. 130, doc. 18, AHU_CU_011_, CX. 130, doc. 20, AHU_CU_011_cx. 130, doc. 23, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 26/cx. 130, doc. 64/cx. 130 doc. 65.

São Bartolomeu	1700	S/I	1 coadjutor (?) capelães
Nossa Senhora do Pillar do Ouro Preto	S/I	S/I	2 capelães, 2 coadjutores
Total: 6	17.300	S/I	20 aprox.
Comarca de São João del Rei/ Rio das Mortes ⁶⁶⁰			
Freguesia	Nº de almas	Nº de capelas	Nº de capelães/coadjutores
Tamanduá	7000	9	S/I
Nossa Senhora do Pillar de São João del Rey	16.078 (2.656 são de confissão, 13,422 são os de comunhão e de confissão)	14	14
Santa Ana das Lavras do Funil	S/I	7	7 capelães, 2 coadjutores
Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre dos Carijós	S/I	S/I	8 sacerdotes 4 recebem do vigário
Nossa Senhora da Glória do Caminho Novo	430 de comunhão	3	0
Total: 5	23.508	33	31
Comarca do Rio das Velhas (comarcas de Sabará e Caeté) e Comarca do Serro Frio ⁶⁶¹			
Freguesia	Nº de almas	Nº de capelas	Nº de capelães/coadjutores
Santa Luzia	1000	S/I	S/I

⁶⁶⁰ AHU_CU_011, cx. 131, doc. 9, AHU_CU_011, cx.130, doc.44, AHU_CU_011, cx.130, doc.47, AHU_CU_011, cx. 130, doc. 21, AHU_CU_011, cx. 116, doc. 16.

⁶⁶¹ AHU_CU_011cx.130 doc.11, AHU_CU_011, cx.130, doc.51, AHU_CU_011, cx.131, doc.04.

Nossa Senhora da Conceição da Villa do Príncipe	20000	S/I	S/I
Nossa Senhora da Conceição de Mato Dentro	S/I	14	14 capelães, 1 coadjutor
Total: 3	21.000	14	15
Total de freguesias: 18 de 54 = 33,33%			

S/I – Sem informação

Anexo 5

Lista das igrejas / paróquias do Bispado de Mariana em 1790

Freguesias	Párocos	Colada	Encomendada
Comarca de Villa Rica – Termo de Mariana			
Curado da Sé	Antônio Duarte Pinto (cura)		X
Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga	Lino Lopes de Matos	X	
Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro	Martinho de Freitas Guimarães	X	
São José da Barra Longa	Antônio Pedro de Vasconcelos	X	
Senhor Bom Jesus do Furquim	João de Souza Carvalho	X	
São Caetano	Caetano Pinto da Mota e Castro	X	
São Sebastião	Estanislau da Silveira Ebano	X	
Nossa Senhora da Conceição do Antonio Pereira	S/N		Vaga
Nossa Senhora da Conceição dos Camargos	Manuel Ferreira da Ascensão	X	
Nossa Senhora de Nazaré do Inficionado	Manoel José Soares	X	
Nossa Senhora da Conceição das Catas Altas	Emanoel José de Oliveira	X	
São Miguel do Rio da Pomba	Manuel de Jesus Maria	X	
Nossa Senhora da Conceição do Prefidio do Caethe	S/N		X
Termo de Vila Rica			

Nossa Senhora de Nazaré de Cachoeira do Campo	Manoel José de Oliveira	X	
Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto	Vidal José do Vale	X	
Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias	Bernardo José da Encarnação	X	
São Bartolomeu	Inácio José de Almeida	X	
Santo Antonio da Casa Branca	Manuel Pires Vergueiro	X	
Nossa Senhora de Boa Viagem de Itaubira	S/N	X	
Nossa Senhora da Conceição de Congonhas do Campo	Quintiliano Alves Pereira	X	
Santo Antonio do Ouro Branco	João Francisco da Rocha	X	
Santo Antonio de Itatiaya	José da Lana Porto	X	
Comarca do Rio das Mortes			
Nossa Senhora do Pillar de São João del Rey	Antônio Caetano de Almeida Vilas Boas	X	
Santa Anna de Lavras do Funil	José da Costa Oliveira	X	
Nossa Senhora de Monserrate de Baependi*	Domingos Lopes Matos (1788)		Vaga (1790)
Nossa Senhora da Conceicam do Polzo Alto*	José Jorge Barcelos (1788)		Vaga (1790)
Nossa Senhora da Conceicam da Ayuruoca*	Gabriel da Costa Resende (1788)		Vaga (1790)
Santo Antonio do Val de Piedade da Campanha do Rio Verde	Bernardo da Silva Lobo		X
Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo	Agostinho de Castro	X	
Santo Antonio da Villa de São Joze	Carlos Correia de Toledo e Melo	X	
Nossa Senhora da Conceicam dos Prados	Manuel Martins de Carvalho	X	
Nossa Senhora da Conceicam da Nova Villa de Queluz ou dos Corijos	Fortunato Gomes Carneiro	X	

Santo Antonio da Itabirava	Manuel Acusio Nunan Serqueira	X	
Nossa Senhora da Glória do Campo Novo	Vicente Coelho Gomes		X
Nossa Senhora da Assumpção do Engenho	Mathias Alves de Oliveira		X
São Bento da Villa do Tamandua	Gaspar Alves Sondim		X
Nossa Senhora do Livramento do Pihuy	S/N		X
Santa Anna do Bambohy	S/N		X
Câmara do Sabará			
Nossa Senhora da Conceicam da Villa Real do Sabará	S/N	X	
Santa Luzia da Rossa Grande*	José Lopes da Cruz (1788)		Vaga (1790)
Nossa Senhora de Boaviagem de Curral del Rey	Lázaro Rodrigues Estominho	X	
Nossa Senhora do Pillar das Congonhas	João Pimenta da Costa	X	
Nossa Senhora do Bom Sucesso do Caethe	S/N	X	
São Joam Baptista do Morro Grande	Agostinho Monteiro de Oliveira		X
Nossa Senhora da Conceicam de Rapozos	S/N	X	
Santo Antonio do Rio Acima*	Jose Barbosa de Faria (1788)		Vaga (1790)
Nossa Senhora da Conceicam do Rio das Pedras	José Gomes de Miranda	X	
Santo Antonio do Ribeirão de Santa Barbara	Antônio Fonseca Vasconcelos	X	
São Miguel	Manoel Esteves de Lima	X	
Nossa Senhora do Pillar de Pitangui	Domingos Soares Torres Brandão	X	

Comarca do Serro Frio			
Nossa Senhora da Conceicam de Villa do Príncipe	Manuel José da Fonseca Brandão	X	
Nossa Senhora da Conceicam de Matto dentro	Jerônimo José da Lima	X	
Nossa Senhora da Pena do Rio Vermelh	S/N		X
Santo Antonio do Descoberto do Passanha	José Bento da Silveira		X
Total: 54 freguesias		36	14

Fonte: Portugal, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Minas Gerais, AHU_CU_011, cx. 135, doc. 66. Parecer de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, para a rainha D. Maria I sobre o requerimento do Procurador dos Povos D. Francisco de Sales e Moraes 17/12/1790. Cartas dos párocos do bispado de Mariana enviadas ao quarto bispo, Dom Frei Domingos da Encarnação Pontevel.

S/N – Sem nome

* - As freguesias vagas e com nome de eclesiásticos estão assim por conta da diferença temporal presente no relatório de D. Frei Domingos e nas cartas dos párocos. Enquanto que o relatório do bispo é datado de 1790, as cartas dos párocos são de 1788.

Fontes Manuscritas e Impressas

→ Códice 1 – Generealidades.

Série: Governos Episcopais – Dom Domingos Pontevel

- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 16. Carta de Sesmaria (Curral Del Rey), 16/08/1784.
- Arquivo 1, gaveta 4, Livro – Inventario de D. Frei Domingos Pontevel, 21/06/1793.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 1, Carta Pastoral, 07/10/1781.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 1, Bulla do Exmo. E também R.mo. D. Domingos da Incarnação Pontével, 03/03/1779.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 1, Posse de vigário encomendado, 30/07/1778.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 1, Pastoral do Bispo do Bispado de sobre a usurpação que fazem os habitantes deste Bispado aos Dízimos da Sua Magestade, 22/07/1780.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 1, Pastoral sobre a reservação e extração de ouro em pó em Diamantes, 22/07/1780.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 1, Edital pelo qual se ordena a remessa dos mapas da povoação segundos as classes determinadas em as ordens, 10/11/1780.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 1, Pastoral sobre as exéquias da Sereníssima Senhora D. Marianna Vitoria Raynha, 11/05/1788.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 1, Portaria de Sua Excellencia Reverendissima em que manda observar os Decretos que Sua Magestade para se rezar e dizer missa, 07/04/1788.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 1, Portaria do Exmo Rmo Snr D. Frey Domingos Bispo deste Bispado em que manda observar o decreto que Sua Magestade obteve do Santíssimo Padre Pio VI para fresar e diser Missa dos sanctos a Beata Rita de Cássia, e o Beato Gonçalo, 12/05/1782.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 1, Pastoral em que se contém o Jubilo.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 2, Edital do Reverendíssimo Procurador, 28/11/1780.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 2, Pastoral do Exellentissimo Senhor Reverendissimo D. Fr. Domingos da Encarnacam Pontevel sobre o Santissimo Sacramento, 02/06/1787.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 3, Pastoral do Exellentissimo Senhor Reverendissimo D. Fr. Domingos da Encarnacam Pontevel sobre as conhecenças, 16/08/1780.

- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 3, Provisam para informar sobre o requerimento de D. Francisco Salles, 25/01/1788.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 4, Edital do doutor Ignácio Correa de Sá, 12/01/1782.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 4, Carta régia e alvará sobre vigários gerais e da vara, 04/02/1782.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 4, Lei de resolução das contendas entre regulares e bispos do ultramar, 20/08/1784.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 5, Breve de indukência plenária, 06/05/1783.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 5, atestado de ereção da irmandade das Almas, 09/08/1783.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 6, Apelação do Padre José Pereira Couto, 04/07/1783.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 6, Questão Canônica, 14/07/1793.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 6, Agradecimentos por votos recebidos, 09/06/1780.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 10, Carta de Pontevel a rainha sobre o doutor Luis de Souza Sayam, 20/12/1790.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 10, Carta de D. Maria (Interesse de Antonio José Abranches), 12/01/1789.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 10. Recomendação episcopal sobre a observância das ordens reais, 09/10/1789.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 12. Resposta do Doutor Quintiliano Pereira, 20/12/1788.
- Arquivo 1, gaveta 4, pasta 24. Índios Pataxós em Ponte Nova, s/n.

Série: Escrituração da Cúria – Pastorais (1777-1848)

- Armário VI. Edital de Ignácio Correa de Sá, 24/09/1779.
- Armário VI. Pastoral sobre cartas seguro, 14/08/1780.
- Armário VI. Portaria para o vigário geral da Comarca do Sabará, 06/09/1781.
- Armário VI. Ordem sobre a nomeação de Luis de Souza Sayão, 21/03/1793.

Série: Escrituração da Cúria – Pastorais (1783-1830)

- Armário VI. Pastoral, 15/03/1783.
- Armário VI. Pastoral sobre a bulla da Santa Cruzada, 31/10/1784.
- Armário VI. Pastoral, 14/07/1785.
- Armário VI. Pastoral sobre os casamentos reais, 15/02/1786.
- Armário VI. Pastoral sobre clérigos pregando sem licença, 13/08/1788.
- Armário VI. Pastoral sobre o culto do Santíssimo Coração de Jesus, 13/12/1790.
- Armário VI. Cópia da pastoral do Cabido Sede Vacante, 27/06/1793.

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU

Série: Brasil-Minas Gerais

- AHU_CU_011, cx. 96, doc. 09. Carta de João Caetano Soares Barreto, provedor da Real Fazenda, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando sobre assuntos da capitania, 05/09/1769.
- AHU_CU_011, cx. 96, doc. 53. Ofício de João Caetano Soares Barreto, provedor da Real Fazenda, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que a devassa sobre Inácio Corrêa de Sá, 18/12/1769.
- AHU_CU_011, cx. 96, doc. 54. Ofício do Conde de Valadares, governador da capitania de Minas Gerais, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando sobre a devassa contra Inácio Correia de Sá, 18/12/1769.
- AHU_CU_011, cx. 96, doc. 55. Ofício e carta do Conde de Valadares, governador da capitania de Minas Gerais, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando sobre a devassa iniciada contra o vigário de Mariana Inácio Correia de Sá e das denúncias de inconfidência, 18/12/1769.
- AHU_CU_011, cx. 113, doc. 33. Consulta à rainha D. Maria I, informando-a sobre a petição de Frei Domingos da Encarnação Pontével para a realização de concursos no Bispado de Mariana, 15/09/1778.
- AHU_CU_011, cx. 113, doc. 45. Requerimento feito pelo procurador do bispado, D. Francisco Antonio de Salles e Moraes, à rainha, pedindo uma cópia do decreto de D. José I, 03/10/1778.

- AHU_CU_011, cx. 113, doc. 45. Carta da rainha ao bispo de Mariana, Frei Domingos da Encarnação Pontével, contando sobre os problemas das conhecenças, 03/10/1778.
- AHU_CU_011, cx. 114, doc. 01. Ofício de Antonio de Noronha a Martinho de Melo e Castro para falar sobre alguns assuntos pertencentes à capitania de Minas Gerais, 03/01/1779.
- AHU_CU_011, cx. 112, doc. 08. Representação e outros documentos sobre a situação do bispado de Mariana, 23/01/1778.
- AHU_CU_011, cx. 113, doc. 23. Requerimento da cônica de Ignácio Correa de Sá após a sua prisão no seminário de Mariana, 02/10/1778.
- AHU_CU_011, cx. 114, doc. 53. Decreto da rainha D. Maria I para nomear, Rodrigo José de Menezes (antigo governador do Grão-Pará) governador da capitania de Minas Gerais, 10/01/1779.
- AHU_CU_011, cx. 114, doc. 53. Consulta da Mesa de Consciência e Ordens sobre o provimento de coneziias no bispado de Mariana, 23/07/1779.
- AHU_CU_011, cx. 115, doc. 13. Alvarás da rainha de Portugal, D. Maria I, direcionados aos bispados de Mariana e São Paulo, 23/07/1779.
- AHU_CU_011, cx. 115, doc. 25. Requerimento do bispo de Mariana para passar duas provisões, 25/08/1779.
- AHU_CU_011, cx. 116, doc. 16. Ofício de D. fr. Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, informando-lhe a sua chegada e a situação do referido bispado, 29/03/1780.
- AHU_CU_011, cx. 115, doc. 67. Representação da câmara de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas e do Cuiabá sobre as conhecenças, 26/08/1778.
- AHU_CU_011, cx. 115, doc. 67. Representação da câmara de Vila Boa sobre as conhecenças, 16/12/1773.
- AHU_CU_011, cx. 115, doc. 67. Representação da câmara de Vila Rica sobre as conhecenças, 1778.
- AHU_CU_011, cx. 115, doc. 67. Representação da câmara de São João del Rei sobre as conhecenças, 21/11/1778.
- AHU_CU_011, cx. 115, doc. 67. Representação da câmara de Pitangui sobre as conhecenças, 31/12/1775.
- AHU_CU_011, cx. 115, doc. 67. Representação da câmara de Nossa Senhora da Candelaria de Ytu sobre as conhecenças, 04/05/1765.

- AHU_CU_011, cx. 117, doc. 12. Carta de lei (cópia) da rainha D. Maria I autorizando o bispo de Mariana a fazer concurso para o preenchimento de cargos eclesiásticos, 14/05/1781.
- AHU_CU_011, cx. 117, doc. 88. Ofício de D. Rodrigo José de Meneses, governador da capitania de Minas Gerais, para Martinho de Melo e Castro, informando um problema relacionado ao pagamento de dízimos em Minas Novas, 31/12/1781.
- AHU_CU_011, cx. 117, doc. 88. Carta monitória e de excomunhão e resposta (cópia): de Minas Novas do vigário geral Luis Almeida sob informação do rendeiro de dízimos da Bahia Antonio Jose Esteves, 22/10/1781.
- AHU_CU_011, cx. 117, doc. 22. Carta de Frei Domingos da Encarnação Pontevel a Martinho de Melo e Castro dizendo o que providenciou em seu bispado para participar do falecimento da senhora rainha, 11/05/1781.
- AHU_CU_011, cx. 120, doc. 27. Ofício de Luis da Cunha Menezes para Martinho de Melo e Castro sobre a sua chegada em Minas Gerais, 15/10/1783.
- AHU_CU_011, cx. 123, doc. 06. Consulta sobre a vaga da dignidade de arcediogo, 17/01/1785.
- AHU_CU_011, cx. 143, doc. 65. Ofício de Frei Cipriano, bispo de Mariana ao secretário de Estado dos Negócios do Ultramar, pedindo que se reponha os livros e os moveis de Pontevel que foram arrematados com praça pública como bens de defuntos e ausentes, 29/11/1797.
- AHU_CU_011, cx. 145, doc. 17. Ofício de Frei Cipriano, bispo de Mariana ao secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos, Rodrigo de Sousa Coutinho, 03/08/1798.
- AHU_CU_011, cx. 151, doc. 43. Ofício de Frei Cipriano, bispo de Mariana ao secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos, Rodrigo de Sousa Coutinho, 22/12/1799.
- AHU_CU_011, cx. 130, doc. 26. Requerimento do padre Vidal Jose do Valle, vigário colado da Igreja de Nossa Senhora do Pilla em Vila Rica, pedindo a cópia da pastoral feita pelo bispo do Rio de Janeiro, D. Francisco de São Jerônimo, sobre as conhecenças, 07/11/1788.
- AHU_CU_011, cx. 130, doc. 26. Requerimento do padre Vidal Jose do Valle, vigário colado da Igreja de Nossa Senhora do Pilla em Vila Rica, pedindo por certidão da ordem régia que fez uma junta para taxar as conhecenças, 10/11/1788.
- AHU_CU_011, cx. 130, doc. 26. Requerimento do padre Vidal Jose do Valle, vigário colado da Igreja de Nossa Senhora do Pilla em Vila Rica, feito por José da Costa Ferrão, pedindo uma certidão do documento original de Dom Manoel da Cruz, 02/12/1788.

- AHU_CU_011, cx. 130, doc. 26. Requerimento do padre Vidal Jose do Valle, vigário colado da Igreja de Nossa Senhora do Pilla em Vila Rica, pedindo uma cópia de certidão de uma pastoral feita por Dom Manoel da Cruz, 08/11/1788.
- AHU_CU_011, cx. 130, doc. 26. Acordão do desembargo assinado pelos desembargadores Antonio Diniz Cruz, Barros e Feijó, 29/02/1783.
- AHU_CU_011, cx. 130, doc. 27. Carta de Domingos Lopes Matos, vigario encomendado de Baependi, para o bispo de Mariana, Frei Domingos da Encarnação Pontevel, informando sobre o que os párocos cobravam de conhecenças, 10/11/1788.
- AHU_CU_011, cx. 130, doc. 28. Carta de Manoel Jose Soares, vigario da freguesia do Inficionado, para o bispo de Mariana, Frei Domingos da Encarnação Pontevel, informando sobre o que os párocos cobravam de conhecenças, 10/11/1788.
- AHU_CU_011, cx. 130, doc. 28. Requerimento de Manoel Jose Soares, vigario da freguesia do Inficionado, para o escrivão, Francisco Xavier da Fonseca, pedindo certidão com o theor da sentença que obteve a seu favor o vigario Doutor Pedro Jose Pereira de Castro contra o alferes Antonio Fernandes de Macedo, 10/11/1788.
- AHU_CU_011, cx. 130, doc. 29. Carta de Estanislau da Silveira Ebano, vigario vigário do arraial de São Sebastião o bispo de Mariana, Frei Domingos da Encarnação Pontevel, informando sobre o que os párocos cobravam de conhecenças, 12/11/1788.
- AHU_CU_011, cx. 130, doc. 30. Carta de Domingos Soares Torres Brandão, vigario da vila de Pitangui, para o bispo de Mariana, Frei Domingos da Encarnação Pontevel, informando sobre o que os párocos cobravam de conhecenças, 15/11/1788.
- AHU_CU_011, cx. 130, doc. 30. Instrumento que contém a cópia da provisão da ordem do rei em 1718 sobre a diminuição das conhecenças. Contém também a cópia do Regimento feito para se cobrar as conhecenças na Minas, 14/11/1788.
- AHU_CU_011, cx. 130, doc. 31. Carta de Manuel Acursio Nunan Serqueira, vigario da Itabira, para o bispo de Mariana, Frei Domingos da Encarnação Pontevel, informando sobre o que os párocos cobravam de conhecenças, 16/11/1788.
- AHU_CU_011, cx. 130, doc. 33. Carta de Bernardo da Silva Lobo, vigario encomendado da freguesia de Santo Antonio da piedade da Campanha do Rio Verde, para o bispo de Mariana, Frei Domingos da Encarnação Pontevel, informando sobre o que os párocos cobravam de conhecenças, 17/11/1788.
- AHU_CU_011, cx. 130, doc. 33. Requerimento de Bernardo da Silva Lobo, vigario encomendado da freguesia de Santo Antonio da piedade da Campanha do Rio Verde, pedindo

certidão do livro de Registro de algumas sentenças que o vigário encomendado, padre Manoel Affonço Pereira, da villa de São Jose do Rio das mortes obteve a seu favor, 17/11/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 130, doc. 33. Requerimento de Bernardo da Silva Lobo, vigario encomendado da freguesia de Santo Antonio da piedade da Campanha do Rio Verde, pedindo certidão do livro das Pastorais da sua paróquia o teor de uma ordem do rei D. José datada em 1758 sobre a obrigação dos párocos pagarem os seus capelães, 16/11/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 130, doc. 37. Carta de Jose Jorge Barcelos, vigario encomendado do Pouso Alto, para o bispo de Mariana, Frei Domingos da Encarnação Pontevel, informando sobre o que os párocos cobravam de conhecenças, 20/11/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 130, doc. 38. Carta de Vicente Coelho Gomes, vigario encomendado de Nossa Senhora da Gloria do Caminho Novo da freguesia de Simao Pereira, para o bispo de Mariana, Frei Domingos da Encarnação Pontevel, informando sobre o que os párocos cobravam de conhecenças, 20/11/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 130, doc. 38. Atestado de Francisco de Maecdo Crus, capitão e comandante do distrino do caminho novo, atestando o bom trabalho realizado pelo vigario Vicente Coelho Gomes, 13/07/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 130, doc. 39. Carta de Agostinho Pita de Castro, vigario da Igreja Nova da Borda do Campo Pereira, para o bispo de Mariana, Frei Domingos da Encarnação Pontevel, informando sobre o que os párocos cobravam de conhecenças, 22/11/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 130, doc. 40. Carta de João Pimenta da Costa, vigario encomendado de Congonhas do Sabara, para o bispo de Mariana, Frei Domingos da Encarnação Pontevel, informando sobre o que os párocos cobravam de conhecenças, 22/11/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 130, doc. 43. Carta de Joao de Sousa de Carvalho, vigario da freguesia do Furquim, para o bispo de Mariana, Frei Domingos da Encarnação Pontevel, informando sobre o que os párocos cobravam de conhecenças, 24/11/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 130, doc. 30. Carta de Domingos Soares Torres Brandao, vigário da Vila de Pitangui, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, informando sobre as questões das conhecenças, 15/11/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 131, doc. 09. Carta de Gaspar Alves Sondim, vigário de Tamanduá, para Frei Domingos da Encarnação Pintevel, sobre a resposta do requerimento dos povos para a abolição das desobrigas, 12/01/1789.

→ AHU_CU_011, cx. 130, doc. 26. Requerimento do padre Vidal Jose do Valle, vigário colado da Igreja de Nossa Senhora do Pilla em Vila Rica, pedindo certidão sobre as conhecenças dos párocos, 29/12/1789.

→ AHU_CU_011, cx. 130, doc. 26. Certidão que aborda o costume que se tem de pagar as conhecenças de 300 réis nas Minas. São processos de pessoas que não pagaram os párocos e foram assinadas pelo tabelião Antonio Joaquim de Macedo e pelo inquisidor Manoel Thomé de Souza Coutinho, 29/12/1789.

→ AHU_CU_011, cx. 131, doc. 29. Provisão da Secretaria do Ultramar sobre Jose Crisostomo de Mendonça, presbítero secular do bispado de Mariana, à rainha Maria I sobre o pedido de ajudar a cristianizar os gentios de Rio Pomba, 05/03/1789.

→ AHU_CU_011, cx. 131, doc. 29. Apelo da rainha D. Maria I (assinado por seu Conselheiro Francisco da Silva Corte Real) a Frei Domingos da Encarnação Pontével, pedindo a ordenação de Jose Chrisostomo de Mendonça nas suas habilitações para catequizar índios, 05/03/1789.

→ AHU_CU_011, cx. 131, doc. 29. Petição de Jose Chrisostomo de Mendonça para poder catequizar os índios em Rio Pomba, 05/03/1789.

→ AHU_CU_011, cx. 131, doc. 51. Instrumento de pública forma: (Vila Rica – Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto) passando o requerimento do Reverendo Bernardo José da Encarnação, encomendado da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias, requerendo que se reduzisse em pública forma o autor da ordem terceira de São Francisco, 27/05/1789.

→ AHU_CU_011, cx. 131, doc. 51. Instrumento de pública forma: (Vila Rica – Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto) passando o requerimento do Reverendo Bernardo José da Encarnação, encomendado da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias, pedindo que passe em pública forma os autos de protesto e contraprotestos da Matris de Nossa Senhora da Conceição contra a ordem terceira de São Francisco da Penitências, 27/05/1789.

→ AHU_CU_011, cx. 131, doc. 51. Instrumento de pública forma: (Vila Rica – Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto) passando o requerimento do Reverendo Bernardo José da Encarnação, vigário colado da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias, pedindo que se reduzisse em pública forma uma petição sobre os insultos que o dito vigário recebeu dos Povos da Ordem Terceira de São Francisco, 22/06/1792.

→ AHU_CU_011, cx. 131, doc. 51. Requerimento de Manoel Nogueira Brandão, vigário collado da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da vila do Principe no Arraial do Tejuco do Serro Frio, Bispado de Mariana, pedindo que o coadjutor, da capella de Santo Antonio do

Tejuco, lhe passe as certidões dos óbitos de Antonio Correa de Araujo e de Manoel Fernandes de Oliveira, 22/06/1792.

→ AHU_CU_011, cx. 131, doc. 51. Certidões dos enterros mais uma declaração de Gomes da Costa, de residência no Arraial do Tejuco, sobre o desrespeito da ordem Terceira do Carmo em enterrar os dois indivíduos em suas capelas mesmo estando as sepulturas interditas pelo fato de a ordem não ter pago suas fabricas, 22/06/1792.

→ AHU_CU_011, cx. 131, doc. 51. Instrumento de pública forma: (Vila Rica – Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto) passando o requerimento do Reverendo Bernardo José da Encarnação, encomendado da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias, requerendo do livro de compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 20/10/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 131, doc. 51. Instrumento de pública forma: (Vila Rica – Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto) passando o requerimento do Reverendo Bernardo José da Encarnação, pedindo para reduzir em pública forma o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana. 20/10/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 131, doc. 51. Instrumento de pública forma: (Vila Rica – Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto) passando o requerimento do Reverendo Bernardo José da Encarnação, pedindo para reduzir em pública forma um documento de uma petição do Reverendo Doutor vigário da vara atual de Vila Rica, e uma certidão passada pelo Reverendo Coadjutor da mesma freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Manoel Rocha de Oliveira, 07/11/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 131, doc. 51. Requerimento de Bernardo Jose da Encarnação, vigário colado na paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias de Vila Rica, pedindo cópia da certidão que passou a real ordem de 1790, 07/11/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 131, doc. 51. Certidão da rainha D. Maria I sobre a representação do Reverendo José da Encarnação ao falar das imposturas da Irmandade dos Criolos de Nossa Senhora da [Morte] residente na Capela do Senhor dos Perdoens, e a Irmandade do Rosário dos Pretos do Alto da Cruz em não colaborarem com as jurisdições eclesiásticas que competem ao Pároco da freguesia, 07/11/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 131, doc. 51. Requerimento de Manoel Joze da Fonsseca Brandão, vigário colado da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Principe no Arraial do Tejuco, 07/11/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 132, doc. 44. Carta de Manuel Ferreira da Ascencao, vigário colado de Nossa Senhora da Conceicao dos Camargos, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, informando sobre assuntos sobre a questão das conhecenças, 09/10/1789.

- AHU_CU_011, cx. 132, doc. 44. Requerimento de Manuel Ferreira da Ascencao, vigário colado de Nossa Senhora da Conceicao dos Camargos, pedindo à câmara eclesiástica cópia certidão da pastoral das conhecenças feita pelo bispo D. Frei Francisco de São Jeronimo, 09/10/1789.
- AHU_CU_011, cx. 126, doc. 18. Solenidade de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel para com o falecimento de D. Pedro III, 15/02/1787.
- AHU_CU_011, cx. 126, doc. 44. Requerimento de Francisco Antonio de Sales sobre as conhecenças, 03/07/1787.
- AHU_CU_011, cx. 126, doc. 07. Ofício de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel sobre a congregação do Monte do Calvário de Vila Rica, 12/01/1787.
- AHU_CU_011, cx. 127, doc. 21. Requerimento de Francisco Antonio de Sales sobre a suspensão das conhecenças, 25/09/1787.
- AHU_CU_011, cx. 128, doc. 42. Resposta do vigário da Vila Nova da Raynha do Caethe, Antonio Meireles Rebelo Pereira, ao bispo de Mariana Frei Domingos da Encarnação Pontevel, 12/04/178.
- AHU_CU_011, cx. 129, doc. 40. Carta de José Gomes de Miranda, vigário colado do Rio das Pedras, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, informando sobre assuntos sobre a questão das conhecenças, 24/09/1788.
- AHU_CU_011, cx. 130, doc. 07. Carta de Antonio Duarte Pinto, cura da Sé de Mariana, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, informando sobre assuntos sobre a questão das conhecenças, 12/10/1788.
- AHU_CU_011, cx. 130, doc. 10. Carta de Antonio Fonseca Vasconcelos, vigário da freguesia de Santo Antonio do Ribeirão de Santa Barbara, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, informando sobre assuntos sobre a questão das conhecenças, 12/10/1788.
- AHU_CU_011, cx. 130, doc. 12. Carta de Mathias Alves de Oliveira, vigário da freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Caminho Novo de Minas, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, informando sobre assuntos sobre a questão das conhecenças, 20/10/1788.
- AHU_CU_011, cx. 130, doc. 13. Carta de Lino Lopes de Matos, vigário de Guarapiranga, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, informando sobre assuntos sobre a questão das conhecenças, 20/10/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 130, doc. 14. Carta de Lino Lopes de Matos, Antonio Pedro de Vasconcelos, vigário da freguesia de São José da Barra, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, informando sobre assuntos sobre a questão das conhecenças, 20/10/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 130, doc. 15. Carta de Lazaro Rodrigues Estorminho, vigário de Boa Viagem Curral del Rei, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, informando sobre assuntos sobre a questão das conhecenças, 22/10/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 130, doc. 16. Carta de Manoel Esteves de Lima, vigário da freguesia de São Miguel, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, informando sobre assuntos sobre a questão das conhecenças, 25/10/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 130, doc. 17. Carta de Jose Barbosa de Faria, vigario da freguesia de Santo Antonio do Rio Acima, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, informando sobre assuntos sobre a questão das conhecenças, 10/10/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 130, doc. 19. Carta de José de Freitas Caldas, vigario da freguesia de Catas Altas, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, informando sobre assuntos sobre a questão das conhecenças, 01/11/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 130, doc. 20. Carta de João Francisco da Rocha, vigario da freguesia de Ouro Branco, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, informando sobre assuntos sobre a questão das conhecenças, 02/11/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 130, doc. 21. Carta de Fortunato Gomes Carneiro, vigario da freguesia de Campo Alegre dos Carijos, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, informando sobre assuntos sobre a questão das conhecenças, 03/11/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 130, doc. 22. Carta de Agostinho Monteiro de Oliveira, encomendado da freguesia de São João Batista do Morro Grande, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, informando sobre assuntos sobre a questão das conhecenças, 01/11/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 130, doc. 23. Carta de Inacio Jose de Almeida, vigario da freguesia de São Bartolomeu, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, informando sobre assuntos sobre a questão das conhecenças, 04/11/1788.

→ AHU_CU_011, cx. 130, doc. 11. Carta de Joze Lopes da Cruz, vigario da freguesia de Santa Luzia, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, informando sobre assuntos sobre a questão das conhecenças, 16/10/1788.

- AHU_CU_011, cx. 131, doc. 09. Ofício do vigário Gaspar Alves Sondim para Frei Domingos da Encarnação Pontével respondendo ao Requerimento dos Povos sobre a abolição das desobrigas, 12/01/1789.
- AHU_CU_011, cx. 130, doc. 30. Carta de Domingos Torres Soares Brandao, vigário de Ptangui, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, informando sobre assuntos sobre a questão das conhecenças, 15/11/1788.
- AHU_CU_011, cx. 116, doc. 02. Carta de Gaspar Alves Sondim, vigário de Tmandua, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, informando sobre assuntos sobre a questão das conhecenças, 12/01/1789.
- AHU_CU_011, cx. 129, doc. 24. Consulta de Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, para os concursos de Santo Antonio de Itaverava, Santo Antonio do Vale de Piedade da Campanha do Rio Verde e Igreja Nossa Senhora da Conceição dos Carijós, 20/08/1788.
- AHU_CU_011, cx. 130, doc. 29. Carta de Estanislau da Silva Ebano, vigário do Arraial de São Sebastião, para Frei Domingos da Encarnação Pontével, bispo de Mariana, informando sobre assuntos sobre a questão das conhecenças, 12/11/1788.
- AHU_CU_011, cx. 134, doc. 28. Aviso para Frei Domingos da Encarnação Pontével para colocar o presbítero João Soares de Araujo na vaga de vigário na freguesia da Conceição da (Juruica), 06/03/1790.
- AHU_CU_011, cx. 135, doc. 17. Petição de Francisco de Sales Moraes, procurador do Povo das Minas, à rainha D. Maria I sobre a cobrança exorbitante que os párocos fazem em Minas, 12/08/1790.
- AHU_CU_011, cx. 135, doc. 17. Despacho do Padre Bernardo Rebello para o pároco e capelão (Manoel da Fonseca) do arraial da Onça em 28 de outubro de 1779 sobre a reclamação dos fregueses de que os referidos excomungam e impede de entrar na igreja aqueles que não pagavam as conhecenças, 12/08/1790.
- AHU_CU_011, cx. 135, doc. 17. Petição de Francisco de Sales Moraes, procurador do Povo das Minas, à rainha D. Maria I, pedindo a certidão do escrivão da Câmara, 12/08/1790.
- AHU_CU_011, cx. 135, doc. 17. Certidão do escrivão da Câmara de Vila Rica, Antonio Jose Mello Coelho, informando sobre os reclames da população mineira com relação às conhecenças e pedindo a intersecção da rainha, 12/08/1790.
- AHU_CU_011, cx. 135, doc. 17. Carta para a rainha D. Maria I sobre o quanto tem os vigários da capitania dito por Francisco de Sales Moraes, 12/08/1790.

→ AHU_CU_011, cx. 135, doc. 17. Requerimento de Francisco de Sales Moraes, procurador do Povo das Minas, à rainha D. Maria I, pedindo que a mesma agilizasse o resultado dos requerimentos sobre as conhecenças devido a proximidade da quaresma, 12/08/1790.

→ AHU_CU_011, cx. 135, doc. 17. Atestado do desembargador e professor da Ordem de Cristo, Luis Ferreira de Araujo e Azevedo, à rainha D. Maria I, informando sobre as repressões feitas pelos párocos e sobre a idoneidade do procurador dos povos, Dom Francisco Salles e Moraes, 12/08/1790.

→ AHU_CU_011, cx. 135, doc. 17. Requerimento de D. Francisco de Salles e Moraes à rainha D. Maria I, pedindo a resolução do problema das conhecenças, 12/08/1790.

→ AHU_CU_011, cx. 135, doc. 66. Parecer de Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, para a rainha D. Maria I, falando sobre o requerimento do Procurador Geral dos Povos D. Francisco de Sales, 17/12/1790.

→ AHU_CU_011, cx. 136, doc. 24. Ofício de Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispo de Mariana, para Martinho de Melo e Castro. Avisa que chegou o bacharel Joam Luis de Souza Syam para assumir o cargo de conezia de prebenda inteira na catedral, nomeado pela rainha, 26/04/1791.

→ AHU_CU_011, cx. 136, doc. 24. Carta falando de algumas objeções do cabido. Foi escrita pelo escrivão José da Costa Fernandes, 24/01/1791.

→ AHU_CU_011, cx. 136, doc. 24. Requerimento para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, pedindo a abonação da nomeação de José de Souza Sayão, 07/12/1790.

→ AHU_CU_011, cx. 134, doc. 60. Requerimento do procurador geral dos povos de Minas, D. Francisco de Sales e Moraes, à rainha D. Maria I, 26/07/1790.

→ AHU_CU_011, cx. 137, doc. 41. Carta (minuta) de Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, para Frei Domingos da Encarnação Pontevel, informando sobre os procedimentos do Cabido relativamente à nomeação de João Luis de Sousa Sayão para a conezia de prebenda inteira, 09/09/1792.

→ AHU_CU_011, cx. 138, doc. 24. Representação do cabido sobre o falecimento de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel, 26/07/1793.

→ AHU_CU_011, cx. 138, doc. 25. Representação do cabido para Frei Domingos da Encarnação Pontevel. Fala do aviso de 09/08/1792 que o bispo teve que cumprir para a nomeação de João Luis de Sousa Sayão, 29/07/1793.

→ AHU_CU_011, cx. 138, doc. 25. Representação do cabido para a rainha, 13/02/1791.

- AHU_CU_011, cx. 138, doc. 25. Resposta de Frei Domingos da Encarnação Pontevel ao cabido, em especial ao Arcediago, 20/12/1790.
- AHU_CU_011, cx. 136, doc. 70. Requerimento de D. Francisco de Sales e Moraes, Procurador dos Povos de Minas para a rainha, informando sobre as sentenças contraditórias abordadas pelos governador e bispo de Minas com relação a cobrança das conhecenças, 26/11/1791.
- AHU_CU_011, cx. 136, doc. 70. Requerimento D. Francisco de Sales e Moraes, Procurador dos Povos de Minas para a rainha, pedindo que se peça novamente a expedição das Ordens para o governador e o bispo falarem sobre as conhecenças, 26/11/1791.
- AHU_CU_011, cx. 136, doc. 70. Ordem régia (CÓPIA) da rainha para o governador Visconde de Barbacena, tratando das conhecenças, 26/11/1791.
- AHU_CU_011, cx. 136, doc. 70. Requerimento de D. Francisco de Sales e Moraes, Procurador dos Povos de Minas para a rainha, informando sobre o ocultamento de informações das Câmaras feito pelo Governador Visconde de Barbacena, 26/11/1791.
- AHU_CU_011, cx. 136, doc. 70. Requerimento de D. Francisco de Sales e Moraes, Procurador dos Povos de Minas para a rainha, fazendo a acusação de que o Governador e o Bispo estão ocultando informações para “patrocinar” os párocos, 26/11/1791.
- AHU_CU_011, cx. 136, doc. 70. Certidão (cópia feita pelo senado da Câmara) – resposta ao Visconde de Barbacena: da Câmara de Sabara. Fala da pobreza nas Minas e também que nada do que foi feito sobre as conhecenças teve um teor de fixar uma lei, 26/11/1791.
- AHU_CU_011, cx. 138, doc. 29. Ofício de Joseph Botelho Borges, vigário geral e provisor do bispado de Mariana, 16/08/1793.
- AHU_CU_011, cx. 138, doc. 29. Certidão de Joseph Botelho Borges, vigário geral e provisor do bispado de Mariana, 14/08/1793.
- AHU_CU_011, cx. 138, doc. 29. Declaração de Jose Joaquim de Santa Anna falando da apelação que foi feita pelo Apollonia e Francisco contra o aviso da rainha, 14/08/1793.
- AHU_CU_011, cx. 138, doc. 36. Requerimento de João Paulo de Freitas, capelão da Sé de Mariana, para Martinho de Melo e Castro, informando que não teve ligação com a representação feita por Pontevel para Martinho de Melo e Castro, 20/10/1793.
- AHU_CU_011, cx. 138, doc. 30. Representação dos capelães de Mariana, para Martinho de Melo e Castro, anunciando a morte do bispo D. Domingos da Encarnação Pontevel, narrando os distúrbios no Bispado e pedindo nomeação de novo bispo, 31/08/1793.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT

Série: Ordem de Cristo, Padroados do Brasil, maço 5 (bispado de Mariana)

- Carta da rainha para Pontevel nomeando Quintiliano Teixeira para a Igreja de Congonhas, 18/10/1777.
- Concurso para a igreja do Senhor e Bom Jesus do Monte do Furquim, 15/11/1782.
- Concurso para a igreja de Nossa Senhora da Conceição das Carrancas de Santa Anna das Lavras do Funil, 24/11/1786.
- Concurso para a igreja de Santo Antonio do Ribeirão de Santa Barbara, 22/07/1786.
- Concurso para a igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral del Rey, 13/11/1786.
- Concurso para a igreja de Sancta Luzia de Sabará, 28/0/1789.
- Concurso para as Igrejas de Carijós, Baependi e São Caetano, 23/11/1791.
- Concurso para conezia da Sé de Mariana, 21/05/1779.
- Concurso para a igreja de São João Baptista do Morro Grande, 22/06/1783.
- Concurso Igreja N. S. da Conceição de Antonio Pereira, 22/12/1787.
- Concurso da igreja de N. S. da Conceição do Rio das Pedras, 10/10/1782.
- Concurso para a igreja de São Sebastião, 06/05/1780.
- Concurso para a igreja de N. S. da Conceição de Villa Rica, 10/03/1790.
- Consulta a rainha feita pela Mesa de Consciencia e Ordens sobre a Dignidade de Arcipreste do Bispado de Mariana, 29/10/1780.
- Nomeação de Quintiliano Teixaira para a igreja de Congonhas do Campo, 23/10/1773.
- Processo sobre o recolhimento das Macaúbas, 23/12/1789.
- Requerimento da Ordens Terceira de S. Francisco de Paula com resposta de Pontevel, 08/05/1783.
- Requerimento do vigário Luis Nogueira para reformar a capela mor da sua igreja. Tem resposta de Pontevel, 10/09/1787.
- Requerimento e representação de Ignacio Jose de Almeyda para ser legitimo opositor nas igrejas do Bispado de Marianna, 26/01/1788.

Série: Mesa de Consciencia e Ordens

- Exames para as igrejas das Ordens (1774-1790). Mesa de Consciencia e Ordens, livro 205, 08/03/1781.
- Mercê da rainha D. Maria I para D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel. Chancelarias Régias. Chancelaria da rainha D. Maria I. Livro 12. P. 189, P.189 livro 12, 06/05/1779.
- Matrícula da Universidade de Coimbra. IAN/TT – Mesa de Consciencia e Ordens, Secretaria da mesa e Comum das Ordens Universidade de Coimbra, maço 12, doc de 1-104, caixa 134. Doc. n. 44, 03/03/1742.
- Fundo- RGM – Registro Geral de Mercês (1639-1949), Secao- Registro Geral de Mercês do Reinado de D. maria I. Documento – domingos da Encarnacao Pontevel (17-04-1779), cod. PT/TT/RGM/E/0000/98054. Carta, Titulo de Conselheiro. Cota Atual- Registro Geral de Mercês de D. Maria I, liv. 6, f. 94.

Arquivo da Universidade de Coimbra – AUC

Série: Livro de matrículas

- Vol. 63 – AUC 1ªD-1-4-16 (1745-1746). P 6.
- Vol. 64 – AUC 1ªD-1-4-17 (1746-1747). P 6.
- Vol. 65 – AUC 1ªD-1-4-18 (1747-1748). P 7.

Biblioteca da Ajuda – BA

- Descrição Geografica Typografica, Historica e Politica da Capitania de Minas Gerais seu descobrimento, Estado Sivel e Politico e das rendas Reaes – José Joaquim da Rocha (1781). Cota- 51-V-40.
- Notícia de todos os Governadores e população das províncias do Brasil. Cota 54-V12 n5.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - BNRJ

- Manuscritos, I-25,18,078. Crédito de entradas que deve Antônio José de Abranches ao arremante do contrato Joaquim Silvério dos Reis, s/d.

→ Manuscritos, I-26,19,039 n°001. Processo referente ao parecer de João de Sousa Benairdes sobre o capitão Antônio José de Abranches que solicita o pagamento dos aluguéis das bestas que lhe foram tomadas para o transporte da bagagem do regimento de Extremos, Vila Rica, s/n, 1793.

→ Manuscritos, I-26,19,039 n°002. Processo referente ao parecer de João de Sousa Benavides sobre o capitão Antônio José de Abranches que solicita o pagamento do transporte dos cabedais régios e outros itens entre Vila Rica e o Rio de Janeiro, Vila Rica, s/n, 1793.

→ Manuscritos, I-26,10,007 n°024. Processo referente ao parecer de João de Sousa Benavides sobre o pagamento solicitado pelo transporte de oficiais e cargas ao Rio de Janeiro, por Antônio José de Abranches, Vila Rica, 16/11/1789.

→ Manuscritos, I-27,36,071 n°002 Requerimento solicitando a certidão em que constam as parcelas pagas a Real Fazenda pela dívida de Antonio José de Abranches, seu pai, Vila Rica, 27/06/1821.

→ Manuscritos, I-27,36,071 n°001 Requerimento solicitando uma certidão declarando a quantia que ficou a dever à Real Fazenda ao sargento Antonio José de Abranches pela arrematação da casa de João Rodrigues de Macedo, Vila Rica, 27/06/1821.

Arquivo Público Mineiro – APM

→ Coleção de documentos cartográficos do Arquivo Público Mineiro. Mapa da capitania de Minas Gerais com as divisas das suas comarcas. José Joaquim da Rocha. 1778. APM - 085(01).

Biblioteca Nacional de Portugal – BNP

→ Padre João Antunes de Noronha. Demonstração Apologética a favor das Conhecenças dos Parochos em Minas, em que se mostram a natureza dos dízimos, suas antiguidades, qualidades, quantidades, diferenças, e coacção provada com as escripturas sagradas, cânones, concílios, S.S.P.P., canonistas, theologicas, constituições régias e diocesanas contra o acordam da Relação do Rio de Janeiro, 1783. Cota microfilme: F. 3091; Cota digitalizado: COD. 1846; Disponível online em: <http://purl.pt/24886>

Casa dos Contos – CC

→ CC – Cx. 146 – 21380. Rolo: 544 A. Carta de Domingos da Encarnação Pontevel a Luis da Cunha Meneses sobre a suspensão das obras do pavimento da Igreja matriz da Vila de São João (11/07/1780).

→ CC – Cx. 147 – 21393, Rolo: 544 A. Carta de frei Domingos da Encarnação Pontevel a Luiz da Cunha e Menezes sobre as providências e execução de portaria contra o sacristão da Igreja Matriz (11/12/1784).

John Carter Brown Library – Portugal and Brazil Collection – JCBL

→ Ode a Dom Frei Domingos da Encarnação Pontevel. Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, Impressor da Real Meza Censoria. Anno 1779. Com licença da mesma Real Meza. Disponível em: <https://archive.org/details/aoillmoeexmosenh00lisb>

Fontes Impressas

→ Alvará de procuração de Frei Domingos da Encarnação Pontevel para o cônego Inácio Corrêa de Sá, Lisboa, 08/06/1779, In: BOSCHI, Caio C. *O Cabido da Sé de Mariana (1745-1820): documentos básicos*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011. Pp. 436.

→ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Edição feita por Affonso D'escragnolle Taunay. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.

→ Auto de posse do cônego doutoral Inácio Corrêa de Sá como procurador do bispado de Mariana, Mariana, 29/07/1779, In: BOSCHI, Caio C. *O Cabido da Sé de Mariana (1745-1820): documentos básicos*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011. pp. 437-438.

→ *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Editora Paulus, 2006.

→ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. Vol. 5 e 6. 1728.

→ Breve Super solidate petrae, 28/11/1786, In.: DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. Trad. José Marino Luz e Johan Konings. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2007. pp. 562-563.

- Bullae Exmi., necnon Rmi. Dmni. D. Fr. Dominici ab Incarnatione Pontevel Episcopi Mariannensis, Regiae Majestatis a Consiliis ETC., Roma, 03/1778, In: BOSCHI, Caio C. *O Cabido da Sé de Mariana (1745-1820): documentos básicos*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011. pp. 429.
- Carta da rainha D. Maria I para o bispo de Mariana D. Fr. Domingos da Encarnação Pontevel. Paço, 26/03/1779, In: BOSCHI, Caio C. *O Cabido da Sé de Mariana (1745-1820): documentos básicos*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011. pp. 435.
- Carta para El Rey pello Conselho Ultramarino, 1745 [fl.66v]. In.: RODRIGUES, Mons. Flávio Carneiro, SOUZA, Maria José Ferro (Org.). *O copiadador de Dom Frei Manoel da Cruz*, vol. 5. Mariana, MG: Editora Dom Viçoso, 2008. pp. 155-156.
- Carta para Monsenhor Grojão Henriques, 1745 [fl.69v]. In.: RODRIGUES, Mons. Flávio Carneiro, SOUZA, Maria José Ferro (Org.). *O copiadador de Dom Frei Manoel da Cruz*, vol. 5. Mariana, MG: Editora Dom Viçoso, 2008. pp. 163.
- Certidão de Consagração de Frei Domingos da Encarnação Pontevel, Lisboa, 23/04/1779, In: BOSCHI, Caio C. *O Cabido da Sé de Mariana (1745-1820): documentos básicos*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011. pp. 435
- Constituição “Unigenitus Dei Filius”, 08/08/1713. In.: DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. Trad. José Marino Luz e Johan Konings. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2007. pp. 532-541.
- Cópia da ordem régia ao governador e capitão-general de Minas ordenando que avisasse aos ouvidores para prenderem clérigos e frades que estivessem na capitania sem licença, 21/02/1738 [fl. 167],]. In.: FIGUEIREDO, Luciano R. A., CAMPOS, Maria V. (Org.). *Códice Costa Matoso*, vol. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. pp. 389-391.
- Cópia de ordem régia ao governador e capitão-general de Minas reiterando ordem de expulsão dos clérigos sem licença e recomendando que o bispo arbitrasse o número de clérigos necessários, 16/02/1732 [fl.166]. In.: FIGUEIREDO, Luciano R. A., CAMPOS, Maria V. (Org.). *Códice Costa Matoso*, vol. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. pp. 389-391.
- Cópia do que o povo das Minas, amotinado, pediu ao senhor general dom Pedro de Almeida Portugal, conde de Assumar, 28/06/1720, [fl.157v, fl.163]. In.: FIGUEIREDO, Luciano R. A., CAMPOS, Maria V. (Org.). *Códice Costa Matoso*, vol. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. pp. 370-384.

- Descrição das festividades da entrada do bispo de Mariana. Mariana, 1748 [fl. 359v.]. In.: FIGUEIREDO, Luciano R. A., CAMPOS, Maria V. (Org.). *Códice Costa Matoso*, vol. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. pp. 663-664.
- Diderot. *A Religiosa*. Trad. de J Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- Estatutos desta Catedral de Mariana, D. Frei Manuel da Cruz. In: BOSCHI, Caio C. *O Cabido da Sé de Mariana (1745-1820): documentos básicos*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011.
- GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas chilenas*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.
- _____. *Tratado de Direito Natural*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- Instrução de Martinho de Melo e Castro, Secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos, para Visconde de Barbacena, Governador e Capitão-General nomeado para a Capitania de Minas Gerais, 29/01/1788. Ref.: RIHGB 6:3; AMI 3:115. In.: *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 8. Brasília/Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1976. pp. 51
- Inficionado de D. Frei Manoel da Cruz de 17 de agosto de 1749. In: RODRIGUES. Mons. Flávio Carneiro. *As Visitas Pastorais do século XVIII no Bispado de Mariana*. Mariana: Cúria Metropolitana. (Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, v.1). 1998, p. 98.
- Instrução ou regimento do rei para o comissário Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. Lisboa, 30/10/1733 [fl. 102v.] APM, Sc 02, 137-140. In.: FIGUEIREDO, Luciano R. A., CAMPOS, Maria V. (Org.). *Códice Costa Matoso*, vol. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. pp. 296-297
- Motus proprius do Nosso Santíssimo Senhor Papa Bento XIV, Roma, 06/12/1745, In: BOSCHI, Caio C. *O Cabido da Sé de Mariana (1745-1820): documentos básicos*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011. pp. 381.
- Protestação de Fé e juramento do cônego doutoral Inácio Corrêa de Sá como procurador do bispado de Mariana, Mariana, 29/07/1779, In: BOSCHI, Caio C. *O Cabido da Sé de Mariana (1745-1820): documentos básicos*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011. pp. 437.
- The Canon and Decrees of the Council of Trent. Trad. Reverend H. J. Schroeder. Charlotte, North Carolina: TAN Books, 2011.

→ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales. Estudo introdutório e edição. São Paulo: Edusp, 2010.

→ VIEIRA, Pe. Antônio Vieira. *A arte de furtar*. Amsterdam: Na officina de Martinho Ichagen, 1744.

→ _____. *Sermões*. Vol. XI Erechim: EDELBRA, 1998.

Bibliografia

Obras de referência

BOSCHI, Caio C. *Fontes primárias para a História de Minas Gerais em Portugal*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

_____. (org.). *O Cabido da Sé de Mariana (1745-1820): documentos básicos*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011.

FIGUEIREDO, Luciano R. de A., CAMPOS, Maria V. (Org.). *Códice Costa Matoso*, vol. 2. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas manuscritas do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

SAMANES, Cassiano F. TAMAYO-ACOSTA, Juan-José (Org.). *Dicionário de conceitos fundamentais do cristianismo*. São Paulo: Paulus, 1999.

Livros, artigos e teses

AGUIAR, Marcos Magalhães. Festas e rituais de inversão hierárquica nas irmandades negras de Minas colonial. In.: JANCSÓ, I. e KANTOR, I. (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, vol. 1. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. Tenções e conflitos entre párocos e irmandades na Capitania de Minas Gerais. *Textos de História*. vol. 5. Nº2 (1997): 43-100.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios da História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. Homens ricos em Minas colonial. In: BICALHO, Maria F., FERLINI, Vera L. A. (Org.). *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*, vol. 3. Nova ed. preparada e corrigida por Damião Peres. Porto: Portucalense Editora, [1967-1971].

ANASTASIA, Carla Maria Junho. A Lei da Boa Razão e o novo repertório da ação coletiva nas Minas setecentistas. *Varia História*, nº 28. Dezembro, 2002.

ANDRADE, Francisco Eduardo. A conversão do sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.151-166, Jan/Jun 2007.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. Administração da Justiça nas Minas Setecentistas. In.: LAGE, Maria E. de R., VILLALTA, Luis C. (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*, vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. Os ânimos e a posse de livros em Minas Gerais (1750-1808). In: ALGRANTI, Leila M., MEGIANI, Ana P. (Org.). *O Império por Escrito: Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2009.

AZEVEDO, Tales. *Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia*. São Paulo: Ática, 1978.

AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

BARBOSA, Benedicto Lourenço. *Nossas origens: três séculos de História de Aparecida –SP, da Capela ao Distrito (1745-1891)*. Aparecida: Lince, 2007.

BARBOSA, Gustavo H. *Associações religiosas de leigos e sociedade em Minas colonial: Os membros da Ordem terceira de São Francisco de Mariana (1758-1808)*. (Dissertação de mestrado em História Social da Cultura). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

BICALHO, Maria F. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In.: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F., GOUVÊA, Maria de F. (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Entre a teoria e a prática: dinâmicas político-administrativas em Portugal e na América Portuguesa (séculos XVII e XVIII). In: *Revista de História*. São Paulo, nº 167, p. 75-98, julho/dezembro 2012.

BOSCHI, Caio Cesar. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. In.: LAGE, Maria E. de R., VILLALTA, Luis C. (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*, vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. Os escritos de D. Frei Manuel da Cruz e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. In.: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton S. (Org.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.

_____. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.

BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2000.

_____. *O império marítimo português (1415-1825)*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. Companhia das Letras: São Paulo, 2002.

BRANDÃO, Angela. Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével: um exemplo de mecenato diocesano. *Revista eletrônica de História do Brasil*. ISSN: 15195759. Universidade Federal de Juiz de Fora. Vol. 09 nº 02 jul-dez. de 2007.

_____. O bispado de Mariana e a afirmação de um aparato simbólico decorativo. *Anais do XXXII Colóquio CBHA: Direções do sentido da História da arte*, 2012.

CALAFATE, Pedro. *A ideia de natureza no século XVIII em Portugal*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa, 1994.

_____. (Org.). *História do pensamento filosófico português*, vol. III: As Luzes. Editora Caminho: Lisboa, 2001.

- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- CAMPOS, Adalgisa. Mecenato leigo e diocesano nas Minas setecentistas. In.: RESENDE, Maria E. L. de., VILLALTA, Luiz C. (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*, vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- CARDIM, Pedro. “Administração” e “governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: BICALHO, Maria F., FERLINI, Vera L. A. (Org.). *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005
- _____. Entradas solenes, rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, séculos XVI e XVII. In: JANCSÓ, I. e KANTOR, I. (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, vol. 1. São Paulo: Hucitec, 2001.
- CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais 1674-1807*. Juíz de Fora: Editora UFJF, 2007.
- CARRATO, J. F. *As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça*. São Paulo: Nacional, 1693.
- _____. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras coloniais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- CARVALHO, Côn. José Geraldo V. de. *Ideologia e raízes sociais do clero da conjuração: século XVIII, Minas Gerais*. Viçosa: Impressão da UFV, 1992.
- CASTRO, Zília Osório. Emergência do temporal no sagrado: a analyse da profissão da fé no santo padre Pio IV, de Pereira de Figueiredo. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 18, 2006 p. 353-372
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*, vol.1. Petrópolis: Ed, Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, vol. 1. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.
- CUNHA, Alexandre M. e GODOY, Marcelo M. *O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX*. Trabalho apresentado no v Congresso Brasileiro de História Econômica e 6 Conferência internacional de História de Empresas, 2003.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DELUMEAU, Jean. *O pecado e o Medo: a culpabilização no Ocidente (séculos 13-18)*, vol. 2. São Paulo: EDUSC, 2003.
- DIAS, José Sebastião da Silva. *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960.
- _____. Pombalismo e teoria política. *Revista Cultura – História e filosofia*, vol. 1. Instituto Nacional de investigação científica. Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1982.
- DIAS, Renato da Silva. Entre a cruz e a espada: religião, política e controle social na Minas do Ouro (1693-1745). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 26, nº 43: p.155-175, jan/jun 2010.

FADEL, Bárbara. *Clero e sociedade: Minas Gerais, 1745-1817*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales (Org.). Estudo introdutório e edição. In.: Sebastião Monteiro da Vide. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Edusp, 2010.

_____. *Nas Malhas da Consciência: Igreja e Inquisição no Brasil – Nordeste 1640-1750*. São Paulo: Alameda, 2007.

_____. Quando chegou Trento ao Brasil? In: GOUVEA, António C. BARBOSA, David S. e PAIVA, José P. (Org.). *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas*. Olhares novos: Lisboa, CEHR, UCP, 2014, pp. 157-173.

_____. Poder Episcopal e Inquisição no Brasil: o juízo eclesiástico da Bahia nos tempos de D. Sebastião Monteiro da Vide. In: FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales (Org.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade. In: GOUVEA, António C. e MARQUES, João F. (Org.) *História Religiosa de Portugal*, vol.2. Rio do Mouro: Círculo de Leitores, 2000.

FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FIGUEIREDO, Luciano R. O império em apuros: nota para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, séculos XVII e XVIII. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001,

_____. Peccata mundi: a ‘pequena inquisição’ mineira e as devassas episcopais. In.: RESENDE, Maria E. L. de., VILLALTA, Luiz C. (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*, vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América Portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. Tese de doutorado apresentada do departamento de história da FFLCH-USP em 1996.

_____. Tradições radicais: aspectos da cultura política mineira setecentista. In.: LAGE, Maria E. de R., VILLALTA, Luis C. (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*, vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas D’El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. Freguesias e capelas: instituição e provimento de igrejas em Minas Gerais. In.: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton S. (Org.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.

FONSECA, Fernando Taveira. A teologia na Universidade de Coimbra. In.: *História da Universidade de Portugal*, vol. 1 tomo II (1537-1771). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

FRANCO, Renato. *A piedade dos outros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014

FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. “Viva o rei, viva o povo, e morra o governador”: tensão política e práticas de governo nas Minas do Setecentos. In.: BICALHO, Maria F., FERLINI, Vera L. A. (Org.). *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. O outro lado da inconfidência: pacto colonial e Elites Locais. In.: LPH: Revista de História. UFOP, Mariana, nº4, pp 70-91, 1992/1994.

GOUVEA, Antônio Camões. O enquadramento pós-tridentino e as vivências de religião. In: Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal*, vol. 4. Lisboa: Estampa, 1993.

GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*, vol. 1. RESENDE, Maria E. L. de., VILLALTA, Luiz C. (Org). Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. Edusp. São Paulo, 2012.

. HANSEN, João Adolfo. A categoria “representação” nas festas coloniais dos séculos XVII e XVIII. In.: JANCSÓ, I. e KANTOR, I. (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, vol. 2. São Paulo: Hucitec, 2001.

HAZARD, Paul. *Crise da Consciência Europeia*. Lisboa-Portugal: Edições Cosmos, 1948.

_____. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

HESPANHA, António Manuel. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 1 volume 2. São Paulo: Difel, 1982.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORNAERT, Eduardo. A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial. In: *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do estado no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, v. 50, n. 100, 1974, p. 257-273.

KANTOR, Íris. A academia Real de História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino. In.: BICALHO, Maria F., FERLINI, Vera L. A. (Org.). *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

_____. Entradas episcopais na capitania de Minas Gerais (1743-1748). In: JANCSÓ, I. e KANTOR, I. (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, vol. 1. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. Hucitec: São Paulo-Salvador, 2004.

_____. *Pacto festivo em Minas Colonial: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana*. São Paulo, 1996. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade de São Paulo, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KREIMENDAHL, Lothar. A filosofia do século XVIII como filosofia do iluminismo. In.: KREIMENDAHL, Lothar (Org.). *Filósofos do século XVIII: uma introdução*. São Leopoldo: Unisinos, 2000

LACOMBE, Américo Jacobina. A Igreja no Brasil colonial. In: Sérgio Buarque de Holanda (dir.). *História Geral da civilização brasileira*, vol 2. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1968.

LAGE, Lana. As Constituições da Bahia e a Reforma Tridentina do clero no Brasil. In: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton Sales (Org.). *A Igreja no Brasil: Normas e Práticas durante a vigência das Constituições do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.

_____. O Padroado e a sustentação do clero colonial no Brasil. *Saeculum* – Revista de História, João Pessoa. V. 30. p. 47-62. jan./jun. 2014.

LEMES, Fernando Lobo. Na arena do sagrado: poder político e vida religiosa nas minas de Goiás. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 59-81 – 2012.

LEWKOWICZ, Ida. Concubinato e casamento nas Minas Setecentistas. In: LAGE, Maria E. de R., VILLALTA, Luis C. (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*, vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LIBBY, Douglas C. As populações escravas das Minas setecentistas: um balanço preliminar. In: LAGE, Maria E. de R., VILLALTA, Luis C. (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*, vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LIMA, Lana L. da G. *A confissão pelo avesso: o crime de solicitação no Brasil Colonial*. Tese (Doutorado) – Unicamp. Campinas, 1990.

_____. O padroado e a sustentação do clero no Brasil colonial. *Saeculum* - REVISTA DE HISTÓRIA [30] João Pessoa, jan./jun. 2014.

LÓPEZ, Antonio Irigoyen. *La difícil aplicación de Trento: las faltas de los capitulares de Murcia (1592-1622)*. In: Hispania Sacra, LXXV, 125, enero-junio 2010, 157-179.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. A Universidade e a Inquisição. In.: *História da Universidade de Portugal*, vol. 1 tomo II (1537-1771). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

MAIA, Moacir R. de C. Uma quinta portuguesa no interior do Brasil ou a saga do ilustrado dom frei Cipriano e o jardim do antigo palácio episcopal no final do século XVIII. In.: *História, ciência e saúde*. Mangueiras – RJ, vol. 16, nº 4, out-dez. 2009, pp 881-902.

_____. A entrada solene de um bispo ilustrado em sua diocese no final do século XVIII. In.: *Revista brasileira de História e Ciências Sociais*, ano 1, nº 1, junho de 2009.

MARQUES, João Francisco. A acção da Igreja no terremoto de Lisboa de 1755: Ministério espiritual e pregação. In.: *Lusitania Sacra*, 2ª série, 18 (2006), pp. 219-329.

MARTINS, William de Souza. *Membros do corpo místico: ordens terceiras no Rio de Janeiro (1700-1822)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, 2001.

MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil (séculos XVIII-XIX)*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, 2002.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira Brasil e Portugal (1750-1808)*. Trad. João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 1973.

MERÊA, Paulo. *Estudos de filosofia jurídica e de história das doutrinas políticas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira*, vol. 1: das origens ao romantismo. São Paulo: Cultrix, 2012.

MONCADA, Cabral de. Mística e racionalismo em Portugal no século XVIII. In.: *Boletim da Faculdade de Direito*. Vol. XXVIII. Coimbra: Coimbra editora, 1953.

MORAES, Fernanda Borges. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria E. L. de., VILLALTA, Luiz C. (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*, vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e NOVAIS, Fernando. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. Modelos de Santidade para um clero devasso: a propósito das pinturas do Cabido de Mariana, 1760. In.: *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, nº 9, 1989.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2001.

OLIVAL, Fernanda. La economía de la merced en la cultura política del Portugal moderno. In: PÉREZ, Francisco José Aranda & RODRIGUES, José Damião (Org.) *De Re Publica Hispaniae: Uma vindicación de la cultura política em los Reinos ibéricos em la primera modernidade*. Sílex, Madrid, 2008.

OLIVAL, Fernanda e RODRIGUES, Aldair Carlos. Reinóis versus naturais nas disputas pelos lugares eclesiais do atlântico português: aspectos sociais e políticos (século XVIII). In: *Revista de História* (São Paulo), n. 175, p. 25-67, jul.dez., 2016.

OLIVEIRA, Alcilete Cavalcante. *A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana: mudanças e permanências (1748-1793)*. Dissertação (mestrado). Campinas: IFCH/Unicamp, 2001.

_____. A difusão da doutrina católica em Minas Gerais no século XVIII: análise das pastorais dos bispos. In.: *História: questões e debates*, Curitiba, nº 36, p 189-217, 2002, Editora UFPR.

OLIVEIRA, Dom Oscar. *Os dízimos eclesiais do Brasil: nos períodos da Colônia e do Império*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1964.

OLIVEIRA, Pablo Menezes e. Pelo “Bem Comum”: a atuação política das casas de câmara na capitania de Minas Gerais – século XVIII. In: Seminário Internacional Justiça, Administração e Luta Social, 2010, Mariana. *Dimensões do poder em Minas: anais do I Seminário Internacional Justiça, Administração e Luta Social.*, 2010.

O’MALLEY, John W. *Trent: what happened at the Concil*. London, England: The Belknap press of Harvard University press, 2013.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PAIVA, José P. A administração diocesana e a presença da igreja. *Lusitania Sacra*, 2.» série, 3, 1991.

_____. A Igreja e o poder. In: GOUVEA, António C. e MARQUES, João F. (Org.) *História Religiosa de Portugal*, vol.2. Rio do Mouro: Círculo de Leitores, 2000.

_____. D. Sebastião Monteiro da Vide e o episcopado no Brasil em tempo de renovação (1702-1750). In: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton Sales (Org.) *A Igreja no Brasil: Normas e Práticas durante a vigência das Constituições do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.

_____. Dioceses e organização eclesiástica. In: GOUVEA, António C. e MARQUES, João F. (Org.) *História Religiosa de Portugal*, vol.2. Rio do Mouro: Círculo de Leitores, 2000.

_____. Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII). In: JANCSÓ, I. e KANTOR, I. (Org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, vol. 1. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. *Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

_____. Os mentores. In.: GOUVEA, António C. e MARQUES, João F (Org.) *História Religiosa de Portugal*. Círculo de Leitores, vol. 2. Rio do Mouro, 2000.

PEREIRA, Ana Margarida Santos. A legislação sobre escravos no episcopado de D. Frei António do Desterro, Rio de Janeiro (1747-1773). In.: OLIVEIRA, Anderson José M., MARTINS, William de S. (Org.). *Dimensões do catolicismo no Império Português* (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: Gramond, 2014.

PEREIRA, José Esteves. *O pensamento Político em Portugal no Século XVIII: António Ribeiro dos Santos*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

PEREIRA, Luisa Rauter. *Uma história do conceito político de povo no Brasil: Revolução e historicização da linguagem política*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

PERL-ROSENTHAL, Nathan. Une culture transatlantique. In.: *Revista L'Histoire*. Paris, nº 443, jan. 2018.

PIRES, Maria do Carmo. *Juízes e Infratores: o tribunal eclesiástico do bispado de Mariana (1748-1800)*. Belo Horizonte: Annblume, 2008.

PO-CHIA HSA, R. *The World of catholic renewal: 1540-1770*. Cambridge: University Press, 2010

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PRECIOSO, Daniel. Presença e significado das ordens terceiras na Capitania de Minas Gerais: o debate dos anos 1793-1795. In.: OLIVEIRA, Anderson José M., MARTINS, William de S. (Org.). *Dimensões do catolicismo no Império Português* (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: Gramond, 2014.

PRODI, Paolo. *Uma história da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

RAMOS, Luís de Oliveira. *D. Maria I*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2007.

RANGEL, Ana Paula dos Santos. O estender da família: compadrio entre escravos (Barbacena 1781-1821). ISBN: 978-85-88532-29-8 – *Clio Edições* – 2008.

REALE, Giovanni, ANTISERI, Dario. *História da filosofia: do humanismo a Kant*, vol. 2. São Paulo: Paulus, 1990.

REIS, Liana Maria. *Crimes e escravos na capitania de todos os negros* (Minas Gerais, 1720-1800). São Paulo: Hucitec, 2008.

RIBEIRO, Mônica da Silva. A atuação pombalina na América Portuguesa: impactos e transformações na segunda metade dos setecentos. *Revista Maracanan*. n.15, p. 58-75, jul/dez 2016.

RODRIGUES, André Figueiredo. Por correrem os templos nublados: um estudo sobre o clero e a conjuração mineira. *Revista de História* 138 (1998), 45-61.

RODRIGUES, Aldair Carlos. *Igreja, Inquisição no Brasil: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social – século XVIII*. São Paulo: Alameda, 2014.

_____. *Sociedade e Inquisição em Minas Colonial: os familiares do Santo Ofício*. Dissertação de mestrado em História Social apresentada na FFLCH-USP, 2013.

RODRIGUES, Isis Menezes de. Visitações eclesiásticas em Mariana – século XVIII. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, v. 9 n. 2, Jul.-Dez. 2007.

RUBERT, Arlindo. *Historia de la Iglesia en Brasil*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. In.: *Revista Brasileira de História*, 1998, vol. 18, nº 36, pp. 187-250.

SALLES, Fritz T. de. *Associações religiosas no ciclo do ouro: introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Mina no século XVIII*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

SANTOS, Beatriz C. C. As irmandades de ofícios e os ritos políticos-religiosos (Rio de Janeiro, século XVIII). In.: OLIVEIRA, Anderson J. M., MARTINS, William de Souza (Org.). *Dimensões do catolicismo português* (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: Gramond, 2014.

SANTOS, Georgina Silva, VAINFAS, Ronaldo. Igreja, Inquisição e religiosidades coloniais. In.: FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Coleção O Brasil Colonial: volume 1 (1443-1580)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

SANTOS, Patrícia Ferreira dos. *Carentes de justiça: juízes seculares e eclesiásticos na “confusão de latrocínios” em Minas Gerais (1748-1793)*. Tese de doutorado em História Social apresentada na FFLCH-USP. São Paulo, 2013.

_____. *Poder e palavra: discursos, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764)*. São Paulo: Hucitec, 2010.

SCARANO, Luciana. *Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais: administração territorialidade e cotidiano (1733-1783)*. (dissertação de mestrado apresentada no departamento de história da IFCH-UNICAMP). Campinas – SP, 2009.

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

SILVA, Ana Rosa C. da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

SILVEIRA, Marco Antonio. *O Universo do indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOARES, Mariza de Carvalho. A conversão dos escravos africanos e a questão do gentilismo nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. In.: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton S. (Org.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.

SOUZA, Laura, de Mello. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In.: NOVAIS, Fernando A., SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da vida privada no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Norma e conflito: Aspectos da História de Minas no Século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Evergton S. A construção de uma cristandade tridentina na América Portuguesa (séculos XVI e XVII). In: GOUVEIA, António C., BARBOSA, David S., PAIVA, José P. (Org.), *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas*. Olhares novos, Lisboa, CEHR, UCP, 2014.

_____. *Jansenisme, et reforme de l'Église dans l'Épire Portugais*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

_____. Igreja e Estado no período pombalino. *Lusitania Sacra*, vol. 23 (Janeiro-Junho 2011) 207-230.

SUASSUNA, Ariano. *O auto da compadecida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

TEIXEIRA, Antínio Bras. A filosofia jurídica. In.: CALAFATE, Pedro (Org.) *História do pensamento filosófico português*, vol. III: As Luzes. Editora Caminho: Lisboa, 2001.

TODOROV, Tzvetan. *O espírito das Luzes*. São Paulo: Barcarolla, 2008.

TORRES-LONDOÑO, Fernando (Org.). *Paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. *Público e Escandaloso: Igreja e Concubinato no Antigo Bispado do Rio de Janeiro*. Tese (doutorado), Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

_____. Sob a autoridade do pastor e a sujeição da escrita: os bispos do sudeste do Brasil do século XVIII na documentação pastoral. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 161-188, 2002. Editora UFPR.

TORGAL, Luís Reis. *Ideologia Política e Teoria de Estado na Restauração*, vol. 1 e 2. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1982.

TÓTH, Istvan Gyorgy. A forgotten weapon of the Trento reform: the apostolic visitation. In.: PAIVA, José Pedro (Org.). *Religious Ceremonials and Images: Power and social meaning (1400-1750)*. Coimbra: Palimage, 2002.

TRINDADE, Cônego R. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua História*, vol. 1 e 2. Mariana: Imprensa Oficial, 1929.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro. 1997.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a Administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira: Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

VERNARD, Marc. *O Concílio Lateranense V e o Tridenino*. In.: Giuseppe Alberigo (Org.). *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995.

VILLALTA, Luiz Carlos. A Igreja, a sociedade e o clero. In.: LAGE, Maria E. de R., VILLALTA, Luis C. (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*, vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. *Bibliotecas Privadas e práticas de leitura no Brasil Colonial*. 1997. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/bibliotecas-br.pdf>

_____. O Diabo na Livraria dos Inconfidentes. In.: NOVAES, Adalto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. O que se fala e o que se lê: língua instrução e letra. In.: SOUZA, Laura de M., NOVAIS, Fernando A. N. (Org.) *História da Vida Privada*, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese (doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

VENANCIO, Renato Pinto. Comércio e fronteira em Minas Gerais. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

ZANON, Dalila. *A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo (1745-1796)*. Dissertação (mestrado) Unicamp, 1999.

_____. Os bispos paulistas e a orientação tridentina. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, Editora UFPR, 2002, p 219-250.

ZERON, Carlos Alberto de M. O governo dos escravos nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e na legislação portuguesa: separação e complementaridade entre pecado e delito. In.: FEITLER, Bruno e SOUZA, Evergton S. (Org.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.